

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E SISTEMAS PRODUTIVOS**

ROZIMARE MARINA RODRIGUES RIVAS

**Ensaio da Formação Histórica, Política e Econômica do Estado
de Mato Grosso do Sul**

Ponta Porã - MS
2016

ROZIMARE MARINA RODRIGUES RIVAS

**Ensaio da Formação Histórica, Política e Econômica do Estado
de Mato Grosso do Sul**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio José Missio.

Ponta Porã - MS
2016

Ensaio da Formação Histórica, Política e Econômica do Estado de Mato Grosso do Sul

Rozimare Marina Rodrigues Rivas

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Banca Examinadora:

Professor Doutor Fabricio José Missio – UEMS/UFMG

Professor Doutor Carlos Otávio Zamberlan – UEMS

Professor Doutor Paulo Roberto Cimó Queiroz – UFGD

Professora Doutora Silvana de Abreu – UFGD

Aprovada em: 26/07/2016

DEDICATÓRIA

Ao Mauro, meu esposo, pelo companheirismo e dedicação.

À Ana Laura, minha filha, por ser minha inspiração e fortaleza.

À Basílicia, minha mãe, pelo exemplo e carinho.

À Martina e José (in memoriam), meus avós, pelo exemplo e ternura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pelas oportunidades, pela minha saúde e de minha família, e por ter me dado muita força em todos os momentos difíceis nesta caminhada;

Ao meu esposo, Mauro Roberto da Cunha Junior, por estar ao meu lado incondicionalmente, o qual também, na condição de mestrando, muitas vezes teve de abrir mão de suas obrigações para que eu pudesse cumprir as minhas; agradeço ainda por cuidar do nosso bem mais precioso que é Ana Laura, nossa filha, nos momentos em que não pude estar presente;

À minha mãe, Basilicia, meus avós, Martina e José (in memoriam), por serem um grande exemplo para mim, e, mesmo não sendo possuidores de elevado grau de instrução acadêmica, sempre me incentivaram e apoiaram para que eu estudasse. Sou eternamente grata ainda à minha mãe por ter cuidado tão bem da minha princesa quando mais precisei;

À minha sogra, Gladis; aos meus tios, Luciano e Basílio; ao meus irmãos, Rosilene e Rogério; às minhas sobrinhas e sobrinhos, Maria Eduarda, Emily, Miguel, Felipe e Erick; à minha afilhada Luana; ao meus cunhados e cunhadas, enfim todos os meus familiares pelo incentivo;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fabricio José Missio, por ter acreditado em mim para realização deste desafio (quando muitas vezes nem eu acreditava), pela motivação, orientação, compreensão, e, sobretudo, por sua grande contribuição para minha formação tanto na graduação quanto na pós-graduação;

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela disseminação do conhecimento;

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos por esta oportunidade, e principalmente pelo papel inclusivo que tem desempenhado;

Agradeço, na pessoa do Prof. Carlos Otávio Zamberlan, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, a todo corpo técnico administrativo e a todos os docentes do programa pelo conhecimento compartilhado e pela disposição em concretizar a implantação deste mestrado em Ponta Porã;

Ao Edson Ferreira, secretário do Programa, por atender tão prontamente as demandas para o funcionamento do mestrado;

À Universidade Federal da Grande Dourados, pela oportunidade de capacitação, ao me conceder 12 meses de afastamento integral;

Aos meus colegas, que na verdade considero amigos, César Augusto Jacques Barrera, Cristiane Aparecida da Silva, Fernanda Ramos Langa, Danilo Sanches Dantas, Higor Martins Caetano, Ana Paula Campos da Silva e Luara Resende, pelo incentivo e colaboração para que eu pudesse me afastar e concluir este curso;

A todos os alunos da primeira turma do PPGDRS, pela solidariedade ao compartilhar seus conhecimentos, os materiais de estudo, e principalmente pela amizade. Agradeço à Cristina Horst pela companhia e por me mostrar o quanto a vida pode ser mais leve sem que as obrigações deixem de ser cumpridas; ao Charlls, pelas trocas de experiência, pela parceria e pelas caronas; à Alessandra, por ter me acolhido várias vezes em sua casa; à Claudia, pelo carinho e sua deliciosa sopa paraguaia; à Bruna, pela parceria e caronas; ao Aslan e Noellen, por transmitirem tanta alegria e ânimo nessa jornada, à Lis, pelas caronas (e foram várias); ao João, por suas músicas, que inclusive muitas vezes embalaram o desenvolvimento deste trabalho;

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, por ter me acolhido como aluna especial na disciplina “Mato Grosso do Sul: história e historiografia” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, por compartilhar seu grande conhecimento, e, principalmente, por sua disposição em contribuir na concretização deste trabalho;

Ao Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD;

Enfim agradeço a minha pequena e linda Ana Laura, por fazer cada momento valer a pena e me ajudar a ser forte nos momentos cruciais.

E TODOS que, direta ou indiretamente, contribuíram para concretização deste sonho;

RESUMO

O objetivo desta dissertação é elencar e analisar os principais aspectos da formação histórica, política e econômica do estado de Mato Grosso do Sul (MS) desde o período colonial até os fins da década de 1990. Dado o período selecionado bem como a abrangência do tema abordado, elaborou-se o estudo a partir de ensaios. Caracteristicamente, o estado de Mato Grosso do Sul tem seu desenvolvimento historicamente ligado ao setor agropecuário. A hipótese de trabalho é que tal característica ocorreu em função de um desenvolvimento sempre dependente dos ciclos externos (ou seja, dependente da dinâmica externa a região sul-mato-grossense), tanto de ordem nacional quanto internacional (imprimindo, assim, traços marcantes de uma inserção periférica). Nesse sentido, o marco teórico que fundamenta os argumentos apresentados neste trabalho é “o sentido da colonização” de Caio Prado Júnior. Adicionalmente, leva-se em consideração, também, o pensamento de Celso Furtado (Subdesenvolvimento) e as teorias do desenvolvimento regional, como as propostas por François Perroux (Teoria dos Polos) e Artur Lewis (modelo de crescimento com oferta ilimitada de mão de obra) que, de certa forma, reforçam a ideia do papel periférico da região objeto de estudo. Ainda considerando as especificidades da formação de Mato Grosso do Sul, adotou-se como estratégia de análise a construção de tipificações (seguindo como referência Florestan Fernandes) dos principais elementos considerados como essenciais para compreensão da formação de MS. Ressalta-se, ainda, que, em virtude de MS ter integrado Mato Grosso até o final da década de 1970, as análises elaboradas muitas vezes levam em consideração o território como um todo, pois a história de um estado está intrinsecamente ligado à do outro. Deste modo, as tipificações elencadas e estudadas foram: i) as Bandeiras; ii) o ciclo da Mineração; iii) a Guerra do Paraguai; iv) a exploração da Erva-Mate; v) a Pecuária; vi) a construção da Ferrovia; vii) a marcha para o Oeste; e viii) os Planos e Programas Governamentais adotados a partir da década de 1970 e suas implicações posteriores. Verificou-se, portanto, que, além dos ciclos externos, as particularidades próprias de Mato Grosso do Sul, bem como as políticas governamentais contribuíram para a formação da atual “vocação agrícola” do estado.

Palavras-chave: História. Política. Economia. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to list and analyze the main aspects of historical development, political and economic state of Mato Grosso do Sul (MS) from the colonial period to the end of the 1990s. Given the selected period and the scope of the topic approached, drew up the study from tests. Characteristically, the state of Mato Grosso do Sul has its development historically linked to the agricultural sector. The working hypothesis is that this feature was due to an ever - dependent development of external cycles (ie dependent on external dynamics the South Mato Grosso region), both national and international order (printing, thus striking features of a peripheral insert). In this sense, the theoretical framework underlying the arguments presented in this paper is "the sense of colonization" of Caio Prado. In addition, it takes into account also the thought of Celso Furtado (Underdevelopment) and theories of regional development, as proposed by François Perroux (Theory Polo) and Arthur Lewis (growth model with unlimited supply of labor) which, in a way, reinforce the idea of the peripheral role of the object of study region. Still considering the specifics of the formation of Mato Grosso do Sul, was adopted as an analytical strategy to build typifications (following as Florestan Fernandes reference) of the main elements considered essential for the understanding of MS training. It is noteworthy also that, because of MS have integrated Mato Grosso until the late 1970s, the elaborate analyzes often consider the territory as a whole, because the history of a state is inextricably linked to the other. Thus, listed and typing was studied: i) flags; ii) the mining cycle; iii) the Paraguayan War; iv) the operation of Yerba Mate; v) Livestock; vi) the construction of the railroad; vii) the march to the West; and viii) the Government plans and programs adopted from the 1970s and its subsequent implications. It is therefore that in addition to external cycles, the special features of Mato Grosso do Sul, as well as government policies contributed to the formation of the current "agricultural vocation" of the state.

Key-words: History. Politics. Economy. Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Marco Teórico conceitual	18
Figura 2: Evolução do PIB 1939-2005	56
Figura 3: Principais Planos e Programas aplicados ao SMT	145
Figura 4: Área de Agricultura irrigada por pivô central	200
Figura 5: Silos e armazéns da antiga Fazenda Itamarati	201

Gráficos

Gráfico 1: Balança Comercial China – Mato Grosso do Sul de 2000 a 2013, em US\$ FOB	182
---	-----

Mapas

Mapa 1: Roteiros Monçoeiros (São Paulo – Cuiabá)	41
Mapa 2: Vias de Comunicação na Bacia Platina	42
Mapa 3: O Caminho das Monções do Sul	69
Mapa 4: O caminho das Monções do Norte	70
Mapa 5: Áreas de concessões à Mate Laranjeira no antigo sul de Mato Grosso – 1882 a 1895	86
Mapa 6: Rotas de migração para o antigo sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul	90
Mapa 7: As Entradas para o Mato Grosso do Sul – Até o século XIX	101
Mapa 8: Principais atividades econômicas no espaço mato-grossense no início do século XX	108
Mapa 9: Mato Grosso do Sul e a NOB hoje	114
Mapa 10: Área aproximada de abrangência do Território Federal de Ponta Porã e do Território Federal do Iguaçu	125
Mapa 11: Estado de Mato Grosso do Sul – Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.....	129
Mapa 12: PRODOESTE – Rede rodoviária básica de Mato Grosso.....	149
Mapa 13: I PLADESCO – áreas selecionadas.....	151
Mapa 14: Área aproximada das áreas-programas do II PND no Centro-Oeste.....	153
Mapa 15: POLOCENTRO – Campo Grande/Três Lagoas e Bodoquena	157
Mapa 16: Localização das unidades que exportaram acima de US\$ 50 milhões em 2010	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produção do ouro brasileiro no século XVIII (em KG)*	65
Tabela 2: Relação de produtos/valores pagos antes, durante e depois da guerra com o Paraguai	77
Tabela 3: Importação e Exportação de Mato Grosso (1872 a 1911)	80
Tabela 4: Exportações de Mato Grosso – Valor total das exportações e participações dos principais produtos (1901 a 1930)	93
Tabela 5: Exportação de erva-mate. Produção brasileira e mato-grossense exportadas de 1901 a 1930	94
Tabela 6: Principais municípios de MT com mais de 100.000 cabeças de gado bovino, em 1920	106
Tabela 7: Principais propriedades territoriais destinadas à criação de gado em MT controladas por companhias estrangeiras.....	107
Tabela 8: Produção de charque em Mato Grosso (1905 a 1930).....	110
Tabela 9: Charque - quantidades exportadas por Mato Grosso e quantidades transportadas pela E. F. Noroeste do Brasil (NOB) - 1919-1930 (em kg).....	115
Tabela 10: Exportações totais do estado de São Paulo, segundo o destino (% do valor).....	122
Tabela 11: População residente total nos municípios do atual Mato Grosso do Sul de 1920 a 1970	131
Tabela 12: Participação dos Modais de Transporte de Cargas no Brasil entre os anos de 1950 e 1990, (%)	134
Tabela 13: Evolução da população da Região Centro-Oeste entre os anos de 1900-1980	135
Tabela 14: Indicadores da Modernização da Agropecuária no SMT, entre 1970 e 1985	142
Tabela 15: Evolução da área colhida das principais culturas, no antigo sul de Mato Grosso entre 1970 e 1985 (em hectare)	144
Tabela 16: POLOCENTRO: percentagem de crédito liberado e de projetos em relação ao tamanho da propriedade.....	155
Tabela 17: Desempenho do PRODEPAN - 1975-1978.....	158
Tabela 18: Representação Federal – Estadual por Região (1947-1962)	172
Tabela 19: Efetivo dos rebanhos bovinos - 1990 a 2012.....	177

Tabela 20: Mato Grosso do Sul - Principais Produtos exportados (em porcentagem do valor total).....	180
---	-----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. MARCO TEÓRICO: DO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO ÀS TEORIAS REGIONAIS.....	28
2.1 O sentido da colonização: o caso brasileiro.....	29
2.2 A colonização de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.....	30
2.3 As tipificações do desenvolvimento do MT/MS	39
2.4 Celso Furtado e a relação centro-periferia: uma aplicação ao CO/MS.....	48
2.5 Uma aplicação da Teoria dos Polos no CO/MS.....	53
2.6 A teoria da oferta ilimitada de mão de obra: uma aplicação ao CO/MS	57
3. FORMAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E ECONÔMICA DE MATO GROSSO DO SUL – DAS BANDEIRAS À GUERRA DO PARAGUAI.....	60
3.1 As primeiras ondas de ocupação: as bandeiras	60
3.2 O ciclo da mineração	63
3.3 A Guerra do Paraguai.....	71
4. CICLO ERVATEIRO, O PAPEL DA PECUÁRIA E DA FERROVIA	83
4.1 A exploração da erva-mate e seu papel político e socioeconômico.....	83
4.2 O desenvolvimento da Pecuária no SMT.....	98
4.3 A ferrovia e o processo de integração nacional	111
5. DA MARCHA PARA O OESTE À MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	118
5.1 A posse da terra em Mato Grosso	118
5.2 A Marcha para o Oeste	121
5.3 Os reflexos da construção de Brasília na ocupação da região Centro-Oeste.....	133
5.4 A Modernização Conservadora no Brasil	136
6. PLANOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO APLICADOS AO SMT	145
6.1 O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)	145
6.2 O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).....	152
7. O PROCESSO HISTÓRICO DA DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO	164
7.1 Aspectos do movimento divisionista	164
7.2 A Revolução Constitucionalista e seus efeitos no antigo sul de Mato Grosso	166
7.3 A criação do estado de Mato Grosso do Sul	171

8. O MATO GROSSO DO SUL PÓS 1990	176
8.1 As bases econômicas de MS a partir de 1990.....	176
8.2 A retomada do modelo agroexportador	178
8.3 O processo produtivo de MS voltado à exportação	179
9. CONCLUSÃO	183
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189
ANEXO	199

1. INTRODUÇÃO

A formação política e econômica do Brasil tem suas origens em grande parte no e em decorrência de seu processo de colonização. Segundo Caio Prado (2011, p. 11), “O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir”. Ou seja, se é verdade que o Brasil contemporâneo do século XXI é um país com profundas transformações em relação ao seu passado colonial, também é verdade que se fazem presentes realidades já muito antigas.

Se, de maneira geral, a formação nacional é marcada pelo processo de colonização, assim também o é, em caráter particular, a influência desse processo na formação histórica, política e econômica da Região Centro-Oeste¹. Nesse contexto, o entendimento desses elementos é fundamental na compreensão da evolução (estagnação) de determinadas regiões frente ao avanço do processo de acumulação capitalista global e brasileiro, em particular. Avançar nessas questões é, portanto, o foco desta dissertação.

Como destacado por Caio Prado Júnior (2011), o processo de colonização não tinha outra finalidade que não a de exploração dessas terras, uma vez que os colonizadores buscavam artigos, especialmente metais preciosos e especiarias, capazes de serem comercializados com a Europa. Isto é, não havia a intenção de povoar este território. Nas palavras do autor, “É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis” (2011, p. 16).

No Brasil, a demora em descobrir as jazidas de metais preciosos pelos portugueses obriga-os a povoar o país com o objetivo de “abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio”. (PRADO Jr., 2011, p. 17). Ou seja, já no início do processo de colonização, há elementos que permitem supor que a incorporação do Brasil ao processo de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) seguiu uma lógica que condicionou a sua inserção ao papel de fornecer produtos primários (sejam agrícolas ou minerais) à Economia Internacional.

¹ O objetivo desta dissertação não é estudar a Região Centro-Oeste e, sim, o processo de formação dos estados de Mato Grosso e, principalmente, Mato Grosso do Sul. Todavia, em alguns momentos será necessário retomar a região como um todo, tendo em vista a existência de características (históricas, políticas e econômicas) que são comuns a todos os estados que a compõe. Ou ainda, ciente das especificidades, destaca-se a existência de tendências gerais, como foi o processo de colonização e as políticas consubstanciadas na “marcha para o oeste”, etc.

Essa lógica pode ser vinculada também ao processo de formação de Mato Grosso do Sul. Sendo assim, o “sentido da colonização” de Caio Prado Júnior (2011)², além do ponto de partida, será uma espécie de guia (fio condutor) que conecta a análise a ser empreendida.

Historicamente, as primeiras incursões pelos territórios que hoje formam o Centro-Oeste brasileiro foram realizadas pelos bandeirantes com o objetivo de explorar os recursos desta região, sejam eles humanos (escravização de mão de obra indígena) ou naturais (metais preciosos). Deste modo, assim como no cenário nacional, não havia a intenção de empreender qualquer atividade que tivesse a finalidade de desenvolver economicamente esta localidade.

Nesse período, o antigo sul de Mato Grosso (SMT), hoje Mato Grosso do Sul³, exerceu papel coadjuvante à região central⁴ do estado, uma vez que em Cuiabá localizavam-se as jazidas de ouro, implicando assim, a esta última maior relevância econômica naquele momento. A este respeito Queiroz (2011a) aponta ainda que a descoberta das jazidas de ouro propiciou que o “Extremo Oeste” enfim fosse incorporado aos “circuitos econômicos da América Portuguesa” (2011a, p. 107). E, portanto, a partir de então a coroa lusitana começou a realizar contínuos atos de posse, a fim de dominar a região mato-grossense (Queiroz, 2011a).

Findado o ciclo do ouro no território de Mato Grosso (MT), somente por volta da década de 1830 é que o antigo sul de Mato Grosso passa a contar com uma ocupação efetiva, bem como com o desenvolvimento de atividades produtivas de longa duração, sobretudo, em torno do gado bovino. Ainda ao final do século XIX, uma outra atividade será desenvolvida nesta área, trata-se da exploração da erva-mate. Ambas atividades econômicas (gado bovino e exploração da erva-mate) têm em comum seu caráter de exploração extensiva, e dentre as especificidades destaca-se que, enquanto a primeira está voltada ao mercado nacional, o

² Caio Prado Júnior é considerado um dos mais importantes intérpretes do Brasil (CANDIDO, 1967; OLIVEIRA, 2001). Conforme aponta Faria (2008, p. 3): “Hoje sujeitas a críticas que as tornam mais ricas e complexas, as idéias de Caio Prado Júnior continuam uma referência fundamental para quem quer compreender as causas de nosso atraso sócio-econômico. Seja para concordar ou criticar, ele é o ponto de partida para as análises atuais [...]”. Nesse sentido, apesar do reconhecimento de que existe um amplo debate em torno de suas ideias, este trabalho adota como fundamentação teórica as concepções de Caio Prado Júnior acerca do Sentido da Colonização. Para abordagens alternativas a essa concepção ver, entre outros, Fragozo (1992) e Fragozo e Florentino (1993).

³ Pretende-se utilizar a mesma designação dada por Queiroz (2011a) à região onde se encontra atualmente o Mato Grosso do Sul. Segundo o autor, “Como se sabe, esse estado foi criado apenas em 1977, por desmembramento do estado de Mato Grosso. Desse modo, a fim de simplificar a redação, evitando ao mesmo tempo o anacronismo, o território que viria a constituir esse novo estado é designado, no presente trabalho, como “antigo sul de Mato Grosso” ou simplesmente SMT.” (2011a, p. 111).

⁴ De acordo com Queiroz (1997, p. 113): “Centro é como se costumava designar, na época, a região mato-grossense polarizada por Cuiabá (diferenciando-a do extremo norte, ainda virgem da presença branca).”.

oposto ocorre com a atividade ervateira. No início do século XX atividades derivadas do gado bovino como as charqueadas também passam a ser desenvolvidas.

Contudo, salienta-se que o SMT ganha importância econômica principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando, em termos nacionais, ocorre um reordenamento da produção, ou seja, inicia-se o processo de industrialização “pesada” no Brasil. Cabe destacar que esta concentra-se na Região Sudeste, especialmente em São Paulo. Nesse período, por questões históricas (que envolve desde a formação de capital, o nascimento de uma classe industrial e mesmo questões relacionadas à posição geográfica, dentre outras) e por questões políticas e econômicas (jogo de interesses), a referida região acaba por dinamizar o processo de crescimento da economia brasileira, que passa a incorporar as demais regiões do território nacional, especialmente o Centro-Oeste. A questão é que, voluntária ou involuntariamente, coordenada ou não por interesses externos (esse não é o ponto!), a incorporação do Centro-Oeste ocorreu em termos periféricos, sendo relegado a ela o papel de “celeiro” do Brasil ou ainda de fomentar sua “vocação” agropecu ria⁵.

O resgate histórico proposto neste trabalho vai além do período de cria o do estado de Mato Grosso do Sul (MS), datado em 11 de outubro 1977. Ou seja, em boa parte do trabalho, são retomados elementos históricos que fazem referência às primeiras incursões pelo homem branco nesta localidade, durante o período colonial, caso contrário, corre-se o risco de ignorar fatos que possam ter desencadeado (ou não) as atuais características do estado. A temporalidade abrangida neste estudo compreende, portanto, o início do período colonial até o final da década de 1990. Evidencia-se, assim, com base em Furtado (1961), a inten o de incluir a dimensão histórica na an lise⁶.

Diante do exposto, esta disserta o se propõe a estudar os principais aspectos da forma o histórica, política e econômica de Mato Grosso do Sul, reunindo elementos que se encontram dispersos tanto em sua abordagem temática quanto temporal. Nesse contexto, reconhecendo que a região   caracterizada por inúmeros fatores de ordem histórica, política, econômica, sociais e culturais que influenciaram (e influenciam) sua forma o, admite-se que unir todos esses elementos em um marco teórico conceitual   o principal desafio.

⁵Esta mudança do cenário refere-se ao fato do MS apresentar uma importância nacionalmente, mas o papel do Centro-Oeste, inclusive do MS, será o mesmo, ou seja, periférico.

⁶Segundo Furtado (1961/2000, p. 241): “a falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica.”.

Ressalta-se, aqui, que o objetivo é a construção de **ensaios**⁷ sobre os referidos aspectos, onde são realizados apontamentos sobre os principais elementos que caracterizam as distintas dimensões do desenvolvimento e que, portanto, a análise empreendida não tem a pretensão de esgotar o tema. O privilégio de alguns aspectos, em detrimento de outros (e de uma representação mais completa da realidade histórica) é uma das limitações do trabalho.

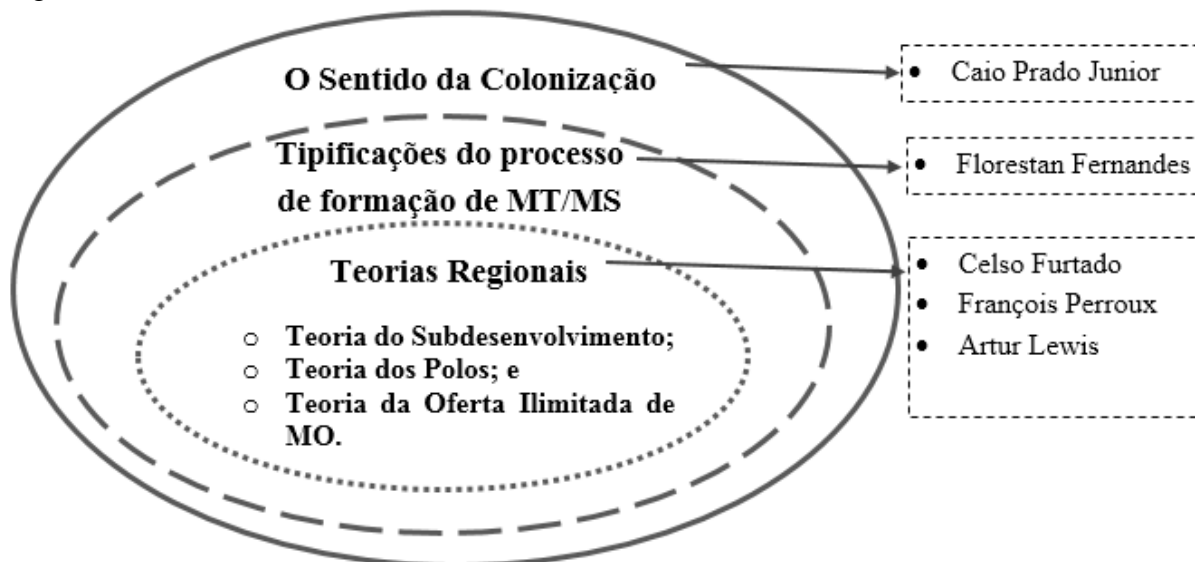
Nesse contexto, além da elaboração do referido marco teórico, optou-se, como estratégia de análise, a elaboração de “tipificações”, no estilo de Max Weber, utilizado por Florestan Fernandes (1976), como forma de elencar os principais fatores entendidos como fundamentais a compreensão da formação de Mato Grosso do Sul. O procedimento analítico adotado, então, será o de partir da caracterização dos fenômenos gerais (da formação brasileira e, especificamente, da formação do Mato Grosso uno⁸) para, em seguida, identificar seus desdobramentos particulares no espaço sul-mato-grossense, em seus tempos respectivos.

A figura a seguir sintetiza o marco teórico utilizado ao longo desta dissertação. Enfatiza-se que o entendimento das especificidades da formação sul-mato-grossense passa também pela compreensão dos principais *insights* das teorias de desenvolvimento regionais destacadas, uma vez que a particularidade da referida formação requer também um esforço de teorização específico, devido sobretudo à forma como a região conecta-se à evolução do processo de acumulação nacional e internacional.

⁷ A esse respeito Mendes (2012, p. 95) demonstra que “O ensaio pretende explicar a história em seu conjunto, assinalando suas características principais, não se detendo em seus aspectos particulares ou em seus diferentes momentos”.

⁸ Neste trabalho, será utilizada a terminologia Mato Grosso uno quando se fizer referência ao território que hoje compõe tanto Mato Grosso quanto Mato Grosso do Sul.

Figura 1: Marco Teórico conceitual



Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa realizada nesta dissertação pressupõe que o desenvolvimento do estado de MS é historicamente dependente dos ciclos externos (nacionais e internacionais) e que, portanto, a sua trajetória de desenvolvimento possui traços marcantes de uma inserção periférica. Ou ainda, supõe que as decisões que afetam a produção de uma economia/região dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses de grupos das economias/regiões desenvolvidas⁹ associadas aos interesses internos/locais (seja de uma classe política ou da sociedade como um todo).

Ademais, admite-se, em linha com parte da literatura (ver PIRES, 2008, por exemplo), que a modernização econômica do Brasil foi condicionada por meio dos interesses da burguesia nacional, internacional e dos terratenentes, o que, por sua vez, implicou um padrão de capitalismo dependente. Ou seja, prevaleceu em solo brasileiro a concepção de Furtado (1961) a respeito das características dos países subdesenvolvidos, onde se tem a penetração da modernização (via empresas capitalistas) sem o rompimento com as estruturas arcaicas.

[...] o pacto conservador tecido no centro de decisão político do Estado entre a burguesia nascente e os terratenentes determinou que a modernização da economia brasileira avançaria através da industrialização, mas manteria a estrutura fundiária arraigada em grandes propriedades rurais [...]. (PIRES, 2008, p. 24).

⁹Tal enfoque implica reconhecer que, no plano político e social, existe algum tipo de dependência, que teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários.

Sendo assim, ao contrário de países onde a revolução burguesa ocorreu por meio da ruptura com a estrutura política e econômica do antigo regime, retirando os proprietários rurais do centro do poder político, no Brasil, a burguesia nacional não deteve força suficiente para uma ruptura profunda com as antigas elites dominantes. O que se verificou foi um pacto político e econômico entre esses agentes (e que no MT uno predominou a elite agrária e, na Região Sudeste, a burguesia industrial).

Em MT uno, essa aliança de interesses, embora apareça em contexto diferente, também estava presente. Valmir Corrêa (2006) exemplifica isso ao mostrar que o monopólio para exploração da erva-mate pela Companhia Mate Laranjeira (localizada no sul do estado) foi estabelecido com a conivência de políticos mato-grossenses, e inclusive do governo federal. No contexto da exploração da erva-mate, essa aliança fica mais evidente quando da associação dos irmãos Murtinho¹⁰ à Companhia Mate Laranjeira. Nas palavras de Bittar (2009a, p. 64), tinha-se explicitamente a “utilização do poder público para fins particulares”.

Deste modo, quando se analisa o processo de desenvolvimento brasileiro no âmbito regional, em que se sobressaem as economias das Regiões Sul e Sudeste, evidencia-se que, em algumas regiões, os traços da reprodução do processo de inserção periférico à divisão internacional do trabalho ocorrido em termos nacionais é mais claro. Em outras palavras, é a periferia da periferia! Exemplificando, admite-se que a incorporação do Centro-Oeste à economia nacional no século XX (em especial o antigo sul de Mato Grosso, objeto do presente estudo) seguiu uma lógica que procurava atender, em um primeiro momento, aos interesses de grupos que beneficiariam principalmente a Região Sudeste do Brasil (que passava por um rápido processo de industrialização) e, em um segundo momento, que se fortalece a partir dos anos de 1980 e 1990, de fornecedor de matérias-primas ao mercado internacional (especialmente ao mercado chinês). Essa última parece ser a lógica prevalecente na atualidade.

É evidente que as transformações nacionais foram e são decorrentes de ações de elementos externos (sejam voluntários ou involuntários) combinados a fatores internos/locais (inclusive políticos e sociais). Em Mato Grosso do Sul (antigo sul de Mato Grosso), esses elementos internos tiveram importância significativa, isto é, reforçaram/contribuíram para a inserção periférica e dependente do estado, sendo possível agrupá-los em quatro principais

¹⁰ Os Murtinhos detinham grande influência na época, inclusive Manuel José Murtinho foi governador de Mato Grosso (ou presidente de Mato Grosso) no ano de 1889, e, posteriormente, de 1891 a 1895; seu irmão Joaquim Murtinho foi senador durante 3 mandatos, tendo sido designado ainda como Ministro da Fazenda no governo de Campos Sales.

determinantes¹¹: i) a distância em relação ao centro dinâmico; ii) a ausência de um mercado consumidor; iii) a insuficiência de mão de obra; e, por fim, iv) a ausência de acumulação de capital. Tais determinantes são corroborados em Borges (2001, p. 89) quando cita um relatório de Dr. Joaquim Ramos Ferreira (1887):

(...) Como produzir onde falta o consumidor, onde não existem vias de comunicação, e os mercados por sua grande distância tornam absurda toda a idéia de permuta? Pois podem os productos agrícolas de Matto-Grosso ser remetidos para Buenos Ayres e Montevideo, para competir com os similares de outras procedencias, quando só o preço do frete quase que absorve o valor do produto? Outra causa é a falta de capitaes. A província não possui um só estabelecimento bancário, e o capitalista mattogrossense só conhece um emprego para os seus capitaes – as apólices da dívida pública.¹²

Antes de analisar cada um destes determinantes, faz-se uma ressalva quanto ao entendimento desse caráter periférico e dependente de MS. Admite-se, em primeiro lugar, que ele é recente, pelo fato já apontado do estado ter exercido por um longo período um papel secundário ao atual estado de MT. E, segundo, mesmo quando se menciona a inserção periférica do Mato Grosso uno, faz-se referência a surtos de inserção¹³, pois, em alguns momentos, não há inserção alguma. Segundo Steinen (1942 apud BORGES, 2001, p. 45), ao final do século XIX, “[...] Aliás, as condições de produção, a extensão da Província e o papel que a mesma representa no próprio país são muitíssimo precárias, sem mencionar as relações com o resto do mundo que são nulas”.

O primeiro elemento interno apontado como um dos empecilhos para o desenvolvimento de MT uno é a distância¹⁴, que, por si só, não pode ser considerada como único determinante dos desdobramentos do desenvolvimento deste estado, ainda que representasse um dos principais gargalos para a ocupação do oeste brasileiro. A distância em relação aos demais núcleos urbanos, especialmente aqueles que concentravam o núcleo político do país (Rio de Janeiro, em especial) implicava, por exemplo, limitada comunicação

¹¹ Além destes, doenças e pestes também eram entraves para ocupação da região.

¹² Relatório que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. José Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar a Assembleia Legislativa Provincial de Mato-Grosso na 2ª sessão da 26ª Legislatura. Setembro de 1887, s. p. (Borges, 2001, p. 89).

¹³ Esses surtos de inserção atendem ao que vamos definir como tipificações.

¹⁴ No que se refere à distância, Borges (2001) aponta que, dentro da historiografia de Mato Grosso, existe uma corrente tradicional que se utiliza da tese de isolamento para explicar a ausência de desenvolvimento da Província/Estado, entretanto, a historiografia recente tem criticado essa tese, pois acredita que este isolamento não ocorreu em sua totalidade, apresentando “mais ‘mitos’ do que ‘fatos’”. (Borges, 2001, p. 22).

ou comunicação tardia¹⁵. Ademais, a precariedade das estradas (quando existiam estradas) associadas à distância, e, conseqüentemente, às dificuldades de transporte, obstruíam a possibilidade de uma integração de Mato Grosso com as demais regiões do Brasil, ou ainda, conforme qualifica Soares (2013, p. 42):

“As dificuldades de transporte, a indefinição acerca da posse do território até a assinatura do Tratado de Madrid (1750) e a grande disponibilidade de terras próximas ao litoral para as produções de exportação inviabilizaram uma integração produtiva significativa do oeste ao restante do Brasil.”

O segundo elemento listado é a ausência de um mercado consumidor, em grande parte porque a própria distância dificultava a formação de um maior povoamento neste lugar. Ao mesmo tempo, em parte devido a essa baixa densidade demográfica, havia a escassez de mão de obra (terceiro elemento), o que, por sua vez, dificultava a diversificação produtiva. A mão de obra era predominantemente escrava (principalmente durante o ciclo do ouro), e, mesmo após a abolição, o que se via nas principais atividades estabelecidas em Mato Grosso não era que em nenhuma delas tinha-se o trabalho assalariado estabelecido de forma plena, vigorando o “endividamento” (servidão por dívidas) como regime de trabalho. Isso fica claro no ciclo da extração da borracha e da erva-mate, por exemplo.

O quarto elemento é a baixa acumulação de capital. Isso, em boa parte, é decorrência dos três elementos citados anteriormente, bem como por não haver na região (assim como em boa parte das demais regiões brasileiras) um núcleo de “desenvolvimento endógeno” comparado àquele desenvolvido pela economia cafeeira em São Paulo, por exemplo. Em outras palavras, o SMT não tinha (ou não produzia) nenhum produto que permitisse se conectar com os ciclos de expansão do comércio mundial (do próprio capitalismo), dificultando, portanto, a formação de uma acumulação de capital capaz de liderar o processo de desenvolvimento. Ademais, a acumulação que ocorreu (por meio da companhia Mate Laranjeira) era monopolizada e em grande parte respondia a interesses externos.

Além disso, é possível mostrar que, no processo de acumulação, o capital externo (nacional e internacional) foi ganhando cada vez mais espaço ao final do século XIX e início do século XX no antigo sul de Mato Grosso. Pires (2008) revela, que mesmo no ciclo do ouro os mineradores tinham de pagar uma alta parcela de tributos à coroa lusitana, reduzindo assim

¹⁵ Borges (2001) relata que a notícia da Proclamação da República (ocorrida em 1889) chegou a Cuiabá quase um mês após o episódio, o que nos remete a uma reflexão de quão deficiente era a infraestrutura neste período, e principalmente anterior a ele.

sua renda. Salienta-se também que, boa parte das mercadorias (alimentos e bens de consumo não duráveis) vinham de outras capitanias (principalmente São Paulo), o que implicava na prática de formação de preços elevados e, assim, na redução da capitalização dos agentes econômicos, o que impossibilitava a formação de um mercado consumidor sólido.

Borges (2001) identifica que existiam incipientes atividades voltadas ao mercado interno paralelamente à mineração de ouro, entretanto, ela era insuficiente e por isso era necessário importar produtos de outras regiões. Com o declínio da atividade mineratória, restando apenas como alternativa a exportação de limitadas porções de couros e de poaia, reduziu-se a capacidade que a Capitania detinha para importar (situação que já era desfavorável pelos apontamentos anteriores). Surge a necessidade de maiores “estímulos” para produção interna, também denominado por Alcir Lenharo (1982) de reordenamento das forças produtivas, ou mais especificamente, “substituição defensiva de importações”.

Desta forma, desenvolveu-se predominantemente na região uma agricultura de subsistência e a pecuária extensiva (que foi se transformando na atividade preponderante). Foi desta junção que historicamente se formou uma estrutura fundiária caracterizada pela média e grande propriedade rural, constituindo um terreno propício para o estabelecimento de laços de poder político entre os representantes da elite agrária. Bittar (2009a) expõe que, durante a Primeira República (1889-1930), dada a dispersão geográfica brasileira, o seu processo político foi caracterizado pelo surgimento de poderes locais em seus estados, no caso de Mato Grosso uno, este período foi marcado pela presença do denominado coronelismo e oligarquias, os quais defendiam interesses ligados à classe latifundiária.

Cabe destacar que somente ao final do século XIX foi constituído um mercado consumidor mais “sólido” para a Província de Mato Grosso, entretanto, o mesmo esteve mais direcionado ao comércio internacional, uma vez que se propiciou a abertura econômica de Mato Grosso com o exterior devido ao comércio realizado através da navegação pelo rio Paraguai. Ainda no término do século XIX, o mate e a borracha foram os responsáveis em superar “a relativa estagnação produtiva de Mato Grosso” (Borges, 2001, p. 47). Nesta perspectiva, o autor aponta ainda que, embora apresentem interpretações diferentes, para Lúcia Salsa Correa (1980) e Gilberto Luiz Alves (1984), “o vínculo com o exterior” ou ainda “os fatores externos” podem ter sido os fatores decisivos para estabelecer o desenvolvimento de Mato Grosso, principalmente após a guerra.

É reconhecido que a exploração da erva-mate de certa forma contribuiu na economia de Mato Grosso uno, todavia, é importante frisar dois pontos: i) sua exploração ocorreu por

um período considerável de forma monopolizada pela Companhia Mate Laranjeira, e ii) a maior parte do capital da empresa era de origem externa (leia-se argentino), conseqüentemente, ainda que algumas benfeitorias tivessem sido realizadas na região, o fato é que boa parte do capital gerado pela exploração da erva-mate não ficava em Mato Grosso uno, mas migrava para a Argentina, acrescentado a isso que a mão de obra empregada era constituída praticamente em regime de semiescravidão, dado que o regime assalariado não vigorava em sua forma plena devido ao endividamento destes trabalhadores com seu empregador. Portanto, não havia possibilidade da formação de um mercado consumidor interno.

Nota-se que os determinantes mencionados estão entrelaçados com efeitos mútuos entre si. Além dos atores/características apontadas, é indispensável incluir ainda o papel do Estado Nacional no processo de formação do antigo sul de Mato Grosso. Pois, se no início da constituição de Mato Grosso uno o Estado Nacional parecia ausente¹⁶ ou com pouca atuação, aos poucos esse cenário foi se alterando, como, por exemplo, no período pós-guerra do Paraguai e, principalmente, a partir do estabelecimento do Governo Vargas, na década de 1930, momento em que o Estado passou a intervir diretamente na região via programas de desenvolvimento. Deste modo, a forma de atuação do Estado Nacional (“aparente ausência” ou forte intervenção) acarretou conseqüências tanto de ordem política quanto econômica e social no SMT.

É o caso, por exemplo, do período conhecido como “política do café com leite” (1889-1930), quando o café era o principal produto produzido e comercializado pela economia brasileira. Para assegurar as vantagens comparativas deste produto, o Estado adotou como prática a desvalorização cambial, priorizando o capital gerado pelo café em detrimento a outros produtos exportados, que, no caso do antigo sul de Mato Grosso, era a erva-mate. Acredita-se que as sucessivas desvalorizações prejudicaram a acumulação de capital advindas da comercialização deste produto¹⁷. Em outras palavras, a política nacional de proteção dos preços do café acabou por prejudicar a acumulação de capital em MT. Evidentemente, deve-

¹⁶ A ausência referida não está relacionada literalmente ao descaso, mas muitas vezes atrelada às circunstâncias do período e da região. Um exemplo típico desse processo é citado por Bittar (2009) extraído de Carone (1978), que relata a forma como Generoso Ponce toma Cuiabá e depõe Totó Paes, em 1906, e, embora Rodrigues Alves seja contrário a Ponce, nada pôde fazer, uma vez que, quando o General Dantas Barreto chegou à Cuiabá, o novo governo já estava instalado, restando ao então presidente reconhecer o novo governo.

¹⁷ Isso porque a uma demanda internacional inelástica (ou com baixa elasticidade), uma desvalorização cambial significava uma redução da capacidade de importar máquinas e equipamentos. Outra característica do ciclo ervateiro era de que, no SMT, realizava-se apenas um primeiro beneficiamento, também chamado de “cancheamento”, que, por sua vez, implicava em menor valor agregado ao produto exportado.

se considerar que, em contrapartida, o desenvolvimento da economia cafeeira também trouxe benefícios ao antigo sul de Mato Grosso através da expansão do comércio do gado bovino.

Como mencionado, a atuação do Estado, tanto no sul de Mato Grosso, bem como em várias regiões do Brasil ocorreu de forma mais direta a partir do estabelecimento das políticas desenvolvimentistas, em especial na implantação dos programas criados pelo governo (POLOCENTRO, PRODEGRAN, PRODEPAN, dentre outros), disponibilizando para tal todo um aparato administrativo (criação de superintendências, como a SUDECO, centros de pesquisa, como a EMBRAPA, EMATER).

Além dos determinantes internos e externos, o antigo Mato Grosso é detentor ainda de outra característica que lhe foi oportuna, ou seja, trata-se de uma região fronteiriça, e tal condição lhe garantiu que o governo imperial o “financiasse”. Dado o declínio da exploração do ouro somada aos gargalos existentes naquele território, a Província não tinha meios de se autossustentar, e portanto, conforme aponta Queiroz (2011a), o governo imperial concedeu consecutivas isenções tributárias, além de efetuar gastos militares de ordem expressivas na região. Outro marco que se deu em função desta característica foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), a qual, de acordo com Queiroz (2011a), tinha como sentido o papel político-estratégico pelo menos no que se refere ao traçado estabelecido em Mato Grosso. E como será exposto ao longo deste trabalho, a construção da ferrovia exerceu um papel importante para o sul de Mato Grosso tanto em termos políticos quanto econômicos.

Feitas essas considerações, e com base em uma interpretação teórica fundamentada também na literatura de desenvolvimento regional, procurou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Como ocorreu o processo de formação de Mato Grosso do Sul dentro de uma perspectiva histórica, política e econômica, a partir do período de colonização deste território? Ou ainda, quais são as características no âmbito dos diferentes aspectos mencionados que moldam o processo de desenvolvimento sul-mato-grossense?

A justificativa para a realização desta dissertação advém da pressuposição de que a resposta para o problema de pesquisa encontra-se na compreensão dos aspectos da formação histórica, econômica e política do Estado, ratificando assim a necessidade da realização deste estudo. Admite-se, portanto, que, em termos da história econômica, esse resgate é fundamental para entender os avanços ocorridos, os limites e obstáculos enfrentados e as (novas) oportunidades e desafios do desenvolvimento econômico sul-mato-grossense.

A originalidade do trabalho está em propor uma análise que, ao retomar os principais elementos que caracterizam a formação histórica, econômica e política de Mato Grosso do

Sul, apresenta **uma interpretação capaz de elucidar os principais aspectos do seu processo de desenvolvimento**. Assim, procura-se estabelecer e enriquecer as conexões teóricas existentes, ao se recuperar os desenvolvimentos e as controvérsias sobre o tema, ao mesmo tempo em que avança na compreensão do objeto de estudo ao propor novas interpretações ou mesmo lançar, eventualmente, uma luz nova sobre as interpretações já consolidadas.

O trabalho terá como base metodológica o método histórico-estrutural¹⁸ desenvolvido por autores ligados ao pensamento cepalino, especialmente pelo seu precursor Celso Furtado, uma vez que esse método permite uma análise conjunta e interconectada de aspectos econômicos, políticos e sociais em uma perspectiva histórica.

Nesse contexto, por um lado, o método incorpora uma dimensão temporal no sentido de que destaca a importância do contexto histórico para entender o funcionamento da economia e da sociedade. Assim, ao examinar tendências históricas, enfatizam-se as mudanças de comportamento dos agentes e a trajetória das instituições, bem como o exame dos “desequilíbrios” típicos de economia e sociedade em rápida transformação (Bresser-Pereira e Rego, 2001).

Para os objetivos específicos deste trabalho, o reconhecimento da historicidade da situação requer mais do que assinalar as características estruturais da economia sul-mato-grossense. Há que se analisar, com efeito, como essa economia vinculou-se historicamente ao mercado mundial e nacional e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos.

Por outro lado, de uma maneira geral, o método incorpora uma dimensão estruturalista porque defende a análise na totalidade e nas inter-relações entre os elementos de um sistema em contraposição à análise baseada em elementos isolados individualmente. Nesse caso, ela se distingue também da análise historicista, pois oferece explicações não narrativas (com ênfase na análise da dinâmica subjacente à estrutura ao invés de explicações descritivas) (BLANKENBURG, PALMA E TREGENNA, 2008). De maneira específica (associada ao estruturalismo latino americano), é estruturalista também no sentido de que admite a existência de particularidades específicas nas economias em desenvolvimento, em especial, nas estruturas institucionais e produtivas, que constituem “gargalos” que restringem o crescimento. Ou seja, a determinação do nível global da utilização dos recursos ocorre sob o

¹⁸ Ao desenvolver este método, Furtado afirma que não se pode aplicar a mesma teoria elaborada para os países desenvolvidos nos países periféricos, pois cada qual possui suas características próprias, além de que, para o autor, o desenvolvimento não era uma etapa a ser alcançada, sendo assim acrescentada a perspectiva histórica para complementar esta teoria.

contexto de uma estrutura econômica, política e social específica (MISSIO, JAYME JR. E OREIRO, 2015).

Além disso, a análise incorpora, de algum modo, aspectos do materialismo histórico de Marx¹⁹. Ou seja, entende-se que a sociedade sul-mato-grossense e sua estrutura de classes são o reflexo da base material a elas subjacente. Nesse caso, é necessário buscar o sentido da formação dessa sociedade nas relações sociais, nos interesses de classe e nas determinações que a lógica do capitalismo impôs, desde o início, a essa sociedade²⁰. Isso permite analisar o desenvolvimento do MS como especificidade no movimento mais geral do capitalismo.

Não obstante, além da dimensão econômica, ressalta-se a existência de uma dimensão política, social e institucional que formam a base sob a qual se empreende o processo de desenvolvimento e, portanto, a análise integrada desses aspectos é de suma relevância para o entendimento das questões objeto de análise. Em outras palavras, prioriza-se, neste estudo, uma análise integrada do desenvolvimento, como sugerido por CARDOSO e FALETTO (1969). Trata-se, portanto, da compreensão das condições históricas que levaram a economia sul-mato-grossense a uma condição de dependência estrutural. Essa dependência supõe um modo de ser que, por sua vez, depende de vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento social, político e econômico local em função dos interesses “nacionais” (que, na prática, nada mais é do que a aliança de interesses regionais – leia-se, no caso brasileiro, interesses de uma elite burguesa vinculada à Região Sul e Sudeste aliada a uma elite agrária de MT/MS).

Ademais, entende-se que, para alcançar a referida análise do desenvolvimento, será necessário aprofundar o entendimento de como o poder econômico se expressa em dominação social. Essa dominação social é exercida por meio da política, ou seja, através do processo político, uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permite impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio.

Uma ressalva quanto à forma a ser utilizada para a construção da análise: inicialmente, privilegiam-se aspectos gerais para, subsequentemente, avançar no entendimento de questões específicas. Assim, em que pese muitas vezes a retomada repetida de assuntos (prejudicando quiçá uma leitura mais “fluente” do texto), admite-se ser necessário

¹⁹ Partindo do desenvolvimento das forças produtivas materiais e das relações sociais de produção, ou seja, da base econômica (com seu modo específico de produção, sua divisão social do trabalho e suas classes sociais correspondentes), seria erguida a superestrutura em suas “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas” (MARX, [1859] 1977, p.25).

²⁰ Prado Jr. (2011) e Sodré (1990), entre outros, são exemplos de autores que utilizaram o método para analisar a formação brasileira.

fazer as conexões de maneira elaborada, ainda que, em determinadas passagens, a análise possa tornar-se longa e exaustiva.

Há de se destacar também que, do ponto de vista referencial, a análise a ser empreendida é debitaria dos grandes pensadores brasileiros que estudaram o Brasil com originalidade e profundidade. Nesse contexto, a atualidade de muitas das análises empreendidas é um guia capaz elucidar questões passadas e contemporâneas de interesse²¹. Esse marco referencial, somado às contribuições dos teóricos do desenvolvimento regional, constitui o marco teórico referencial desta dissertação.

Por fim, destaca-se, que embora pensada para o caso de Mato Grosso uno e, mais especificamente para o MS, a análise conserva traços gerais, que com adaptações pode ser aplicada a outras regiões da América Latina e do Brasil, em particular.

A dissertação encontra-se dividida em 9 capítulos, incluindo essa introdução. No capítulo 2, apresenta-se o marco teórico que fundamenta o trabalho. Na sequência, no capítulo 3, é estudada a formação histórica, política e econômica de Mato Grosso do Sul a partir das bandeiras até a guerra do Paraguai. No capítulo 4, demonstra-se o papel do ciclo ervateiro, da pecuária e da construção da ferrovia para a localidade em estudo. No capítulo 5, elaborou-se uma contextualização da formação do estado de MS a partir da Marcha para o Oeste e seus desdobramentos até o processo de modernização agrícola. Em seguida (capítulo 6), atrelado ainda à implantação da modernização agrícola, fez-se um breve resgate histórico dos Planos e Programas implantados no SMT, bem como seus efeitos. No capítulo 7, abordou-se o papel da elite local para que a divisão do estado de Mato Grosso ocorresse. Já no capítulo 8, procurou-se fazer um panorama do cenário sul-mato-grossense aos fins da década de 1990. Por fim, no capítulo 9, são apresentadas as conclusões.

²¹ Antônio Candido (1967) designou Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior como os demiurgos do Brasil. Posteriormente, Francisco de Oliveira (2001) acrescentou Celso Furtado àquele seletivo grupo por suas contribuições teóricas e, mais recentemente, Florestan Fernandes.

2. MARCO TEÓRICO: DO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO ÀS TEORIAS REGIONAIS

O presente capítulo tem por objetivo apresentar e caracterizar o marco teórico que fundamenta este trabalho. Para tanto, discute-se inicialmente o “Sentido da Colonização” proposto por Caio Prado Júnior. Nesse caso, os apontamentos do autor serão considerados como referência geral na análise a ser empreendida. Assim, entende-se que, se adaptada em termos regionais, o “sentido da colonização” pode ser um guia útil para a compreensão do processo de formação de Mato Grosso do Sul (antigo sul de Mato Grosso). Obviamente, a análise será empreendida considerando-se também as características e acontecimentos que fizeram parte da formação histórica, política e econômica do estado, de tal forma a considerar o protagonismo local tão importante quanto o atendimento à lógica externa.

Neste contexto, considerando que Mato Grosso do Sul possui especificidades que compõem a sua formação, recorreu-se às tipificações ao estilo de Weber utilizado por Florestan Fernandes. Essas tipificações buscam caracterizar o que se entende como sendo aspectos essenciais do desenvolvimento sul-mato-grossense. Assim, em um primeiro momento, o desafio é elencá-las; posteriormente, buscar-se-á analisá-las em maiores detalhes. Destaca-se, também, que para facilitar a compreensão ou para que a análise fosse capaz de dar uma dimensão mais elaborada do “conjunto” a ser analisado, foi necessário recorrer a aspectos da história da formação do antigo Mato Grosso (atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Segundo Queiroz (2011a, p. 111), [...] a história de uma não pode ser compreendida sem referências à história das outras”.

Foram abordadas ainda algumas teorias regionais que estiveram intrinsecamente ligadas ao processo de formação da Região Centro-Oeste, dentre elas: i) a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado, procurando assim evidenciar que a relação Centro-Periferia se aplica também em âmbito regional; ii) a Teoria dos Polos de François Perroux, a fim de demonstrar sua influência ao longo da história brasileira, principalmente na Região Centro-Oeste, e por fim, iii) a Teoria da Oferta Ilimitada de mão de obra de Arthur Lewis, destacando como a indisponibilidade da mão de obra tornou-se um empecilho para o desenvolvimento deste local.

A conexão entre essa abordagem mais geral, da formação histórica do capitalismo e do Brasil, em particular, com essas teorias mais específicas do desenvolvimento regional também é um desafio a ser superado ao longo desta dissertação.

2.1 O sentido da colonização: o caso brasileiro

Conforme apontado por Caio Prado Júnior (2011), a formação e a evolução de um povo se dá por meio de um “sentido” e, ao estudar a sua história, é imprescindível que se tenha este reconhecimento, pois nele está boa parte das respostas aos acontecimentos que ocorrem numa determinada nação/região.

A constituição de um núcleo industrial na Europa bem como a consolidação de um sistema capitalista mundial influenciou e definiu o formato de desenvolvimento econômico da maioria das regiões do planeta, uma vez que este núcleo propagou impulsos que implicaram em distintas direções e resultados: i) o desenvolvimento dentro da própria Europa; ii) deslocamento das fronteiras europeias para terras que até então não estavam ocupadas e que possuíam características físicas semelhantes às suas; e iii) expansão rumo às terras de antiga colonização, onde predominava um sistema econômico de base artesanal instalado. (FURTADO, 1961). Essa ideia advém da concepção de Caio Prado, ao afirmar que prevaleceram duas formas de colonização na América: i) a de povoamento; e ii) a de exploração²².

As regiões localizadas nas zonas temperadas da América foram colonizadas em grande parte pelos ingleses, e, se, por um lado, na Inglaterra estava ocorrendo o “período de gestação” das indústrias, por outro, muitos camponeses estavam sendo expulsos do campo, vendo-se obrigados a se adaptarem ao processo de urbanização que se iniciava, além de que, neste período, ocorria uma intensa perseguição político-religiosa aos puritanos ingleses. Tais fatos levaram estes ingleses a ocuparem as colônias com o objetivo de povoá-las e transformá-las numa terra semelhante àquelas onde viviam na Europa.

Já as regiões situadas nas zonas tropicais e subtropicais da América inicialmente afastaram os colonizadores, dado que o clima era muito diverso do que estavam habituados na Europa. Contudo, a descoberta de especiarias e metais preciosos despertou o interesse dos colonizadores portugueses, que implantaram assim o processo de colonização de exploração.

Destaca-se, ainda, que enquanto na zona temperada os colonos trabalhavam na terra, tanto com a sua família ou por meio do trabalho assalariado, nas zonas tropicais e subtropicais, prevaleceu o trabalho escravo, bem como a utilização de vastas terras para o desenvolvimento das *plantations*. Fez parte deste grupo o Brasil, onde a orientação para o

²² Existem autores que contestam essa tese para maiores informações ver: a) KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: A Formação da Nação*. São Paulo: Editora Contexto, 2005; e b) PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. *Enquanto o Brasil nascia: O Ensino do Brasil Colonial*. Disponível em: <http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20%284%29.pdf>.

desenvolvimento deu-se por meio da exploração de suas riquezas naturais que, em sua maioria, eram enviadas à Europa.

Para Holanda (1995, p. 47), a característica latifundiária e agrária desenvolvida no Brasil não era decorrente de uma “manipulação original” dos colonos portugueses, mas estava atrelada às circunstâncias em que se encontrava a Europa no período do descobrimento, ou seja, a mesma ainda não estava industrializada e, assim, sua produção agrícola era suficiente para abastecer o mercado interno, demandando apenas produtos naturais oriundos de climas quentes. Portanto, o perfil do sistema agrário brasileiro ocorreu em virtude da conveniência da produção e do mercado. Na visão de Soares (2013), as circunstâncias da economia europeia naquele período foram as principais promotoras do modo como se estabeleceu a colonização no Brasil, sendo que o clima e as condições físicas desempenharam um papel secundário no estabelecimento das diferentes formas de colonização.

Diante deste cenário, foi incumbido aos portugueses nortear o desenvolvimento de um regime de exploração fundiária baseado tanto na monocultura quanto na exploração de mão de obra escrava (sobretudo, os negros), sendo que a dimensão territorial propiciou que as grandes propriedades se desenvolvessem como forma de concentrar o lucro, dado que se pequenas e médias propriedades se desenvolvessem, os lucros tenderiam a se fragmentar (e não era esse o objetivo) (SOARES, 2013).

O marco conceitual estabelecido por Caio Prado Júnior guiará a análise sobre a compreensão da formação de MS. A justificativa advém do entendimento de que, no Mato Grosso uno, em geral, mesmo com suas especificidades, a forma de ocupação foi uma reprodução do formato da ocupação do Brasil, e portanto, também ocorreu com o propósito de exploração da produção deste território para atender inicialmente ao mercado internacional (leia-se o mercado europeu) e, posteriormente ao mercado nacional (Região Sudeste do Brasil). Em outras palavras, a acumulação seguiu a lógica de atendimento às demandas externas (internacionais e/ou regionais).

2.2 A colonização de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul

Partindo da perspectiva do marco teórico adotado, a área que hoje compõe os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul poderia ter seu “sentido de colonização” caracterizado em três períodos em que essa lógica torna-se mais evidente: i) o primeiro refere-se ao período colonial, onde a região atendeu à lógica determinada por Portugal (de

exploração de metais preciosos, principalmente; mas também como fornecedora de mão de obra indígena para a produção realizada em outras regiões do país); ii) a segunda ocorre a partir da reorganização do processo produtivo brasileiro (industrialização), em que o antigo sul de Mato Grosso é incorporado ao mercado nacional como produtor de bens alimentícios necessários ao abastecimento das classes trabalhadoras urbanas emergentes; e, iii) o período atual, que, apesar da sua maior complexidade, indica que a região seja produtora de *commodities* a fim de atender à demanda externa, especialmente do mercado chinês.

Com relação ao primeiro momento, resgata-se da história de que o litoral foi o ponto de partida da colonização brasileira, onde se desenvolveram as primeiras atividades econômicas, isto é, as atividades produtivas direcionadas à exploração das características daquela localidade que permitissem a produção de bens de interesse da metrópole (Portugal), como a cana-de-açúcar, por exemplo. De acordo com Holanda (1995), as terras do Nordeste brasileiro eram de boa qualidade e aptas para o desenvolvimento altamente lucrativo da lavoura da cana-de-açúcar. Entretanto, havia a necessidade de mão de obra para realização do trabalho, uma vez que “O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho” (Holanda, 1995, p. 49). Como as primeiras tentativas de escravização do índio não obtiveram o êxito esperado (dada a resistência indígena)²³, os colonos portugueses recorreram à mão de obra escrava vinda da África (onde Portugal também mantinha colônias)²⁴.

Para além da já bem conhecida lavoura açucareira no Brasil (FURTADO, 2005), cumpre ressaltar, para os propósitos desta dissertação, que a lucratividade da lavoura de cana-de-açúcar não era homogênea no espaço brasileiro. Observava-se que em algumas regiões, ao contrário do que ocorreu no litoral nordestino, a produtividade/lucratividade da lavoura era reduzida, como foi o caso do planalto paulista. Diante dessa situação, muitos produtores desse local recorreram a outras atividades como a lavoura de trigo, por exemplo. Mas o ponto é que, enquanto os rendimentos obtidos através do cultivo da cana-de-açúcar justificavam a adoção da mão de obra africana em boa parte dos empreendimentos, para os produtores dessa região, esse custo era alto (frente à baixa produtividade da lavoura). Assim, uma das alternativas encontradas para contornar essa situação foi adentrar “os sertões” da América Portuguesa em busca de índios a fim de torná-los fonte de mão de obra escrava. Surgem, nesse contexto, as

²³ Embora tenha ocorrido a resistência, não significa que não houve a escravidão indígena, muito pelo contrário, inclusive Queiroz (2007) relata que a extração do pau-brasil se deu com mão de obra indígena compulsória.

²⁴ Holanda (1995, p. 48) afirma que, na formação dos latifúndios coloniais, os negros sempre estiveram presentes, como se fossem fatores obrigatórios.

primeiras penetrações no território sul-mato-grossense pelos denominados bandeirantes da capitania de São Vicente.

O atual estado de Mato Grosso do Sul, no final do século XVI e o início do século XVII, fazia parte dos domínios espanhóis (de acordo com o Tratado de Tordesilhas²⁵). Os espanhóis estabeleceram nesse território um núcleo denominado Santiago de Xerez (que perdurou até 1632)²⁶, contando ainda com a presença de jesuítas com vínculos espanhóis, também denominada “*missões do Itatim*” (QUEIROZ, 2008a, p. 16). Foi somente a partir do século XVII que este território ingressou na história da América Portuguesa, decorrente de ações dos denominados bandeirantes da capitania de São Vicente, que adentraram neste lugar com o único objetivo de aprisionar índios com a finalidade de escravizá-los (QUEIROZ, 2008a). Ainda segundo o autor, a presença do bandeirante possuiu um caráter que se poderia chamar de despovoador, dado que, nesta busca por escravos índios, eles “aprimoraram, dizimaram ou afugentaram os grupos inicialmente ali estabelecidos, como os Guarani” (QUEIROZ, 2008a, p. 17).

Isto posto, observa-se que, no princípio, a ocupação do território mato-grossense não ocorreu a partir de uma preocupação efetiva de dominação de território, pois tratava-se de uma “incorporação” muito mais ligada aos circuitos econômicos, ou seja, cumpria a lógica de fornecimento de índios escravos que seguiam rumo ao planalto paulista para tornar-se mão de obra das lavouras de trigo (QUEIROZ, 2009, p. 3). Ou ainda, este território nada mais era do que uma distante periferia (QUEIROZ, 2011a).

Contudo, a situação relativa à ocupação foi alterada assim que as jazidas de ouro de aluvião foram descobertas, casualmente, pelos bandeirantes por volta de 1718/1719 em Cuiabá (nas margens do Coxipó). A partir de então, houve de fato uma ocupação do território de Mato Grosso pelos luso-brasileiros, bem como a coroa portuguesa passou a ter interesse pela posse da terra.

Destaca-se que a descoberta do ouro limitou-se à área em que se encontra o atual Mato Grosso e, portanto, ao antigo sul de Mato Grosso coube o papel de “*área de passagem*” entre Cuiabá e São Paulo. Esse trajeto logo deu início a outra alternativa de locomoção, às

²⁵ O Tratado de Tordesilhas foi assinado com intuito de resolver os problemas relacionados aos domínios territoriais descobertos e/ou a serem descobertos por Portugal e Espanha. O Tratado foi assinado em 1494, e por meio deste as terras situadas até 370 léguas a leste de Cabo Verde seriam pertencentes a Portugal, e as terras a oeste dessa linha pertenceriam à Espanha.

²⁶ Conforme aponta Queiroz (2009), tratava-se de uma ação presente no contexto da busca da mítica *Serra de Prata*, sendo que daí fundou-se Assunção (1537), e, mais tarde, o *encomenderos assuncenhos* estabeleceram este núcleo.

chamadas *monções*, por meio da qual desenvolveram-se expedições fluviais que permitiram uma corrente regular de comunicação e comércio (QUEIROZ, 2008a). É nesta fase de exploração aurífera que Cuiabá tornou-se o centro político decisório de Mato Grosso uno (BITTAR, 2009). A sede, denominada Vila Bela da Santíssima Trindade, da recém-criada Capitania de Mato Grosso (1748), foi estabelecida neste local.

Verifica-se, assim, que, a princípio, o antigo Mato Grosso não despertava interesse algum da coroa portuguesa, pelo fato de que, naquele primeiro instante, não apresentava um produto tropical que gerasse excedente econômico, tal como a produção da cana-de-açúcar que se desenvolvia entre outras regiões. Mesmo com a descoberta do ouro, não houve o desenvolvimento de uma diversificação produtiva, tanto é que, após o declínio do período aurífero, a região “sobreviveu” a partir do estabelecimento de uma pequena produção mercantil.

Posteriormente, no transcorrer do processo de colonização, sabe-se que, para manter e/ou fortalecer seu poderio político e econômico, os europeus (em especial os espanhóis e portugueses) passaram a dominar e efetivamente ocupar as terras do continente americano. A expansão da colonização portuguesa para o antigo Mato Grosso teve maior peso político do que econômico, sendo que, para garantir seu domínio sobre a exploração das zonas auríferas, fazia-se necessário manter a posse do antigo sul de Mato Grosso, terras estas que pertenciam aos espanhóis de acordo com o Tratado de Tordesilhas.

O período da mineração propiciou a expansão territorial rumo ao interior, segundo Furtado (2005, p. 81): “A base geográfica da economia mineira estava situada numa vasta região compreendida entre a serra da Mantiqueira, no atual Estado de Minas, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás”. De acordo ainda com PRADO Jr. (2011, p 29), tanto as ações bandeirantes e mais tarde a exploração das minas foram responsáveis pelo processo de interiorização brasileiro, tornando, assim, possível a fixação de “núcleos estáveis e definitivos” em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Contudo, há de se destacar que a prioridade não era criar condições que propiciassem o desenvolvimento do antigo território mato-grossense (aliás, isso vale para todo o território nacional), mas sim proporcionar lucro à Coroa Portuguesa. Segundo Fausto (2006 apud QUEIROZ, 2007, p. 52-53):

Os metais preciosos realizaram um circuito triangular: uma parte ficou no Brasil, dando origem à relativa riqueza da região das minas; outra seguiu para Portugal, onde foi consumida no longo reinado de Dom João V (1706-1750), em especial nos gastos da Corte e em obras como o gigantesco palácio-convento de Mafra; outra

parte, finalmente, de forma direta, via contrabando, ou indireta, foi parar em mãos britânicas, acelerando a acumulação de capitais na Inglaterra.

O auge da mineração no Centro-Oeste brasileiro deu-se no século XVIII, e sua exploração durou até o final do mesmo período. Já no início do século XIX (por volta da década de 1830), começou de fato o primeiro movimento de ocupação efetiva do território hoje pertencente a Mato Grosso do Sul por população não indígena. Eram as migrações oriundas de áreas mais povoadas como Minas Gerais, São Paulo, e também do entorno de Cuiabá, desenvolvendo um processo de ocupação voltado especialmente à pecuária bovina. Nas palavras de Bittar (2009a, p. 50): “[...] enquanto o ouro fez Cuiabá, as pegadas do boi configuraram o sul”. Tal movimento se enquadra no que José de Souza Martins (1996, p. 27) chamou de “Frente de Expansão”²⁷, sendo que este período foi marcado também pelos constantes embates entre estes pioneiros e os povos indígenas que aqui habitavam e que foram sendo expropriados de suas terras.

A pecuária tornou-se a atividade econômica predominante no antigo sul de Mato Grosso. Uma implicação importante que deriva desse período é a formação dos latifúndios pecuaristas, que dão origem à elite econômica que ao longo do tempo transcendeu também, direta ou indiretamente, ao cenário político. Segundo Esselin (2011, p. 12): “O Estado confunde-se com o gado. A maioria de seus mais destacados representantes no meio político tem estreita ligação com ele. São, geralmente, latifundiários e pecuaristas que exercem o poder e nele se revezam a cada eleição”.

Para Esselin (2011), a presença do gado bovino já data do século XVI quando os espanhóis estiveram presentes no SMT onde fundaram a cidade Santiago de Xerez, e também durante as missões jesuítas. Já para Borges (2001), a exploração da pecuária, no antigo Mato Grosso, teve início no ano de 1737, quando chegaram os primeiros rebanhos de gado, entretanto, só se consolida com a fundação do Forte Coimbra, pois apenas assim os estabelecimentos podiam se proteger dos ataques dos índios Payaguás. Não obstante, foi somente ao final do século XIX que as fazendas começaram a se destacar e a pecuária ganhou importância econômica. No começo do século XX, a pecuária foi se tornando cada vez mais

²⁷ Em seus estudos sobre fronteira, o autor José de Souza Martins (1996, p. 27) apontou duas concepções teóricas aplicadas à Região Centro-Oeste, sendo a primeira denominada “Frente de Expansão”, e a segunda “Frente Pioneira”. De acordo com o autor, a “Frente de Expansão” está relacionada à ocupação do território a partir das populações indígenas e demais populações que aí já estavam antes da terra possuir valor e seu domínio de sentenciado pela propriedade, já a “Frente Pioneira” abarca os empresários, fazendeiros e pequenos agricultores modernos com destino à fronteira, sendo associada a novas relações sociais, sendo que seu conteúdo está além da simples mobilidade da população.

uma atividade intensa e permanente na região mato-grossense, sendo que, de certa forma, a estrada de Ferro Noroeste do Brasil contribuiu para este feito (BORGES, 2001).

Ao analisar a afirmação da autora Marisa Bittar (2009a, p. 47): “Além dos irmãos Lopes, vieram ainda os Barbosa, os Souza e os Garcia”, verifica-se que estes e alguns outros sobrenomes tiveram, direta ou indiretamente, alguma participação na formação do estado tanto em âmbito econômico quanto político. A autora afirma, ainda, que a Guerra do Paraguai ocasionou a dispersão, a perda de terras e até mesmo a morte de muitas dessas famílias. E, se, por um lado, a Guerra da Tríplice Aliança levou a uma redução da população como um todo no antigo sul de Mato Grosso, por outro lado, Bittar (2009a) revela que o fim dela foi o marco do impulso populacional, uma vez que se tornou explícita a necessidade de uma integração deste território fronteiriço.

Além das consequências mencionadas, é necessário incluir ainda que a demarcação das fronteiras neste território impulsionou o desenvolvimento de uma outra atividade econômica no antigo sul de Mato Grosso, ou seja, a extração da erva-mate.

A pecuária e a extração da erva-mate foram, portanto, as principais atividades desenvolvidas ao final do século XIX, e início do século XX no SMT, sendo que a pecuária desenvolveu-se num modelo extensivo e com baixo nível técnico, enquanto que a erva-mate ocorreu mediante a exploração de suas plantas nativas, ambas de forma predatória. Contudo, a relação com os mercados atendidos possuíam lógicas diferentes, enquanto que a exploração da erva-mate estava inserida no comércio internacional, a pecuária esteve voltada ao mercado nacional. Para Queiroz (2008a, p. 22):

[...] o processo de ocupação aqui referido, centrado na pecuária bovina, pôde representar para o SMT o início de uma efetiva inserção nos circuitos econômicos nacionais, graças à atração exercida pelo mercado do sudeste (sobretudo, inicialmente, o mercado representado pela cidade do Rio de Janeiro).

Além do mais, conforme será detalhado adiante (no capítulo 4), em termos econômicos, ambas as atividades caracterizavam-se pelo baixo valor agregado dos produtos comercializados. No caso da criação de gado, essa característica ocorria quando, no antigo sul de Mato Grosso, eram criados os gados magros e estes eram engordados nas invernas mineiras e daí partiam aos centros consumidores, localizadas em especial no Rio de Janeiro. Já para a erva-mate, a perda se dava pelo fato de que se exportava para a Argentina a erva cancheada, e somente naquele outro país ela era beneficiada e vendida com maior valor agregado.

Neste período, outros dois produtos fizeram parte da história do antigo Mato Grosso, ambos também voltados à exportação e também de característica extrativista, ou seja, a ipecacuanha (poaia) e a borracha. Estes dois produtos estavam localizados no território que hoje abrange o atual Mato Grosso.

A ipecacuanha começou a ser explorada logo após a mineração entrar em declínio e não despertou um interesse maior nos exploradores, devido à instabilidade de seu preço em nível internacional. Segundo Borges (2001), entre 1901 e 1930, em termos de valores de exportação realizados pelo antigo MT, a média percentual de representatividade de exportação da ipecacuanha nesse período não foi maior que 2%.

Já a borracha apresentou participação significativa entre 1907 e 1916 dentre os valores de exportações de Mato Grosso. A média de participação percentual nas exportações, considerando os valores totais de exportação, foi de aproximadamente de 60%, sendo que, no ano de 1910, a participação percentual da borracha correspondeu a 69%. Contudo, as dificuldades enfrentadas acabaram por prejudicar o ciclo de expansão dessa atividade, dentre as quais se destacam aquelas relacionadas à ausência de vias de comunicação, à atuação de intermediários no processo de vendas e, principalmente, ao surgimento deste produto no Oriente com menor valor comercial em relação ao praticado por Mato Grosso a partir de 1910 (BORGES, 2001).

O segundo momento em que se visualizaria o “sentido da colonização” de Mato Grosso do Sul englobaria o movimento nacionalista capitaneado por Getúlio Vargas, o qual criou o programa denominado “Marcha para o Oeste”, que seria, de acordo com Abreu (2003, p. 272): “[...] o primeiro grande movimento de “integração planejada” em terras mato-grossenses, assumindo posição de política migratória para brasileiros [...]”. Ou ainda, segundo Naglis (2013), a Marcha para o Oeste tinha como objetivo a expansão agrícola e a colonização.

Durante esse período, é reconhecidamente notória a preocupação com o povoamento das fronteiras nacionais. Porém, como aponta Abreu (2003, p. 274), neste projeto foi desconsiderada a “legitimidade da propriedade indígena”, situação que trouxe percalços acerca da disputa da posse da terra no Estado, conflitos que perduram até os dias atuais.

A partir dessa ideologia nacionalista, o governo Vargas empreendeu esforços para alcançar seus objetivos. Uma das medidas tomadas foi criar uma série de Colônias Agrícolas Nacionais, sendo que, na Região Centro-Oeste, foram instituídas a Colônia Agrícola de Goiás (CANG) e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com intuito de ocupar os

espaços denominados “vazios”. Seguindo ainda a linha de ações intervencionistas, criou instituições para auxiliar neste processo, como é o caso Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Brasileiro de Geografia (que em 1938 tornaram-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE)²⁸, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)²⁹, dentre outros. Especificamente na região objeto de análise desta dissertação, destaca-se ainda a criação do Território Federal de Ponta Porã, que, junto com o de Iguazu, foram instituídos com a finalidade de nacionalizar a fronteira.

Por volta da década de 1930, após a crise do setor cafeeiro, o Estado iniciou o “Processo de Substituição de Importações”³⁰, que, em linhas gerais, objetivava a substituição pela produção nacional de bens manufaturados até então importados. Não obstante, como a literatura já demonstrou, a industrialização desenvolvida neste período foi incompleta, em geral centrando-se na produção de bens de consumo ou também na chamada de indústria leve.

Posteriormente, aprofundou-se o reconhecimento da necessidade de inserção do Brasil num processo de industrialização de base (pesada) capaz de romper com as amarras e características periféricas. É nesse cenário que são desenvolvidas as ações já citadas como a Marcha para o Oeste (criação das colônias), a criação do BNDES (1952), da PETROBRÁS (1953) dentre outros, que podem ser entendidas como ações que buscavam preparar o país para novo processo de industrialização pesada (que avançasse na produção de bens de capital, por exemplo). Contudo, essa industrialização ficou restrita à Região Sudeste, prioritariamente no estado de São Paulo, onde estava concentrado o capital cafeeiro e seus derivados. Segundo TAVARES (2011, p. 102), isso ocasionou um “[...] um agravamento considerável das pressões inflacionárias e dos desequilíbrios regionais.”.

Entrelaçado à industrialização, iniciou-se o processo de urbanização do país, especialmente daqueles estados onde a indústria tinha se instalado, sendo que, neste processo, a Região Centro-Oeste desempenhou um duplo papel, ora como fornecedor de matérias-

²⁸ Para maiores detalhes desta legislação vide BRASIL. Decreto-Lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938. Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e do Conselho Brasileiro de Geografia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-218-26-janeiro-1938-350934-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 de jan. de 2016.

²⁹ Para maiores detalhes desta legislação vide BRASIL. Lei nº 2.163, de 05 de janeiro de 1954. Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2163-5-janeiro-1954-361499-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 15 de out. de 2015.

³⁰ Para maiores detalhes ver: TAVARES, Maria da Conceição. O Processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina/ o caso do Brasil, In: CORRÊA, V. P. e SIMIONI, M. (Org.) Desenvolvimento e igualdade/Maria da Conceição Tavares. Ed. Esp. Rio de Janeiro: IPEA, 226 p, 2011.

primas e produtos de subsistência, ora como importador de produtos industrializados (especialmente aqueles produzidos pela indústria como insumos agrícolas, fertilizantes, dentre outros). Em síntese, a região é incorporada de maneira periférica ao mercado nacional, e a Marcha para o Oeste pode ser considerada um marco desse processo, que foi intensificando durante os governos subsequentes.

E, por fim, o terceiro momento foi fruto das ações empreendidas ao final da década de 1970, onde se sobressai a ideia do “modelo agroexportador”, com vistas a atender à demanda do mercado externo. Isto é, a economia brasileira volta-se novamente “para fora”, tendo sua dinâmica determinada mais uma vez pelo cenário externo.

O fato é que as políticas desenvolvimentistas, empreendidas desde a era Vargas e reforçadas nos governos posteriores, trouxeram consigo tanto o “Milagre Econômico” brasileiro como também um endividamento externo do país (na verdade uma crise do endividamento), sendo que uma das alternativas apontadas como solução para que se gerassem divisas (para o país) foi a ampliação das exportações de *commodities* agrícolas, e dentro deste contexto, dadas as características e condições históricas, foi designada essa função à Região Centro-Oeste e ao Mato Grosso do Sul, em particular.

Trindade *et al* (2011) destaca que, durante o final da década de 1980 e início da década de 1990, o Brasil apresentou um superávit comercial considerável e crescente, tal situação vindo a se repetir a partir de 2001 e perdurando nos anos seguintes. A pauta das exportações é basicamente composta de bens primários, e o seu crescimento atende aos estímulos de desenvolvimento das economias externas³¹. A busca por essas divisas levou estas regiões a se especializarem cada vez mais nesta política agroexportadora.

Portanto, tem-se assim que a formação de MS está estreitamente relacionada às circunstâncias externas (num paralelo do que havia sido apontado por Caio Prado Júnior), somadas às condições e fatores nacionais e aliadas ainda a elementos locais que moldaram a sua constituição. Ou seja, embora sujeito a condicionantes e forças semelhantes, o desenvolvimento das regiões brasileiras também esteve sujeito a fatores distintos e particulares que moldaram sua formação, como foi o caso de Mato Grosso do Sul. É nesse sentido que se definem, a seguir, as “tipificações”, tidas como marcos indispensáveis para o estudo da formação histórica, econômica e social do MS. Evidentemente, privilegiar estas peculiaridades não significa que não possam existir outras (que poderão ser estabelecidas em estudos posteriores).

³¹ Recentemente voltada para atender ao “boom” da economia chinesa.

2.3 As tipificações do desenvolvimento do MT/MS

O antigo estado de Mato Grosso, sobretudo o sul que pertencia ao seu território, é uma região caracterizada por especificidades que, direta ou indiretamente, implicaram em sua formação (histórica, política, econômica, social e cultural). Essas características são frutos tanto de ações voluntárias quanto involuntárias, e serão discutidas posteriormente.

O limiar do processo de colonização brasileira foi marcado pela escassez da oferta de mão de obra. Na verdade, desenvolve-se aqui um processo que é um prolongamento de um gargalo que tem sua origem na Europa, onde não existiam trabalhadores em suficiência para ocupação de novas terras (SANTOS, 2003). Sendo assim, num primeiro momento, os colonos portugueses buscaram resolver este problema escravizando os índios que residiam no território brasileiro. Todavia, dadas as dificuldades para tal (como a resistência indígena³² por meio de fugas, e até mesmo influência da igreja católica, que era contrária à escravização indígena), recorreu-se à mão de obra escrava do negro africano. Deve-se destacar que a mão de obra negra apresentava um custo elevado (implicando inclusive na prática do denominado Tráfico Negroiro)³³.

Diante desse empecilho (escassez de mão de obra local e elevado custo para obtenção da mão de obra escrava do negro africano), multiplicaram-se as bandeiras, as quais adentraram em territórios além do litoral, em busca de mão de obra indígena (a ser escravizada). Queiroz (2009) relata que os bandeirantes paulistas adentraram no território do antigo sul de Mato Grosso, na primeira metade do século XVII, com a finalidade de capturar os índios e conduzi-los para se tornarem mão de obra escrava no desenvolvimento das lavouras de trigo no planalto paulista.

Posteriormente, esses bandeirantes passaram a se “aventurar” ao norte do antigo Mato Grosso, momento em que casualmente descobriram as jazidas de ouro de aluvião (entre 1718/1719); o resultado desta descoberta, conforme já apontado, despertou o interesse do governo português em dominar este território. Nesse contexto, o antigo sul de Mato Grosso tornou-se uma área de passagem, surgindo como alternativa à rota terrestre (utilizada pelos bandeirantes) às denominadas monções.

³² Na opinião de Santos (2003), não houve problemas de adaptação do indígena ao trabalho escravo, e as razões que levaram os portugueses adotarem o trabalho escravo negro estavam estritamente relacionadas à ordem puramente econômica e comercial.

³³ Cumpre destacar que essa solução tinha um preço, e, conforme aponta Santos (2003), o custo de aquisição dessa mão de obra era elevado, o que veio inclusive estimular o Tráfico Negroiro, implicando assim que a própria negociação para aquisição desta mão de obra se tornasse uma atividade rentável.

Pavão (2005) discorre que, diante da possibilidade de novos lucros por meio da exploração de minérios, a mão de obra escrava de origem africana também foi destinada ao antigo Mato Grosso³⁴. Segundo o autor, a população escrava compôs uma parcela significativa da população total de Mato Grosso, sendo que, entre os anos de 1720 e 1772, ingressaram 15.380 negros em território mato-grossense, o que implicou um cenário em que 66,95% da população era composta por escravos no ano de 1783.

Evidentemente, o que ora foi tido como solução imediata, mais tarde veio a se tornar um entrave, uma vez que o que se instalou neste espaço foi uma mão de obra que não possuía renda, e, portanto, não dispunha de bases para o desenvolvimento de um mercado interno sólido, e tampouco a formação de um povoamento, reduzindo, assim, qualquer possibilidade de um desenvolvimento socioeconômico semelhante aos de outras regiões brasileiras (PAVÃO, 2005).

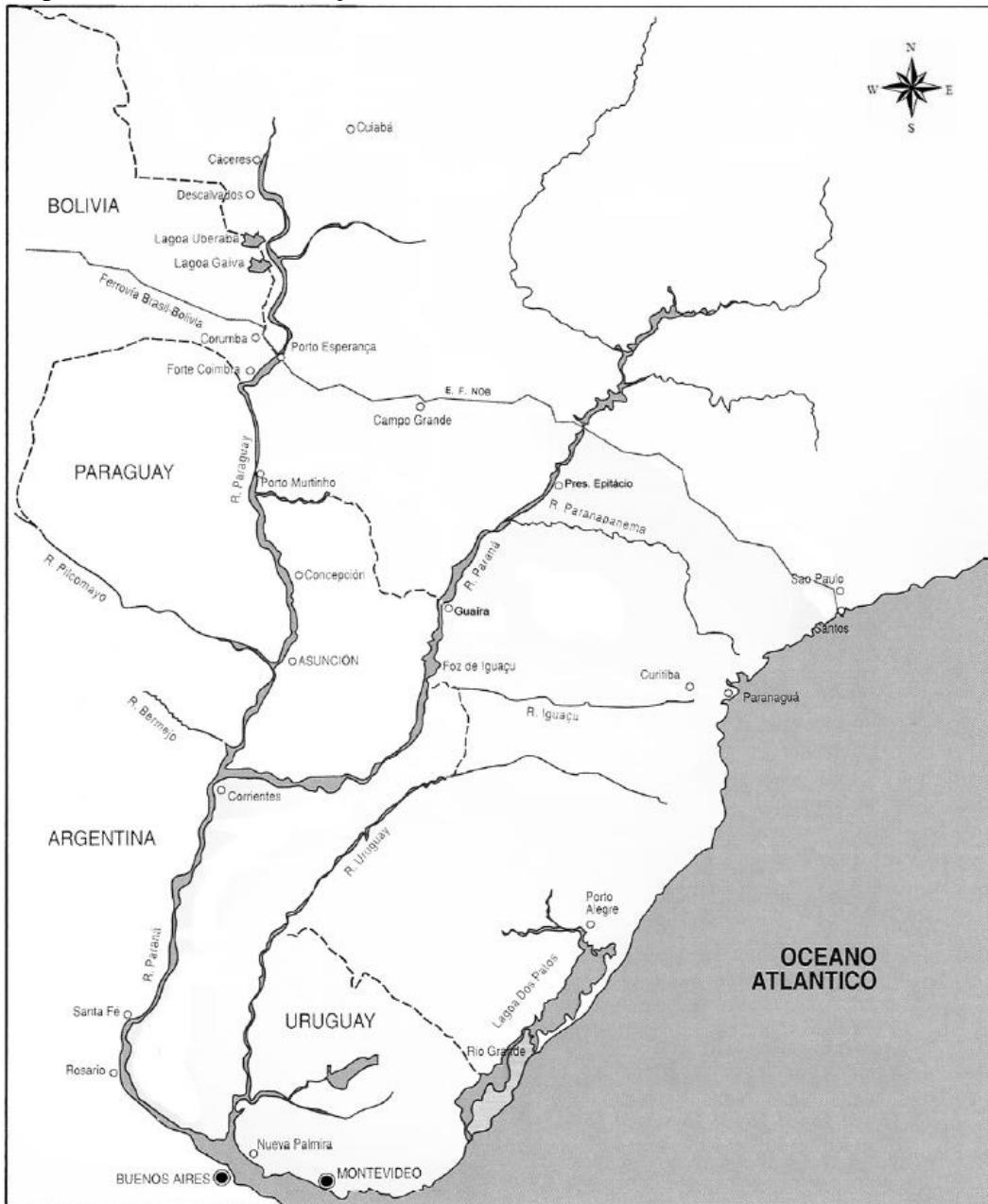
Destaca-se, ainda, que pelo fato da América Portuguesa ter sua dinâmica econômica atrelada ao sistema mercantil da metrópole, com exceção da atividade econômica da mineração, a economia de Mato Grosso se deu “[...] como um complemento do complemento colonial” (CORRÊA, 1999, p. 60), ou seja, as atividades que se desenvolveram no território mato-grossense desempenharam um explícito papel complementar “[...] sempre limitadas pelas opções do imediatismo da exploração e, sobretudo, da sobrevivência em razão do isolamento, das dificuldades de abastecimento e da pobreza regional.” (1999, p. 60).

Ainda no período colonial, deve-se destacar a importância que os rios desempenharam no antigo Mato Grosso. Durante o ciclo do ouro, o trajeto realizado entre Cuiabá e São Paulo ocorreu em grande parte pelas expedições fluviais denominadas monções, que, de acordo com Queiroz (2008a, p. 17), “constituíram uma corrente regular de comunicações e comércio”. Faziam parte deste trajeto os rios pertencentes à América Portuguesa (Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Cuiabá, dentre outros) e o rio Paraguai (Mapa 1). Aliás, de acordo com Queiroz (2011a), a proposta em utilizar a via platina apresentava-se “[...] como a melhor alternativa para as comunicações e comércio de Mato Grosso, aparece ainda no período colonial, isto é, em plena virada do século XVIII para o XIX” (QUEIROZ, 2011a, p. 35). Entretanto, a rota pelo estuário da Prata permanecia bloqueada aos luso-brasileiros, sendo controlada pelos espanhóis “[...] até o médio curso do rio Paraguai, onde possuíam não apenas Assunção como também, mais ao norte, a vila de Concepción (1773) [...]” (QUEIROZ, 2011a, p. 110).

³⁴ Conforme será apontado adiante, o investimento feito por Portugal na região de Mato Grosso para exploração de ouro é muito inferior ao realizado em Minas Gerais.

centros dinâmicos brasileiros implicava em viagens muito longas, que chegavam a durar quase dois meses.

Mapa 2: Vias de Comunicação na Bacia Platina



Fonte: LOS RÍOS nos unen. Bogotá: CAF (1998 apud QUEIROZ, 2011a, p. 105).

Ao final da década de 1830, os dirigentes brasileiros, em especial, os políticos de Mato Grosso buscavam meios para que a livre navegação pelo rio Paraguai fosse concedida, uma vez que o empecilho para que a mesma não fosse realizada era de ordem política. A tão esperada liberação do trecho paraguaio para navegação ocorreu somente em 1856. Doratioto (2012) afirma que a liberação ocorreu após pressão política do Império brasileiro, ou seja,

segundo o autor, o Brasil ameaçou entrar em guerra com o Paraguai caso a liberação para a livre navegação não fosse concedida. Como o Paraguai não estava preparado para este conflito, o país acabou cedendo às pressões brasileiras. Apesar de ter assinado o tratado de livre navegação, em 1856, na prática, os dois países tiveram várias indisposições, o que implicou na assinatura de uma convenção adicional no ano de 1858.

A abertura do rio Paraguai imprimiu uma nova era na Província de Mato Grosso. O governo imperial providenciou para que se instalasse uma empresa de navegação, mediante subvenção, cujo trajeto se daria entre Montevideú e Cuiabá, ou seja, surgiu assim a Companhia de Navegação do Alto Paraguai, que passou a atuar ao final de 1859. Além disso, a cidade de Corumbá (até então denominada Albuquerque) começou a se destacar, pois sua localização favorecia o comércio, uma vez que a navegação até a referida cidade comportava inclusive embarcações oceânicas, situação oposta aos afluentes que chegavam à Cuiabá (onde não era possível o trânsito de embarcações de grande porte). Deste modo, devido às possibilidades de transformação da região em um centro comercial, bem como sua condição fronteiriça, Corumbá passou a receber investimentos “[...] para seu aparelhamento urbano e militar [...]” (QUEIROZ, 2011a, p. 119).

Esses investimentos favoreceram o povoado daquela área e possibilitaram a instalação de casas comerciais, uma vez que surgia uma massa consumidora formada especialmente pela presença dos militares que se instalaram naquela localidade, sendo que estes eram quem sustentavam o comércio. Entretanto, esse princípio de dinamização do antigo sul de Mato Grosso foi interrompido quando eclodiu a Guerra do Paraguai (em 1864/1865), uma vez que a livre navegação foi interrompida, além de que a guerra trouxe grandes prejuízos para região.

A origem da Guerra do Paraguai possui várias explicações. Para Corrêa (2006), por exemplo, não se tratou somente de conflitos fronteiriços, pois a guerra resultou de um “jogo de interesses” tanto da burguesia portenha quanto da burguesia brasileira, aliadas ao capital inglês. Por sua vez, Bethell (1995) afirma que não se tem evidências, até o momento, de que havia interesse da Inglaterra em incitar a guerra contra o Paraguai e, embora a Inglaterra mantivesse relações comerciais com a América Latina, a mesma se dava em sua maioria com o Brasil e a Argentina, sendo que o comércio com o Paraguai não representava uma prioridade aos ingleses. Independente das versões sobre a participação do capital inglês para a eclosão da Guerra, o fato é que a Inglaterra se beneficiou economicamente dela, mesmo que não tenha tido nenhum interesse e envolvimento político.

Na opinião de Valmir Corrêa (2006, p. 51), dentre as principais consequências, em território mato-grossense, da Guerra da Tríplice Aliança, tem-se a: “[...] internacionalização das águas do rio Paraguai até o porto de Corumbá, que se tornou no período subsequente o mais importante entreposto comercial de Mato Grosso”. Ademais, nas palavras de Bittar (2009a, p. 60): “[...] além de ter resolvido problemas de fronteira favoravelmente ao sul de Mato Grosso, suscitou dois processos que se tornariam determinantes para o recrudescimento do regionalismo sul-mato-grossense: a construção da ferrovia e a implantação da economia ervateira”.

Com o fim da guerra, suscitou novamente a preocupação com a questão fronteiriça de Mato Grosso uno, pois ficou evidente a dependência brasileira, sobretudo desta Província, com relação à utilização do rio Paraguai para fins comerciais, especialmente no que tange ao acesso ao mercado externo, bem como a fragilidade no que se refere ao domínio do território. Não obstante, essas questões foram parcialmente sanadas apenas no início do século XX quando da construção da estrada de ferro ligando o antigo Mato Grosso à Região Sudeste do Brasil.

A guerra do Paraguai acarretou no endividamento do Brasil para aquisição de armamento. E, em nível local, principalmente para o antigo sul de Mato Grosso, houve grandes destruições dos vilarejos que existiam, bem como a fuga de boa parte da população (em especial em Corumbá e Miranda).

Findado esse conflito, o Paraguai liberou a livre navegação ainda em 1870 (BORGES, 2001). A partir de então, se intensificaram as relações comerciais do antigo Mato Grosso com o mercado mundial, fazendo com que o polo comercial de Corumbá se tornasse cada vez mais importante. Queiroz (2008a) aponta que diante dessa nova oportunidade comercial, despontou-se a exploração e comercialização da erva-mate do sul do antigo Mato Grosso.

Côrrea Filho (1925) afirma que a expansão da indústria ervateira no antigo Mato Grosso ocorreu no contexto de demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai, sendo que dentre os integrantes deste trabalho, fazia parte Tomás Laranjeira, que se tornou um dos grandes expoentes do denominado “ciclo ervateiro”. Diante do potencial para exploração da erva-mate nativa encontrada em áreas do antigo sul de Mato Grosso, Laranjeira pleiteou a permissão para exploração econômica da erva-mate. Por meio do Decreto do governo imperial nº 8.799 de 09/12/1882, foi concedida a permissão para que ele fizesse a colheita da erva-mate (Côrrea Filho, 1925). Essa concessão foi ampliada (em termos da área concedida) e

prorrogada por várias vezes, implicando na formação de um monopólio em torno desta atividade econômica por um período considerável de tempo³⁵. A atividade de exploração da erva-mate era permeada pelo interesse mútuo entre os dirigentes da companhia e a classe política de Mato Grosso.

Dentre as características do “ciclo ervateiro” do antigo sul de Mato Grosso destaca-se a sua relação comercial voltada ao mercado externo, sendo que a Argentina era praticamente seu único mercado consumidor (Queiroz, 2015). Apesar de já existir a exploração da erva-mate por pequenos produtores, foi a partir das ações empreendidas por Tomás Laranjeira que se iniciou o aproveitamento em maior escala.

Para exploração de suas concessões, em 1891, Laranjeira foi autorizado a criar a Companhia Mate Laranjeira, cujo principal acionista era o Banco Rio e Mato Grosso (BRMT), que detinha 97% das ações. Entre 1902 e 1903, o Banco Rio e Mato Grosso foi liquidado, momento em que os bens e concessões da Companhia Mate Laranjeira foram assumidos pela empresa Laranjeira, Mendes & Cia, originária na Argentina (Queiroz, 2015). Segundo Bittar (2009a), a mudança na companhia a tornava mais argentina do que brasileira. Nesta situação, ficou bastante evidente a estreita relação comercial com a Argentina, que na realidade já existia quando Laranjeira enviava a erva-mate cancheada a Buenos Aires (à empresa Francisco Mendes & Companhia), que ficava responsável pela conclusão do beneficiamento e posterior distribuição do produto ao mercado consumidor final.

Embora em termos nacionais a erva-mate produzida no MS não tenha participação significativa, uma vez que os ervais do Paraná e do Rio Grande do Sul exerciam este papel, a produção foi de grande importância tanto em termos econômicos quanto políticos para o desenvolvimento do território sul-mato-grossense (PAVÃO, 2005), situação que pode ser ratificada na atuação da Companhia Mate Laranjeira. Nas palavras de Bittar (2009a, p. 64): “Por causa do seu poderio econômico, a Companhia começou a pretender o controle sobre o poder político de Mato Grosso”.

Para Queiroz (2008a), a Companhia Mate Laranjeira inibiu a formação de núcleos populacionais na região do antigo sul de Mato Grosso, especialmente quando da chegada dos rio-grandenses-do-sul ao final do século XIX, momento que se intensifica a disputa pela posse da terra.

³⁵ Legalmente, o monopólio da Companhia Mate Laranjeira durou até o ano de 1915, todavia, apesar da nova legislação vigente, dada a influência política que essa empresa possuía, a mesma permaneceu com forte atuação na exploração da erva-mate até o limiar da década de 1940.

Do ponto de vista da atividade ligada à pecuária, cumpre ressaltar que ela se desenvolveu inicialmente com fins de subsistência, entretanto, a partir da primeira metade do século XIX, a mesma foi se desenvolvendo em outros moldes, pois se inicia uma ocupação não indígena de forma efetiva no SMT, através da migração de mineiros, paulistas e cuiabanos, os quais passaram a desenvolver atividades duradouras naquele lugar, sobretudo, relacionada à criação do gado bovino. A partir de então, instaura-se o início de uma integração nacional da Província Mato-Grossense, por meio das invernadas mineiras. Entretanto, a Guerra do Paraguai suspendeu o desenvolvimento dessa atividade, em especial no território pantaneiro, onde houve grande destruição das cidades que compunham aquela região.

Ao final do século XIX e início do século XX, as atividades ligadas à pecuária começaram a ganhar destaque, como no caso da exportação de couro, da produção do charque e novamente da exportação do gado em pé para a Região Sudeste, só que agora com maior vínculo com São Paulo. Ao longo dos anos, por meio do desenvolvimento desta atividade, foram se formando grandes latifúndios no território do SMT tanto por criadores locais quanto estrangeiros. Além disso, as técnicas de produção foram se aperfeiçoando e o antigo sul de Mato Grosso acabou por deter, a partir de então, um dos maiores rebanhos do país.

Conforme observado, a navegação pelo rio Paraguai marcou um período de estreito relacionamento do antigo Mato Grosso com o comércio internacional. Não obstante, essa relação foi alterada com a construção da estrada de ferro que passou a ligar o antigo sul de Mato Grosso ao Sudeste, implicando melhores conexões com o mercado nacional, em especial com São Paulo. De acordo com Queiroz (2011a), o principal objetivo da construção da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) tinha, na realidade, a intenção político-estratégico em Mato Grosso, pois, como o SMT tratava-se de uma região fronteiriça, mesmo que houvesse relações comerciais (gado bovino) entre Mato Grosso e São Paulo, estas não seriam o suficiente para tamanho investimento, principalmente por parte de Mato Grosso. Tratava-se de uma ação de ordem política e estratégica que se traduziu em termos econômicos e, assim, culminou no enfraquecimento e independência da utilização do rio Paraguai pelo comércio brasileiro, além de ter estimulado as atividades ligadas ao charque.

Esta nova relação provocou mudanças estruturais, em especial, na área que engloba o atual Mato Grosso do Sul, onde o posto de principal polo comercial até então centrado em Corumbá passou para Campo Grande. Em relação ao povoamento decorrente da NOB em território mato-grossense, para Paulo Roberto Cimó Queiroz, o efeito propulsor de

povoamento não teve a mesma magnitude do trecho paulista, embora ela tenha ocorrido sim em torno de Campo Grande (BITTAR, 2009a). Essa nova dinâmica propiciou que Campo Grande se tornasse um polo de destaque não somente no sul do antigo Mato Grosso, mas em todo o estado, o que, por sua vez, acirrou e/ou despertou a rivalidade entre as elites de Cuiabá e Campo Grande.

Observa-se que, quando o governo Vargas instituiu e efetivamente iniciou o Programa Marcha para o Oeste, o trem foi o meio de transporte mais utilizado pelos colonos que chegavam à recém-criada Colônia Agrícola de Dourados. Segundo Naglis (2013, p. 298): “[...] Devido a precariedade das estradas e a distância, grande parte dos colonos fez o caminho do trem”.

A constituição dos Territórios Federais, bem como das Colônias Agrícolas Nacionais, tinha como finalidade assegurar a soberania brasileira sobre suas fronteiras. No caso do Território Federal de Ponta Porã, o objetivo era também enfraquecer a atuação da Companhia Mate Laranjeira (a qual era acusada a estar muito mais aliada ao capital estrangeiro do que ao nacional) (JESUS, 2004). Além disso, a Companhia foi considerada pelo governo Estado Novo como antagonista ao processo de colonização e nacionalização da fronteira daquela região. (GUILLEN, 1999 apud JESUS, 2004).

Os breves apontamentos da análise anterior mostram que a compreensão do processo de desenvolvimento sul-mato-grossense passa necessariamente pela análise de uma série de acontecimentos históricos, conflitos políticos e políticas de desenvolvimento. Evidentemente, uma análise com essa abrangência é de difícil execução e, portanto, há de se elencar (ainda que com algum grau de arbitrariedade) quais são os aspectos mais importantes. É nesse sentido que se propõe uma análise a partir de *tipificações*, dentre as quais se destacam:

- i) As Bandeiras;
- ii) O ciclo da Mineração;
- iii) A Guerra do Paraguai;
- iv) A exploração da Erva-Mate;
- v) A Pecuária;
- vi) A construção da Ferrovia;
- vii) A marcha para o Oeste;
- viii) Os Planos e Programas Governamentais.

Além dessas tipificações, a análise também deve levar em consideração as especificidades regionais atreladas à distância, à escassez de mão de obra e de capital e à ausência de um mercado interno, além das próprias condições geográficas da região.

A seguir, são apresentadas três teorias ligadas ao Desenvolvimento Regional que permitem elucidar pontos importantes na construção da interpretação elaborada nesta dissertação e que, portanto, auxiliam no entendimento do processo de desenvolvimento sul-mato-grossense.

2.4 Celso Furtado e a relação centro-periferia: uma aplicação ao CO/MS

O sistema denominado “centro-periferia” tem sua origem na Teoria do Subdesenvolvimento proposta pela Comissão Econômica da América Latina (CEPAL) e foi liderada por Raúl Prebisch. Em geral, por meio desta teoria, demonstrou-se que o progresso técnico e seus efeitos se instalaram de forma diferenciada nos países do “centro” (industrializados) e “periféricos” (primário-exportador), ou seja, os países centrais tendiam a obter maiores vantagens do progresso técnico frente aos países periféricos. Em virtude disso, aumentava gradativamente a distância entre ambos os grupos de países, tanto em termos econômicos quanto sociais, dado que, enquanto os países periféricos eram fornecedores de produtos primários aos países centrais (desenvolvidos), estes, por sua vez, forneciam produtos industrializados aos países periféricos. Essa relação é marcada pela deterioração dos termos de troca³⁶. Em seus estudos sobre o subdesenvolvimento, Celso Furtado também pactuou da teoria proposta pela CEPAL, entretanto, procurou demonstrar que o subdesenvolvimento estava atrelado não somente ao quanto se tem de incorporação de progresso técnico, mas também como se dava essa incorporação, bem como os seus resultados (PELLEGRINO, 2003). Isto é, “o sistema centro-periferia não é condição suficiente para a reprodução do subdesenvolvimento. Logo, a forma particular como ocorre a incorporação do progresso tecnológico na periferia é o foco da problemática.” (PELLEGRINO, 2003, p. 74).

Depreende-se que, na visão de Furtado, a inserção desse progresso técnico nos países periféricos ocorre de forma desarticulada entre as forças produtivas e as reais necessidades da população como um todo, isto é, a estrutura produtiva é voltada a atender as demandas das elites, as quais, em geral, procuraram copiar os padrões de consumo dos países centrais.

³⁶ A deterioração dos termos de troca demonstra que o poder de compra de determinado país periférico, geralmente especialista na produção de bens primário-exportadores, tenderia a ser cada vez menor em relação ao poder de compra dos países centrais, cuja produção se pauta em bens industrializados, os quais possuem maior valor agregado.

Contudo, a acumulação das forças produtivas não condiz com esse consumo. Nas palavras de Furtado (1974, p. 81), tem-se: “adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso dos métodos produtivos.” Segundo Pellegrino (2003), a esse mecanismo Furtado (1974) chamou de Modernização, ou ainda, grupos sociais modernizados.

Sendo assim, esse comportamento das elites periféricas (copiar os padrões de consumo da sociedade dos países centrais) se traduz em uma “dependência cultural”, a qual, por sua vez, agravou gradativamente as desigualdades sociais, especialmente com o desenvolvimento da industrialização periférica, uma vez que os benefícios do progresso tecnológico ficaram restritos a essas elites, dado que grande parte da população não possuía capacidade para consumo de bens sofisticados. Portanto, a maneira como ocorre a incorporação do progresso técnico nos países periféricos torna-se decisiva para traçar a evolução social e econômica desses países.

Cabe destacar ainda, que, para Furtado, o desenvolvimento econômico dos países centrais se dá na seguinte ordem: 1) progresso tecnológico; 2) acumulação de capital; e 3) modificações estruturais resultantes de alteração no perfil da demanda. No caso dos países periféricos, esse desenvolvimento e modernização ocorrem da seguinte maneira: 1) modificações na composição de demanda; 2) acumulação de capital; e 3) progresso tecnológico. Ou seja, à medida que nos países periféricos a demanda das elites³⁷ (por bens industrializados) é quem “cria” o progresso tecnológico, o contrário ocorre nos países centrais onde é progresso tecnológico quem dita os padrões de consumo (PELLEGRINO, 2003).

Por fim, em termos gerais, para romper com esse processo de subdesenvolvimento, os países periféricos teriam de superar sua situação de dependência cultural. Para tal seria necessário o fortalecimento dos centros de decisão, os quais agiriam de modo que controlassem e organizassem a incorporação do progresso tecnológico e a distribuição de seus efeitos para toda a sociedade, caso contrário esse quadro de dependência dificilmente se reverteria.

Segundo Pellegrino (2003), Celso Furtado aplicou a teoria do subdesenvolvimento no Brasil também em nível regional, sendo possível dividir seus estudos em duas fases: i) 1958-1964, onde analisa a problemática nordestina dentro da ótica do sistema centro-periferia, inclusive originando o documento “Uma política de desenvolvimento econômico para o

³⁷ O Brasil é um exemplo dessa dinâmica de desenvolvimento dependente, pois seu processo de industrialização advém dessas modificações no perfil da demanda.

Nordeste”³⁸, em 1959; e ii) a partir da década de 1980, onde procura enquadrar a problemática nordestina à dependência cultural do Nordeste em relação ao Sudeste brasileiro.

Deste modo, verifica-se que, na primeira fase mencionada, Celso Furtado (1959) demonstrou que o atraso da economia da Região Nordeste derivava de seu processo histórico como: concentração de renda, escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, predominância do setor de subsistência, etc. Contudo, o autor acrescentou que a política econômica adotada pelo Governo Federal, entre as décadas de 1940 e 1950 (leia-se política de industrialização), também contribuiu significativamente para este atraso. Nesta perspectiva, o autor afirma que o crescimento econômico existente no Nordeste, em média, era menor do que o constatado na Região Sudeste, o que, por sua vez, acarretava disparidades regionais, que, além de difícil reversão, com o passar dos anos tenderia a se agravar.

O Nordeste do final da década de 1950, na visão de Furtado, possui elementos básicos da configuração de uma economia periférica e subdesenvolvida: um mercado interno frágil, uma profunda dependência do setor externo para a geração de dinamismo na economia local, e uma parte considerável da população ligada ao setor de subsistência. (PELLEGRINO, 2003, p. 97).

Para qualificar sua tese, Furtado demonstrou que a forma como se dava a transferência de renda entre essas duas regiões replicava a relação econômica que ocorria entre os países periféricos e os centrais, ou seja, o capital do setor privado da Região Nordeste (NE) tendia a migrar para a Região Sudeste (SE) na busca de maior retorno para seu investimento, gerando, assim, um investimento produtivo no SE, o que, por sua vez, acarretava em externalidades como geração de emprego, reprodução do capital, dentre outros. Embora o Governo Federal tentasse contrabalancear esse fluxo por meio de transferência de recursos públicos, sobretudo às áreas afetadas pela seca no Nordeste, Celso Furtado afirmava que essas transferências apresentavam caráter assistencialista, o que, por sua vez, no médio e longo prazo, não implicavam em melhorias para o desenvolvimento econômico em geral, dado que não se implantava na região capacidade produtiva que revertesse o quadro econômico e social de sua população. Esse duplo fluxo de renda acarretaria na deterioração dos termos de troca entre as regiões (PELLEGRINO, 2003).

Destaca-se ainda que os superávits comerciais obtidos pelo Nordeste por meio da exportação para o exterior eram canalizados para a Região Sudeste, uma vez que a política adotada pelo Governo Federal (protecionismo, restrição à importação de determinados

³⁸ Esse documento foi creditado ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN, 1959), porém, era de autoria de Celso Furtado, o qual não quis creditá-lo naquele momento à sua bibliografia.

produtos e estímulo à industrialização do Sudeste) direcionavam o NE a importar bens industrializados da Região Sudeste. Segundo Pellegrino (2003), geralmente eram mais caros do que se a região importasse do exterior, portanto, “[...] o Nordeste estaria subsidiando os processos de acumulação e industrialização da região Sudeste.” (2003, p. 98).

Há, explícita, uma deterioração dos termos de intercâmbio entre o nordeste e o Centro-Sul, através de um operação triangular: o Nordeste exporta para o exterior, e também para o Centro-Sul, bens primários, enquanto importa deste as manufaturas. O Centro-Sul gasta, na importação de bens de capital e produtos intermediários para sua industrialização, as divisas que o Nordeste produz. Uma política nacional de comércio exterior penaliza o Nordeste: as políticas cambial e tarifária impedem-no de ter relações autônomas com os países para os quais exporta açúcar, sisal, algodão, couros e peles, óleos vegetais. (OLIVEIRA, 1983 apud PELLEGRINO, 2003, p. 98).

Dentre as medidas apontadas por Furtado para superação deste cenário, foram apresentadas no documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) a reforma agrária e a criação de um “polo de crescimento” na Região Nordeste, sendo que, para implantação deste último, originou-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) “[...] com a finalidade de organizar e promover o desenvolvimento da região Nordeste.” (PELLEGRINO, 2003, p. 100), tendo seu foco voltado principalmente à industrialização conduzida pelo Estado, que, conforme apontou a literatura Cepalina, era o principal meio para se desfazer das amarras periféricas.

Celso Furtado esteve à frente da SUDENE até o ano de 1964, porém, com o golpe militar, teve de abandonar seus projetos no Brasil e se exilar: “[...] o golpe militar de 1964 eliminou o caráter reformista da Sudene, adequando-a às necessidades do processo de ‘modernização conservadora’ que se implantaria no país nos anos seguintes” (PELLEGRINO, 2003, p. 112).

Já no início da década de 1980, Furtado retoma seus estudos sobre o desenvolvimento do Nordeste, reforça as ideias disseminadas ao final da década de 1950, ou seja, da relação centro-periferia em nível regional. O autor acrescenta à sua explicação um novo componente que induz o NE a permanecer na condição de periferia, isto é, o tipo de industrialização que surgiu naquele território entre as décadas de 1960-1980. Segundo Furtado, a industrialização que se instituiu neste período no Nordeste nada mais era do que uma extensão das indústrias instaladas na Região Sudeste, e, portanto, os polos nordestinos já nasciam vinculados ao Sudeste “[...] tanto pelos insumos que absorvem como pela demanda que pretendem satisfazer.” (FURTADO, 1982, p. 40).

Embora neste período o Nordeste tenha apresentado taxas de crescimento econômicas próximas ao da economia nacional, seus indicadores sociais estiveram muito aquém aos mensurados na Região Sudeste, o que, por sua vez, lhe creditava a permanência do subdesenvolvimento no NE. Deste modo, o fato da industrialização nordestina se dar em torno das necessidades de demanda e dos setores produtivos do Sudeste configurou-se no que o autor denominou de dependência cultural do Nordeste com relação ao Sudeste.

Para romper com os efeitos negativos que a relação mencionada anteriormente implicava, seria necessário que houvesse um esforço em criar demanda interna, ou seja, era preciso desenvolver um sistema industrial capaz de gerar seu próprio crescimento, valendo-se de impulsos criados pela demanda interna da região (PELLEGRINO, 2003). Ademais, o Nordeste se valeria de tecnologia compatível com as necessidades locais e caberia ainda à SUDENE o papel de centro regional de decisão.

Dada essa interpretação sobre a relação centro-periferia do ponto de vista do desenvolvimento regional das Regiões Nordeste/Sudeste, admite-se, nesta dissertação, que a mesma lógica regional ocorreu entre a Região Centro-Oeste e o Sudeste. Ou seja, o Sudeste também exerceu um papel de “centro” no processo de desenvolvimento da Região Centro-Oeste. A justificativa para essa interpretação é de que, para além das características particulares do processo histórico de desenvolvimento da região (distância, escassez de mão-de-obra, concentração fundiária, economia de subsistência, dentre outros), o que se observa é que, mesmo quando o Estado Nacional implementou ações para mudar esse panorama (especialmente nas décadas de 1940 e 1950), estas não implicaram para o Centro-Oeste a superação do papel de “periferia da periferia”.

Em outras palavras, embora tenha ocorrido uma “maior” ocupação populacional Centro-Oeste, bem como uma “maior” integração à economia nacional, as atividades desenvolvidas vinculavam-se aos ciclos econômicos do Sudeste e, portanto, a produção era destinada a atender os interesses daquele mercado consumidor. Mas, mais do que isso, a produção a ser realizada no Centro-Oeste era essencialmente de bens não industrializados, em geral associados a bens alimentícios e/ou produtos de origem agropecuária a ser utilizada pela indústria nascente localizada em São Paulo. Obviamente, essa configuração do processo de desenvolvimento tem consequências distintas do ponto de vista regional, conforme já apontado por Furtado. Especificamente no caso do antigo sul de Mato Grosso, tem-se, em um primeiro momento, o desenvolvimento e especialização da atividade ligada à pecuária. A região, nesse período, pode ser considerada uma extensão econômica da Região Sudeste, em

especial de São Paulo, uma vez que sua função era abastecer o mercado paulista. Destaca-se, que, ainda na década de 1960, o gado exportado a São Paulo era o gado magro, com menor valor agregado.

No período compreendido entre 1970 e início de 1980, ficou bastante nítida essa relação centro-periferia entre o SMT e São Paulo, bem como a dependência cultural do antigo sul de Mato Grosso em relação aos paulistas, pois a implantação do sistema de modernização conservadora deixou explícito que ao SMT caberia o fornecimento de alimentos e matérias-primas para o desenvolvimento industrial da Região Sudeste como um todo. Verificou-se, nesse período, que as políticas adotadas pelo Estado Nacional estimulavam a adoção de técnicas e inovações para o desenvolvimento de determinada *commodities* agrícolas, a saber, soja e milho, havendo para tal estímulos como financiamentos a juros baixíssimos.

2.5 Uma aplicação da Teoria dos Polos no CO/MS

A teoria dos Polos de Crescimento foi desenvolvida pelo francês François Perroux, sendo originária do estudo da concentração industrial em torno de Paris, e também ao longo do Vale do Ruhr, na Alemanha. Este autor explica as razões pelas quais ocorre o processo de concentração espacial das empresas líderes e/ou indústrias motrizes (chaves) no processo de crescimento regional ou local.

Para Perroux (1967), o polo de crescimento é constituído por uma unidade econômica motriz ou ainda por um conjunto destas unidades. De acordo com o autor,

[...] chamamos de indústria-chave, aquela que induz na sua totalidade de um conjunto por exemplo, de uma economia nacional, um acréscimo global de vendas muito maior que o acréscimo de suas próprias vendas. (PERROUX, 1967, p. 152).

Segundo Lima e Simões (2009), as indústrias motrizes exercem ações específicas sobre outras indústrias bem como em toda a economia, uma vez que o seu lucro depende tanto de seu volume de produção e de compra de serviços, quanto do volume de produção e compra de serviços de outras empresas. Portanto, as firmas estão relacionadas por seus preços e tecnologia, surgindo assim o conceito de economias externas, demonstrando a inter-relação entre as indústrias. Quando uma indústria nova é instalada, ela não aparece isolada, deste modo, a elevação do produto global depende “[...] a) dos níveis de produtos adicionais

próprios das indústrias novas tomadas em conjunto e b) dos níveis dos produtos adicionais induzidos das indústrias novas tomadas em conjunto.” (PERROUX, 1967, p. 150).

A concentração, ou também denominada polarização, que permite às indústrias motrizes³⁹ acarretarem o desenvolvimento regional, pode ser caracterizada em quatro tipos: 1) polarização técnica, que diz respeito aos efeitos de encadeamento entre indústria motriz e demais empresas; 2) polarização econômica, que relaciona a geração de renda e emprego como resultante da instalação da indústria motriz; 3) polarização psicológica, o investimento ocorre devido ao otimismo gerado pelo sucesso da indústria motriz; e 4) polarização geográfica, discorre sobre os impactos nos sistemas urbanos no desenvolvimento da cidade onde está localizada a indústria motriz (ocasionando na redução do custo de transporte e surgimento de economias externas e de aglomeração).

Para Perroux (1967), a “economia real” não funciona em pleno equilíbrio, pois indústrias aparecem e desaparecem, em vários períodos e com diferentes taxas de crescimento, ou seja, o crescimento econômico é desigual. Nas palavras do autor:

[...] o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidade variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia. (PERROUX, 1967, p. 146):

Portanto, o autor reforça que o crescimento não acontece de maneira homogênea, e sim em determinados pontos ou polos.

Segundo Versiani e Suzigan (1990), foi a partir da década de 1870 que se registraram as primeiras produções locais de manufaturas de caráter significativo no Brasil. Os autores apontam ainda que, “nas fases iniciais da industrialização, o investimento na nova atividade tendeu a se distribuir, no tempo, de forma não uniforme” (1990, p. 24). Os principais bens produzidos estavam voltados à indústria têxtil e de alimentos, contudo, entre o final da Primeira Guerra Mundial e início da década de 1930, verificou-se um processo de diversificação industrial. Cabe destacar, ainda, que, entre o final da década de 1930 e meados da década de 1950, o Estado Nacional passou a atuar de forma direta no processo de industrialização brasileira, porém, neste período, não havia uma estratégia de

³⁹ As Indústrias Motrizes apresentam como características: desenvolvimento sob a forma de indústria moderna; taxas de crescimento maiores que a taxa média de crescimento do produto industrial e da economia nacional em alguns períodos. Destaca-se que toda indústria motriz é equivalente a uma indústria-chave, entretanto, nem toda indústria-chave equivale a uma indústria motriz.

desenvolvimento industrial, o que somente ocorreria a partir da segunda metade da década de 1950.

A partir da década de 1930, o Estado Nacional passou a estimular a industrialização, agindo principalmente por meio de políticas de proteção⁴⁰ (através de política cambial e algumas restrições de importações), políticas de crédito, atuando de forma incisiva na implantação de algumas indústrias de base e na geração de energia elétrica, como por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Fábrica Nacional de Motores (1943), dentre outros.

Em geral as indústrias tenderam a se concentrar na Região Sudeste, em particularidade no estado de São Paulo. O capital gerado pela produção cafeeira, a mão de obra advinda do exterior (imigração europeia), o desenvolvimento de infraestrutura básica (ferrovia, rodovia, energia elétrica, etc.), somados à atuação direta do Estado Nacional e ao surgimento de mercado interno foram elementos propulsores para que São Paulo despontasse no ramo industrial e, a partir da década de 1950, passasse a concentrar o desenvolvimento dessa atividade. Porém, ao contrário do que se esperava como efeito dessa concentração (seguindo a Teoria de Perroux), não houve o irradiamento “esperado” desse polo como indutor de crescimento às outras regiões brasileiras, ou melhor, não na mesma magnitude.

Inclusive, ao final da década de 1950, Celso Furtado já apontava que o Polo de Crescimento implantado na Região Sudeste estava gerando efeitos negativos ao desenvolvimento da Região Nordeste (GTDN, 1959 apud PELLEGINO, 2003), sendo necessário criar mecanismo que organizasse esses efeitos, por meio da conversão de “desenvolvimentos anárquicos” em “desenvolvimento ordenado” (PERROUX, 1967, p. 194). Esse papel poderia ser desenvolvido por órgãos governamentais.

As disparidades regionais foram se tornando mais evidentes, sendo que, a partir da segunda metade década de 1960, a Teoria de Perroux passou a balizar as políticas do governo brasileiro na implantação de polos em diversas regiões brasileiras, ou seja, tal teoria esteve muito presente nas políticas econômicas adotadas especialmente entre as décadas de 1960 e 1970. Além do mais, segundo Tavares (2015), durante o governo de Castelo Branco, o Polo de Desenvolvimento (adaptação do Polo de Crescimento de Perroux) passou a ser o marco referencial para o planejamento territorial em nível federal.

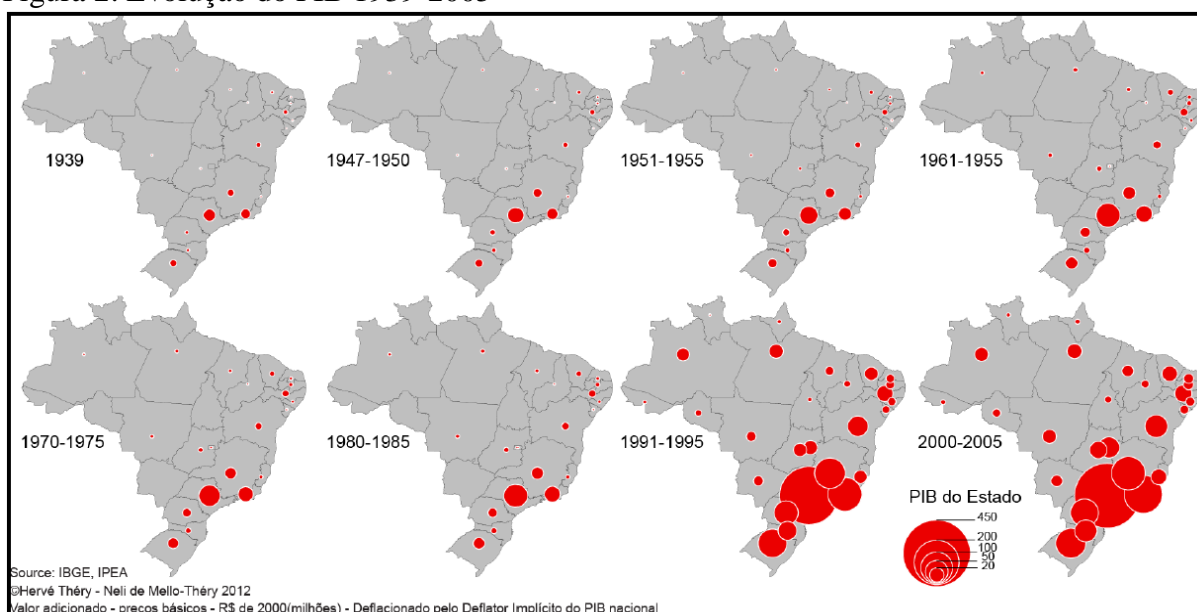
A ideia era buscar minimizar as desigualdades regionais que se intensificaram devido à concentração industrial em algumas regiões do país, sobretudo, São Paulo. Isto é, a

⁴⁰ Segundo Versiani e Suzigan (1990), a partir da década de 1950, esse protecionismo apresentou-se exagerado e permanente.

industrialização que se desenvolveu no Brasil propiciou um crescimento das disparidades regionais, o que levou o Estado Nacional a adotar medidas para sanar tais debilidades por meio de uma industrialização “planejada”. Posteriormente, essas políticas voltaram-se à exportação de *commodities*.

Por meio da figura abaixo, é possível verificar a evolução do PIB das distintas regiões brasileiras. Observa-se a Região Sudeste (especialmente São Paulo) como um polo concentrador de renda que se destaca desde o início do período analisado, enquanto a Região Centro-Oeste (especialmente Mato Grosso do Sul) só aparece na última década do século XX e mais notoriamente nos anos recentes.

Figura 2: Evolução do PIB 1939-2005



Fonte: THÉRY, H.; MELLO-THÉRY, N. A. de, 2012, p. 73.

Portanto, na Região Centro-Oeste, a aplicação da Teoria dos Polos não apresentou os efeitos desejados, pois, embora tenham sido implantados os polos de desenvolvimento, em geral, eles nada mais eram do que uma extensão das indústrias da Região Sudeste. Além disso, esses polos eram destinados a produzir alimentos e matérias-primas àquela região, portanto, eles não apresentavam um efeito propulsor.

Verifica-se ainda, no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que a desconcentração industrial da Região Sudeste estaria destinada às regiões Sul e Nordeste, não havendo explicitamente uma política voltada à industrialização do Centro-Oeste. Para a referida região, a modernização viria por meio da utilização de insumos e maquinários modernos para assim estimular seu potencial agrícola. Tal fato é corroborado por Pavão (2005), pois o autor

demonstra que, entre as décadas de 1970 e 1980, a Região Centro-Oeste apresentou baixo desenvolvimento industrial, sendo que as mais representativas estavam ligadas aos setores de beneficiamento (65% do valor da produção), seguido pela produção de insumos básicos (16%), sendo responsável, assim, por 1,1% do produto industrial brasileiro.

No caso específico do antigo sul de Mato Grosso, a industrialização entre 1930 e 1970 pouco se desenvolveu, sendo que, dentre os principais obstáculos, destacam-se a escassez de fontes de energia e as dificuldades de transporte. Ademais, Pavão (2005) mostra que o SMT apresenta uma estrutura industrial baseada nos setores tradicional e de *commodities*, sendo que, em 1975, tal representação era de 97,62%, e em 1995, 96,9%. Deste modo, essa situação “[...] indica que a economia de Mato Grosso do Sul é uma grande compradora (importadora) de produtos industriais com desenvolvimento tecnológico, principalmente de bens de capital [...]” (PAVÃO, 2005, p. 206). Por outro lado, o estado exporta, tanto para o mercado nacional quanto internacional, produtos tradicionais e *commodities* “[...] indicando assim a insipiência da indústria de transformação local.” (2005, p. 206).

2.6 A teoria da oferta ilimitada de mão de obra: uma aplicação ao CO/MS

Conforme já apontado no início do povoamento do antigo Mato Grosso, aliás do Brasil em geral, havia escassez de mão de obra para a realização dos trabalhos, recorrendo-se assim, à mão de obra escrava indígena ou do negro africano. Ademais, como observado, uma das peculiaridades desta forma de emprego do capital humano é o fato de que a mesma não gera um mercado interno, implicando, conseqüentemente, na limitação do desenvolvimento da economia desta localidade.

Não obstante, é possível adicionar elementos sobre o papel que a baixa densidade populacional da região exerce no entendimento do desenvolvimento da mesma a partir da teoria da oferta ilimitada de mão de obra desenvolvido por Arthur Lewis (1954). Para o autor, a oferta ilimitada de mão de obra ocorreria em países em que ela fosse maior do que a quantidade de capital e de recursos naturais. Nesse caso, a produtividade marginal do trabalho nesses setores econômicos seria “ínfima, nula ou mesmo negativa” (LEWIS, 1954, p. 415)⁴¹.

⁴¹ Seria o caso, por exemplo, da mão-de-obra no setor agrícola, cujo trabalho geralmente se dá em pequenas propriedades e é desenvolvido em núcleos familiares (subemprego), o que por sua vez implicaria em uma produtividade marginal zero

O problema enfrentado por essas economias caracterizadas pela oferta ilimitada de mão de obra estaria relacionado à falta de capital e recursos naturais para o emprego da mão de obra, pois, na medida em que mais capital fosse injetado numa dada economia, os trabalhadores que ora estão exercendo suas atividades no campo (muitas vezes sem remuneração), ou ainda com salários de subsistência, tenderiam a migrar do setor de “subsistência” (o campo), para o setor “capitalista” (industrial) (onde o salário de subsistência tende a ser maior). Esse movimento implicaria numa elevação da produtividade (do salário de subsistência) no campo e da economia como um todo.

Em outras palavras, num primeiro momento, a renda nacional seria composta em sua maioria pela renda de subsistência e, na medida em que o trabalho fosse transferido para o setor capitalista, o excedente capitalista começaria a aumentar como proporção da renda nacional, dado que o salário dos trabalhadores manter-se-ia constante enquanto houvesse oferta ilimitada de mão de obra. Desta maneira, enquanto uma parte do excedente fosse reinvestida em capacidade produtiva, incluindo o progresso técnico, os lucros sempre elevariam em relação à renda nacional. Para Lewis, o fato de o setor capitalista ser muito pequeno nos países subdesenvolvidos ajuda a explicar por que estes possuem baixos níveis de poupança, e, conseqüentemente, não realizam investimentos. Seria necessário

[...] o surgimento de uma classe capitalista, isto é, de um grupo de homens que pensam em termos de investimento produtivo de capital. As classes dominantes das economias atrasadas – proprietários de terra, comerciantes, credores, sacerdotes, militares, príncipes – normalmente não pensam nesses termos. (LEWIS, 1954, p. 432).

Diante da escassez da poupança, o investimento poderia ser dado via crédito bancário, ou através do Governo por meio de impostos ou via inflacionária, sendo que, neste caso, seria necessário que o dinheiro chegasse às mãos dos capitalistas e não dos rentistas (que estariam dispostos apenas a consumir). Todo este processo implicaria no aumento de capital e renda real. Ressalta-se que essa formação de capital teria de ter retorno rápido e elevado.

Ainda de acordo com o modelo, em uma economia com salário real constante, oferta de mão de obra ilimitada, que investe seu excedente na formação de capital, crescerá até o ponto em que o trabalho se torne escasso, dado que, a partir deste ponto, os capitalistas teriam de reduzir sua margem de lucro para elevar os salários. Em tal situação, ter-se-ia duas opções: a) incentivar a imigração de trabalhadores, impedindo assim que os salários aumentassem em seus países; ou b) exportar capital para os países em que houvesse mão de obra abundante.

Ora, essa teoria pode ser adaptada para explicar o desenvolvimento sul-mato-grossense. Em primeiro lugar, ao contrário do modelo de Lewis, o MS sempre foi caracteristicamente marcado pela escassez de mão de obra. Nesse contexto, historicamente o estado não contou com a possibilidade de realocar setorialmente a mão de obra (do campo para a indústria, por exemplo) e, com isso, contar com os aumentos de produtividade e consequente desenvolvimento que isso acarreta. Aqui se adicionam duas observações: por um lado, os núcleos urbanos formados em MS (como consequência também da baixa densidade populacional) são “pequenos” e, por isso, a produção realizada nesses núcleos não demandava grandes deslocamentos da mão de obra; por outro, as referidas atividades não constituíam um setor moderno (nos termos definidos por Lewis) e, sim, eram em grande parte prolongamentos das atividades realizadas no campo (relacionados, portanto, à atividade da pecuária) ou de serviços urbanos (comércio, hospedagem) ou administrativos.

Em segundo, em não havendo disponibilidade de mão de obra, os capitais (nacionais e internacionais) não investiam na região, principalmente aqueles relacionados às atividades produtivas que exigiam alta densidade do fator trabalho. Em terceiro, não havendo um setor capitalista dinâmico, a produção foi sendo realizada sem a incorporação de capital e, mais, ficou a cargo da classe dos rentistas (fazendeiros) que, como o próprio Lewis destacou, não pensam em termos de investimento produtivo de capital. Assim, a atividade produtiva não gerava capital necessário para alavancar um processo de desenvolvimento endógeno e, tampouco, incorporava mão de obra capaz de formar um mercado consumidor interno capaz de fomentar o crescimento.

Deste modo, o lucro gerado pelo setor proprietário dos bens de produção não era reinvestido na região e era gasto com consumo de bens provenientes de outras regiões. Por outro lado, a escassez de trabalho não significou em aumento de salários, o que dificultou a formação de um mercado consumidor.

Enquanto no SMT se recriavam atividades de baixa produtividade e com baixos encadeamentos produtivos, o núcleo moderno da economia brasileira (sudeste) avançava em direção a novas etapas do processo de industrialização. A industrialização com base na substituição de importações não foi capaz de modernizar a agricultura no mesmo ritmo, exacerbando as diferenças de produtividade e renda entre as regiões (e entre campo e cidade).

3. FORMAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E ECONÔMICA DE MATO GROSSO DO SUL – DAS BANDEIRAS À GUERRA DO PARAGUAI

O presente capítulo tem por objetivo apontar os principais elementos que contribuíram para a formação de Mato Grosso do Sul. Inicialmente, enfatizam-se as primeiras incursões realizadas pelos bandeirantes neste território e os resultados que delas depreenderam como, por exemplo, a descoberta das jazidas de ouro, o reconhecimento do território por parte da coroa real, o desenvolvimento das comunicações e o estabelecimento de uma pequena produção mercantil.

Posteriormente, a análise recai sobre algumas das diversas causas que culminaram na maior guerra da América do Sul, ou seja, a Guerra do Paraguai. Embora essa guerra tenha apresentado suas adversidades em âmbito regional, findado esse conflito, instalou-se em Mato Grosso de certa forma uma “nova fase”, quando Corumbá passou ao posto de principal polo comercial da Província. Além disso, neste período, constatou-se o ingresso de capitais internacionais, os quais inicialmente estiveram presentes nas casas comerciais e, mais tarde, conforme será abordado no próximo capítulo, no desenvolvimento da pecuária bovina e na exploração da erva-mate.

3.1 As primeiras ondas de ocupação: as bandeiras

Os registros de presença humana no SMT são bem antigos, pois nesta área já habitavam indígenas de variados grupos. Também é antiga a presença do “homem branco”, uma vez que, ainda no século XVI, em meio à conquista da América do Sul, já se registrava a presença dos espanhóis nesta região. Isso pode ser observado no estabelecimento do núcleo denominado Santiago de Xerez (que perdurou até o ano de 1632) e no início do século XVII, com a tentativa da constituição das missões jesuítas intituladas de “missões do Itatim”. (QUEIROZ, 2008a, p. 16).

De acordo com Borges (2001), as características inerentes à região como o “isolamento”, os conflitos com os indígenas e, posteriormente, as bandeiras paulistas, foram alguns dos empecilhos que dificultaram a ocupação efetiva do território mato-grossense pelos espanhóis. Nas palavras do autor:

As primeiras tentativas de penetração e ocupação de Mato Grosso ocorreram no século XVI, de responsabilidade dos espanhóis, inclusive com formação de povoado próximo ao rio Paraguai. Contudo essas tentativas não se consolidaram devido ao isolamento, à falta de base econômica, à hostilidade dos indígenas e, mais tarde, às investidas das bandeiras paulistas, que conseguiram, afastar os espanhóis de Mato Grosso. (BORGES, 2001, p. 22)

Sendo assim, foi somente a partir do início do século XVII, quando os moradores do planalto paulista (Capitania de São Vicente) – também denominados bandeirantes – adentraram neste local em busca de mão de obra escrava indígena e, posteriormente, com a casual descoberta do ouro, que o território mato-grossense passou a existir para a América Portuguesa.

As bandeiras eram expedições particulares não preocupadas com os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Para Holanda (1995), esses “*pioneers* paulistas” agiam por conta própria, geralmente contrários aos interesses e vontades da metrópole, ou seja, eram aventureiros que antes da descoberta das minas, com algumas exceções, não efetuaram obra colonizadora.

Ressalta-se que, nesse período, pelo fato do sistema agroexportador implantado no Nordeste (litoral) ter produtividade superior (solo favorável, menor distância da Metrópole, etc.), as outras regiões (que não tinham como concorrer com o Nordeste na exploração desse produto) foram obrigadas a recorrer a outras formas de produção, como foi o caso da Capitania de São Vicente. Segundo Volpato (1987, p. 29): “A incapacidade de estruturar a produção para o mercado externo concorreu para que esta fosse organizada em função da subsistência. A dificuldade para importar mão-de-obra africana fez com que se utilizasse o índio como escravo”. É neste contexto que os bandeirantes passaram a penetrar os sertões do Brasil à procura principalmente do índio para sua utilização como mão de obra escrava (o “negro” da terra, conforme expressou Sérgio Buarque de Holanda). As sucessivas incursões permitiram aos colonizadores aprenderem técnicas indígenas de sobrevivência como a utilização de ervas medicinais. Os bandeirantes preferencialmente faziam seu trajeto pelas vias terrestres, por meio dos campos e matas.

Holanda (2000, p. 43) destaca: “É inevitável que, nesse processo de adaptação, o indígena se torne seu principal iniciador e guia”. Assim, para que pudessem penetrar nos sertões, esses colonos tiveram que se adaptar a vários costumes indígenas como, por exemplo, andar descalços e caminhar em “fila índia”. Para Soares (2013), o desenvolvimento dessa capacidade de se adaptar foi de extrema relevância para a ocupação do território pelos

portugueses. Os espanhóis, mesmo detendo cavalos e armamentos, ao não se adaptar como os portugueses, acabaram por fracassar na tentativa de manter as suas posses na localidade.

Investidos dos conhecimentos de como adentrar os sertões, os bandeirantes passaram a intensificar a caça ao índio. Isso caracterizou a presença deles nessa região como despovoadora, já que aprisionavam, exterminavam (seja através da violência ou por meio das “pestes” trazidas) ou afugentavam os indígenas que ali habitavam. O embate entre bandeirantes e indígenas era marcado por uma violenta disputa.

Nessa atividade de “caça” ao índio, o bandeirante Pascoal Moreira Cabral descobriu casualmente ouro nas margens do rio Coxipó, por volta de 1718/1719. De acordo com Volpato (1987), a partir de então iniciou-se o processo de povoamento de Cuiabá, que no ano de 1727 foi elevada a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, ou seja, o território, que até então não despertava interesse dos portugueses, passou a ser reconhecido pela coroa real.

Inicialmente, a busca do ouro parece não ter despertado grande interesse por parte dos bandeirantes. Segundo Holanda (1986, p. 27): “Tudo faz supor, entretanto, que essa demanda do metal precioso teve influência moderada, de início quase nula, no ânimo daqueles aventureiros”. Contudo, sabe-se que a descoberta do ouro teve importância significativa para a região, dentre as quais Queiroz (2008a) destaca: i) somente a partir desse período foi que de fato iniciou uma efetiva ocupação deste território por parte dos luso-brasileiros; e ii) o governo português passou a se interessar pelo domínio dessa área.

A partir da descoberta do ouro, Cuiabá atraiu, cada vez mais, grandes levas de mineradores, que “penetraram pelo interior em busca de rápido enriquecimento”. (VOLPATO, 1987, p. 31). Deste modo, nesta área foram fundadas várias povoações, sendo que, no ano de 1748, a então denominada capitania de São Paulo (que também englobava o território mato-grossense) foi desmembrada, possibilitando a constituição da denominada capitania de Mato Grosso, em que em Cuiabá, estabeleceu-se também a sede desta capitania, isto é, a Vila Bela da Santíssima Trindade (fundada em 1752). É relevante frisar que estas jazidas ficaram restritas à Cuiabá, o que fez com que o sul do antigo Mato Grosso fosse apenas um caminho. Nas palavras de Queiroz (2008a, p. 17), o SMT “limitou-se ao papel de área de passagem no trajeto entre as regiões auríferas e os centros povoados do litoral atlântico brasileiro, sobretudo São Paulo.”

As ações dos bandeirantes permitiram que o território pertencente a Portugal se expandisse muito além do estabelecido no Tratado de Tordesilhas, o que implicou no estabelecimento de novas linhas demarcatórias para os domínios de Portugal e Espanha

conforme foi consolidado com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Nesse tratado, prevaleceu o denominado *uti possidetis*, ou seja, a delimitação das terras se deu em torno de quem de fato a ocupava (presença física). O antigo sul de Mato Grosso, que pelo Tratado de Tordesilhas era pertencente à Espanha, passou a ser território de Portugal com a assinatura do Tratado de Madri, uma vez que seus colonos estavam instalados nesta área. Mesmo com o Tratado de Madri, as discussões em torno deste território permaneceram, sendo que o Tratado foi anulado, tendo sido assinado, em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso que, grosso modo, nada mais era que o estabelecimento do que já havia sido acordado no Tratado anterior.

3.2 O ciclo da mineração

A descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas iniciou o processo de ocupação de Mato Grosso sobretudo em torno de Cuiabá. Pires (2000, p. 113) expõe que: “A região do cerrado foi alvo de intensa exploração durante o período aurífero, submetido principalmente a várias entradas e bandeiras oriundas em grande parte da Província de São Paulo”.

Russell-Wood (1999, p. 482) também afirma que houve uma “corrida frenética” ao Mato Grosso, embora esses contingentes tenham sido em número bem menor do que aqueles que se deslocaram para Minas Gerais. Dentre os motivos que explicam esse ocorrido têm-se as dificuldades da viagem, o elevado preço dos escravos e dos custos de provisões e a incerteza quanto ao retorno dos investimentos efetuados, além do fato de que, quando chegavam no local, a alimentação era escassa e os preços, exorbitantes. O autor afirma que “Em Minas Gerais, assim como no início em Cuiabá, os gatos e cachorros eram muito procurados como alimento” (RUSSEL-WOOD, 1999, p. 483).

Volpato (1987) afirma, que, após a descoberta do ouro, os sertanistas trataram de tornar a área aurífera recém-descoberta em um local habitável, sendo que paulatinamente foram sendo desenvolvidas a agricultura de subsistência baseada na produção do milho, feijão, abóbora e a criação de animais como porcos e galinhas e, mais tarde, o gado bovino e cavalar. Não obstante, no início do ciclo aurífero essa produção não atendia à demanda interna, implicando que a Capitania de Mato Grosso dependesse da importação desses e de outros produtos, advindos sobretudo da Capitania de São Paulo.

Essas questões foram de certa forma ignoradas pela coroa portuguesa, sendo que sua preocupação estava mais voltada à garantia de algum lucro ao erário real, seja por meio da distribuição das concessões mineiras ou através da captação do quinto real sobre o ouro

extraído. Entretanto, é possível depreender das palavras de Russell-Wood que a elevação do número de pessoas nas minas já demonstrava que sua exploração apresentava algum retorno. Nas palavras do autor:

Apesar das dificuldades físicas e das políticas fiscais e regulamentadoras da coroa que impuseram um ônus a toda pessoa da comunidade mineira, apenas o aumento da população já é testemunho suficiente das oportunidades bastante reais que existiam em Minas Gerais, Mato Grosso, e Goiás e nas outras regiões mineiras do Brasil. (1999, p. 501-502)

Neste mesmo sentido Holanda (1945 apud DINIZ, 2006) afirma que a garantia de “lucros certos” era o estímulo que fazia com valessem os riscos e dificuldades encontradas pelos mineiros nos trajetos monçoeiros. Assim, mesmo com o custo de transportes elevado (devido à distância, caminhos difíceis e inseguros), o comércio na Capitania Mato-Grossense tinha viabilidade econômica, pois era compensado pela exploração do ouro, “demonstrando como a perspectiva de lucro rápido encurtava caminhos e indenizava prejuízos” (CORRÊA, 1999, p. 88).

A seguir, verifica-se, através dos dados apresentados na Tabela nº 1, que a produção de ouro em Minas Gerais era significativamente superior à produção de Goiás e Mato Grosso juntos. Desta maneira, o desempenho de Mato Grosso não foi o suficiente para que em seu território fossem despendidos maiores investimentos como ocorreu em Minas Gerais, até mesmo porque o ouro encontrado em MT era de aluvião. Segundo Diniz (2006, p. 43):

[...] diferentemente de Minas Gerais, cujo processo de extração aurífera demandou grande suporte da engenharia e avançou na construção de grandes minas subterrâneas, em Mato Grosso e Goiás, o processo não superou a fase da lavra e desmonte dos bancos auríferos.

Apesar da quantidade de ouro ter menor expressividade com relação à produção mineira, Pinto (1979 apud DINIZ, 2006) afirma que, durante o período do apogeu da mineração, foram extraídos 35 mil quilos de ouro das minas de MT e GO, isto é, em média, 7 mil quilos ao ano.

Tabela 1: Produção do ouro brasileiro no século XVIII (em kg)*

Período	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Total
1700/1705	1.470	-	-	1.470
1706/1710	4.410	-	-	4.410
1711/1715	6.500	-	-	6.500
1716/1720	6.500	-	-	6.500
1721/1725	7.000	-	600	7.600
1726/1729	7.500	-	1.000	8.500
1730/1734	7.500	1.000	500	9.000
1735/1739	10.637	2.000	1.500	14.137
1740/1744	10.017	3.000	1.100	14.117
1745/1749	9.712	4.000	1.100	14.812
1750/1754	8.780	5.880	1.100	15.760
1755/1759	8.016	3.500	1.100	12.616
1760/1764	7.399	2.500	600	10.499
1765/1769	6.659	2.500	600	9.759
1770/1774	6.179	2.000	600	8.779
1775/1779	5.518	2.000	600	8.118
1780/1784	4.884	1.000	400	6.284
1785/1789	3.511	1.000	400	4.911
1790/1794	3.360	750	400	4.510
1795/1799	3.249	750	400	4.399

Fonte: Pinto (1979 apud RUSSELL-WOOD, 1999, p. 519).

*Os dados apresentados acima referem-se à produção que constou nos registros oficiais.

As técnicas empregadas na exploração do ouro em Mato Grosso eram rudimentares e não evoluíram ao longo do século XVIII, o que, por sua vez, acarretava prejuízos junto à produção (desperdícios), além de que o baixo nível tecnológico pouco motivava a especialização no trabalho.

A descoberta e a exploração do ouro afetou não somente a sociedade e a economia brasileira, mas também a metrópole, influenciando inclusive sua posição política e econômica na Europa. Deste modo, a coroa portuguesa, ao mesmo tempo que se preocupava em não desencorajar as atividades mineradoras, também precisava proteger setores da sociedade e da economia que poderiam ter impactos negativos com a corrida desenfreada pelo ouro. Ademais, tinha-se a preocupação de que: “[...] tão logo outras nações europeias ouvissem falar das descobertas do Brasil, pudessem invadir a América Portuguesa” (RUSSELL-WOOD, 1999, p. 474).

Como já bem estabelecido pela literatura, o ouro foi importante para o desenvolvimento da economia europeia, inclusive, sendo o propulsor para que a Inglaterra se tornasse o principal centro financeiro da Europa.

A exploração econômica das jazidas de ouro implicou ainda na alteração na dinâmica econômica do Brasil, ocorrendo um deslocamento da principal atividade econômica para o

interior. Segundo Russell-Wood (1999, 523), “O ouro precipitou o deslocamento do epicentro da colônia, do Nordeste para as montanhas e o planalto brasileiro e da agricultura para a mineração”.

Com relação à mão de obra empregada, a maioria era formada por escravos negros africanos, embora seja apontado que, em algumas regiões, seja bem provável que se tenha utilizado a mão de obra indígena (RUSSELL-WOOD, 1999), situação que ocorreu na Capitania de Mato Grosso, uma vez que a “depreciação” da mão de obra escrava se dava de forma muito rápida devido às péssimas condições de alimentação e saúde, além do esforço laboral a que estavam submetidos. Nesse contexto, “[...] o escravo sempre foi um bem de alto custo e grande procura. A crise enfrentada pela mineração tornava seu preço ainda mais oneroso para o mineiro” (VOLPATO, 1987, p. 85), sendo a mão de obra indígena a alternativa encontrada para amenizar essa situação.

A utilização da mão de obra escrava e, conseqüentemente, a falta de diversificação econômica é a principal explicação para a situação decadente em que se encontrou Mato Grosso com o declínio da atividade mineradora, uma vez que a exploração dava-se com baixos rendimentos e de forma predatória, além de que a utilização da mão de obra escrava tendia a limitar o mercado interno.

A principal explicação para a decadência da região de mineração foi a utilização da mão-de-obra escrava, que barrou a diversificação econômica ao impedir que fossem realizadas inversões tecnológicas, levado a um sistema exploratório de baixos rendimentos e de caráter predatório. O desenvolvimento da atividade aconteceu pela agregação de fatores, de forma extensiva e através da dilapidação da natureza. Além disso, as relações escravistas implicação na limitação do mercado interno e tolheram o surgimento de levantes sociais que levariam às transformações sócio-econômicas. (PAVÃO, 2005, p 82-83).

Ao final do século XVIII, a atividade mineradora entrou em declínio. Entretanto, houve certa expansão do povoamento até a Independência, por um lado, pela expansão da pecuária e, por outro, porque, diante dos conflitos contra os espanhóis (tentativa de impedir que a Espanha expandisse suas fronteiras sob território brasileiro através da Bolívia e Paraguai), houve a construção de vários fortes na região, o que levou a população local a produzir gêneros de subsistência⁴². Essa produção associa-se ao fato de que, na região, tanto a lavoura de cana-de-açúcar quanto a criação do gado bovino não se desenvolveram a ponto de atingir a exportação (SOARES, 2013).

⁴² Abreu (2001) afirma ainda que a decadência da mineração provocou um “rearranjo espacial” dado que iniciou-se um processo de substituição da importação interna e externa e passou a estimular e ampliar as propriedades de subsistência.

Para Borges (2001), a redução da atividade mineratória na Capitania de Mato Grosso não foi absoluta e também não conduziu ao chamado “isolamento”. Já para Guimarães e Lemes (1997), a distância do território centro-oestino em relação às demais regiões, bem como a precariedade das vias de transportes (estradas) implicaram em baixa articulação com os centros mais desenvolvidos, situação distinta a de Minas Gerais, por exemplo, que, mesmo com o fim da mineração, conseguiu se reestabelecer economicamente devido à sua proximidade com o Rio de Janeiro (capital do Brasil na época).

Apesar de esta região apresentar poucos atrativos econômicos, eram grandes os interesses estratégicos. Por essa razão, a coroa visava assegurar a posse do território, o que implicou significativos investimentos estatais, como a já mencionada criação dos fortes.

O primeiro forte a ser construído foi o de Iguatemi no ano de 1767, que tinha como objetivo tanto a defesa do território quanto ser uma “fronteira econômica” no desenvolvimento de atividades relacionadas à agropecuária. Embora tenham sido enviados para este local soldados e famílias de colonos, o projeto fracassou, pois, no ano de 1777, os espanhóis tomaram este forte (QUEIROZ, 2011a).

Posteriormente, outros fortes foram criados, especialmente aqueles de caráter defensivo frente aos adversários indígenas e espanhóis, como foi o caso da criação do Forte Coimbra (1775), do povoado de Albuquerque (atual Corumbá, 1778) e do Fortim de Miranda (1797). Esses fortes objetivavam também defender a segurança da rota das monções. Apesar disso, estas ações não propiciaram a formação de “autênticos núcleos de irradiação de povoamento” (QUEIROZ, 2008a, p. 20).

3.2.1 As monções cuiabanas

No período entre 1719/1720, desenvolveu-se uma via de comunicação com rota fluvial, denominada monções ou também monções cuiabanas (formada pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá), que tiveram grande importância na colonização do antigo Mato Grosso. O trajeto foi utilizado por mais de um século.

Devido às dificuldades físicas envolvendo as longas distâncias a serem percorridas, ao temor aos ataques indígenas e à necessidade de canoieiros habilidosos, os mineiros e aqueles que precisavam fazer uso das rotas monçoeiras viajavam em comboios.

Nas palavras de Russell-Wood (1999, p. 481):

Esses comboios exigiam organização, liderança, disciplina e a subordinação da vontade individual à coletiva. Um dos maiores deles, realizado em 1726, era composto de cerca de três mil passageiros em 305 canoas e conduzia o próprio governador de São Paulo.

Uma das características das monções era a longa duração do trajeto. O percurso realizado entre São Paulo e Cuiabá durava cerca de sete meses no trajeto da ida e em torno de dois meses na volta (pelo fato das cargas serem mais leves); as travessias pelos rios também eram bastante dificultosas, sendo que, quem deixava São Paulo entre março e junho, tinha sua rota um pouco mais acessível, dado que os rios estavam cheios neste período e isso “facilitava” a travessia por mais de cem cachoeiras entre Porto Feliz e Cuiabá, em contrapartida, havia uma maior exposição à malária e outras febres comuns à estação (RUSSELL-WOOD, 1999).

Acrescenta-se ainda, conforme já mencionado, os perigos de ataques indígenas. De acordo com Russell-Wood (1999), os Payaguás e Guaykus mataram muitos portugueses, sendo que, em dois episódios de enfrentamento, um ocorrido no ano de 1725, em que os Payaguás mataram mais de 600 pessoas de um único comboio, e, outro ocorrido em 1730, quando foram mortos mais 400 pessoas. Ressalta-se que, enquanto os antigos bandeirantes eram pessoas com alguma experiência aos perigos do sertão, o público das monções eram pessoas comuns, não habituadas a travar embates.

No início das monções, havia um tráfico relativamente intenso por esta rota, pois por ela era possível transportar o ouro, pessoas (comerciantes, burocratas e suas famílias), suprimentos, cargas pesadas etc. Conforme aponta Queiroz (2008a), por volta de 1720, surgiram vários sítios em torno das monções. Eram os postos às margens dos rios Paraná, Pardo e Taquari, cujo objetivo era o abastecimento das expedições durante o trajeto. O autor destaca ainda que, dentre estes sítios monçoeiros, o varadouro de Camapuã (fazenda de Camapuã) foi o que mais se destacou, pois era onde as expedições precisavam parar durante o seu trajeto entre os rios Paraná e Paraguai.

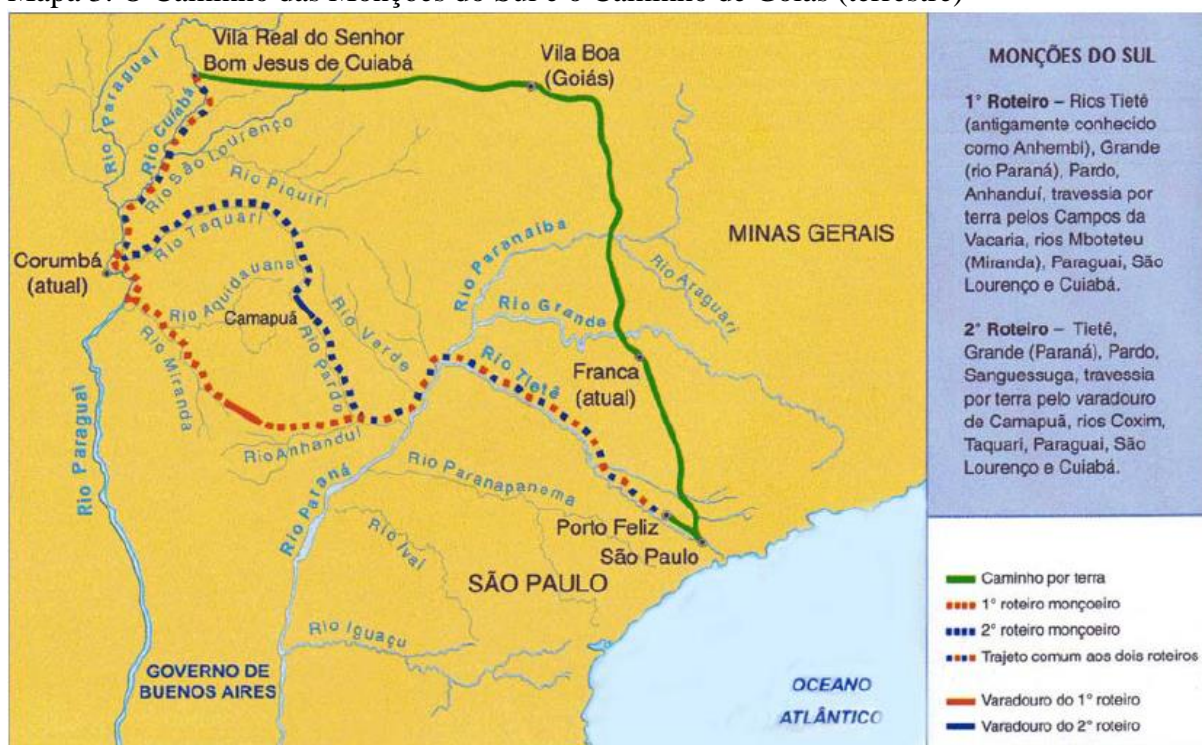
No entanto, esta primeira “tentativa” de ocupação produtiva por parte dos luso-brasileiros não logrou êxito duradouro, uma vez que, exceto o posto de Camapuã (que teve maior duração), os demais não resistiram por vários motivos: i) pelo fato do ouro ser de aluvião, e, conseqüentemente, tendia a se esgotar rapidamente, implicando no declínio desse fluxo; ii) pelo surgimento de caminhos alternativos às monções, ou seja, as “monções do

norte” ou “monções do Grão-Pará” e o “caminho terrestre de Goiás”; e iii) pela forte resistência indígena (Payaguás, Kayapó e Guaykuru), que tendia a atacar essas expedições fluviais.

Com relação aos caminhos concorrentes às monções, Queiroz (2011a) afirma que a via terrestre de Goiás surgiu como alternativa de integrar o Extremo Oeste ao Sudeste português, sendo que “desde 1737 passou a ligar Cuiabá ao litoral atlântico via Goiás e Minas Gerais” (2011a, p. 109). Essa via apareceu num contexto de frequentes descobertas de jazidas de ouro, após aquelas descobertas em Cuiabá, como as de Goiás (1725) e do Vale do Guaporé (1734). Este caminho surgiu para que a população pudesse se deslocar de áreas onde já havia um declínio das minas para os locais das novas descobertas. Ressalta-se que, mesmo com a existência desta alternativa terrestre, a rota monçoeira ainda era utilizada, uma vez que por meio del, eram realizados transportes de cargas pesadas e volumosas.

O Mapa nº 3 mostra como se dava a rota por via terrestre (englobando Triângulo Mineiro, Vila Boa de Goiás e Bom Jesus de Cuiabá) (Diniz, 2006).

Mapa 3: O Caminho das Monções do Sul e o Caminho de Goiás (terrestre)

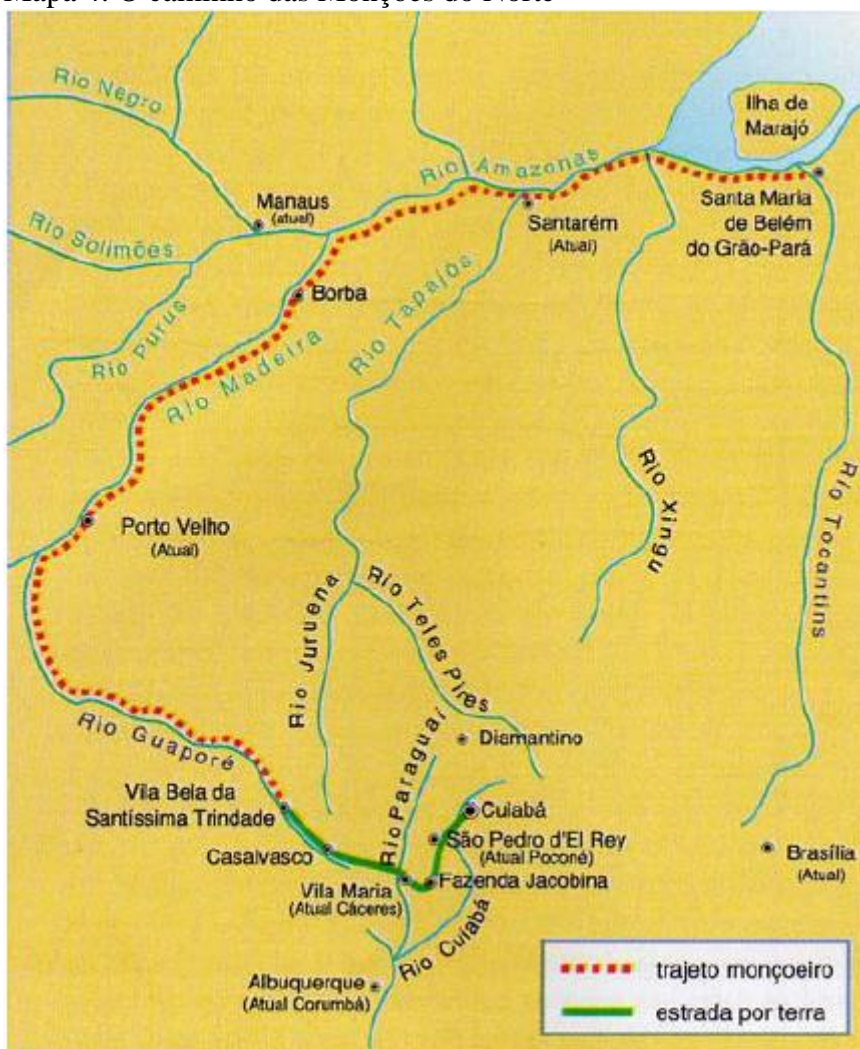


Fonte: Siqueira (2002 apud DINIZ, 2006).

Em um primeiro momento, o “caminho de Goiás” não foi a rota mais frequentemente utilizada pelo comércio de Cuiabá. As “monções do Norte” foram as que apresentaram maior influência. Segundo Queiroz (2009, p. 200), “[...] configurada a partir de fins da década de

1740 e que, partindo de Vila Bela, seguia pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas a sair no litoral atlântico em Belém [...], estas também eram associadas à ação oficial através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. De acordo com o autor foi somente em 1778 após o fechamento da Companhia foi que o “caminho de Goiás” se tornou o principal trajeto comercial da capitania de Mato Grosso. O mapa a seguir apresenta o caminho realizado pelas “monções do Norte”.

Mapa 4: O caminho das Monções do Norte



Fonte: Siqueira (2002 apud DINIZ, 2006).

Além destas, existiam outras rotas que ligavam as minas de Mato Grosso e Goiás a outras regiões como Bahia, Minas Gerais e Maranhão. Entretanto, para evitar a saída ilegal do ouro e contrabando de outras mercadorias, em 1739, foram fechadas todas as rotas que não passassem por São Paulo. Como consequência, Simonsen (1977 apud PAVÃO, 2005)

discorre que a demanda de gado pela região mineradora que era atendida por produtores nordestinos passou então a ser atendida pela Região Sul por meio de São Paulo.

3.3 A Guerra do Paraguai

3.3.1 Um breve panorama da Guerra

A Guerra do Paraguai imprimiu o maior conflito internacional ocorrido na América do Sul. Nas palavras de Dourado (2010, p. 11):

[...] o nome Guerra Grande seria o mais adequado e que mais se aproxima da realidade: grande foi sua duração e invisibilidade de alguns grupos; grande foi o esquecimento das autoridades com os soldados doentes e aleijados que retornaram da guerra; grande foi o número de combatentes, mortos e sofrimento humano e grandes foram as consequências políticas, e econômicas e sociais para os países envolvidos: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Na visão de Doratioto (2002 apud MONTEIRO, 2010), esta guerra trouxe repercussões na consolidação dos Estados nacionais argentino e uruguaio, significou o apogeu tanto da força militar quanto da capacidade diplomática do Império, contribuiu paradoxalmente no enfraquecimento do Estado monárquico brasileiro e converteu o Paraguai na “periferia da periferia”, uma vez que sua economia passou a depender da economia Argentina.

Além das consequências mencionadas, destaca-se que a guerra acarretou no endividamento do Império. E, em âmbito regional, num primeiro momento, o SMT se encontrou num cenário devastador, uma vez que o pouco que se tinha estruturado no local foi arrasado com a ocupação paraguaia. Entretanto, posteriormente, com a retomada da navegação pelo rio Paraguai, houve a formação de um importante entreposto comercial em Mato Grosso estabelecido em Corumbá. Além disso, pode-se atribuir como consequência da guerra, mesmo que involuntariamente, o desenvolvimento da economia ervateira na região, bem como a construção da Estrada de Ferro Noroeste Brasil.

3.3.2 A influência da Inglaterra na Guerra do Paraguai

A mais de 150 anos do início da Guerra do Paraguai, sua história é contada dentro de várias perspectivas e gera um ambiente de amplos debates. Dentre eles destacam-se aqueles

relacionados à questão de quais seriam os reais interesses ou as causas que originaram a guerra. Em meio a várias explicações e justificativas, é possível elencar duas que ainda despertam um amplo debate acerca de suas concepções: de um lado, os que defendem a tese de que a Guerra da Tríplice aliança (formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai) foi eclodida sobre o interesse e manipulação da Inglaterra⁴³, e de outro, a visão de que o principal motivo da guerra teve origem em disputas regionais.

Em consonância com aqueles que defendem a ideia de que a Guerra Tríplice Aliança contra o Paraguai tinha como principal objetivo a defesa dos interesses britânicos, Leslie Bethell (1995) aponta o historiador José Alfredo Fornos Peñalta que, em sua tese de doutorado, em 1979, apresentou essa relação num formato mais extremo. Para Peñalta (1979 apud BETHELL, 1995), a Grã-Bretanha exerceu o papel de “quarto aliado indispensável” cuja principal atribuição era financiar a guerra. Dentre os motivos para tal apoio britânico são apontados: i) a garantia da abertura econômica do Paraguai; e ii) a garantia de novas fontes de matéria-prima, em especial, o algodão.

Na visão do autor, os interesses poderiam ainda estar além desses mencionados, pois o que a Inglaterra almejava de fato era destruir o modelo independente e autossuficiente que estava começando a se desenvolver no Paraguai, pois se tratava de “[...] um modelo alternativo político, econômico e ideológico ‘nacionalista’, em lugar do modelo capitalista liberal do *laissez-faire*, imposto pela Grã-Bretanha e visando aos seus próprios interesses. [...]” (Peñalta, 1979 apud BETHELL, 1995, p. 135). Reforçando essa ideia, Chiavenato (1980 apud MONTEIRO, 2010) acredita que a guerra foi planejada pela Inglaterra, e foram os ingleses que elaboraram o Tratado da Tríplice Aliança.

Ainda no que se refere a essa temática, Valmir Corrêa (2006) revela que as transformações econômicas que ocorreram em todo cone sul-americano posteriores à guerra deixaram visível que os ingleses desempenhavam algum papel nos “bastidores político-diplomáticos”, mesmo que “[...] esta influência não tivesse transparecido claramente ao nível dos fatos mais imediatos e da documentação da época [...]” (2006, p. 48). Ainda na visão do autor, a guerra foi uma consequência dos interesses brasileiros e argentinos, aliados ao capital inglês. Gilberto Luiz Alves (1984) também afirma que não se tratava de um conflito eminentemente local e, assim como outros conflitos, em diferentes regiões e continentes, a Guerra do Paraguai era mais uma movida pelos interesses ingleses.

⁴³ Para maiores detalhes acerca das versões da Guerra do Paraguai, consultar: Monteiro, Alexandre Borella. A Guerra Grande: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS.

Bethell (1995) afirma que existem poucas, ou até mesmo nenhuma evidência empírica que sustente a versão de que a Guerra contra o Paraguai tenha se dado primordialmente em função de interesses ingleses. O autor destaca, que de fato, o século XIX, também denominado de “século inglês” para a América Latina, foi marcado pela hegemonia global da Grã-Bretanha, e que, portanto, a relação entre a Inglaterra e América Latina era de grande importância do ponto de vista econômico, embora, conforme evidencia o autor, as vantagens dessa relação ocorressem em níveis desiguais.

[...] as vantagens desse relacionamento entre a Grã-Bretanha e a América Latina eram, sem sombra de dúvida, desiguais, embora deva-se lembrar que pelo menos as elites políticas e econômicas latino-americanas (“elites colaboracionistas”, se assim o quiserem) acolhiam no seu todo e com prazer a “penetração” econômica britânica e buscavam de maneira bastante entusiástica seguir o “modelo” da modernização capitalista através de empréstimos externos, investimentos estrangeiros diretos, crescimento lastreado em exportações, livre comércio e integração nos mercados mundiais. (BETHELL, 1995, p. 138).

Sendo assim, o autor argumenta que, entre o período da independência até a Guerra do Paraguai, o interesse da Inglaterra na América Latina era quase exclusivamente com fins comerciais, e que, apesar de sua supremacia, não existem evidências que demonstrem que os ingleses pudessem chegar ao ponto de manipular o Brasil e a Argentina a fim de provocar uma guerra contra o Paraguai. Ademais, mesmo que a Grã-Bretanha tivesse se beneficiado desta guerra, assim como a França e a Bélgica, por meio da venda de barras de ferro, tubulações e chapas para construção de navios de guerra, peças de artilharia, munição, dentre outros, tratava-se de negócios, ou seja, estes países nada mais estavam fazendo do que tirar melhor proveito da guerra, portanto, “[...] Não há evidências de que a Grã-Bretanha tenha se empenhado ativamente e entusiasticamente na derrota do Paraguai. A Inglaterra permaneceu oficialmente neutra na Guerra” (Bethell, 1995, p. 145).

Doratioto (1996 apud MONTEIRO, 2010) assegura que tanto a Grã-Bretanha quanto a França (maiores potências europeias no período) se mantiveram neutras neste conflito e que, apesar de os banqueiros ingleses terem concedido empréstimos ao Império brasileiro durante a guerra, “[...] Tais empréstimos [...] constituíam iniciativa privada e seguiam a lógica empresarial de buscar a melhor remuneração ao capital com menor risco, pois, afinal de contas, a correlação de forças era favorável ao Brasil e seus aliados e não ao Paraguai.” (DORATIOTO, 1996 apud MONTEIRO, 2010, p. 181).

Deste modo, entende-se que, embora não haja evidência de que a Inglaterra tenha incitado a Guerra contra o Paraguai, ou manipulado o Império brasileiro e a Argentina, o fato

é que a guerra trouxe benefícios econômicos diretos para aquele país. Nas palavras de Monteiro (2010, p. 150): “[...] Não podemos dizer no entanto que não havia o menor interesse dos ingleses na guerra, já que sempre se mobilizou contra o Paraguai [...]. Ainda que indiscutivelmente as razões do conflito foram essencialmente regionais, determinadas pelos projetos de hegemonia do Império e da Argentina”. Portanto, mesmo reconhecendo que se tratou de um conflito regional, não é possível ignorar o papel que a Inglaterra exerceu neste conflito.

3.3.3 A Guerra da Tríplice aliança dentro da perspectiva regional

A discórdia em torno da livre navegação do rio Paraguai tem sua origem no período colonial, no século XVIII, principalmente após a expansão portuguesa em direção aos territórios espanhóis. De acordo com Reynaldo (2010), a problemática relacionada à livre navegação no rio Paraguai ligava-se a duas questões: i) político-estratégica, dado que esta era a via fluvial que daria melhor acesso entre as províncias litorâneas e Mato Grosso; e ii) econômica, relacionado ao comércio da região platina. O autor aponta ainda outro elemento relacionado à “integridade territorial do Estado brasileiro” (2010, p. 2), ou seja, o Império demonstrava preocupação e procurava impedir que a Província de Mato Grosso viesse a desenvolver uma tendência separatista na área de fronteira, uma vez que a sede do Império era muito distante da referida Província.

A relação com a Argentina também não era pacífica, pois, apesar do Paraguai ter se tornado independente em 1811, até a década de 1850 os argentinos eram seus principais inimigos. Neste mesmo período, o relacionamento com o Brasil também não era plenamente pacífico, tanto é que o império brasileiro só reconheceu a independência paraguaia em 1844, resultado de uma aproximação entre governo brasileiro e Carlos Antonio López. De acordo com Reynaldo (2010, p. 12), “[...] O interesse brasileiro em reconhecer o Paraguai como nação era criar obstáculos aos interesses portenhos de garantir o controle do importante caminho do Cone Sul: a bacia do Rio da Prata”.

Apesar dessa aproximação, os interesses entre esses países eram conflitantes, sobretudo, no que se refere “[...] ao rio Paraguai e à posse das terras por ele banhadas” (REYNALDO, 2010, p. 5).

Essa disputa gerou um sentimento de apreensão, em que os paraguaios exigiam que fosse efetuada uma revisão dos antigos tratados a fim de se resolverem questões pendentes

com o Brasil, dentre eles a livre navegação. No ano de 1856, por meio da pressão do Império brasileiro sobre o Paraguai, foi assinado o Tratado de Amizade e Comércio entre os dois países, porém, não surtiu efeito, implicando na assinatura de uma convenção adicional em 1858 (REYNALDO, 2010). De acordo com Brazil (2011), esse Tratado de 1856, apesar de não ter solucionado a questão de limites, possibilitou a navegação entre Montevidéu e Cuiabá por meio da Companhia de Navegação a Vapor até o ano de 1864, quando se iniciou o conflito bélico.

Embora houvesse uma aparente conciliação entre o Império brasileiro e o Paraguai, Brazil (2011, p. 19) afirma que “[...] pairava no ar espessos sinais de guerra”, tanto é que, no ano de 1857, Corumbá passou a contar com duas unidades de Artilharias, bem como com o Corpo de Artilharia de Mato Grosso.

De acordo com Borges (2001), a abertura da navegação possibilitou a Mato Grosso a ampliação das opções de comércio e de produção por meio das exportações, sendo que, em 1861, foi instalada uma Alfândega em Corumbá, cuja localidade foi elevada à categoria de Vila no ano de 1862. Brazil (2011, p. 20) acrescenta:

Nos anos que antecederam a Guerra do Paraguai (1856-1864), Corumbá, Cuiabá e Cáceres experimentaram um dinâmico fluxo econômico devido ao acesso do grande rio ao comércio internacional mantendo, entretanto, a vigilância constante sobre as áreas disputadas.

Para Monteiro (2010), o ano de 1862 foi marcado por dois episódios importantes: o primeiro esteve relacionado à mudança de governo (devido à morte do então presidente Carlos Antonio López, quem assumiu seu posto foi seu filho Francisco Solano López); e o segundo, tratava-se da expiração do prazo do Tratado, assinado em 1856, que versava sobre a navegação e a questão dos limites territoriais, “[...] Os imperiais reclamavam o *uti-possidettis* para se estabelecer até o rio Apa, enquanto que os paraguaios se apoiavam em tratados ainda da época colonial para exigir as fronteiras do rio Blanco como limite entre os dois Estados.” (2010, p. 187).

As relações diplomáticas estavam cada vez mais insustentáveis e se acirraram mediante os acontecimentos que se seguiram, como a invasão ao território Uruguaio (país que tinha apoio do Paraguai) pelo Império brasileiro, episódio conhecido como Guerra do Uruguai. Segundo Monteiro (2010), há um consenso historiográfico de que, com Montevidéu dominado pelo Império Brasileiro, a saída para o mar estaria fechada ao Paraguai, o que já se traduziria em “um ataque mortal àquele país” (2010, p. 163). Deste modo, ainda segundo o

autor, a intervenção imperial contra o governo uruguaio equiparava-se (do ponto de vista do Paraguai) a entrar em guerra com o governo paraguaio.

Cabe destacar que, embora o Paraguai tivesse dado apoio ao Uruguai, quando este último foi invadido pelo Brasil, o Uruguai fez parte da Tríplice Aliança contra o governo paraguaio. Monteiro (2010) afirma que tal ação não estava atrelada a motivações próprias, e sim pelo fato do Uruguai possuir um compromisso com o Império brasileiro: “O presidente colorado declararia guerra ao Paraguai por dever aos imperiais sua ascensão ao poder no Estado Oriental” (2010, p. 188).

Outro episódio que acirrou os ânimos em direção ao conflito foi a prisão do navio Marquês de Olinda, em 1864, que levava, dentre os passageiros, o representante do Estado Brasileiro, Frederico Carneiro de Campos. De acordo com Brazil (2011), o governo imperial acreditava que as autoridades paraguaias iriam liberar o navio brasileiro, no entanto, tal liberação não ocorreu⁴⁴. No dia 13 de dezembro de 1864, anunciou-se o rompimento diplomático entre Brasil e Paraguai. Deste modo, a captura deste navio brasileiro imprimiu o início da guerra, bem como desencadeou a invasão de Mato Grosso pelo exército paraguaio.

Ainda em dezembro de 1864, soldados paraguaios invadiram a Província de Mato Grosso, sendo que o Forte Coimbra foi o primeiro alvo do ataque. No decorrer da guerra, a invasão seguiu à Corumbá, levando as autoridades mato-grossenses a intensificarem a organização das forças de resistência, com intuito de impedir a invasão de Cuiabá. O então presidente da Província de MT, Albino de Carvalho, “[...] Confiou a Portocarrero, ex-comandante do Forte Coimbra, a defesa da capital e a fortificação de Melgaço”. (Brazil, 2011, p. 29). De acordo com Esselin (2011, p. 223) a invasão no SMT se deu através de duas colunas:

As Tropas de Lopes obtiveram pleno êxito na invasão de Mato Grosso: ocuparam com a primeira coluna, às margens do rio Paraguai o Forte de Coimbra, Albuquerque, Corumbá e, com a segunda, a região entre o rio Apa, a serra de Maracaju e o Taquari, as colônias de Miranda e Dourados e as Vilas de Nioac e Miranda, estendendo-se ainda até Coxim.

Vários foram os avisos ao governo imperial sobre a situação militar da Província de MT. A escassez de recursos prejudicava a resistência à invasão paraguaia, além disso, a fome e a miséria passaram a perecer a população. De acordo com Borges (2001), em consequência da guerra, houve o bloqueio da navegação pelo rio Paraguai que, por sua vez, desorganizou o

⁴⁴ Segundo Brazil (2011) poucos sobreviveram a este episódio, pois os tripulantes foram presos e submetidos a situações degradantes.

comércio do antigo Mato Grosso por um período significativo. A falta de gêneros alimentícios implicou na elevação dos preços de produtos de primeira necessidade, como do arroz e do feijão (Tabela 2). O preço do arroz era oito vezes maior, em 1866, do que o preço praticado em 1861; já o feijão passou por uma alta ainda maior, tendo seu valor majorado em mais de onze vezes em comparação ao período anterior ao início da guerra.

Tabela 2: Relação de produtos/valores pagos antes, durante e depois da guerra com o Paraguai

Produtos	Anos		
	1861	1866	1872
Valor (em mil réis)			
Arroz	4\$000	34\$000	6\$000
Feijão	3\$000	33\$000	4\$000
Farinha de mandioca	2\$000	15\$000	8\$000
Cana	6\$000	41\$000	4\$000
Sal	10\$000	52\$000	25\$000
TOTAL	25\$000	175\$000	47\$000

Fonte: Reynaldo, Ney Iared (2007, p. 13).

Corumbá e seu porto permaneceram sob domínio paraguaio de 1864 a 1867, uma vez que não havia um apoio logístico para sua defesa. A área somente foi retomada em junho de 1867 por meio da expedição fluvial que partiu de Cuiabá, sob o comando de Antônio Maria Coelho⁴⁵. Destaca-se, ainda, que parte do êxito da “Retomada de Corumbá” deu-se porque boa parcela do exército paraguaio havia recuado para defender seu próprio território no Paraguai.

Brazil (2011) ressalta que a Guerra do Paraguai desenvolveu-se em três estágios. O primeiro, fora das terras paraguaias, compreendendo a Província de Mato Grosso (1864-1867) e a Província Argentina de Corrientes (1865), sendo que, neste estágio, o governo paraguaio almejava o domínio do rio e de terras pertencentes à Província de Mato Grosso. O segundo estágio desenrolou-se às margens dos rios Paraná e Paraguai, atingindo Missões e o Rio Grande do Sul. Nesse estágio, ocorreu o cerco à Fortaleza de Humaitá, acarretando em um bloqueio de acesso ao rio Paraguai e à capital Assunção. Por fim, o último estágio deu-se em terras paraguaias, onde Solano López esteve à frente de seu exército, “[...] foi caçado, derrotado e morto em Cerro Corá em 1º de março de 1870” (Brazil, 2011, p. 35). O exército brasileiro enfrentou grandes dificuldades em penetrar o território paraguaio devido ao desconhecimento das características geográficas do Paraguai, como terrenos alagadiços, vales

⁴⁵ A Retomada de Corumbá proporcionou à Antônio Maria Coelho um prestígio que lhe rendeu o título de barão de Amambaí, e ainda lhe propiciou assumir o cargo de primeiro governador de MT após a proclamação da República (BRAZIL, 2011).

encharcados de rios, dentre outros, o que implicava em prejuízo na formação de estratégias de guerra por parte dos aliados.

Algumas das explicações para a longa duração da guerra estão associadas a esses inconvenientes ligados às características geográficas ou naturais, como também pelo despovoamento do interior brasileiro, bem como pela distância⁴⁶ que exigia meses de marcha para se alcançar o local onde aconteciam os combates.

Apesar dos prejuízos que esta guerra gerou aos envolvidos, em especial ao Paraguai e ao Império brasileiro, a mesma trouxe consequências importantes para Mato Grosso como a “internacionalização das águas do rio Paraguai até porto de Corumbá” (CORRÊA, 2006, p. 51), tornando o município de Corumbá o mais importante entreposto da província mato-grossense, ou ainda “[...] abriu a *brecha* necessária aos investimentos de capital na região mato-grossense, tanto no setor da produção agropecuária como, principalmente, no comércio importador-exportador” (CORRÊA, 2006, p. 52-53). Possibilitou-se, assim, a instalação de casas comerciais tanto de comerciantes locais quanto estrangeiros, além do surgimento das primeiras casas bancárias.

Ressalta-se que, apesar dessas condições “favoráveis”, o desenvolvimento da região viu-se limitado por características naturais e sociais locais que inibiram maiores investimentos estrangeiros. Segundo Corrêa (2006, p. 55-56), essas características referem-se “[...] às enchentes do rio Paraguai, aos surtos de epidemias no porto de Corumbá, ao distante percurso até as principais praças comerciais e platinas e nacionais, ao alto custo de vida e às frequentes carestias que assolavam os centros urbanos do estado mato-grossense”. Além destas, acrescentam-se ainda “as lutas políticas e a violência da região” (2006, p. 56).

3.3.4 Os efeitos da reabertura da navegação no rio Paraguai

No período colonial, a rota terrestre existente em Mato Grosso era bastante precária (característica também da maioria das regiões brasileira) o que, juntamente com a grande distância dos grandes centros, dificultou o estabelecimento de uma produção econômica dinâmica.

A rota fluvial, em especial, aquela a ser realizada pelo rio Paraguai, era apontada como a melhor alternativa de comunicação entre a Província de Mato Grosso e as demais

⁴⁶ Brazil (2011) relata que inclusive, quando Mato Grosso foi invadido Joaquim José Gomes da Silva, que prestava serviços ao Império, realizou uma viagem de quarenta e sete dias para que enfim no dia 22 de fevereiro de 1865 pudesse dar ciência a Corte do ocorrido.

regiões, entretanto, sua utilização estava restringida devido aos conflitos travados entre Portugal e Espanha desde o início do período colonial e se estenderam ao longo da história, dado que tanto o Tratado de Madri (1750) quanto o Tratado de Santo Ildefonso não colocaram fim nessa disputa.

Como já apontado, por um breve período (1856-1864), foi possível desfrutar dos benefícios advindos da abertura da navegação do rio Paraguai. No entanto, foi somente após a guerra da Tríplice Aliança que houve um fortalecimento da via platina que, a partir de então, tornou-se aberta tanto para os ribeirinhos quanto à navegação internacional. Nas palavras de Queiroz (2011a, p. 121):

[...] Nessas condições, ela efetivamente representou, para o sistema de transportes da província de Mato Grosso, praticamente uma revolução, propiciando a essa província a conexão simultânea com os mercados regionais do Prata, com o mercado nacional brasileiro e diretamente com o próprio mercado mundial.

Quando a Guerra do Paraguai terminou, a província de Mato Grosso encontrava-se bastante destruída, necessitando assim de uma atuação mais direta do Governo Central. Dentre as providências tomadas, tem-se “[...] o estabelecimento de uma divisão do Exército na vila de Corumbá, do Arsenal da Marinha em Ladário [...] e da alfândega de Corumbá” (BORGES, 2001, p. 30), além disso, de acordo com o autor, ainda no ano de 1869, o império decretou isenção de tributos de importação e exportação de tudo que era comercializado por Corumbá. O comércio foi se tornando a atividade mais dinâmica neste período.

[...] Tal abertura, e a conseqüente vinculação com os circuitos comerciais platinos, foi, com efeito, a responsável direta pelo início das atividades de natureza industrial na região correspondente ao atual Mato Grosso do Sul, a saber, as charqueadas e a indústria extrativa de erva-mate”. (QUEIROZ, 2008b, p. 136).

O crescimento de Corumbá foi retomado e não demorou para que se tornasse o principal polo comercial da província de Mato Grosso, desbancando Cuiabá. Deste modo, para Borges (2001), o término da guerra principiou uma nova fase de ampla abertura econômica de Mato Grosso ao exterior por meio da liberação da navegação pelo rio Paraguai. Nesse mesmo sentido, Queiroz (2011a, p. 122) afirma que “[...] o polo comercial de Corumbá [...] tende a apresentar-se cada vez mais internacionalizado, sobretudo a partir de fins do século XIX”. Observava-se que a “burguesia mercantil” de Corumbá era composta em sua maioria por comerciantes estrangeiros.

Por meio da navegação, houve uma redução dos custos de transportes e, conseqüentemente, o barateamento de mercadorias. Alves (1984) relata que, com a entrada de

mercadorias inglesas, a Província passou a ter acesso ao luxo e ao consumo ostensivo “[...] aprendendo inclusive por meio desses indicadores o significado do progresso capitalista” (1984, p. 11). Além do mais, a dinamização ocorrida externalizou de tal modo que os portos de Miranda, Aquidauana e Coxim tornaram-se subpolos comerciais.

Queiroz (2011a) ressalta que, apesar dos efeitos positivos, não se deve superestimar os efeitos da abertura da via platina. De fato, ao realizar uma comparação com as possibilidades de comércio existente antes da liberação da navegação, é notório que houve um significativo avanço dessas relações comerciais. No entanto, o antigo Mato Grosso não possuía um produto que tivesse grande destaque em termos de exportação, situação que começa a ser alterada quando se inicia a exportação da erva-mate proveniente do SMT, ou ainda, segundo Borges (2001), da borracha (cultivada na parte norte de MT). Deste modo, embora tenha ocorrido uma significativa melhora nos meios de transportes, a distância ainda era um gargalo para que esta região estivesse plenamente ligada ao mercado externo.

Por sua vez, ao passo que as exportações não eram tão volumosas, as importações, ao contrário, ganharam cada vez mais destaque (Tabela 3). Tal situação se deve em boa parte pela condição fronteira da região, que implicou na adoção de diversas medidas por parte do governo imperial (isenções tributárias ainda que temporárias, gastos militares, inclusive empréstimos à Província de MT) a fim de manter a posse do território.

Tabela 3: Importação e Exportação de Mato Grosso (1872 a 1911)

Ano	Importação	Exportação
1872	1.028:000\$000	154:900\$000
1873	1.524:341\$000	153:039\$000
1874	962:170\$000	124:803\$000
1875	1.177:785\$000	144:225\$000
1876	2.744:800\$000	120:200\$000
1893	1.440:064\$000	648:568\$000
1894	1.648:099\$000	933:348\$000
1895	1.742:630\$000	413:507\$000
1896	2.316.609\$000	481:108\$000
1897	1.922:103\$000	1.225:006\$000
1902	2.439:418\$000	7.555:960\$000
1903	2.284:033\$000	7.031:074\$000
1904	2.752:973\$000	7.103:396\$000
1905	2.789:755\$000	6.701:656\$000
1906	2.552:467\$000	5.969:900\$000
1907	3.704:186\$000	7.682:883\$000
1908	4.017:779\$000	8.189:279\$000
1909	10.123:662\$000	19.362:025\$000
1910	7.766:100\$000	24.984:994\$000
1911	12.907:465\$000	19.313:661\$000

Fonte: Borges (2001) p. 44-45.

Como o setor exportador não era capaz de dinamizar a economia mato-grossense, o comércio passou a ser a principal atividade no final do século XIX: “Multiplicaram-se então as casas comerciais, estabelecidas principalmente em Corumbá mas também em outros centros urbanos da região (sobretudo Cuiabá, Cáceres, Miranda e, mais tarde, Aquidauana)” (QUEIROZ, 2008a, p. 39). Ainda de acordo com Wilcox (1992 apud QUEIROZ, 2008a, p. 39), “[...] atraiu para a região vários negociantes vindos de Buenos Aires e Montevideú”, muitos dos quais “tinham boas conexões nesses centros, além de acesso a crédito não-disponível a seus equivalentes mato-grossenses”. Como exemplo, tem-se a instalação, pelo argentino Rafael del Sar, de um saladeiro (charqueada) em Descalvos (atual município de Cáceres). Posteriormente, esse empreendimento foi vendido a um uruguaio, que montou uma indústria de caldo e extrato de carne no local, produto que era exportado à Europa.

Borges (2001) destaca que, como consequência do monopólio do comércio local, houve um fortalecimento, como instituição, das casas comerciais importadoras e exportadoras, sendo que estas exerciam várias funções além das estritamente relacionadas ao comércio, como, por exemplo, o controle da produção e do transporte dos produtos, bem como o papel de agência bancária. Ainda segundo o autor, no que se refere à atuação direta do capital estrangeiro, isso ocorreu por um curto período, ao menos na magnitude em que ocorria antes da Primeira Guerra Mundial. Tal fato se explicaria pela “[...] própria expansão dos mercados financeiros internacionais na década que precede a eclosão da Primeira Grande Guerra” (2001, p. 129).

O autor afirma que o capital financeiro estava presente em Mato Grosso, contudo, não de forma direta (pelo menos em sua maioria), mas sim “[...] pelas relações mercantis intensificadas agora em outra direção – via pecuária com ‘**boiadeiros**’ e frigoríficos em São Paulo”. Assim, “o capital financeiro ‘sufocou’ a casa comercial de Corumbá [...], mas não ‘substituiu’, nesse plano as classes sociais internas” (BORGES, 2001, p. 129), como se verá adiante ao abordar as tipificações ligadas à pecuária e à construção da estrada de ferro no SMT.

Esses movimentos e acontecimentos ocorrem principalmente como reflexo do contexto internacional, caracterizado pela expansão tanto do capital financeiro quanto do imperialismo (REYNALDO, 2007). Deste modo, os países desenvolvidos tenderam a expandir seu capital investindo em países periféricos.

[...] numa reestruturação econômica dos países industrializados e em industrialização (Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha etc.), os quais buscavam

novos mercados e novas áreas de influência para expansão do seu capital. Pretendiam também, importar, a baixo custo, matérias primas e alimentos. (REYNALDO, 2007, p. 17).

Portanto, observa-se que a utilização da navegação fluvial na Província de Mato Grosso é de suma importância entre o período colonial e início do período republicano. Todavia, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste Brasil – NOB houve uma nova articulação comercial na região.

4. CICLO ERVATEIRO, O PAPEL DA PECUÁRIA E DA FERROVIA

Este capítulo tem por objetivo demonstrar alguns fatores ocorridos no antigo sul de Mato Grosso que ocasionaram certo dinamismo econômico e político àquela localidade. Trata-se do ciclo ervateiro, do desenvolvimento da pecuária e da instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

O ciclo ervateiro ocorreu essencialmente no SMT, e uma das figuras eminentes deste período foi Tomás Laranjeira, bem como a empresa por este instituída, a Companhia Mate Laranjeira. O monopólio exercido por essa empresa na exploração da erva-mate lhe rendeu tanto poder econômico quanto político. Sua influência tanto no antigo sul de Mato Grosso quanto em Cuiabá (onde se localizava o centro político do estado) foi predominante.

O desenvolvimento da atividade pecuária moldou, em uma segunda etapa, a dinâmica econômica e também política do SMT, sendo primeiramente a atividade que possibilitou o povoamento permanente da região bem como sua integração nacional ao mercado do Sudeste, e ainda rendeu forças políticas à elite agrária vinculada a esta atividade. Por fim, a análise avança sobre o papel que a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil desempenhou no território sul-mato-grossense, com alterações da estrutura econômica e com o deslocamento do polo comercial de Corumbá para Campo Grande, provocando uma nova fase econômica, política e social no estado.

4.1 A exploração da erva-mate e seu papel político e socioeconômico

4.1.1 Um breve resgate histórico

A exploração da erva-mate no antigo sul de Mato Grosso exerceu um papel importante para a região tanto em sua perspectiva econômica quanto no processo político e social. Nas palavras de Zanotti de Medrano (1989 apud QUEIROZ, 2008a, p. 41):

[...] considerada de qualidade superior àquela exportada do Paraná e do Rio Grande do Sul, [...] a erva sul-mato-grossense ofereceu condições peculiares para o estabelecimento de um sólido comércio com o Prata.

Através desta atividade econômica, desenvolveu-se um estreito comércio entre o antigo Mato Grosso e o mercado internacional (cuja grande maioria do produto exportado

destinava-se à Argentina, principal consumidor de erva-mate brasileira até meados da década de 1960). Embora o papel da Companhia Mate Laranjeira seja o mais destacado dentro do processo ervateiro em Mato Grosso, deve-se mencionar que não era o único em importância, uma vez que na região haviam os produtores independentes inseridos neste ciclo, além de que havia indígenas que habitavam o local e que também fizeram parte da história daquele local.

Não é o objeto deste trabalho exaltar “os méritos” empreendidos pela Companhia Mate Laranjeira, pois, como bem pontuado por Guillen (1996), a história desta empresa também foi construída em torno de um “mito político” cujo discurso se dava a favor dos interesses da Mate Laranjeira, inclusive atribuindo a ela o papel civilizatório do SMT. Nas palavras da autora, o discurso político dava a entender que “[...] no começo nada existia, então veio a Mate Laranjeira e se fez a história da região fronteiriça” (1996, p. 38), ou seja, havia uma tentativa, em meio às relações de poder, de sempre sobrepor a história da Companhia em relação aos demais estratos sociais. Entretanto, como já apontado, a figura de Tomás Laranjeira e, posteriormente, da Companhia Mate Laranjeira, foi a que mais se destacou no ciclo ervateiro (ao menos no início de seu desenvolvimento), estando, portanto, presente em boa parte da discussão sobre o período.

A origem da exploração da erva-mate pela empresa Mate Laranjeira teve início após a Guerra do Paraguai, uma vez que, terminada a guerra, formou-se uma Comissão Mista Demarcadora (cuja atuação se deu entre 1872-1874) que tinha como finalidade a demarcação da fronteira entre Brasil e Paraguai. Dentre os integrantes desta comissão estavam o coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão (que se tornaria o Barão de Maracajú, e presidente da Província de Mato Grosso entre 1879-1881), o capitão Antonio Maria Coelho (que se tornou o primeiro presidente republicano de Mato Grosso entre 1889-1891) e Tomás Laranjeira, sendo que este último tinha como função abastecer a Comissão (CORRÊA FILHO, 1925).

Durante essa expedição Tomás Laranjeira visualizou o potencial de exploração dos ervais nativos localizados no extremo sul de Mato Grosso. Segundo Corrêa Filho (1925), ele começou a explorar a erva-mate no ano de 1877, no Paraguai. Todavia, diante das potencialidades e das condições favoráveis (sobretudo, os vínculos que estabeleceu durante a expedição) presentes em MT, Laranjeira solicitou ao Barão de Maracajú a permissão para explorar os ervais daquela região, sendo que, no dia 09 de dezembro de 1882, foi concedida “oficialmente” à Laranjeira, por meio do decreto número 8.799, a permissão para que se efetuasse a colheita da erva-mate em terras devolutas mato-grossenses.

A partir de então, presenciou-se o início do estabelecimento de um monopólio para exploração da erva-mate, que já era explorada por pequenos ervateiros (ou produtores independentes). Conforme apontam Ferreira e Brand (2009), no artigo VI do Decreto 8.799/1882, estava garantido aos moradores locais que fizessem uso da exploração da erva-mate como forma de subsistência o direito de continuar usufruindo dos ervais, entretanto, não estava permitido o estabelecimento de estranhos sem autorização.

Essa forma de exploração foi o que diferenciou a economia ervateira desenvolvida na Província de Mato Grosso em relação às Províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois, nestas últimas, “a extração e o cancheamento eram feitos por numerosos pequenos proprietários, cuja produção era vendida aos chamados ‘moinhos’ – os quais por sua vez exportavam a erva já pronta para o consumo” (QUEIROZ, 2015, p. 207). Portanto, neste processo, a erva-mate exportada pela Província mato-grossense apresentava menor valor agregado e, portanto, o valor recebido pela sua produção era menor do que o recebido pelas Províncias da Região Sul do Brasil.

Como observado, as primeiras atividades relacionadas à exploração da erva-mate realizadas por Laranjeira se deram no Paraguai, sendo que, para efetivar o processo de exportação, ele se utilizou do Porto de Concepción. Segundo Jesus (2004, p. 39):

[...] foi escolhido estrategicamente a fim de implantar a elaboração de erva-mate, pelo fato de ser próximo aos ervais de Mato Grosso, bem como pela facilidade de escoamento da produção pelo Rio Paraguai, para o mercado de destino (a região platina).

Por volta da década de 1890, a rota foi nacionalizada, através da construção do Porto Murtinho, que passou a ser a rota oficial⁴⁷. Posteriormente, essa rota foi alterada, sendo que o trajeto passou a ser realizado por meio do rio Paraná, no Porto Guaíra. A principal justificativa para essa alteração era de que o custo envolvido na nova rota era inferior para a empresa.

Para efetivar seu propósito, além dos vínculos com políticos mato-grossenses, Laranjeira manteve vínculo também com Francisco Mendes Gonçalves, o qual fundou em Buenos Aires a empresa Francisco Mendes & Companhia com o intuito de beneficiar a erva-mate importada da Província de Mato Grosso. Em outras palavras, a erva-mate produzida no antigo sul de Mato Grosso passava por um primeiro beneficiamento (erva cancheada) e

⁴⁷ Jesus (2004) aponta que o nome do Porto seu deu em homenagem à Joaquim Murtinho, que acabava ser nomeado Ministro da Fazenda.

posteriormente era exportada à Argentina, onde era realizada a conclusão do beneficiamento bem como sua distribuição.

No decorrer dos anos, essa concessão foi sendo “renovada e ampliada até atingir, no início do período republicano, praticamente a totalidade das áreas ervateiras do estado” (QUEIROZ, 2015, p. 207), ou seja, quando Antonio Maria Coelho chegou à presidência do estado de Mato Grosso, Tomás Laranjeira ampliou sua área de exploração. No auge da exploração da erva-mate (por volta de 1895), o monopólio ervateiro correspondia a uma área em torno de 5 milhões de hectares em terras devolutas (Mapa 5).

Mapa 5: Áreas de concessões à Mate Laranjeira no antigo sul de Mato Grosso – 1882 a 1895



Jesus (2004, p. 31) afirma que “O negócio do mate era rendoso, porém oscilante”, o que levou Laranjeira a buscar sócios que desejassem investir em seu negócio. De acordo com Queiroz (2015), no ano de 1891, Laranjeira obteve autorização do governo republicano para que fosse fundada a sociedade anônima denominada Companhia Mate Laranjeira, que poderia efetuar a exploração nas áreas de concessões.

[...] embora Laranjeira houvesse desempenhado a função de incorporador, o controle da empresa coube a uma outra sociedade, igualmente recém-fundada no Rio de Janeiro, denominada Banco Rio e Mato Grosso – o qual [...] subscreveu nada menos que 97% das ações em que se distribuía o vultoso capital da CML. (QUEIROZ, 2015, p. 207).

Desta maneira, enquanto o Banco Rio e Mato Grosso (BRMT)⁴⁸ era detentor de 97% (14.540 ações) das ações de Companhia Mate Laranjeira (CML), Tomás Laranjeira detinha 100 ações (0,67%), Joaquim Murtinho possuía a mesma quantia de Tomás, e Francisco Murtinho era detentor de 50 ações. Conforme destaca Bittar (2009a), essa associação entre Laranjeira e os irmãos Murtinho (possuidores de prestígio político no estado e proprietários do BRMT) permitiu a expansão do domínio da CML. Ainda, segundo a autora, quando Manuel Murtinho se elegeu presidente do estado, a Companhia Mate Laranjeira logrou mais 16 anos de monopólio.

Como a exploração da erva-mate era a atividade desenvolvida no SMT com maior lucratividade, desde o final do século XIX, pela sua qualidade e mercado consumidor garantido, a Companhia empenhou-se em realizar investimentos em infraestrutura, especialmente na área de extração e transporte. Jesus (2004, p. 36) aponta que a empresa possuiu “[...] prédios, oficinas, carpintarias, serrarias e uma ferrovia de 22 km de extensão, na região onde é hoje o município de Porto Murtinho”. Queiroz (2015, p. 209) também elenca algumas benfeitorias:

[...] a empresa veio a possuir seus próprios portos fluviais, estradas de terra, ferrovias do tipo Decauville e instalações para construção e reparação de veículos e

⁴⁸ Segundo Queiroz (2010, p. 128) “[...] na lista dos subscritores das então 100 mil ações do banco, em janeiro de 1891, aparecem nada menos que 155 nomes, entre pessoas físicas e jurídicas”. O autor aponta ainda que os dez maiores subscritores eram detentores de 37% do total de ações, Joaquim Murtinho e Francisco Murtinho eram detentores de 600 ações cada um, ficando assim, de acordo com Queiroz (2010) abaixo da média de subscrições, além disso Tomás Laranjeira também era acionista, embora não seja possível identificar a quantidade de ações a ele pertencente (QUEIROZ, 2015). Para maiores detalhes ver: QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902)*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 23(45), p. 125-146, 2010.

embarcações; além disso, ela mesma comandava diretamente suas operações de importação e exportação.

Alguns anos depois, o Banco Rio e Mato Grosso veio à falência, o que, conseqüentemente, afetou a Companhia Mate Laranjeira. Entre 1902 e 1903, seus bens e concessões foram transferidos à empresa Laranjeira, Mendes & Cia⁴⁹, cuja sede estava em Buenos Aires (QUEIROZ, 2015). Em 1917, essa empresa tornou-se uma sociedade anônima denominada Empresa Mate Laranjeira, ainda estabelecida na Argentina.

Ressalta-se que, em meio a acordos e alianças políticas, a Mate Laranjeira foi permanecendo com o monopólio de exploração da erva-mate. Em 1907, a empresa levou algumas pautas a serem discutidas na Assembleia Legislativa, como a prorrogação antecipada do monopólio por um prazo de 14 anos (a contar de 1916) e a autorização para deter uma força militarmente organizada, estruturada e custeada pela própria empresa. A comissão responsável em analisar o pedido efetuado pela empresa foi de parecer contrário às duas propostas apresentadas.

No campo político, as principais figuras de Mato Grosso, Generoso Ponce e Manuel Murtinho, possuíam posições distintas com relação ao pedido efetuado pela Mate Laranjeira, bem como à sua atuação em geral. Ponce defendia que estas terras deveriam ser loteadas e arrendadas, já Manuel Murtinho defendia a ampliação do latifúndio dos ervais. Bittar (2009a) destaca que essa relação entre o governo estadual e a empresa Mate Laranjeira pode ter despertado os primeiros sentimentos divisionistas no antigo sul de Mato Grosso por parte daqueles que não estavam inseridos neste círculo, como os migrantes gaúchos, por exemplo. Segunda a autora, nesse conflito estaria “(...) talvez a gênese da divisão de Mato Grosso.” (2009a, p. 71).

De acordo com Silva (1997) a Mate Laranjeira tentava ampliar seu monopólio e privilégios contratuais, sendo que em 1907 encaminhou à Assembleia Legislativa um requerimento, onde solicitava uma série de vantagens. Este requerimento foi rejeitado pela Assembleia. Em 1912, a Empresa novamente encaminhou uma proposta com teor similar⁵⁰, no entanto, “[...] a situação política tornou-se tão delicada que a maior parte do Legislativo achou por bem não comparecer às sessões impedindo o funcionamento daquela casa, obrigando a Empresa a retirar a petição apresentada.” (SILVA, 1997, p. 39). O assunto em

⁴⁹ Nas palavras de Jesus (2004) agora o empreendimento passava a contar com mais um sócio, ou seja, Francisco Mendes Gonçalves.

⁵⁰ Para maiores detalhes consultar SILVA, Jovam Vilela da. *Um Truste encravado no sul de Mato Grosso (1882-1950)*. Revista: Coletâneas do nosso tempo, Cuiabá, v. 1, p. 26-44, 1997.

torno da exploração da erva mate foi resolvido somente em 1915, quando o governo estadual garantiu a extinção do monopólio (através da Lei nº 725, de 24/09/1915). Não obstante, a influência da empresa Mate Laranjeira se estendeu ainda por algum período, ou seja, o domínio durou até aproximadamente o ano de 1943, momento em que foram criados os Territórios Federais de Ponta Porã e Iguçu.

Durante o ciclo ervateiro, convém ressaltar o processo de ocupação das terras sul-mato-grossenses, pois, com a Revolução Federalista de 1893, muitos sul-rio-grandenses vieram a se instalar no antigo sul de Mato Grosso, fixando-se em sua maioria próximos à Ponta Porã e Dourados. Os gaúchos foram se apossando das terras devolutas, uma vez que o custo da terra era apenas a posse (JESUS, 2004). Obviamente, a Companhia Mate Laranjeira não via com bons olhos esse movimento migratório, pois temia que tal pudesse ter alguma implicação negativa em relação às terras arrendadas que detinha. Corrêa (1999) afirma que já em 1903 as autoridades pontaporanense demonstravam explicitamente preocupação com a chegada desses migrantes na zona dos ervais, pois os conflitos destes com a Companhia se tornavam cada vez mais frequentes. A seguir, demonstram-se as principais rotas de migração para o SMT ao longo do século XIX (Mapa 6).

Mapa 6: Rotas de migração para o antigo sul de Mato Grosso durante o século XIX



Fonte: JESUS (2004, p.65).

A Mate Laranjeira buscava impedir a ocupação, por parte de pequenos proprietários e posseiros, das terras que estavam sob sua posse por meio dos arrendamentos, desestimulando qualquer possibilidade de produção independente. Ademais, quando não usava da própria força, recorria ao governo estadual para que tomasse as medidas cabíveis a fim de afastar qualquer ameaça. Segundo Bittar (2009a, p. 70-71):

Ora, a empresa, mais argentina do que brasileira, ousava acusar “os filhos de outros estados” que, por assim serem, não tinham “autoridade necessária para falar em nome de interesses fundamentais de Mato Grosso”! Mas quem seriam “aqueles agitadores” denunciados pela Companhia? Teriam eles realmente “um plano

audacioso de assalto a esse patrimônio do Estado” constituindo, para tal em “comitê”?

Na década de 1930, o ciclo ervateiro mato-grossense entra em uma nova fase, pois, neste período, ocorreram transformações tanto de ordem econômica quanto política relacionada à economia da erva-mate. Em especial, destaca-se que, no início do século XX, o governo argentino estimulou a produção da erva-mate em seu país (em Misiones e Corrientes), sendo que aproximadamente por volta da década de 1930 começou o processo de colheita do produto. Essa produção vai, posteriormente, concorrer com a produção brasileira.

Cabe ressaltar que, apesar da produção argentina ser suficiente para atender ao seu mercado consumidor, as relações comerciais com Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina não cessaram por duas razões: i) pelo fato da erva-mate produzida nessas regiões brasileiras ser de qualidade superior à da Argentina; e ii) por questões já estabelecidas em acordos comerciais entre estes países. Sendo assim, mesmo que o comércio da erva-mate não tenha se extinguido por completo neste período, a partir de então há uma redução considerável da demanda. O comércio do produto entre os países durou até o ano de 1965 quando de fato a Argentina encerrou a importação do produto.

No plano nacional, nesse período tem-se a implantação do Estado Novo, de Getúlio Vargas, sendo que, neste contexto, a empresa Mate Laranjeira passou a ser alvo do Estado, uma vez que Vargas começou a demonstrar preocupação com a questão fronteiriça de Mato Grosso, dada a grande presença de estrangeiros (principalmente os paraguaios), e pelo fato de a empresa Mate Laranjeira ter seu capital estreitamente entrelaçado ao capital argentino.

O programa Marcha para o Oeste previa medidas que estimulassem a colonização da região, e, neste momento, a Mate Laranjeira passou a ser vista como um empecilho, já que monopolizava uma vasta área por meio de seus arrendamentos. Nas palavras de Guillen (1996, p. 39): “[...] a Companhia foi apresentada como inimiga do projeto de colonização e nacionalização da fronteira, na medida em que dificultava o avanço da Marcha.”. A empresa, em sua defesa, alegava que tinha realizado o papel que o Estado deveria ter feito (construção de escolas, portos, nacionalização da fronteira: proibição de porte de armas, instalação da lei seca, estabelecimento de disciplina rígida, dentre outros).

No ano de 1937, foi criada, por meio do artigo nº 165 da Constituição Federal, a faixa de fronteira como instrumento a ser utilizado para implantação da nacionalização almejada por Vargas. De acordo com Guillen (1996, p. 41):

[...] O artigo determinava que dentro de uma faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira, toda concessão de terras, ou vias de comunicação, seriam concedidas com anuência do Conselho Superior de Segurança Nacional, bem como as indústrias instaladas nessa faixa deveriam demonstrar o predomínio de capital e trabalhadores nacionais.

Sendo assim, a partir de então, iniciou-se o enfraquecimento do poder exercido pela empresa, cujo contrato de arrendamento não foi renovado em 1941, deste modo, a exploração da erva-mate não estava mais restrita à Mate Laranjeira, sendo estimulada a produção através de cooperativas de produtores independentes. Contudo, a empresa continuava atuando como se nada tivesse acontecido, isto é, ignorava a negação de Vargas quanto à renovação do contrato de exploração dos ervais, segundo Guillen (1996, p. 42): “[...] Vargas autorizou a recomendação da presidência da CEFV para que as autoridades dos Territórios Federais de Ponta Porã e Iguazu executassem o que fora aprovado em 1941.”. Contudo, como a empresa tinha um período para se adaptar ao “novo regime”, o denominado “Estado Novo” findou, e a empresa conseguiu manter seus arrendamentos até a década de 1960.

Os produtores independentes, mesmo após a criação da Lei nº 725/1915, que extinguiu o monopólio da Companhia Mate Laranjeira, enfrentavam muitas dificuldades, inclusive tendo de recorrer ao contrabando da erva-mate para o Paraguai, pois os impostos de exportação cobrados eram elevados. Jesus (2004) aponta que em geral a produção desses produtores independentes chegou a representar 11,8% do total produzido no estado de Mato Grosso.

No ano de 1938, foi criado o Instituto Nacional do Mate (INM), órgão federal com objetivo de atuar em defesa dos produtores de erva-mate. Somente quem estivesse registrado neste órgão era considerado legalmente como produtor, sendo que na prática o INM favoreceu o surgimento dos pequenos produtores cooperados. Dada a insatisfação com os preços praticados, os produtores iniciaram um movimento para criação de cooperativas, sendo que a primeira a ser criada foi a Cooperativa dos Produtores do Mate de Ponta Porã, no ano de 1942. Ainda na década de 1940, foi criada a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate “Amambai” Ltda, sendo que todas atuavam em prol dos produtores independentes. Assim como o INM, essas cooperativas estavam diretamente subordinadas ao Ministério da Agricultura (JESUS, 2004).

Entretanto, apesar dos esforços, o que se verificou foi o declínio gradativo da atividade ervateira, sendo que o rompimento comercial com a Argentina foi um duro golpe para Mato Grosso, uma vez que este era o principal e maior consumidor da erva-mate mato-grossense. Além disso, conforme aponta Jesus (2004), outro fator que contribuiu com o

declínio da atividade ervateira foi o aparecimento das chamadas “frentes pioneiras”, em que as novas culturas de cereais ganhavam forças. Ademais, ao contrário dos estados do Sul do Brasil, a priori não existia um amplo mercado consumidor interno da erva-mate em Mato Grosso que estimulasse o comércio na mesma proporção ao que era realizado com a Argentina.

4.1.2 As vinculações políticas e econômicas em torno da exploração da erva-mate

Desde o fim da Guerra do Paraguai até meados da década de 1940, a empresa Mate Laranjeira exerceu grande influência política, social e econômica no território do antigo sul de Mato Grosso. Essa influência não estava restrita somente ao SMT, pois, conforme aponta Borges (2001), em vários anos a situação econômica superavitária da Mate Laranjeira superou a do próprio estado, deste modo, em vários episódios a Companhia financiou o estado de Mato Grosso.

No ano de 1924, Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente de Mato Grosso, faz o seguinte apontamento: “[...] enquanto a receita do Estado orçava em cinco mil contos, a da empresa do mate, sozinha, conseguia trinta mil contos, chegando o Estado a emprestar dinheiro dessa empresa” (BORGES, 2001, p. 59). Na tabela a seguir, é possível notar o quão importante para Mato Grosso era a exportação da erva-mate e da borracha, sendo que, de 1901 a 1907, a exportação da erva-mate correspondia a mais de 50% de tudo que era exportado pelo estado.

Tabela 4: Exportações de Mato Grosso – Valor total das exportações e participações dos principais produtos (1901 a 1930)

Ano	Valor total da exportações	Erva-Mate (%)	Borracha (%)	Ipecacuanha (%)	Gado em pé (%)	Couros Vacuns		Pele (%)	Charque (%)
						Secos (%)	Salgados (%)		
1901	6.185:254\$	63	23	3	-	11		-	-
1902	6.525:803\$	55	30	1	-	12	2	-	-
1903	6.587:858\$	51	29	2	-	15	3	-	-
1904	6.784:264\$	50	32	1	-	16	1	-	-
1905	7.691:013\$	45	41	1	-	11	1	-	1
1906	6.721:558\$	57	24	1	1	12	2	-	3
1907	14.764:016\$	30	59	1	2	5	1	-	2
1908	15.960:932\$	28	65	1	-	4	1	-	1
1909	18.458:387\$	22	61	-	10	4	1	-	2
1910	23.915:098\$	19	69	-	6	3	1	-	2

1911	18.185:902\$	27	56	-	9	2	2	-	4
1914	22.930:850\$	13	62	1	11	5	2	-	6
1915	26.050:386\$	16	56	1	11	3	3	-	10
1916	30.571:706\$	13	50	3	13	4	5	-	12
1917	34.089:392\$	12	45	1	20	4	4	-	14
1918	30.796:130\$	15	33	1	25	4	6	-	16
1919	35.711:951\$	14	34	1	43	4	3	-	11
1920	29.959:494\$	16	30	2	35		7	-	10
1921	20.276:429\$	28	21	2	33		3	-	13
1922	26.054:284\$	25	20	1	22		10	-	22
1923	40.333:821\$	28	24	2	22		8	-	16
1924	37.571:935\$	21	24	2	23		10	-	20
1925	61.330:741\$	14	38	1	20		8	-	19
1926	44.738:693\$	25	30	2	26		6	-	11
1927	51.568:610\$	20	26	3	33		7	-	11
1928	54.847:367\$	25	16	4	32		8	-	15
1929	51.263:091\$	38	12	3	29		6	-	12
1930	46.118:025\$	37	7	3	27		9	-	17

Fonte: Borges (2001, p. 48).

Já em termos nacionais a exportação da erva-mate de Mato Grosso era bastante modesta (conforme se pode observar na Tabela nº 5), pois o Paraná, cuja área destinada à exploração da erva-mate tinha quase a mesma proporção de Mato Grosso, era responsável por mais da metade das exportações deste produto (BORGES, 2001). Ainda assim, o autor afirma que a atividade ervateira foi muito importante para a formação de diversas cidades do sul de Mato Grosso, como, por exemplo, Ponta Porã, Porto Murtinho e Bela Vista, embora a Companhia atuasse para impedir o povoamento da região.

Tabela 5: Exportação de erva-mate. Produção brasileira e mato-grossense exportadas de 1901 a 1930

Ano	País/Estado	Quantidade (kilo)	Valor (mil réis)
1901	Brasil	39.887.000	19.733:000\$
	MT	4.649.099	3.919:280\$
1902	Brasil	41.929.000	21.930:000\$
	MT	4.468.578	3.574:862\$
1903	Brasil	36.130.000	13.595:000\$
	MT	4.204.835	3.363:868\$
1904	Brasil	44.162.000	19.255:000\$
	MT	4.280.000	3.424:000\$
1905	Brasil	41.120.000	18.738:000\$
	MT	4.332.556	3.466:045\$
1906	Brasil	57.796.000	27.932:000\$
	MT	4.772.094	3.817:675\$
1907	Brasil	52.053.000	25.619:000\$
	MT	5.655.321	4.524:257\$
1908	Brasil	55.315.000	26.378:000\$

	MT	5.468.061	4.374:449\$
1909	Brasil	58.018.000	26.460:000\$
	MT	5.090.505	4.072:409\$
1910	Brasil	59.360.000	29.017:000\$
	MT	5.681.745	4.545:397\$
1911	Brasil	61.834.000	29.785:000\$
	MT	6.009.180	4.807:347\$
1912	Brasil	62.880.000	31.539.000\$
	MT	5.558.707	2.801:537\$
1913	Brasil	65.843.000	35.576:000\$
	MT	6.012.402	3.160:001\$
1914	Brasil	59.707.000	27.361:000\$
	MT	5.370.041	2.857:568\$
1915	Brasil	76.352.000	35.968:000\$
	MT	1.584.786	4.185:888\$
1916	Brasil	76.776.000	38.076:000\$
	MT	5.596.109	3.919:658\$
1917	Brasil	65.431.000	33.971:000\$
	MT	5.525.916	3.868:311\$
1918	Brasil	72.781.000	39.750:000\$
	MT	6.648.611	4.654:028\$
1919	Brasil	90.200.000	52.512:000\$
	MT	7.101.204	4.970:843\$
1920	Brasil	90.686.000	50.559:000\$
	MT	6.798.589	4.758:993\$
1921	Brasil	71.899.000	43.436:000\$
	MT	7.954.650	5.568:273\$
1922	Brasil	82.846.000	53.579:000\$
	MT	9.395.489	6.572:243\$
1923	Brasil	87.648.000	55.118:000\$
	MT	11.374.150	11.374:150\$
1924	Brasil	78.750.000	87.952:000\$
	MT	7.806.707	7.806:707\$
1925	Brasil	86.755.000	107.518:000\$
	MT	8.426.012	8.426:013\$
1926	Brasil	92.657.000	114.220:000\$
	MT	11.281.322	11.281:322\$
1927	Brasil	91.092.000	109.921:000\$
	MT	10.290.249	10.290:250\$
1928	Brasil	88.180.000	114.935:000\$
	MT	13.626.265	13.626:265\$
1929	Brasil	85.972.000	106.359:000\$
	MT	16.386.924	19.666:309\$
1930	Brasil	84.846.000	95.352:000\$
	MT	14.319.515	17.183:417\$

Fonte: Borges (2001, p. 61 e 62).

Nota-se, pelos números apresentados, que o volume de recursos movimentado pela companhia era considerável e, em virtude disso, a empresa Mate Laranjeira gozava sempre de grandes privilégios, uma vez que detinha o monopólio para exploração dos ervais e, portanto,

era a maior produtora da região. Dentre os privilégios, destaca-se a atuação do Estado, que sempre mantinha posição favorável à Companhia Mate Laranjeira (de renovar as concessões a garantir o monopólio da mesma), agindo, por exemplo, através da elevação do preço das terras devolutas, impossibilitando e/ou dificultando que os moradores daquele lugar e os migrantes gaúchos pudessem explorar os ervais em pequenas propriedades. Segundo Bittar (2009a), essa situação faz despertar o que ela denominou de primeiras intenções divisionistas.

Borges (2001) afirma que a manutenção do monopólio para explorar os ervais do antigo sul de Mato Grosso pela empresa Mate Laranjeira representou no campo político a vitória do grupo ligado aos Murtinho, que representava os interesses do capital internacional, enquanto que seu opositor, Generoso Ponce, representava o interesse do capital comercial.

Essa disputa aparentemente política, num primeiro momento entre a empresa Mate Laranjeira e grupos internos e, posteriormente, durante o Estado Novo, entre a Mate Laranjeira e o Estado, conforme aponta Guillen (1996), nada mais era do que a disputa pela posse da terra. Nas palavras da autora:

[...] Não se tratava de uma querela discursiva, mas de uma luta pela terra, pelas melhores terras do Estado de Mato Grosso. [...] Os discursos neste caso pretendiam ocultar que se tratava de uma luta pelo controle das terras ervateiras, atendendo a interesses específicos. (GUILLEN,1996, p. 44).

Esta é uma questão que também aparece nos estudos de Bittar (2009a). Segundo a autora, nos primeiros movimentos onde se poderiam ter indícios da “gênese” da divisão do estado de Mato Grosso, na realidade o principal motivo dos conflitos era a luta pela posse das terras do antigo sul de Mato Grosso.

4.1.3 As relações de trabalho no ciclo ervateiro

Para a preparação da erva-mate nativa, Tomás Laranjeira trouxe do Rio Grande do Sul uma mão de obra especializada no manejo deste produto, além disso, utilizou ainda a mão de obra indígena e paraguaia, sendo que esta última foi de fundamental importância para que a economia ervateira se desenvolvesse no antigo sul de Mato Grosso, uma vez que já tinha conhecimento e prática em lidar com a erva-mate em seu país de origem.

Findada a Guerra do Paraguai, dada a devastação em que o país se encontrava e a ausência de fontes de renda, a mão de obra paraguaia se tornou uma fonte de trabalho barata, sendo submetida a um trabalho árduo em condições rudimentares. Segundo Jesus (2004),

esses trabalhadores eram chamados de “mineros” e, caso não se enquadrassem nas regras impostas, eram repreendidos pela milícia privada da Mate Laranjeira. O autor aponta também que faziam parte desta mão de obra pessoas “fora-da-lei”, fugitivos e assassinos de alta periculosidade, e por isso os castigos impostos àqueles indisciplinados não eram contestados pelos trabalhadores “ordeiros”.

Ainda neste contexto, a Companhia dividiu a área arrendada em zonas, onde eram fixados ranchos, sendo que alguns destes eram dirigidos pelos habilitados, os quais deveriam administrar o rancho (tanto em termos de pessoal quanto de produção) para a Companhia Mate Laranjeira. Acontece que além de auferir lucro por meio da administração destes ranchos, os habilitados exploravam os trabalhadores, isto é, dado que eles eram responsáveis pelo controle (anotação) do consumo de cada trabalhador, quando eram adiantados suprimentos (como bens alimentícios), esses sempre cobravam um preço abusivamente maior pelos produtos. Isso implicava no endividamento dos trabalhadores e adicionava dificuldades a sua saída desta atividade (JESUS, 2004).

Além da mão de obra mencionada, Jesus (2004) aponta que, na visão de Gilberto Luiz Alves (1984), os produtores independentes tornaram-se na prática mais uma fonte de mão de obra da Companhia Mate Laranjeira, pois eram obrigados a vender sua produção de erva-mate à empresa pelo fato de não disporem da mesma infraestrutura da Companhia (como o transporte, por exemplo), tornando-se, assim, dependentes das benfeitorias realizadas pela empresa.

Entretanto, o autor demonstra que tal assunto não apresenta unanimidade entre os pesquisadores, pois, na opinião de Queiroz (1999), seria bem provável que esses produtores conseguissem comercializar sua produção sem a dependência da Companhia, ou seja, primeiramente o transporte se daria através de carretas e caminhões, seguindo pela estrada de ferro (Aquidauana e Campo Grande), até chegar ao Porto Esperança, onde seguiria seu destino à Argentina.

Por fim, destaca-se que, mesmo com a presença predominante da empresa Mate Laranjeira, paralelamente outras atividades eram exercidas em torno do rio Paraguai como, por exemplo, a pecuária, dado que, após a guerra, o Paraguai precisou importar gado bovino⁵¹ do Brasil por várias décadas para suprir seu mercado interno, além disso a província mato-grossense também mantinha relação comercial entorno do rebanho bovino com a Região Sudeste.

⁵¹ Apesar das isenções fiscais para realização do comércio entre o antigo sul de Mato Grosso e o Paraguai, este se dava também de forma ilícita, ou seja, o contrabando de gado bovino.

4.2 O desenvolvimento da Pecuária no SMT

4.2.1 A origem do gado bovino mato-grossense

Os primeiros gados bovinos ingressaram no antigo território de Mato Grosso entre fins do século XVI e início do século XVII. Segundo Esselin (2011), esses bovinos foram introduzidos no Pantanal (onde estava localizada a cidade de Santiago de Xerez) pelos colonos espanhóis provenientes de Assunção e, no início do século XVIII, também foram utilizados pelos Jesuítas nas missões do Itatim. O gado era uma “ferramenta” de trabalho muito importante para estes para que pudessem manter os índios aldeados e realizar a conversão dos mesmos ao cristianismo.

O autor argumenta que ao passo que na região pantaneira as dificuldades para o desenvolvimento da lavoura eram significativas, o contrário ocorria com o desenvolvimento da pecuária, onde as condições naturais favoreciam a rápida reprodução do rebanho. Entretanto, os ataques indígenas, a distância e as dificuldades para desenvolver as relações comerciais com Assunção acabaram por afastar esses colonos e, mesmo mais tarde, na presença dos jesuítas, eles se viram obrigados a abandonar a área devido a confrontos com os bandeirantes. Assim, boa parte do gado bovino e equino ficou abandonado e disperso naquela imediação.

De acordo com Borges (2001), a exploração da pecuária em Mato Grosso teve início no ano de 1737, quando foram trazidos os primeiros rebanhos de gado pela expedição responsável na abertura da estrada que ligaria Cuiabá a Goiás. Aqui encontraram terras propícias para o desenvolvimento desta atividade (grandes áreas). Entretanto, segundo o autor, a pecuária somente teve sua atividade assegurada quando foi construído o Forte Coimbra, criando assim dificuldade para que os índios Payaguás atacassem os estabelecimentos onde a pecuária se desenvolvia.

A esse respeito, Esselin (2011) relata que, dentro da tradicional historiografia mato-grossense, tem-se afirmado que a pecuária nesta região teve seu início em 1737. Contudo o autor aponta:

[...] o registro de João Cabral Camelo, a mais antiga narrativa das viagens monçoeiras, esclarece que, desde 1727, algumas cabeças de gado e cavalo foram sendo introduzidas, por ele mesmo, na região de Cuiabá e que em 1730 já havia em Cuiabá cinco engenhos de cana-de-açúcar em funcionamento, que seguramente recorriam aos animais de tração para poder produzir. É inadmissível acreditar que não houvesse um estoque de animais de serviço por essa ocasião na região mineira,

até porque os mineradores não iriam deslocar seus escravos para outro ramo de atividade que não fosse a mineração (ESSELIN, 2011, p. 326).

Desta maneira, depreende-se que o gado bovino presente em Cuiabá no período colonial era originário tanto da região pantaneira quanto também de outras regiões do país como Minas Gerais e Goiás.

4.2.2 A efetiva ocupação de SMT e o desenvolvimento da pecuária

Conforme apontado na seção anterior, o gado bovino estava presente no território mato-grossense desde o século XVI, sendo inclusive utilizado no período da mineração. Não obstante, vale ressaltar que a atividade pecuária era secundária, ou seja, de subsistência, pois não estava voltada à exportação. Ademais, era uma atividade pouco rentável e, portanto, utilizava-se da mão de obra indígena para seu “manejo” uma vez que a do escravo negro era muito cara e estava voltada à atividade de exploração do ouro, cuja rentabilidade era certa e superior.

De acordo com Volpato (1987), assim como na produção açucareira, o desenvolvimento da pecuária em Mato Grosso não era visto com bons olhos pelo governo português, pois “[...] esse tipo de atividade oferecia o perigo de absorver mão-de-obra e demais recursos que deveriam estar alocados na mineração [...]” (1987, p. 88), considerando que, naquele período, a mão de obra escrava era tida como artigo de luxo na Capitania de Mato Grosso (CORRÊA, 1999). Entretanto, findado o auge da exploração do ouro, tanto a lavoura quanto a pecuária foram as principais atividades desenvolvidas pela pequena parte da população que permaneceram na região, sendo estas atividades caracterizadas como pequena produção mercantil.

Com relação ao antigo sul de Mato Grosso este cenário começou a ser alterado no início do século XIX. Aproximadamente década de 1830, o SMT foi efetivamente ocupado por população não indígena, ou seja, pelos migrantes que vinham de Minas Gerais (em especial Uberaba), São Paulo (sobretudo Franca) e também do entorno de Cuiabá. Esse movimento poderia ser “encaixado” no que José de Souza Martins denominou “Frente de Expansão”, uma vez que se tratou de migrações que se deram espontaneamente, sem intervenção do Estado.

Para Esselin (2011), a pecuária bovina desempenhou importante contribuição no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do SMT, atuando por meio de três

frentes de povoamento: i) mato-grossense, ii) mineira, ambas na década de 1830, e iii) gaúcha, em 1895. Nas palavras do autor:

Provavelmente, a frente mato-grossense foi a única herdeira de todo o rebanho bovino que estava disperso no Pantanal, já a mineira e a gaúcha vieram dos seus respectivos Estados na posse de rebanhos bovinos. (2011, p. 14)

Segundo Queiroz (2008a), esse movimento ligado ao povoamento iniciou-se nas imediações do rio Parnaíba e se estendeu a oeste e ao sul, rumo à região denominada Vacaria e ao vale do rio Apa. Por sua vez, o povoamento ligado ao território de Paranaíba ficou conhecido como “*sertão dos Garcia*”, pelo fato de José Garcia Leal ser o principal pioneiro nesta empreitada em companhia de seus parentes; mais ao sul, no “planalto de Amambai”, este povoamento se deu através dos Lopes, e ainda na Vacaria e vale do Monjolinho, por meio de Antonio Barbosa e Gabriel Lopes. Nota-se que essas famílias estabeleceram-se nestas regiões, apossando-se de um vasto território.

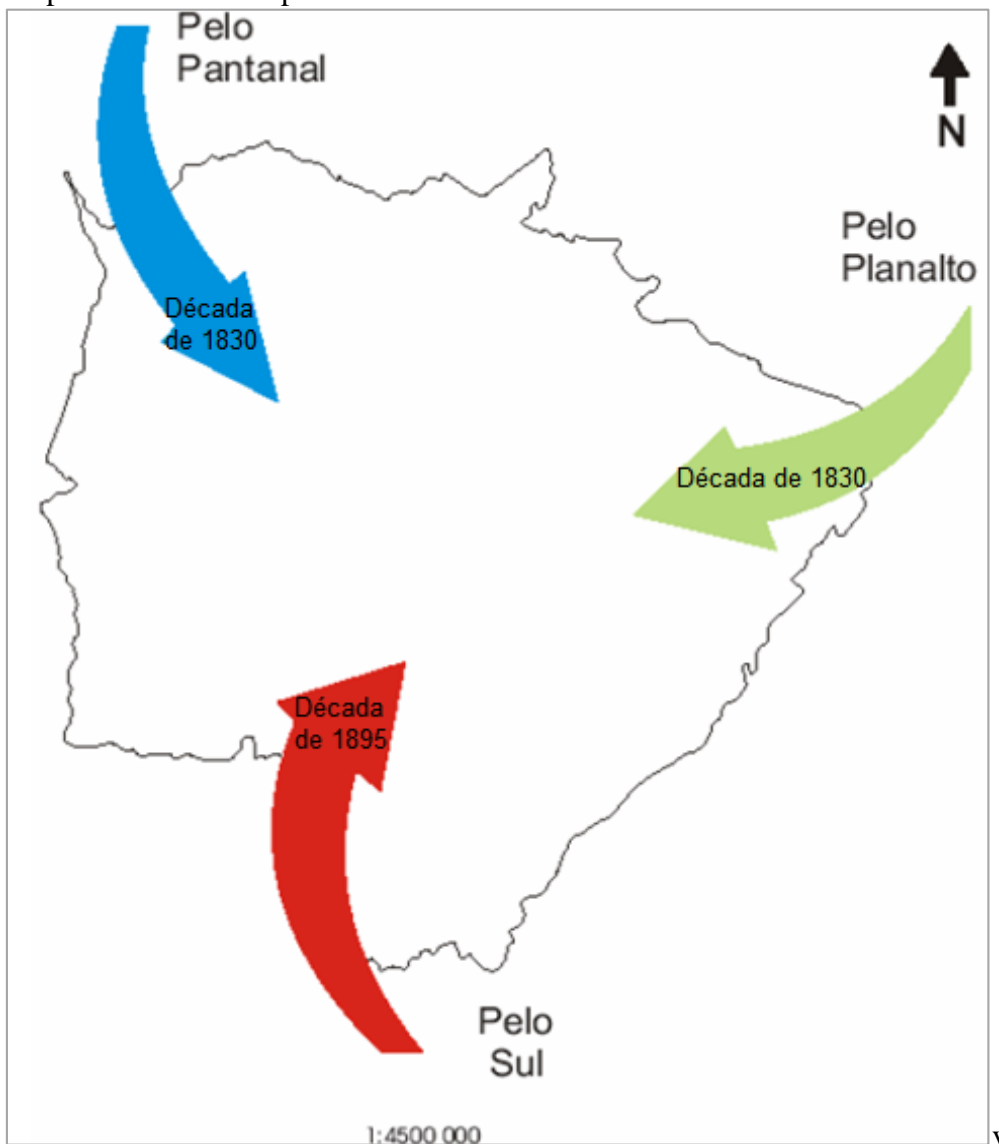
[...] desde logo se distinguem, no processo de ocupação do planalto do SMT, dois “pólos de atração”, isto é, o sertão dos Garcias e a Vacaria – os quais, mesmo sendo parte do mesmo processo e adotando as mesmas técnicas pecuárias, apresentavam algumas características peculiares”, que os distinguem” (LUCÍDIO, 1993 apud QUEIROZ, 2008a, p. 21).

No pantanal, instalaram-se espontaneamente rebeldes vindos de Cuiabá e cidades vizinhas em decorrência do conflito social e político denominado Rusga (1834), o que propiciou a expansão da atividade pecuária naquela localidade, uma vez que essa já era praticada desde o século anterior ao redor de Cuiabá (QUEIROZ, 2008a). De acordo com Esselin (2011), a partir de então foram fundadas várias fazendas no Pantanal.

As famílias que resolveram pela fuga de Cuiabá, após os acontecimentos de 1834, tinham informações seguras que nos campos nativos do Pantanal sul vagavam milhares de cabeças de gado bovino que se multiplicavam muito rapidamente, aproveitando-se das boas condições ambientais da região. Esse gado selvagem e “sem dono” constituiu fator principal para que esses colonos se deslocassem para essa região. (ESSELIN, 2011, p. 30).

O mapa a seguir apresenta as principais entradas para o antigo sul de Mato Grosso até o século XIX.

Mapa 7: As Entradas para o Mato Grosso do Sul – Até o século XIX



Fonte: Adaptado de Bertholi (2006, p. 31).

Queiroz (2008a) aponta, ainda, que houve uma “interpenetração” entre as ocupações, isto é, elas “não se limitaram cada uma a ocupar, respectivamente, o Pantanal ou o planalto” (2008a, p. 21).

No antigo sul de Mato Grosso, os povoadores encontraram disponibilidades de pastagens e grandes áreas, desenvolvendo assim uma pecuária extensiva, a qual se utilizava de baixo investimento em tecnologia e mão de obra, que inclusive no pantanal era composta em sua maioria por indígenas. Essas características implicavam menor custo de produção do gado bovino. Soares (2013) afirma que, pelo fato da Região Centro-Oeste não ter desenvolvido uma ligação direta com a Europa, dentro da lógica do sentido da colonização, foi determinante para o tipo de pecuária que se desenvolveu neste território, ou seja, a extensiva.

A partir de então se constatou o desenvolvimento de atividades produtivas de longa duração na região.

A ocupação ocorrida na primeira metade do século XIX se deu ainda em um contexto em que dois episódios contribuem significativamente com a atividade que estava sendo desenvolvida no SMT: i) a vinda da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, o que provocou o aumento de demanda de suprimentos para esta cidade; e ii) a expansão da monocultura cafeeira no vale do Paraíba. Deste modo, São Paulo e Rio de Janeiro eram os potenciais mercados, entretanto, a distância em relação a esses mercados consumidores trouxe certa “desvantagem” aos pecuaristas mato-grossenses, uma vez que, conforme aponta WILCOX (1992 apud QUEIROZ, 2008a), os pecuaristas de Minas Gerais, Goiás e São Paulo estavam em maior proximidade com esses mercados, todavia, mesmo diante dessa situação, a pecuária mato-grossense se beneficiou da crescente demanda oriunda do Rio de Janeiro e regiões.

[...] embora saliente que “os pecuaristas de Mato Grosso participaram dessa explosão de modo apenas periférico”, o autor avalia que ela “realmente estimulou a pecuária local, e ajudou a dobrar ou mesmo triplicar os preços de novilhos vigentes apenas uma década antes” [...]. (QUEIROZ, 2008a, p. 23).

Instalava-se, dessa forma, o princípio de uma efetiva integração com o mercado nacional, por meio da exportação do gado bovino magro a Minas Gerais. Embora essa integração tenha sido positiva ao SMT, na medida em que propiciou a formação desse povoado e no estabelecimento de vias de comunicação, destaca-se que, no caso do gado bovino, em termos econômicos, havia certa desvantagem na relação comercial, pois o que se exportava era o gado magro (com menor valor agregado), sendo que este, por sua vez, era engordado nas invernadas mineiras e depois seguia para o abate nos centros consumidores da Região Sudeste, sobretudo, no Rio de Janeiro.

A importante vinculação aos mercados do sudeste brasileiro fez com que a distância, além de repercussões econômicas em nível nacional (desvantagem de SMT em relação a outros estados como MG, GO, etc.), como já apontado, da mesma forma apresentassem efeitos locais, beneficiando as regiões do antigo sul de Mato Grosso que estivessem mais próximas aos grandes centros consumidores. Queiroz (2008a) aponta que, enquanto na região denominada Vacaria as condições naturais eram mais favoráveis para que se desenvolvessem as atividades ligadas à pecuária, eram os criadores instalados no sertão dos Garcia quem mais se beneficiavam deste comércio, devido à “proximidade relativa” aos principais centros consumidores, facilitando o escoamento de seus produtos bem como também a importação. Já

as áreas do Pantanal vivenciaram com mais intensidade os efeitos negativos da distância, acarretando no comércio esporádico deste rebanho com o mercado externo à Mato Grosso, pelo o menos entre o final do século XIX e início do século XX.

Queiroz (2011a, p. 116) aponta que, no limiar da segunda metade do século XIX, “[...] não apenas o SMT mas todo o centro-sul da então província de Mato Grosso encontrava-se [...] fortemente ligado ao mercado regional do Sudeste brasileiro [...]”. O autor indica ainda que, na primeira metade deste mesmo século, já se notavam interesses de habitantes de algumas partes desta região em manter vinculações diretas com a província de São Paulo. Todavia, a abertura da navegação pelo rio Paraguai alterou essa relação, pois permitia que a província de Mato Grosso tivesse comunicação com o Atlântico.

Com a abertura da navegação, em 1856, Corumbá se tornou o principal entreposto comercial da Província. Mato Grosso passou a ter acesso a mercadorias da Europa, por exemplo, contudo, Esselin (2011, p. 212) afirma que a Província de MT não tinha muito o que exportar “[...] apenas couro do gado vacum e de animais silvestres, sebo, charque e penas de aves”.

Com a eclosão da guerra, houve uma desorganização da produção, pois boa parte dos proprietários abandonou suas terras. Consequentemente, as fazendas ficaram largadas e o gado sem manejo, servindo para alimentar as tropas mato-grossenses, paraguaias e a população civil. A princípio as tropas paraguaias almejavam se apropriar do rebanho bovino e cavalari de MT⁵². Todavia, os mesmos não obtiveram o êxito esperado devido ao mal-de-cadeiras que se alastrou entre a cavalaria, tornando impraticável o manejo do gado. Apesar desta peste ter prejudicado a pecuária pantaneira, paradoxalmente ela contribuiu para preservação dos rebanhos, ou seja, para que não fosse tomada pelos paraguaios.

Em momento posterior à guerra, o SMT continuou a ser o destino para novos povoadores, tanto paraguaios quanto brasileiros (que vinham de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul). As atividades econômicas desenvolvidas por estes estavam atreladas à pecuária, agricultura de subsistência e erva-mate. Inclusive, ainda nas primeiras décadas do século XX, surgiram núcleos populacionais como, por exemplo, Campo Grande, onde se realizava o pouso de boiadeiros.

A partir desse período, as fazendas ligadas à pecuária começaram a se destacar, estando presente em várias áreas da Província Mato-Grossense, “[...] é possível sugerir que a

⁵² “Era, portanto, objetivo do exército paraguaio, reunir todo o gado possível do Pantanal sul e aproveitá-lo no esforço de guerra”. (ESSELIN, p. 32).

pecuária mato-grossense, durante o exercício de 1878 a 1879 começou a apresentar um importância significativa [...]” (BORGES, 2001, p. 76).

Para Esselin (2011, p. 183), o grupo de proprietários que se formou na região pantaneira tendeu a enriquecer no passar dos anos “[...] se aproveitando da ausência dos equipamentos estatais para ganhar poderes sobre as pessoas e as coisas”. A incorporação patrimonial pode ser depreendida da seguinte passagem:

Os bovinos eram criados à solta até as primeiras décadas do século XX, pois não havia cerca para deter o seu avanço e, à medida que instintivamente procuravam melhores pastagens, fugindo das áreas macegosas, iam descobrindo novas pastagens, cujas terras os homens acompanhavam os seus deslocamentos iam incorporando ao seu patrimônio e requerendo junto às autoridades estaduais. (ESSELIN, 2011, p. 181).

Por sua vez, Trubiliano (2014, p. 176) afirma que a “A formação dessas primeiras fazendas consistia em fazer posse e demarcar gleba a olho e assinalamento, respectivo por meio de estacas”. Ainda, de acordo com o autor, com o passar dos anos, especialmente no período de 1870-1920, constatou uma fase de formação de uma elite agrária com caráter regional.

Conforme já mencionado, ainda no período provincial se alastrou na região uma epizootia também chamada de “peste das cadeiras” ou “mal-de-cadeiras”. Esta doença dizimava ou inutilizava as raças cavalar e muar, em especial as localizadas no Pantanal (áreas alagadiças). Deste modo, “[...] a pecuária de Mato Grosso foi atrapalhada pela epizootia [...]” (BORGES, 2001, p. 76), já que a falta de cavalos e muares afetava economicamente esta atividade por duas razões: primeiro porque dificultava ou inviabilizava o manejo do gado bovino, que assim não chegava ao destino e, segundo, pelo fato de que os fazendeiros locais tinham de pagar altos preços para importar estes animais que geralmente vinham de Minas Gerais, São Paulo, Paraguai ou Bolívia. Além disso, por se tratar de uma região fronteira, a prática do contrabando era frequente, implicando em menor arrecadação ao governo.

Acrescenta-se que, além das dificuldades acima mencionadas, a exportação do gado mato-grossense era prejudicada pelo papel intermediário que realizavam os tropeiros, sendo que estes “atravessadores” tendiam a ser mais beneficiados do que os criadores do rebanho bovino. Nas palavras de Corrêa (1999, p. 107):

Outro fator que problematizou a exportação de reses do sul de Mato Grosso ficou por conta da modalidade das trocas comerciais realizadas entre os tropeiros paulistas e mineiros pressupondo uma via de mão-dupla nesse intercâmbio, porém,

favorecendo os tropeiros em detrimento dos criadores, e produzindo uma relação desigual nessas trocas.

No início do século XX, a exploração da pecuária começa a se sobressair. Este período foi marcado ainda pelo estreitamento das relações entre o SMT e São Paulo, impulsionado principalmente após a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914. A partir deste período, começa a ser demonstrada a importância da pecuária mato-grossense, que ocupou inclusive a quarta posição dentre os maiores produtores de gado bovino, em 1920, com o total de 2.690.454 cabeças de gado, ficando atrás do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás.

Diante da efetiva incorporação de MT ao mercado nacional, em conjunto com a renda alcançada com a comercialização bovina, os produtores passaram a adotar novas técnicas de manejo:

[...] os produtores rurais locais, os quais, com mais recursos, passaram a modernizar a atividade com a incorporação de novas técnicas de manejo, de experiências de regiões mais desenvolvidas do País, e introduziram reprodutores selecionados, iniciando a melhoria do padrão racial do rebanho e atendendo também às exigências do novo mercado consumidor. (ESSELIN, 2011, p. 333).

Embora a renda auferida com a comercialização do gado bovino tenha se destinado em partes para melhoria no padrão racial bovino, destaca-se que os fazendeiros destinaram a outra parte para usufruírem dos benefícios da modernidade. Conforme aponta Trubiliano (2014, p. 184): “[...] segundo as memórias de Emílio Garcia Barbosa [...] nunca foi visto tanto dinheiro reunido naquela zona pastoril! [...] os lucros auferidos, com a alta do gado, suscitaram nesses homens de hábitos simples o desejo pelas benesses da modernidade [...]”, ou seja, passaram a cobiçar o Fordinho bigode, almejavam conhecer os grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, viajar de trem, etc.

Desta maneira, visualiza-se uma das ideias difundidas por Celso Furtado das razões do subdesenvolvimento, ou seja, as elites (detentoras de rendas) não estão preocupadas em poupar para realizar investimentos estruturantes, mas sim em viver um padrão de consumo “norte-americano”.

Queiroz (2008a) faz um importante apontamento no que se refere à integração nacional, isto é, boa parte da exportação do rebanho bovino girava em torno do gado magro, que posteriormente seguiam à engorda nas invernadas paulistas.

[...] é preciso assinalar que o fluxo de gado bovino do SMT para São Paulo não foi propriamente capturado pela Noroeste, nem a presença da ferrovia estimulou de imediato a produção, em larga escala, de gado gordo, que pudesse ser encaminhado diretamente ao abate nos frigoríficos paulistas. Ao contrário, até praticamente o pleno advento da era rodoviária, já na década de 1960, grande parte da exportação bovina sul-mato-grossense continuou nos moldes rotineiros, a saber, gado magro, encaminhado a pé, nas tradicionais boiadas, para a engorda nas invernadas paulistas. (2008a, p. 55-56).

A seguir é possível visualizar a participação dos principais municípios de Mato Grosso na composição da exploração da pecuária bovina, sendo que estes foram responsáveis por mais de 96% do rebanho presente no estado naquele ano.

Tabela 6: Principais municípios de MT com mais de 100.000 cabeças de gado bovino, em 1920

Município	Gado bovino (N. de cabeças)
Campo Grande	372.919
Ponta Porã	239.089
Bela Vista	212.736
Corumbá	202.042
Coxim	195.746
Aquidauana	187.510
Três Lagoas	164.153
Miranda	177.198
Poconé	159.959
Nioac	158.474
Santana do Paranaíba	146.083
Santo Antonio do Rio-Abaixo	139.492
São Luiz de Cáceres	123.779
Registro Araguaia	113.284
TOTAL	2.592.464

Fonte: Adaptado de Borges (2001, p. 79).

Destaca-se ainda que as principais propriedades territoriais destinadas para criação do gado bovino em Mato Grosso eram controladas por companhias estrangeiras, as quais tendiam a atuar na forma de monopólio, contribuindo para concentração fundiária (Tabela nº 7). Essas empresas tiveram forte atuação, inclusive Borges (2001) aponta que a Brazil Land Cattle and Packing Co, empresa de origem americana e ligada ao grupo Farquhar, exportava boa parte do gado em pé para São Paulo, cujo destino era o frigorífico de Osasco, que também mantinha ligação com o mesmo grupo.

Tabela 7: Principais propriedades territoriais destinadas à criação de gado em MT controladas por companhias estrangeiras

Município/ Companhias estrangeiras	Brazil Land Cattle and Packing	Tha Brazilian Meat Company	Formento Argentino Sud- Americano	Franco- Brasileira	The Miranda Estancia Company	Sud- Américaine Belge S/A	Sociedade Anônima Rio Branco	The Água Limpa Syndicate
São Luiz de Cáceres	884.231	-	-	-	-	-	-	-
Corumbá	763.508	-	726.077	172.352	-	177.060	549.156	-
Três Lagoas	759.087	311.010	-	-	-	-	-	180.000
Campo Grande	146.379	-	-	-	-	-	-	-
Aquidauana	-	5.000	-	-	-	-	-	-
Miranda	-	-	-	242.456	219.506	-	-	-
TOTAL	2.553.205	316.010	726.077	414.808	219.506	177.060	549.156	180.000

Fonte: Adaptado de Borges (2001, p. 79-80).

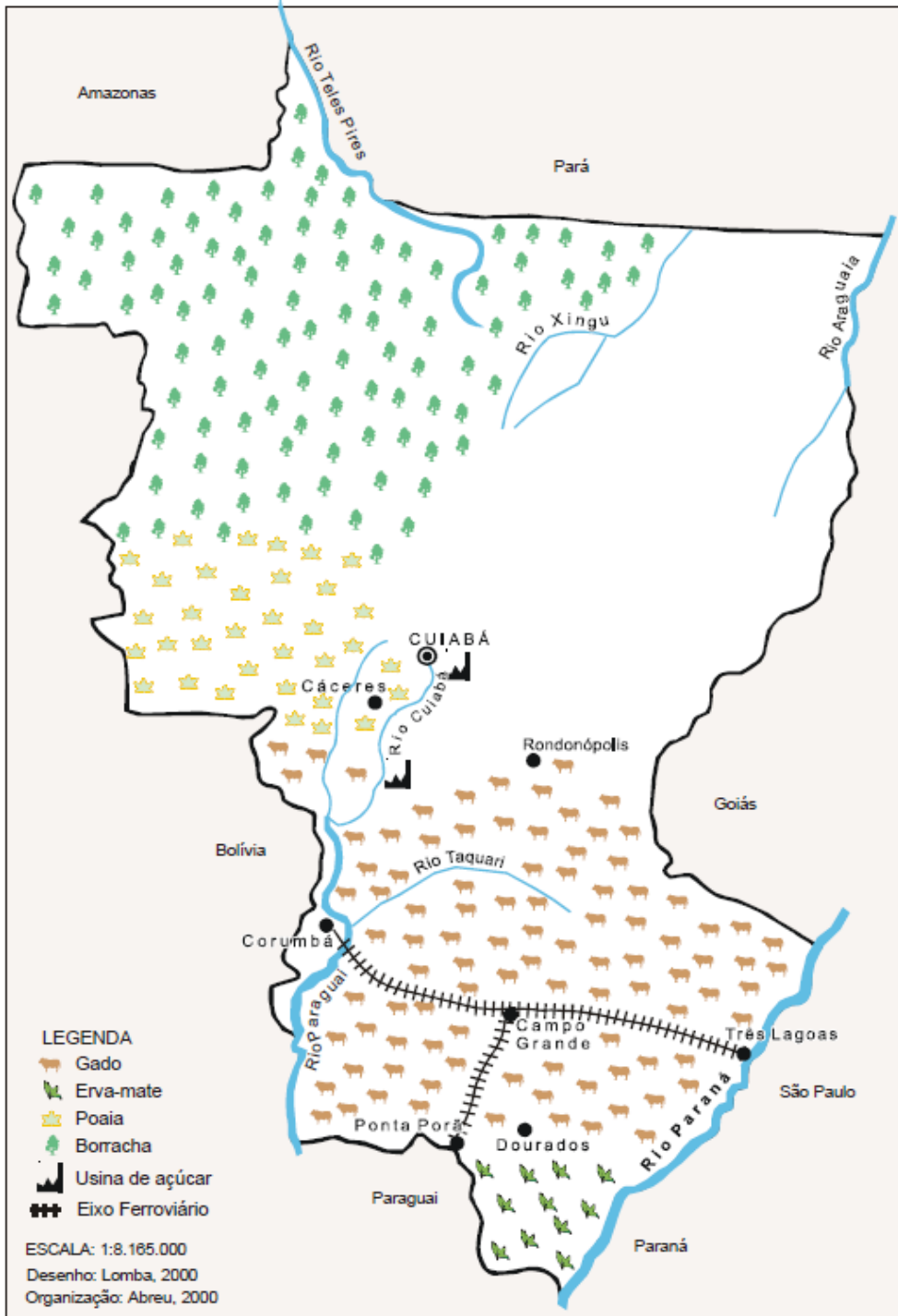
Trubiliano (2014) informa ainda que a instalação dessas empresas sofreu resistência de pequenos posseiros e que o Estado muitas vezes privilegiou essas empresas, dado o volume de receitas por elas geradas. Contudo, ressalta o autor, “devemos salientar que se tratando de empresas de natureza transnacional, fora os impostos debitados, significativa parte desse capital não permaneceu em Mato Grosso.” (2014, p. 188).

Na primeira década do século XX, a exportação de couros em Mato Grosso se destacava (no preço recebido e na quantidade vendida) em relação ao gado em pé, sendo que, a partir de 1910, a exportação do gado em pé passou a ser predominante devido à elevação de preço no mercado.

Corrêa (1999) afirma que um dos fatores que também contribuíram para a alta do preço do gado bovino, pelo menos temporariamente, foi a aquisição de terras efetuada pela *Brazil Land Cattle and Packing Company* para o desenvolvimento da pecuária, sendo que tal empresa adquiriu várias reses dos criadores locais, o que por sua vez tendeu a elevar o preço.

Queiroz (2008a) destaca ainda que, embora a pecuária bovina tenha sido predominante, outras atividades também foram desenvolvidas como a extração de sal, a criação de equinos e, em algumas partes da região, a agricultura de subsistência. O mapa a seguir apresenta uma síntese das atividades econômicas desenvolvidas em Mato Grosso no início do século XX.

Mapa 8: Principais atividades econômicas no espaço mato-grossense no início do século XX



Fonte: Abreu (2001, p. 49).

Com o fim da Guerra do Paraguai, as atividades econômicas de Mato Grosso estavam estruturadas em “ilhas”, sendo que, ao Norte e Noroeste, desenvolviam-se as atividades ligadas à exploração da borracha e a ipecacuanha (ou poaia), e ao Centro-Sul do estado, a pecuária bovina e exploração da erva-mate (ABREU, 2001, p. 47).

4.2.3 Indústrias derivadas da pecuária: o extrato e caldo de carne; e o charque

Ao final do século XIX e início do século XX, Mato Grosso atraiu vários investimentos estrangeiros, sendo que “O Pantanal sul foi o grande beneficiário da expansão capitalista que ocorreu na segunda metade do século XIX [...]” (ESSELIN, 2011, p. 289). Ademais, a navegação através da reabertura do rio Paraguai possibilitou “[...] crescimento da economia portuária e a penetração de capitais estrangeiros tanto para o desenvolvimento da pecuária como para os transportes e mineração” (2011, p. 289).

A crise da indústria do charque na Argentina e Uruguai, a disponibilidade de bois em quantidade e preços baixos, dentre outras razões, propiciaram o deslocamento de investimentos de capital destes países platinos para a Província de Mato Grosso. Por volta de 1873-1874, por exemplo, o argentino Rafael del Sar constituiu em Descalvos (atual município de Cáceres) um saladeiro (a primeira charqueada de MT), porém, por volta de 1880, esse argentino vendeu seu estabelecimento ao uruguaio Jaime Cibils y Buxareo, que, além de ampliar suas terras, montou neste local “[...] uma moderna fábrica de caldo e extrato de carne” (QUEIROZ, 2008a, p. 39). Ainda de acordo com este autor, a exportação era voltada ao mercado europeu e apresentava bons resultados.

Já na avaliação de Borges (2001), essa indústria foi considerada uma das mais importantes de Mato Grosso, todavia, em termos de exportação, apresentava fraca expressão quando comparada aos demais produtos exportados no período como a erva-mate e a borracha.

A atividade econômica voltada ao charque já era praticada ao final do século XIX, em Mato Grosso, todavia, e, embora o Brasil fosse o maior consumidor deste produto, as charqueadas platinas eram produzidas com menor custo do que as brasileiras. Como os consumidores deste produto eram da camada pobre da população brasileira (formada também pelos escravos), o governo brasileiro tendeu a “privilegiar” os fornecedores platinos que, além de fornecerem o produto com preços mais baixos, também possibilitava a inserção de produtos brasileiros nestes mercados. Queiroz (2008a) aponta que, se o Rio Grande do Sul já sofria com a concorrência do charque platino, depreende-se que Mato Grosso provavelmente a sentia de forma mais intensa. Isso porque, por exemplo, o custo do frete dado pela maior distância tendia a encarecer ainda mais o produto.

Foi a partir de 1905 que o charque mato-grossense começou a se desenvolver de fato, com o intuito de aproveitar o gado bovino criado de forma extensiva. Em âmbito nacional, o mesmo era comercializado com Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará, já na esfera

internacional se dava na região do Prata, Cuba e Inglaterra. Cabe salientar que foi a partir da Primeira Guerra Mundial que as charqueadas mato-grossenses ganharam destaque, devido ao aumento da demanda externa (europeia) por carne, momento em que o Brasil se viu “parcialmente descoberto” (QUEIROZ, 2008, p. 55), pois exportava uma significativa quantidade de carne à Europa. Além disso, o autor destaca que a indústria do charque se beneficiou com a construção da Estrada de Ferro Noroeste Brasil na medida em que a ferrovia

[...] contribuiu para acentuar a diminuição da influência capitalista platina ligados à atividade charqueadora da região. A possibilidade de exportar o charque via estrada de ferro estimulou o desenvolvimento, junto aos trilhos, de pequenas indústrias de capitalistas locais (NASCIMENTO, 1992 apud QUEIROZ, 2008a, p. 55).

Segundo Borges (2001), foi em meados da década de 1920 que a industrialização do charque alcançou seu auge, sendo que, neste período, constatou-se um grande número de indústrias ligadas a esta atividade, denominadas saladeiro ou charqueada. Nos anos de 1924 e 1925, ocorreram a maior produção e exportação de charque em Mato Grosso, sendo que a partir de então, a mesma tendeu a diminuir, especialmente pela concorrência das indústrias frigoríficas em São Paulo e nos países platinos (Tabela 8).

Tabela 8: Produção de charque em Mato Grosso (1905 a 1930)

Ano	Quantidade	Valor
1905	133.950	80:370\$
1906	279.863	167:918\$
1907	392.419	235:451\$
1908	452.478	271.487\$
1909	718.920	431:352\$
1910	758.739	455:243\$
1911	1.102.841	661:705\$
1914	1.733.973	1.560:576\$
1915	2.703.267	2.703:267\$
1916	3.755.310	3.755:310\$
1917	4.052.811	4.863:373\$
1918	4.144.736	4.973:683\$
1919	2.283.848	149:192\$
1920	2.545.662	3.042:794\$
1921	2.175.126	2.610:151\$
1922	4.775.320	5.729:384\$
1923	5.969.067	6.220:693\$
1924	7.297.427	7.715:557\$
1925	7.366.388	11.522:201\$
1926	3.293.698	4.777:467\$
1927	3.752.549	5.632:856\$
1928	5.848.176	8.772.665\$
1929	3.704.582	5.950:568\$
1930	4.328.738	7.798:680\$

Fonte: Borges (2001, p. 86-87).

Para Corrêa (1999), o declínio da produção do charque coincidiu “[...] com a desarticulação econômica dos grupos estrangeiros que investiram em charqueadas no sul de Mato Grosso [...]” (1999, p. 196), sendo substituídos por pecuaristas locais que não dispuseram das mesmas condições que sustentavam a demanda por esse produto até então. Além disso, o seu desenvolvimento se deu no período onde se instalavam os primeiros frigoríficos no Brasil, “[...] estavam, portanto, condenadas a permanecer na condição de atividade marginal e complementar, determinada pela situação peculiar da região mato-grossense [...]” (1999, p. 196).

Já para Trubiliano (2014), foram dois os motivos para redução da produção do charque: primeiro, a instalação de frigoríficos em São Paulo e Rio de Janeiro (dentre outros), o que ocasionou uma redução progressiva na demanda por charque, que aos poucos era substituído por carne congelada ou em conserva; segundo, na década de 1930, o estado de São Paulo produzia uma quantidade de charque equivalente à metade do que produzia o Rio Grande do Sul “e concorriam ambos no mercado nacional”. (2014, p. 192).

4.3 A ferrovia e o processo de integração nacional

4.3.1 A origem da Noroeste do Brasil

Desde o período colonial, as dificuldades para penetrar em território mato-grossense eram significativas por vários motivos, dentre eles destacam-se a distância e o trajeto a ser percorrido, sendo que os trechos fluviais disponíveis, antes da abertura do rio Paraguai, eram em sua maioria encachoeirados, já o trajeto terrestre tinha longa duração e era realizado em lombo de mulas, o que não comportava o transporte de mercadorias vultosas. Diante dessas características, o caminho fluvial passando pelo rio Paraguai era apresentado como a melhor alternativa, sendo insistentemente buscado durante o século XIX. Contudo, conforme aponta Queiroz (1997), ainda neste século, já havia outra alternativa até então inexistente, ou seja, a ferrovia.

De acordo com Queiroz (2011b), no ano de 1851, surgiu uma proposta que ligaria o Rio de Janeiro a Mato Grosso por meio de uma ferrovia, ou seja, tratava-se na realidade de um projeto de lei que possibilitava ao Império realizar uma concessão exclusiva para construção de uma ferrovia que ligasse a capital do Império à Vila Bela da Santíssima

Trindade, em Mato Grosso. Entretanto, essa possibilidade foi deixada em segundo plano, permanecendo a idealização de alcançar a liberação da rota fluvial pelo rio Paraguai.

A abertura da navegação pela via platina foi constantemente buscada pelo Brasil ao longo da história, sobretudo pelos dirigentes de Mato Grosso. Tal demanda se dava em função de que essa alternativa de transporte não exigia grandes investimentos como os realizados em rotas terrestres, a exemplo da ferrovia. Porém, com a deflagração da guerra da Tríplice Aliança, ratificou-se o quão frágil era a dependência política e econômica da utilização do rio Paraguai, pois a qualquer momento a mesma poderia ser obstruída por conta de alguma instabilidade política entre o Brasil e os países platinos, especialmente com a Argentina. Foi neste cenário que a construção de uma ferrovia em Mato Grosso ganhou embasamento político e estratégico.

Queiroz (1997, p. 19) afirma que “[...] nesse pós-guerra verificou-se um notável surto de novos projetos de ligação ferroviária entre Mato Grosso e o litoral brasileiro”, o que, por sua vez, levou o governo imperial a nomear, em 1876, uma comissão para avaliar esses projetos e indicar o melhor traçado, todavia, dada a discrepância entre os projetos, não se chegou a um consenso na época. Depreende-se que, em um primeiro momento, construir uma ferrovia não se tratava de algo prioritário, visto que a via platina atendia aos interesses comerciais e contatos político-administrativos entre a província de Mato Grosso e a capital do Império, “pelo menos em tempo de paz” (QUEIROZ, 2011b p. 12). Além disso, ainda de acordo com o autor, embora não houvesse grandes empecilhos em termos tecnológicos para a construção da ferrovia, o gargalo maior estava ligado à questão geográfica, como planaltos acidentados, rios caudalosos, mata fechada, etc., pois essas características implicariam um custo muito elevado para implantação de uma estrada de ferro na região, e portanto, não atraía investimentos privados. Por sua vez, essas condições fariam recair a responsabilidade de uma eventual construção ferroviária ao governo, o qual não apresentava recursos orçamentários disponíveis para tamanho investimento.

Ao longo dos anos, a ideia da implantação de uma “rede” ferroviária no Brasil foi se consolidando, tanto é que, após a instauração da República, o governo provisório tratou de dar andamento nesta questão, e, em outubro de 1890, publicou o Decreto nº 862, por meio do qual realizava concessões de vias férreas e fluviais, cuja finalidade era “[...] o estabelecimento de um sistema de viação geral ligando diversos Estados da União à Capital Federal”. Em outras palavras, no art. nº 1 deste decreto, foram estabelecidas as linhas férreas e fluviais e suas concessões, sendo que duas destas se destinavam a Mato Grosso: “1) a estrada de Catalão

(Goiás) à fronteira com a Bolívia, passando por Goiás, Cuiabá e Cáceres”, destinada ao engenheiro Francisco Murtinho e ao Banco Construtor do Brasil; e “2) a estrada que, partindo de um ponto entre Uberaba e S. Pedro de Uberabinha (MG), se dirigisse à vila de Coxim no Estado de Mato Grosso”, concedida ao Banco União de São Paulo (QUEIROZ, 1997, p. 19).

Destas duas concessões, a primeira foi considerada caduca no ano de 1893, por não atender aos requisitos solicitados, já a segunda, de onde se originaria mais tarde a Noroeste do Brasil, conseguiu manter sua concessão mediante várias prorrogações de prazos (que se dava principalmente pela falta de recurso para iniciar a construção da ferrovia). Finalmente, em 1904, apareceu um adquirente da Concessão efetuada ao Banco União de São Paulo, sendo que, para formalizar a transferência da concessão, foi instituída, neste mesmo ano, a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a qual recebeu do Banco União de São Paulo (que também era acionista da Companhia recém criada) a concessão para construção da ferrovia Uberaba a Coxim.

[...] o aguardado adquirente veio a ser enfim encontrado, segundo Saint Martin, na pessoa de “um importante técnico do Rio e representante de capitais estrangeiros”, que teria promovido o levantamento dos capitais necessários para a construção da estrada e providenciado a formação de uma empresa denominada “Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil” (QUEIROZ, 1997, p. 20-21).

A construção da ferrovia iniciou-se em 1905 com outro traçado, entre Bauru e Cuiabá, conforme apontado pelo Decreto nº 5.349, de 18 de outubro de 1904. Segundo Queiroz (1997), havia várias discussões acerca do traçado da ferrovia, sendo que, diante desta repercussão, o renomado Clube de Engenharia do Rio de Janeiro teve de intervir no debate, de onde resultou uma nova proposição, que partia das imediações de São Paulo dos Agudos e chegava a proximidades da Bahia Negra, depreende-se que tal sugestão foi acatada em partes, surgindo o traçado mencionado no Decreto nº 5.349. Já Guimarães e Leme (1997, p. 31) afirmam que essa alteração, pelo menos a referente a Bauru, ocorreu em função de acordos políticos da “era café com leite”. Nas palavras dos autores, “[...] o paulista Rodrigues Alves, na Presidência da República, comprometeu-se a eleger o mineiro Afonso Pena na condição de que essa ferrovia fosse construída no Estado de São Paulo”. (1997. p. 34-35).

Em 1907, o traçado da ferrovia foi alterado novamente, agora não mais no sentido Bauru-Cuiabá, e sim Bauru-Corumbá. Além disso, em 1908, a concessão sofreu outras alterações, ou seja, do trecho de Bauru a Itapura permanecia a concessão efetuada à NOB, entretanto, de Itapura a Corumbá, a concessão era tornada sem efeito e passava a ser propriedade da União. Contudo, a NOB é que teria de executá-la, ganhando em troca o seu

arrendamento por 60 anos. Além disso, ainda no que se refere ao trecho Itapura-Corumbá, a construção da ferrovia se iniciaria a partir do Porto Esperança, de onde iria se encontrar com o traçado iniciado em Bauru. Segundo Queiroz (1997, p. 24), a junção ocorreu “em 31 de agosto de 1914, no local denominado Ligação, situado pouco a leste de Campo Grande”. No ano de 1918, a ferrovia tornou-se totalmente estatal, sendo denominada “Estrada de Ferro Bauru a Porto Esperança, e posteriormente essa denominação foi alterada para Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Ainda segundo o autor, o trecho Porto Esperança-Corumbá somente foi concluído em 1952, já o ramal previsto para Ponta Porã foi iniciado somente no ano de 1938 e concluído em 1953 (Mapa 9).

Mapa 9: Mato Grosso do Sul e a NOB hoje



Fonte: Queiroz, 1997, p. 34.

4.3.2 Impactos econômicos da instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

Se durante os períodos colonial e imperial o Mato Grosso caracterizou-se pela ausente ou pouca integração com o resto do país, tal situação começou a ser alterada a partir da República, quando as oligarquias estaduais e o Governo Federal se esforçaram para que a

“modernização” chegasse por meio da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Nesse contexto, mesmo que com o apoio do capital estrangeiro, a partir de então verifica-se uma intensificação da integração deste estado com o mercado nacional.

No que se refere aos motivos da construção da ferrovia em Mato Grosso, num primeiro momento, a questão política se sobressai em relação à econômica, apesar de muitos apontarem a estreita relação entre Mato Grosso e São Paulo em função do comércio do gado bovino como justificativa (QUEIROZ, 2011b). No entanto, segundo o autor, somente essa relação não sustentaria tamanho investimento, embora o trecho paulista até se fundamentasse “pelos interesses privados na expansão da cultura cafeeira” (2011b, p. 14). Deste modo, a estrada férrea assumiu em Mato Grosso uma função político-estratégica, cujo objetivo era eliminar ou ao menos minimizar a dependência do Brasil em relação à via platina (e assim manter sua soberania), o que, por sua vez, “devia cumprir-se mediante o desempenho de uma missão econômica (desviar os fluxos de comércio da calha do rio Paraguai no rumo direto do Sudeste brasileiro)” (2011b, p. 14).

Dentre os primeiros efeitos derivados da construção da NOB, tem-se a alteração da dinâmica de importação de mercadorias por parte de Mato Grosso, as quais passaram a dar um grande peso para o Sudeste brasileiro. A dinâmica das exportações também se alterou, situação que se refletiu imediatamente no transporte do charque, que, apesar ter surgido em função da via platina e de capitais platinos, recebeu um grande impulso por meio da implantação da ferrovia (BORGES, 2001), permitindo melhores perspectivas de aproveitamento do gado, que até então dadas as dificuldades de transporte era apontado como subutilizado (Tabela 9).

Tabela 9: Charque - quantidades exportadas por Mato Grosso e quantidades transportadas pela E. F. Noroeste do Brasil (NOB) - 1919-1930 (em kg)

Ano	Total exportado por Mato Grosso (a)	Quantidade transportada pela NOB (b)	b/a (%)*
1919	2.983.848	439.840	14,7
1920	2.535.662	862.720	34
1921	2.175.126	1.657.102	76,2
1922	4.775.320	2.813.322	58,9
1927	3.752.549	1.696.137	45,2
1929	3.704.582	3.103.966	83,8
1930	4.329.000	3.577.311	82,6

Fonte: Queiroz (2004 apud QUEIROZ, 2008c, p. 145).

Além dos efeitos mencionados, uma das principais transformações advindas da instalação da NOB foi a substituição de Corumbá por Campo Grande como principal polo comercial do estado de Mato Grosso, dado que as mercadorias que até então atingiam Corumbá por meio da via platina passaram a ser transportadas com menor tempo e riscos pela via ferroviária. Isso não significa que a vinculação à via platina tenha desaparecido, na realidade, conforme aponta Queiroz (2008a), apesar de ter perdido a importância que dispunha antes da construção da NOB, a utilização da via fluvial pelo SMT ainda persistiu, a exemplo do transporte dos minérios de ferro e manganês, que eram retirados do Maciço de Urucum, próximo de Corumbá.

O município de Campo Grande tornou-se não somente o principal centro econômico do estado, como também o principal centro político do SMT. Ali se estabeleceu a elite política do SMT, que até então estava distribuída nas cidades de Nioaque, Miranda e Corumbá, ocorrendo assim “[...] o deslocamento da liderança política no sul de Mato Grosso”. (BITTAR, 1999, p. 51). Conforme será visto adiante, este município foi o palco onde se desenvolveram as articulações, principalmente no início da década 1930, que culminariam no surgimento do movimento divisionista em Mato Grosso.

Ademais, ocorreu ainda “[...] o aprofundamento das relações capitalistas na região, redefinindo o processo de apropriação de terras” (TRUBILIANO, 2015, p. 235). Além disso, a chegada da ferrovia em Mato Grosso impulsionou a “consolidação do desenvolvimento de novas colonizações” (BORGES, 2001, p. 113) em áreas circunvizinhas.

As cidades de Aquidauana e Miranda permaneceram como subpolos comerciais, a partir de então centrados pela via férrea e não mais pela navegação. Verificou-se ainda o surgimento de um novo polo secundário, ou seja, a cidade de Três Lagoas, “[...] fundada sob o direto influxo da ferrovia.” (QUEIROZ, 2008a, p. 55), além da formação de pequenos povoados como Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia e Terenos.

O município de Campo Grande passou a atrair investidores que passaram a visualizar oportunidades de negócios relacionados ao comércio, imóveis, serviços, dentre outros. Além disso, atraiu um número significativo de imigrantes: o número de habitantes nesta cidade, em 1905, que era em torno de 2.000 pessoas, passou para 11.800 no perímetro urbano, no ano de 1914 (TRUBILIANO, 2015). Ainda segundo o autor, “Em 1920, essa população subiu para 21 mil habitantes, saltando para 40 mil em 1935 e para 49.629 em 1942.” (2015, p. 234).

Diante da instalação da ferrovia, foi possível empregar um significativo contingente de estrangeiros como, por exemplo, os japoneses, que desenvolveram a atividade agrícola,

principalmente a produção de hortaliças, estimulando, assim, a difusão de feiras livres; os libaneses, que exploraram com êxito a atividade comercial; dentre outros (PAVÃO, 2005).

Cumprir destacar que no início da implantação da ferrovia em Mato Grosso, o preço dos fretes deste estado tendia a ser mais elevado do que o de outras regiões. Hardman (1988 apud BORGES, 2001, p. 114) evidencia essa situação com a seguinte ilustração:

Porto Esperança – Itapura Grandense 837 kilometros kilometros	E. F. Rio 837
Couros – 93\$700 por ton. toneladas	32\$000 por
Sebo – 147\$680 por ton. toneladas	44\$120 por

Verifica-se, deste modo, que essa conjuntura trazia uma desvantagem significativa para as exportações mato-grossenses em termos econômicos, entretanto, conforme evidenciado na Tabela 9, a mesma situação não se aplicava ao charque por exemplo.

A ferrovia era tida como sinônimo do progresso, deste modo, sua instalação no SMT foi um dos elementos que foram encorpando a ideia do regionalismo, ou seja, a parte sul do antigo Mato Grosso foi ganhando elementos que justificariam futuramente a reivindicação da divisão do estado, uma vez que as elites campo-grandenses não se identificavam com a identidade criada pela elite mato-grossense, pois alegavam que, ao contrário do “norte” de Mato Grosso, onde predominava o estigma da barbárie e o atraso, no “sul”, o progresso estava presente por meio da ferrovia, da economia superior (primeiramente na exploração da erva-mate e, posteriormente da pecuária), das pessoas civilizadas, etc.

5. DA MARCHA PARA O OESTE À MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a dinâmica política e econômica que se instalou no antigo sul de Mato Grosso a partir do movimento denominado Marcha para o Oeste, uma vez que este foi o marco para as novas estruturas que se desenvolveram no estado, através da modernização da agricultura, a qual esteve, a partir de então, voltada principalmente ao cultivo de soja e milho.

Sendo assim, em um primeiro momento, foi realizada uma breve abordagem histórica quanto ao processo de constituição da posse da terra no antigo Mato Grosso. Na sequência, o trabalho procurou apontar as características da Marcha para o Oeste no SMT bem como seus desdobramentos, isto é, a criação do Território Federal de Ponta Porã, bem como a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). É possível ainda visualizar a forte influência que o Estado brasileiro passou a exercer principalmente a partir da década de 1930, atuando por meio de intervenções diretas para o direcionamento da economia do país, como, por exemplo, quando da construção de Brasília, que atraiu um significativo contingente populacional para Região Centro-Oeste.

5.1 A posse da terra em Mato Grosso

Segundo alguns autores, a colonização com base na pequena propriedade, no antigo sul de Mato Grosso, foi uma característica particular da Marcha para o Oeste e, ao que parece, não esteve presente com a mesma ênfase em períodos anteriores e/ou posteriores a ela.

O primeiro “regime” de acesso à terra no Brasil se deu por meios das sesmarias. Conforme aponta Paula (2002, p. 20): “[...] o motivo básico era a busca do cultivo da terra” e, portanto, se uma sesmaria fosse improdutiva, ela deveria ser repartida de modo que se extraísse ao máximo a sua capacidade de produção. Contudo, tal princípio foi deixado de lado, contribuindo, assim, para a formação do latifúndio. Observa-se ainda que o acesso à posse da terra não era democrático, ficando restrito àqueles que fossem providos de algum recurso, o que, ao longo da história, favoreceu a formação do denominado coronelismo.

Era explícito neste sentido o Regimento do Governador Geral Tomé de Souza, de 1548, que mandava distribuir as terras em sesmarias mas condicionava esta

distribuição aos que possuíssem cabedal suficiente para construir casas-fortes, o que significava excluir do universo das sesmarias os pobres. (PAULA, 2002, p. 20).

No ano de 1822, o regime das sesmarias cessou e somente no ano de 1850 foi criada a denominada Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que tratava dos trâmites acerca das terras devolutas do Império. Segundo Paula (2002), esse período compreendido entre 1822 e 1850 acelerou a formação dos latifúndios, e a instituição da referida lei, “[...] ao contrário de reordenar a estrutura latifundiária, acabou por sancioná-la ao mesmo tempo que, a partir daí, impediu o acesso à terra a todos que não tivessem capital” (SMITH, 1990 apud PAULA, 2002, p. 23).

Constata-se ainda que a Lei de Terras foi instituída no mesmo período em que foi decretada a Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850), a qual estabelecia medidas para repressão do tráfico de africanos no Império Brasileiro, deste modo, como um dos requisitos para a posse das terras devolutas seria por meio de compra, tal lei restringiu de certa forma que estes “libertos” tivessem acesso a elas, uma vez que estes eram desprovidos de recursos por não possuírem um trabalho assalariado.

Segundo Moreno (1999), tanto a Lei de Terras de 1850 quanto o seu Regulamento de 1854 (Decreto nº 13, de 30 de janeiro) embasaram a legislação fundiária de Mato Grosso. Diz a autora: “Segundo estes documentos, reconheceu-se o pleno direito de propriedade sobre as terras devolutas situadas no Estado e decretou a sua aquisição mediante título oneroso”. (1999, p. 68). Deste modo, valendo-se da lei como instrumento, o que se observou foi a sua adaptação aos interesses dos “proprietários”, bem como manobras de dilatação de prazos para medição e regularização das terras devolutas mato-grossenses.

A primeira lei de terras em Mato Grosso deu-se em 1892 (Lei nº 20/1892), sendo regulamentada pelo Decreto nº 38/1893. Por meio destes instrumentos, o governo estadual garantiu a regularização “[...] das ocupações ‘consolidadas’, sesmarias e posses até 15/11/1889 alterando, assim, a data limite de 1854 estabelecida na Lei de 1850.” (MORENO, 1999, p. 68), além de assegurar o direito de preferência de compra das terras devolutas cujo domínio estava nas mãos de particulares, beneficiando assim os grandes proprietários (posseiros), ainda segundo a autora “[...] a Lei excluía os pequenos posseiros desse benefício, vez que estes não podiam efetuar a sua compra, nem fazer face ao sistema de produção vigente na época.” (1999, p. 69).

A legalização das terras efetuada até 1854 garantia o tamanho das áreas que constavam nos títulos, embora o que se declarava para o registro nem sempre condizia com a

realidade, o que, por sua vez, acarretou situações cujas áreas médias regularizadas pelo Estado estivessem acima de 15 mil hectares. No que se refere à regularização efetuada entre 1854 e 1889, a lei estadual estabelecia um limite quanto ao tamanho das áreas, sendo de 450 hectares para indústria extrativa, em 900 hectares para as lavouras, e de 3.600 hectares para o desenvolvimento da pecuária. Não obstante, Moreno (1999) aponta que a normalização destas terras variava de 450 hectares a 14.500 hectares, portanto, em sua maioria, acima do estabelecido em lei.

Dentre os fatores que favoreceram essas “regularizações”, tem-se o interesse estatal em arrecadar impostos com essas terras reguladas bem como a prática de nomeação de um Juiz Comissário e um agrimensor para cada distrito de medição, os quais tinham a responsabilidade de registrar, medir e demarcar as terras devolutas (ambos tiveram essa responsabilidade até o ano de 1897), o que, por sua vez, implicava que essas pessoas ficassem “refêns” dos poderes locais. Posteriormente a 1897, essas responsabilidades passaram a ser exclusivamente de um agrimensor, que também era designado pelo governador, portanto, “[...] Tal decisão mostrou-se inócua no combate a corrupção e moralização dos serviços de medição e demarcação das terras particulares.” (MORENO, 1999, p. 71). Esse tipo de legitimação permaneceu até 1930.

Entre 1930 e 1945, algumas medidas foram tomadas para “[...] moralização dos serviços de terra e a implementação da colonização [...]” (MORENO, 1999, p. 75). Dentre essas medidas destacam-se: i) a limitação dos excessos de áreas, ficando restritos em 50% do total requerido e o que constava no título provisório; ii) processos que foram paralisados por culpa do requerente e em tramitação a mais de 12 meses foram considerados caducos; e iii) a quebra do monopólio exercido pela Empresa Mate Laranjeira, o que possibilitou inclusive a implantação da CAND. Além do mais, a partir da implantação do regime político Estado Novo, iniciou-se um processo de colonização voltada à pequena propriedade para que assim houvesse uma diversificação da produção nacional, alicerçado ao desenvolvimento industrial brasileiro.

Com o fim do Estado Novo, tem-se o retorno da política de vendas de terras, sendo inclusive criado, em 1949, o Código de Terras do estado (que foi modificado no ano de 1951), além da implantação da Delegacia Especial de Terras e Colonização de Campo Grande. O que se observou, entre 1950 e 1964, foi “[...] a venda indiscriminada de terras devolutas e sua utilização nas disputas eleitorais, servindo como premiação ou pagamento de favores políticos” (MORENO, 1999, p. 78), prevalecendo a especulação e a disputa sobre a terra. Esse

cenário, a partir da década de 1970, atraiu tanto o capital nacional quanto internacional, favorecendo grandes grupos econômicos dentro da perspectiva da instalação da “colonização empresarial”, particular e oficial.

5.2 A Marcha para o Oeste

5.2.1 Antecedentes

O desenvolvimento e a expansão do cultivo do café no Brasil (1850-1929), cujo produto era voltado à exportação, propiciou uma acumulação de capital que veio a ser transformada em capital industrial, bancário, agrário e comercial. Silva (2009) acrescenta ainda que a 1ª Guerra Mundial também contribuiu para esta acumulação, especialmente em São Paulo. Deste modo, o capital industrial, somado à mão de obra livre, à disponibilidade de terras, à instalação de uma via de transporte (através da estrada de ferro) foram os condicionantes para que São Paulo se tornasse a principal liderança da indústria nacional, ou seja, “[...] a concentração da indústria e dos serviços industriais não tardou a ocorrer na Região Sudeste, com São Paulo e sua região metropolitana adquirindo uma solidificada estrutura produtiva” (PAVÃO, 2005, p. 23). Contudo, como aponta Silva (2009), deter um potencial industrial com capacidade ociosa, por si só, não garantia ao estado de São Paulo a posição de centro dinâmico, era necessária uma integração nacional, e é neste contexto que os grupos de interesses buscaram mecanismos para a formação de mercados internos, constituídos nas regiões periféricas do país.

A industrialização paulista contou ainda com outro elemento favorável ao seu desenvolvimento, isto é, a atuação direta do Estado.

Assim sendo, com o fim da República Oligárquica em 1930 e, conseqüentemente, da política do “café-com-leite”, ocorreu o advento do regime político denominado Estado Novo (1937-1945), cuja atuação do Governo se deu de forma centralizadora, nacionalista e autoritária, assumindo o papel de “organizador da acumulação industrial [...]” (GUIMARÃES e LEME, 1997, p. 36). Ainda, segundo os autores, “[...] operando políticas de caráter nacional, e promoveu a unificação do mercado, tornando-se responsável pela abertura de sucessivas fronteiras de acumulação” (1997, p. 36).

A integração do mercado interno brasileiro se tornaria a base para o modelo capitalista que estava sendo desenvolvido baseado na materialização da indústria de consumo:

[...] o que garantiria a formação de um mercado de produção e de consumo, com a oferta de matéria-prima para a indústria e de alimentos para os centros urbanos, além de formação de núcleos consumidores dos produtos industriais produzidos no próprio país, principalmente São Paulo. (SILVA, 2011a, p. 5-6).

Deste modo, ao passo que “[...] o nacionalismo foi o fio condutor do governo Vargas [...]” (Oliveira, 2013, p. 20) para implantação do Programa denominado “Marcha para o Oeste”, cujo discurso se deu em torno da integração nacional, da nacionalização das fronteiras e combate ao regionalismo⁵³, ele também permitiu a constituição do capitalismo industrial, e ainda criou bases para que, posteriormente, a indústria pesada viesse a se desenvolver (ainda que parcialmente) a partir da década de 1950.

Esse processo de integração do mercado nacional ocorreu somente após a ruptura dos principais empecilhos para o seu desenvolvimento, ou seja, o sistema de transporte inter-regional e o incremento do mercado interno. Entretanto, cabe destacar que coube às demais regiões que não apresentavam condições para concorrer com os grandes capitalistas paulistas “a produção complementar da produção inter-regional” (PAVÃO, 2005, p. 27).

Desta maneira, o período da década de 1930 até fins da década de 1950 foi marcado pela liderança industrial exercida por São Paulo, já o período de 1960 a 1970 “[...] foi caracterizado por ações institucionalizadas, visando o desenvolvimento regional.” (PAVÃO, 2005, p. 28). Verifica-se que, entre 1900-1930, as exportações voltadas ao mercado externo se sobressaíram, sendo que, a partir deste período, há uma significativa reorientação para o mercado interno. Por exemplo, em 1960, de todo valor exportado pelo estado de São Paulo, 84% era destinado ao interior do Brasil (Tabela 10).

Tabela 10: Exportações totais do estado de São Paulo, segundo o destino (% do valor)

Período	Para o exterior	Para o resto do país
1900-1910	85	15
1910-1920	75	25
1920-1930	50	50
1960	16	84

Fonte: Cano (1986 apud SILVA, 2009, p. 10).

Dentre as consequências da Marcha para o Oeste, tem-se a aceleração da incorporação da Região Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro, reforçando os laços existentes com o mercado nacional. Daí em diante, o processo de ocupação econômica do território

⁵³ Diante dos constantes conflitos entre as elites locais ao final da primeira república, e o crescente predomínio do regionalismo, como o que ocorreu em Mato Grosso no que se refere à disputa política entre Campo Grande e Cuiabá, o Governo Vargas tratou de investir em ações que visavam manter a unidade nacional.

ocorreu com a expansão da fronteira agrícola atrelada a uma modernização sem rompimento com as tradicionais estruturas agrárias (SOARES, 2013).

5.2.2 O programa Marcha para o Oeste no SMT

O contexto em que o programa Marcha para o Oeste foi implantado poderia ser caracterizado com fenômeno a que José de Souza Martins denominou de “Frentes Pioneiras”, ou seja, formou-se uma dinâmica cujas bases seguiam uma lógica capitalista, onde predominou a especulação de terras e produção para o mercado.

Segundo Carli (2005, p. 10), a política adotada pelo governo estadonovista “[...] deveria resultar numa base produtiva que atenderia o processo industrial que se intensificava nos grandes centros urbanos do país, na época”. Deste modo, além de propiciar o crescimento das regiões, que até então se encontravam pouco desenvolvidas, almejava “unificar o mercado interno e garantir a diversificação da produção tanto agrícola quanto industrial” (LENHARO, 1985 apud CARLI, 2005, p. 10). Em geral a finalidade da Marcha para o Oeste estava focada “[...] na expansão agrícola e a colonização.” (NAGLIS, 2013, p. 293).

Para Oliveira (2013b), o projeto que envolvia a Marcha para o Oeste tinha a intencionalidade de integrar as regiões tidas como “frágeis” politicamente. Em seu discurso, Vargas disseminava a ideia de que era necessário suprimir os vácuos demográficos, fazendo ainda com que as “fronteiras econômicas” coincidisse com as “fronteiras políticas”. Verificou-se, assim, que, no plano nacional, a Região Centro-Oeste foi qualificada como espaço vazio, entretanto, essa situação não correspondia à realidade daquele lugar. No caso do SMT, como já apontado ao longo do trabalho, faziam-se presentes neste território os indígenas, os posseiros, a própria Companhia Mate Laranjeira, dentre outros. É necessário reconhecer que o povoamento poderia até ser disperso, porém, ao contrário do discurso da época, ele era presente.

No antigo sul de Mato Grosso, diversas ações buscaram a nacionalização das fronteiras, o povoamento e a colonização, com destaque para a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e a criação do Território Federal de Ponta Porã. Oliveira (2013b) acrescenta ainda a complementação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil do trecho de Campo Grande-Porto Esperança a Corumbá, e o Ramal de Ponta Porã. O governo Vargas valeu-se também de todo um aparato institucional para que pudesse levar adiante suas

proposições, incluindo a criação de mais de 30 órgãos, dentre eles ministérios, departamentos, conselhos etc.

Segundo Oliveira (2013a), desde o ano de 1923, já havia uma área de 50 mil hectares, no SMT, destinada à colonização (Lei estadual nº 616, de 20 de janeiro de 1923). Entretanto, dada a influência política e econômica que a Empresa Mate Laranjeira exercia⁵⁴ em Mato Grosso, era ela quem decidia onde esses migrantes deviam se fixar, de preferência onde não existissem ervais.

Deste modo, com o intuito de vencer as barreiras locais que travavam os objetivos propostos dentro da política do Estado Novo, as ações apontadas incidiram especialmente em áreas até então ocupadas pela Empresa Mate Laranjeira (que também era acusada de possuir fortes vínculos com o capital argentino).

Como tentativa de quebrar o monopólio exercido pela Mate Laranjeira, o governo Vargas se recusou, em 1941, a renovar o contrato de arrendamento das terras ervateiras que havia vencido em 1937. Entretanto, na prática, a quebra no monopólio não ocorreu nesse período, pois a Empresa utilizava-se de toda sua influência política para permanecer nas terras arrendadas. Em 1942, o governo estadual de Mato Grosso se negou (provavelmente sob influência da Mate Laranjeira) a ceder uma área de terra no SMT ao governo Federal a ser utilizada com fins de colonização. Isso passou a ser usado como justificativa para uma série de medidas autoritárias que foram tomadas tendo em vista a redução da influência da Empresa, como a criação do Território Federal de Ponta Porã.

Conforme apontado por Santos (2016), a criação de territórios federais em áreas fronteiriças não foi uma ação exclusiva para o SMT, pois além do Território Federal de Ponta Porã, outros quatro foram criados dentro do território nacional. Cumpre ressaltar que os territórios federais de Ponta Porã e do Iguazu, além de estarem muito próximos em termos geográficos (Mapa 9), também possuíam algumas semelhanças históricas dentro da problemática em foram criadas.

⁵⁴ Conforme já apontado anteriormente, tem-se uma situação onde o amálgama entre público e o privado se dá de tal forma que às vezes torna-se difícil definir qual o papel de cada um, ou ainda, nas palavras de Oliveira (2013b, p. 17): “[...]a liberação da área reservada para colonizar dependia do poder público que, por sua vez, se confundia com o poder privado”.

Mapa 10: Área aproximada de abrangência do Território Federal de Ponta Porã e do Território Federal do Iguazu



Fonte: SANTOS (2016, p. 19).

5.2.2.1 O Território Federal de Ponta Porã

Por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, foram criados cinco Territórios Federais, a saber: 1) o Amapá, por meio de desmembramento do estado do Pará; 2) o Rio Branco, desmembrado do estado do Amazonas; 3) o Guaporé e 4) Ponta Porã, ambos desmembrados de Mato Grosso; e 5) o Iguassú, desmembrado do Paraná e Santa Catarina. Apesar de serem desmembrados de outros estados que constituíam o território brasileiro, Santos (2016, p. 20) afirma que os mesmos não eram possuidores de “[...] capacidade

econômica para se manter, embora pudessem e devessem ter administração local para o que precisassem ser preparados”, cabendo, assim, ao governo federal dar sustentação a estes.

O Decreto-Lei mencionado não definiu os municípios e as capitais pertencentes a cada território, o que somente ocorreu através do Decreto-Lei nº 5.839 de 21 de setembro de 1943, onde consta, em seu art. 1º, na alínea d, que o Território Federal de Ponta Porã constituir-se-ia:

[...] de Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracajú, Bonito e Pôrto Esperança; cada um dos quatro primeiros compreenderá a área do Município de igual nome que pertencia ao Estado de Mato Grosso; o quinto compreenderá parte do Município de Maracajú e Nioaque, do mesmo Estado; o sexto compreenderá parte do Município de Miranda e o sétimo, parte do Município de Corumbá, ambos do mesmo Estado. (BRASIL, 1943).

Consta ainda no art. 2º da referida lei que a capital deste território seria Ponta Porã. Entretanto, Santos (2016) aponta que foi instituída uma nova lei (Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944) em que foi redefinida a área que o território abrangeria bem como os municípios a ele pertencente, alterando, ainda em seu art. 4º, a capital do Território Federal, que passou de Ponta Porã para o município de Maracajú. Segundo o art. 3º do decreto 6.550/1944, a composição deste território assim estava definida:

[...] é dividido em sete Municípios, com as denominações de Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracajú; cada um dos quatro primeiros compreende a área do Município de igual nome que pertencia ao Estado de Mato Grosso; o quinto, parte do Municípios de Miranda e de Corumbá, do mesmo Estado; o sexto e o sétimo, respectivamente, parte dos Municípios de igual nome, ainda do mesmo Estado. (BRASIL, 1944).

Pouco tempo depois, novamente a capital do Território Federal de Ponta Porã (TFPP) foi alterada, sendo que no ano de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.380, de 18 de junho de 1946, modificou-se o art. 4º do Decreto-Lei nº 6.550/1944, retornando o título de capital a Ponta Porã. Santos (2016) afirma ainda que, durante a existência do TFPP, o mesmo passou pela gestão de três governadores: o Coronel Ramiro Noronha (que governou por treze meses, em fins de 1944 até novembro de 1945); o Major José Guiomard dos Santos (o qual governou por três meses); e José Alves de Albuquerque (a quem coube governar o território por 10 meses).

Verifica-se que o Território Federal abrangeu a maior parte das terras onde estavam localizados os ervais e a sede regional da Empresa Mate Laranjeira. A partir de então, este território passou a ter ligação direta com o Governo Federal, o que implicava que,

consequentemente, a Mate Laranjeira passava a uma vinculação direta com a fiscalização federal.

A Empresa Mate Laranjeira era tida como empecilho para consolidação da Marcha para o Oeste, dificultando principalmente a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

Segundo Oliveira (2013a), as Colônias Agrícolas Nacionais foram constituídas por meio do Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941. Neste mesmo ano foi criada a primeira Colônia Nacional⁵⁵ no Centro-Oeste, ou seja, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). A CAND foi criada em 1943 (Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943), sendo que tal demora justifica-se pela dificuldade de conseguir a liberação de uma área para colonização proposta pelo governo federal.

O Território Federal de Ponta Porã teve uma existência relativamente curta, pois foi criado em 1943, instalou-se em 1944, e teve suas atividades executadas especialmente no ano de 1946 (ano de sua extinção), não alcançando integralmente as metas traçadas quanto ao povoamento, educação e saneamento. Contudo, sua presença foi um fator importante para que fosse implantada a Colônia Agrícola de Dourados no antigo sul de Mato Grosso.

O TFPP foi extinto no ano de 1946, decorrente da proposta de emenda “[...] que resultaria, depois de aprovada pela Comissão Constituinte e voltada no Plenário, no artigo 8º do ‘Ato das Disposições Transitórias’ da Constituinte de 1946, responsável pela supressão do Território de Ponta Porã e do Iguaçu [...]” (SANTOS, p. 145), cuja autoria foi atribuída à bancada paranaense. A autora informa ainda que, embora a bancada de Mato Grosso não tenha assinado a proposta de extinção do Território Federal do Iguaçu, não significa que os parlamentares eram simpáticos à sua existência. Ao contrário, “[...] Agrícola Paes de Barros (UDN-MT) e João Ponce de Arruda (PSD) apresentaram propostas de emendas ao projeto da Constituição que extinguiriam não só o Território de Ponta Porã, mas também todos os Territórios criados, com ele, em 1943.” (SANTOS, 2016, p. 146). Ao final, depreende-se que houve um “certo acordo político” para que ambos os territórios fossem extintos.

É interessante mencionar que, embora a criação de um Território Federal tivesse sido uma das possibilidades levantadas pelos divisionistas do SMT ainda no início do século XX, no campo político local, a criação do Território Federal não foi recebida com grande entusiasmo pelas elites que lutavam pelo divisionismo, pois o mesmo não englobava o

⁵⁵ Destaca-se que além das colônias nacionais foram instaladas na região colônias particulares, é o caso por exemplo da atuação da CODEMAT. (ABREU, 2001).

município de Campo Grande, território onde estava concentrada grande parte da elite pecuarista do estado.

5.2.2.2 A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados fazia parte das ações intervencionistas realizadas pelo governo Vargas (como parte de um projeto maior que se tratava da Marcha para o Oeste), ações estas que, no caso do SMT, tinham, entre outras, a finalidade de nacionalizar as fronteiras (NAGLIS, 2013). Esta Colônia foi criada ao final de 1943 e instalada no início de 1944, entretanto, sua demarcação legal pelo governo federal ocorreu somente no ano de 1948 (governo Dutra). Já o assentamento dos colonos intensificou-se a partir da década de 1950.

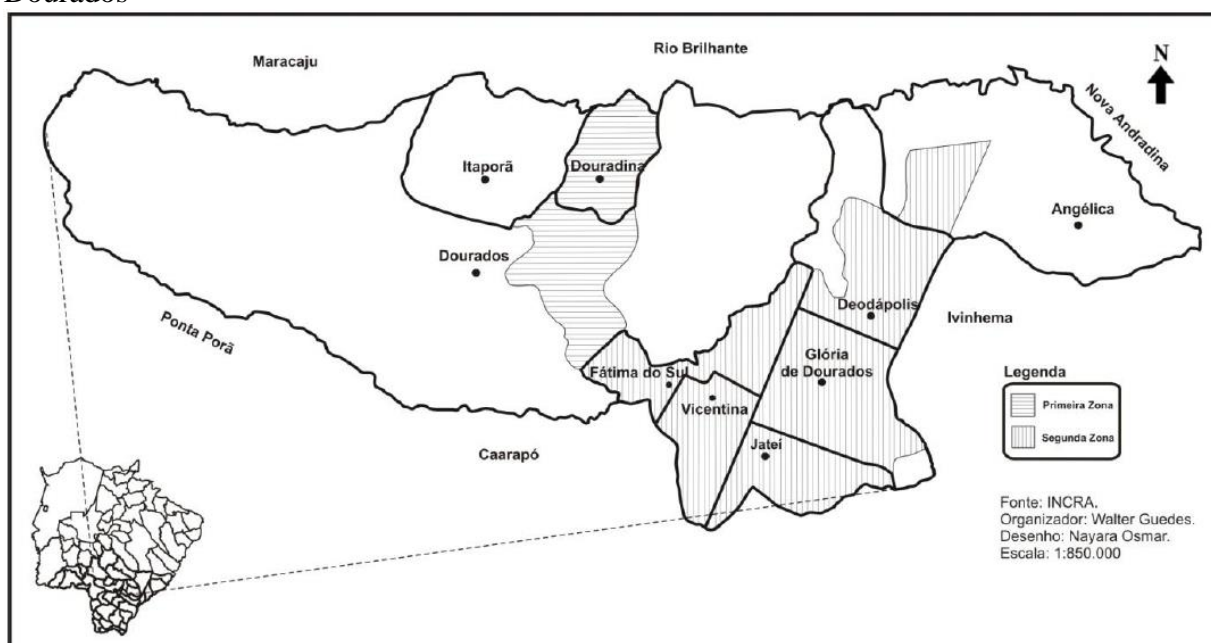
Embora concebida durante o governo Vargas (1937-1945), a CAND somente foi implementada no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Porém, ela voltou a ser administrada por Vargas em seu novo governo (1951-1954), sendo adotada ainda pelos governos de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros (NAGLIS, 2014). Além disso, a autora aponta também que a criação desta Colônia não se restringiu “às vontades” do governo estadonovista, mas decorreu também “[...] pelos interesses de uma elite local.” (2014, p. 39).

De acordo com o art. nº 20 do Decreto-Lei nº 3.059/1941, os lotes da colônia seriam concedidos “[...] a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que não forem proprietários rurais e reconhecidamente pobres, desde que revelem aptidão para os trabalhos da agricultura e se comprometam a residir no lote que lhes for concedido”, excepcionalmente poderiam ser concedidos lotes “[...] a estrangeiros desde que estes possuíssem conhecimentos agrícolas qualificados” (LENHARO, 1986 apud NAGLIS, 2013, p. 299). No caso da CAND, destacaram-se os japoneses, que inclusive formaram colônias (como a Kioey e Matsubara) dentro da colônia (CAND). Consta ainda neste decreto-lei que aqueles que exerciam a função pública, independente da esfera, eram proibidos de adquirir lotes.

Embora no Decreto-Lei nº 5.941/1943 conste que a área destinada a esta Colônia não teria demarcação inferior a 300 mil hectares, na realidade, a área estabelecida foi de 267 mil hectares. Segundo Oliveira (2013a), a área total ficava dividida pelo rio Dourados em duas áreas, a primeira, denominada “primeira zona”, estava situada ao lado esquerdo do rio e, de acordo com Naglis (2014, p. 44), contava com 68 mil hectares; já a “segunda zona” posicionava-se à margem direita do rio e incorporava uma área de 199 mil hectares.

Consta ainda no Decreto-Lei nº 3059/1941 que a área dos lotes variaria entre 20 a 50 hectares. No caso de Dourados, a colonização se deu em lotes de 30 hectares, pois, dentro da política adotada, a fixação dos colonos deveria ocorrer por meio de pequenas propriedades. SOARES (2013) afirma que a utilização da pequena propriedade como instrumento de colonização foi uma característica inerente do programa Marcha para o Oeste, sendo que, no processo de integração que foi desenvolvido nos anos seguintes, o Estado não deu a mesma prioridade para estes moldes de ocupação. Ressalta-se que, como forma de estimular a vinda de migrantes para as terras destinadas à CAND, elas eram distribuídas gratuitamente pelo governo, a fim de que os colonos permanecessem no local.

Mapa 11: Estado de Mato Grosso do Sul – Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados



Fonte: Silva (2011a, p. 11).

Para atrair um contingente populacional para esta localidade, o governo Vargas contou ainda com um importante aliado, ou seja, os meios de comunicação, inclusive à época foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que, dentre suas funções, tinha como atribuição a produção e divulgação das ações oficiais do governo federal, atuando direta ou indiretamente “[...] aos interesses do governo federal [...].” (OLIVEIRA, 2013a, p. 201).

Segundo Naglis (2013), o uso da propaganda estatal foi muito importante para atrair trabalhadores para CAND, além da “propaganda boca a boca” (2013, p. 296), pois os migrantes já estabelecidos na condição de colonos foram responsáveis por incentivar e atrair outros familiares e amigos a migrarem para a região. A autora aponta ainda que os colonos

que se dirigiam a Dourados “[...] viajavam orientados pelo desejo da propriedade da terra” (2013, p. 296).

A CAND recebeu migrantes de várias regiões do Brasil, sendo que a maioria dos colonos era originária do Nordeste brasileiro. De acordo com Oliveira (2013a), ao consultar as fichas cadastrais dos colonos assentados, verificou-se que quase 50% eram nordestinos. Tal situação se dava pela falta de perspectiva desses colonos com relação a sua terra natal, onde predominavam as secas e onde muitos tinham sido expulsos do campo, associado ao fato de que muitos desses nordestinos haviam migrado para São Paulo na perspectiva de conseguir emprego nas lavouras de café. Como não conseguiam emprego e não tinham condições (nem estímulo) de regressar a sua cidade de origem, tal situação implicava no aumento do contingente de desempregados no espaço urbano. Essa conjuntura preocupava o governo, pois temia que os empregados das indústrias (neste período já organizados em sindicatos) estimulassem os desempregados a uma possível rebelião. Portanto, encaminhá-los ao interior do país parecia uma solução, pois tornaria possível integrá-los ao processo produtivo nacional que se instalava.

Além da pressão destes trabalhadores, o governo Federal também passou a ser pressionado pela burguesia industrial, a qual demandava uma política direcionada a esse setor. Nesse contexto, para atender a essa reivindicação, o governo Vargas valeu-se de um discurso nacionalista que teria como finalidade promover a integração nacional. Obviamente, o objetivo principal era impulsionar a fronteira agrícola para o oeste brasileiro, garantir o abastecimento do mercado interno e, assim, permitir o avanço do capitalismo industrial.

A Colônia Nacional Agrícola de Dourados conseguiu atrair um significativo contingente migratório para a região, o que, por sua vez, implicou uma grande alteração na composição demográfica de todo o estado de Mato Grosso, dado que até então a densidade demográfica era de certa forma bastante inexpressiva.

No caso de Mato Grosso, a densidade populacional era tão baixa no estado em geral que o imenso fluxo migratório para o sul alterou radicalmente a composição demográfica do estado inteiro [...]. Esse crescimento maciço, por sua vez, deveu-se principalmente a Dourados, área da colônia federal e principal centro de cultivo. Durante a década, sua população cresceu em torno de 611%, respondendo pelo crescimento municipal mais rápido do Estado. (FOWERAKER, 1982 apud NAGLIS, 2013, p. 294)

Observando a evolução do total de residentes nos municípios que hoje fazem parte do atual estado de Mato Grosso do Sul, visualiza-se claramente o expressivo crescimento

populacional em Dourados, onde a população passou de aproximadamente 22.834 habitantes, em 1950, para 84.668 residentes no ano de 1960, população essa que inclusive neste ano foi maior até do que Campo Grande, que contou com 73.258 habitantes (Tabela 11).

Tabela 11: População residente total nos municípios do atual Mato Grosso do Sul de 1920 a 1970

Município	1.920	1940	1950	1960	1970
Aquidauana	9.826	20.949	21.258	32.685	28.725
Bela Vista	9.735	13.775	16.436	18.038	15.028
Campo Grande	21.360	49.629	57.033	73.258	140.233
Corumbá	19.547	29.521	38.734	58.490	81.887
Coxim	6.899	11.203	8.508	12.592	18.537
Dourados	-	14.985	22.834	84.668	79.186
Miranda	6.819	10.622	7.419	12.760	18.634
Nioaque	7.907	4.757	6.742	5.212	7.118
Paranaíba	10.143	14.105	22.482	18.246	31.038
Ponta Porã	25.518	32.996	19.997	29.847	33.798
Porto Murtinho	3.586	7.185	8.436	9.084	11.627
Três Lagoas	9.044	15.378	18.803	31.690	55.513
Total população no SMT	130.384	238.640	309.395	572.018	998.160

Fonte: ipeadata.

Além dos requisitos exigidos no Decreto-Lei nº 3.059/1941, os colonos precisavam apresentar uma série de “documentos”, como atestado de vacina, atestado de experiência no campo, certidões de casamento e nascimento dos filhos, etc. Naglis (2013) aponta que muitos trabalhadores que não eram formalmente casados tratavam de regularizar sua situação, e aqueles que vinham solteiros voltavam para sua terra em busca de esposas, tudo isso como forma de assegurar um lote.

Apesar das dificuldades encontradas e do desafio inicial relacionado ao trabalho a ser realizado (uma vez que a estes colonos estavam atribuídas as funções de iniciar a roça, bem como a aberturas de estradas, etc.), os primeiros colonos puderam contar de certa forma com algum apoio por parte do governo Federal (ferramentas, painéis e até materiais para construção das casas). Não obstante, Naglis (2013) afirma que a burocracia, a falta de rigor da administração da Colônia e a demora quanto à entrega dos lotes fizeram com que muitos destes vivessem “[...] em terras da colônia sem ter um lote oficialmente demarcado” (2013, p. 301). Inclusive muitos títulos definitivos foram concedidos aproximadamente 10 anos após os colonos estarem assentados.

Com o passar do tempo, “as formas de obter o lote também foram mudando” (NAGLIS, 2013, p. 302). Nem todos receberam o lote de acordo com as formalidades exigidas, mesmo constando no art. 18 do Decreto-Lei 3.059/1941 as seguintes proibições aos

ocupantes do lote: “[...] não poderá vender, hipotecar, transferir, alugar, dar em anticrese, permutar ou alienar, de qualquer modo, direta ou indiretamente, o lote, a casa e as bem feitorias [...]”.

A venda de benfeitorias ou até mesmo de lotes tornou-se cada vez mais comum. Os próprios colonos se organizavam nesse processo, ou seja, os colonos que não estavam contentes com a Colônia tratavam diretamente com aqueles que ainda não haviam conquistado algum lote com a administração, e assim acabavam fechando negócio. A venda de lote foi se tornando algo cada vez mais corriqueiro.

A ilegalidade de certa forma era “legalizada” entre os colonos uma vez que não havia intervenção estatal, o que abriu precedente para que os próprios colonos fizessem e ditassem as leis de acordo com seus interesses e necessidades. (NAGLIS, 2014, p. 83)

No que se refere aos resultados alcançados com a implantação da CAND, a literatura não é consensual. De um lado, têm-se aqueles que afirmam que ela não obteve o êxito esperado, pois muitas das promessas efetuadas aos colonos não foram cumpridas, por outro lado, defende-se que a Colônia cumpriu com seu papel, pois Dourados atraiu um grande contingente de migrantes que lá se instalaram, e, mesmo aqueles que venderam e/ou não permaneceram na Colônia, mudaram-se para as proximidades, o que permitiu a ocupação da área conforme almejado, especialmente por meio da pequena propriedade, implicando ainda no crescimento econômico da região.

Diante das transformações que a CAND engendrou (ocupação, desenvolvimento e diversificação da atividade agropecuária, valorização das terras, aberturas de estradas e vias de circulação, dentre outros), as autoridades políticas estaduais passaram a apoiá-la.

Além da Colônia Nacional, o SMT contou também com vários projetos de colonização particulares, bem como colônias agrícolas estaduais e municipais, tendo como exemplo a Colônia Municipal de Dourados (CDM), a qual foi criada em 1946 contando com uma área de 50 mil hectares, e tornou-se, em 1953, o município de Itaporã.

Diante da crescente ocupação de Dourados, as terras foram se valorizando cada vez mais, o que, por sua vez, abriu caminho para que muitas empresas particulares enxergassem grandes possibilidades de rentabilidade via especulação imobiliária.

Atraídas pelo “progresso” do Estado Novo, as empresas particulares que se instalaram na região, fizeram verdadeiras negociatas com membros do Estado para poderem comprar glebas e transformarem-nas em colônias. (SILVA, 2011a, p. 14).

Do ponto de vista econômico, Silva (2011a) aponta que a Colônia conseguiu se estabelecer e ainda diversificar sua produção, cultivando, por exemplo, algodão, arroz, milho, feijão, mandioca, e o gado, de modo a atender tanto ao mercado local como posteriormente ao Estado de São Paulo.

Contudo, ao final da década de 1960, a área onde estava a CAND passou por um processo de transformação que modificou sua configuração no início da década de 1970 “[...] já que chegam à região granjeiros gaúchos, que possuíam uma tradição agrícola de técnicas mais aprimoradas no tratamento e manejo do solo.” (SANTANA JUNIOR, 2009, p. 96). Guimarães e Leme (1997) afirmam também que esses gaúchos, seguidos ainda dos paulistas e dos paranaenses, eram detentores de capital e/ou experiência na atividade agrícola.

Esses novos atores sociais tinham o intuito de disseminar a expansão da produção agrícola tecnicizada baseada no binômio soja/trigo para atender ao mercado externo. Essa forma de produção estava muito avançada para a realidade da CAND, e com o passar do tempo, se refletiu “[...] como um fator desarticulador da CAND. Logo, a área plantada com soja no município de Dourados, entre as décadas de 1970/80, passou de 3.500 hectares para 134.000 hectares”. (SANTANA JUNIOR, 2009, p. 97). Como será visto adiante, a SUDECO exerceu um importante papel nessa nova articulação.

Antes de adentrar com um pouco mais de detalhes na nova configuração que começa a ser desenvolvida no Brasil, por meio da denominada Modernização Conservadora, torna-se importante mencionar que, além dos condicionantes já mencionados que propiciaram o povoamento do SMT, outro importante marco para desse processo (atuando de forma indireta) foi a construção de Brasília, a qual passou a ser a Capital Federal do país, atraindo um grande contingente de trabalhadores, além de que por meio dela foi possível a construção de troncos rodoviários que propiciaram a integração do Centro-Oeste às demais regiões do Brasil.

5.3 Os reflexos da construção de Brasília na ocupação da Região Centro-Oeste

A construção de Brasília foi o marco para consolidação da expansão da fronteira agrícola e colonização iniciada dentro do Programa Marcha para o Oeste (SOARES, 2013). E, ainda, criou bases para nova dinâmica que se instalou entre as décadas de 1960-1970, isto é, a Modernização Conservadora.

Com vistas de alcançar o desenvolvimento e integração nacional, o governo Juscelino Kubitschek (JK) elaborou estudos que culminaram no Plano de Metas. Reis Jr. (2006, p. 21) aponta que: “Inicialmente o programa se articulou em trinta medidas, distribuídas entre os seguintes setores: metas 1 a 5 energia; metas 6 a 12 transportes; metas 13 a 18 alimentação; metas 19 a 29 indústria de base; e meta 30 educação”, sendo que somente no momento de campanha eleitoral a construção de Brasília ganhou espaço no Programa, tornando-se a meta 31.

A construção de Brasília impulsionou o processo de integração da Região Centro-Oeste ao resto do país por meio da construção de uma ampla malha rodoviária como, por exemplo, as linhas Belém-Brasília (BR-153); Brasília-Cuiabá; Brasília-São Paulo; Brasília-Belo Horizonte; Brasília-Barreiras (BA); São Paulo-Corumbá. Além desse papel de integrar o país, a construção da nova capital Federal foi a grande propulsora das indústrias ligadas à construção e automobilismo do estado de São Paulo. Tem-se assim a consolidação da incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro. (SOARES, 2013).

Conforme aponta Diniz e Boschi (2002), a construção de Brasília representou a opção rodoviária, a qual delimitou as rotas dinâmicas da economia, sendo atribuída à nova Capital Federal a função de ponto nodal deste sistema Rodoviário implantado no país, assim possibilitando a integração da Região Centro-Oeste à expansão da denominada fronteira agrícola. Migliorini (2014, p. 10) afirma que “além da integração nacional do País, JK tinha outra boa razão para priorizar o modal de transporte rodoviário: o desenvolvimento da indústria automobilística”. Deste modo, as rodovias se tornavam importantes, pois através delas era facilitado o transporte e aquisição de matérias-primas demandadas, ao mesmo tempo que estimulavam a venda de automóveis e caminhões. Sendo assim, o transporte rodoviário apresentou um rápido crescimento especialmente entre os anos de 1952 e 1960, sendo que “[...] mais de 55% da rede rodoviária implantada nesse período foi em direção ao Norte, Centro-Oeste e Nordeste do País” (MIGLIORINI, 2014, p. 11).

Tabela 12: Participação dos Modais de Transporte de Cargas no Brasil entre os anos de 1950 e 1990, (%)

Ano	Rodoviário	Ferrovário	Aquaviário*	Outros**
1950	38,0	29,2	32,4	0,4
1951	40,9	26,8	32,0	0,3
1952	45,8	25,6	28,4	0,3
1953	49,7	23,2	26,8	0,2
1954	51,9	21,9	25,9	0,2
1955	52,7	21,2	25,8	0,2
1956	52,2	19,9	27,7	0,2

1957	52,7	20,1	27,0	0,2
1958	56,6	18,6	24,6	0,2
1959	57,9	19,4	22,5	0,1
1960	60,5	18,7	20,6	0,1
1961	61,5	18,1	20,2	0,1
1962	61,4	17,1	21,4	0,1
1963	64,7	16,8	18,3	0,2
1964	67,5	16,7	15,5	0,2
1965	67,5	17,6	14,6	0,2
1966	68,9	16,0	14,9	0,2
1967	70,1	14,7	15,1	0,1
1968	71,5	14,3	14,1	0,1
1969	72,1	14,5	13,3	0,1
1970	73,0	15,7	11,2	0,1
1975	67,8	19,5	10,5	2,3
1980	59,3	24,6	12,5	3,7
1985	54,4	23,2	18,0	4,4
1990	56,0	21,5	18,4	4,1

Fonte: Araújo (2006 apud Migliorini, 2014, p. 16).

* Até 1970 representa apenas transporte de Cabotagem. ** Até 1970 inclui apenas transporte aéreo, após inclui também transporte dutoviário.

Além de facilitar o processo de integração, a construção da capital Federal na região central do Brasil teve um papel crucial no que se refere à atração de contingentes populacionais (Tabela 13).

Tabela 13: Evolução da população da Região Centro-Oeste entre os anos de 1900-1980

Período*	População
1900	373.309
1920	758.531
1940	1.093.491
1950	1.532.924
1960	2.678.380
1970	4.629.640
1980	7.003.515

Fonte: IBGE – Série estatísticas.

* Refere-se à população do Centro-Oeste nas datas dos recenseamentos.

De acordo com o IBGE, a população do Centro-Oeste passou de 1.532.924, em 1950, para 2.678.380 no ano de 1960, quando da inauguração de Brasília.

5.4 A Modernização Conservadora no Brasil

As décadas de 1960-1970 foram marcadas pelo desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, quando se verificou a penetração do progresso tecnológico nas unidades agrícolas. Porém, conforme aponta Pires (2008), esse período não representa apenas o ingresso da tecnologia no campo, mas também demonstra o “[...] o pacto político conservador urdido entre a burguesia nacional e os terratenentes no interior do Estado que determinou o rumo e o ritmo do desenvolvimento capitalista na sociedade nacional.”. (2008, p. 16), isto é, tratou-se da Modernização Conservadora.

A Modernização conservadora caracteriza-se pelo fato de que, ao passo que a tecnologia (por meio de empresas capitalistas modernas) penetrou no campo, não rompeu com as estruturas arcaicas existentes, ou seja, mantiveram-se os privilégios às oligarquias rurais e manutenção do monopólio da terra.

Deste modo, verificou-se a manutenção de uma estrutura política e econômica do Brasil formada por uma elite agrária e por uma elite burguesa (aliadas à industrialização, detentora de capital) que, contando ainda com a intermediação do Estado, formavam o centro decisório das políticas adotadas dentro do país. O processo caracteriza-se, ainda, pela “[...] exclusão autoritária das classes sociais do acesso aos mercados de dinheiros, trabalhos e terras.”. (PIRES, 2008, p. 21).

5.4.1 A Revolução Verde e a modernização da agricultura

De acordo com Andrade e Ganimi (2007, p. 44), a Revolução Verde é um “modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura”. Em âmbito internacional, sua origem faz parte de uma estrutura e de um processo histórico principalmente relacionado à Segunda Guerra Mundial. Segundo os autores, ainda antes de cessar a Segunda Guerra Mundial, empresas privadas como a *Rockfeller* e a *Ford* passaram a investir em técnicas que melhorassem as sementes como trigo, milho e o arroz, sendo que tais investimentos ocorriam porque essas empresas acreditavam que, com essas melhorias, seria possível a reprodução do capital dentro da agricultura. Além do mais, ao fim da guerra, as indústrias químicas, que até então faziam o abastecimento da indústria bélica dos EUA, passaram a produzir e incentivar o uso de agrotóxicos e fertilizantes na produção agrícola com

intuito de eliminar diversas pragas presentes no campo e, assim, alcançar uma melhor produtividade.

No Brasil, o processo de inserção na modernização agrícola ocorreu durante o período da ditadura militar. Andrades e Ganimi (2007) ressaltam a discussão que havia em termos do modelo a ser adotado: por um lado, defendia-se que o aumento da produtividade agrícola deveria se realizar por meio da reforma agrária, enquanto, por outro lado, argumentava-se em prol da necessidade dos agricultores adotarem pacotes tecnológicos. Nesse caso, não deveria haver alterações na questão fundiária, sendo que “sem nenhuma surpresa, o Governo Militar adotaria a opção de manter a estrutura do latifúndio e assumiria as bases do modelo da Revolução Verde, via pacotes.” (ANDRADES e GANIMI, 2007, p. 48). Deste modo, dentre as providências tomadas pelo governo, tem-se:

- Divulgação das propostas e investimentos;
- Concessão de espaços para os organismos internacionais;
- Envio de professores, técnicos e pesquisadores para o exterior a fim de serem treinados e vinda de técnicos desses centros internacionais para efetuarem treinamentos no Brasil;
- Atração de empresas transnacionais para o país a fim de produzirem insumos (químicos), máquinas e equipamentos e de indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas. Chegaram a Ford, Shell, Ciba-Geigy, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Satauffer, Dow Química, Pfizer, Unon Carbide, Hoeschst, Monsanto, Rhodia, entre outras;
- Criação de centros e órgãos de pesquisa, no Brasil, para “adequarem os produtos” à realidade do solo e do clima. Surge a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), EMBRATER (Empresas Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), as EMATERs (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as cooperativas fundam seus centros de pesquisas também com a mesma finalidade;
- Estímulo ao surgimento de cooperativas de comercialização agrícola para organizar os agricultores e introduzi-los às novas práticas;
- Reformulação do papel do Banco do Brasil, passando a ser um órgão financiador por excelência desse novo modelo (ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2001 apud ANDRADES e GANIMI, 2007, p. 48-49).

Com o apoio do Estado, esse processo de modernização da agricultura organizou a produção do espaço, o que trouxe transformações dentro da estrutura agrária, especialmente no que se refere à escolha dos produtos cultivados, sendo prioritárias as monoculturas que seriam voltadas à exportação (soja, milho, algodão, arroz, etc.).

Se, por um lado, essa modernização na agricultura possibilitou a reprodução do capital, gerando os excedentes aos principais atores envolvidos, trouxe consigo também impactos ambientais e sociais negativos, isto é, o desmatamento, a contaminação do solo e dos rios. Esse processo também tendeu a deixar os pequenos produtores em segundo plano,

uma vez que passou a privilegiar os médios e grandes produtores e a mecanização acentuou o desemprego.

5.4.2 A modernização da agricultura nos estados do Centro-Oeste

No período denominado Revolução Verde, os produtores foram estimulados a demandar produtos agroindustriais para o desenvolvimento da agricultura. Segundo Teixeira (2009), as indústrias multinacionais instaladas no Brasil bem como a expansão do processo de urbanização pressionavam o campo a ser mais produtivo, para isso a necessidade de se implantar um processo de modernização da agricultura. Conforme já mencionado, a implantação das inovações tecnológicas foi possível devido ao incentivo do Estado sobretudo por meio de políticas de financiamento. Guimarães e Leme (1997) apontam que o solo de cerrado foi qualificado como de baixa fertilidade quando comparado ao solo de matas e, portanto, o desenvolvimento da agropecuária moderna nesta Região foi visto como uma atividade bastante positiva.

As inovações tecnológicas inseridas no campo podem ser classificadas em três segmentos: i) inovações mecânicas referem-se àquelas que afetam a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho, como os tratores; ii) inovações físico-químicas, relaciona-se à modificação das condições naturais do solo, buscando o aumento da produtividade do trabalho aplicado a ele; iii) inovações biológicas, as quais alteram a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potencialização dos efeitos dos outros dois segmentos (i e ii).

Destaca-se ainda que, diante das disparidades regionais que se elevaram a partir do desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo, em momento anterior, a década de 1970 foi marcada pela busca da desconcentração industrial. Apesar da concentração econômica e industrial ter sido minimamente reduzida, o fato é que a Região Sudeste ainda era a maior detentora do desenvolvimento desta atividade.

Neste contexto, a Região Centro-Oeste desempenhou o papel de polo agropecuário, o que, por sua vez, implicou sua dependência econômica e comercial sobretudo das agroindústrias da Região Sudeste, conforme pode se depreender de Pires (2000, p. 116) “[...] as linhas de crédito implantadas pelo governo estavam atreladas à compra de insumos modernos, ampliando a dependência do setor produtivo agrícola ao setor produtor de insumos”, ou seja, por meio dos incentivos e subsídios, o Estado criava demandas aos

produtos agroindustriais. Terra (2006, p. 8) argumenta que “[...] a agricultura assume o papel de absorvedora de parte da produção industrial, além de produtora de insumos industriais a serem processados pelo próprio setor industrial, ou seja, passa a compor o Complexo Agroindustrial – CAI”. Menciona-se ainda que, nesta conjuntura, a fronteira agrícola que estava restrita à Região Sul e Sudeste do Brasil passou então para a Região Centro-Oeste.

A política de financiamento adotada não abarcava todos os produtores, sendo que aqueles que não conseguiram se encaixar nessa nova forma de articulação das cadeias produtivas dos complexos agroindustriais tiveram que abandonar o campo, intensificando o êxodo rural, a concentração fundiária e o barateamento da mão de obra, ampliando assim as desigualdades presentes no meio rural. Pires (2000, p. 116) ressalta que “[...] durante esse período as grandes fazendas eram consideradas mais adequadas à modernização que as pequenas propriedades e, por isso, contava com privilégios creditícios.”. Neste sentido, Soares (2013) afirma que é possível identificar nas políticas agrícolas e agrárias adotadas traços dos interesses oligárquicos rurais, uma vez que os benefícios e incentivos fiscais atingem em sua maioria os grandes proprietários, demonstrando a importância das elites locais nesse processo.

Embora as políticas de crédito estivessem em boa parte voltadas ao financiamento dos insumos agrícolas (produzidos pela indústria), elas se estenderam também para consumo de bens duráveis e aquisição de moradias (por meio da criação do Sistema Financeiro de Habitação), incentivando assim a indústria voltada à construção civil.

Salienta-se ainda que nem todas as regiões brasileiras receberam os incentivos estatais que favoreciam a agricultura agroindustrializada, mas somente aqueles de detinham as condições mais favoráveis ao desenvolvimento inerente à agricultura moderna. Inclusive na Região Centro-Oeste, Teixeira (2009) aponta que Goiás e o antigo sul de Mato Grosso concentravam o uso de máquinas e insumos modernos.

A partir da década de 70, com o desenvolvimento de setores como agricultura, agroindústria e turismo, criaram-se condições para o crescimento do setor terciário, incluindo assim:

[...] comércio interno e externo e áreas de serviços - tanto de caráter público, para atendimento à população, como saúde, educação, etc., bem como os serviços mercantis de apoio às atividades econômicas, como transportes, comunicações e uma gama de serviços especializados e auxiliares em todos os segmentos econômicos. (SOUZA, 2010, p.40)

Nas décadas de 1970/80, presenciaram-se taxas de crescimento significativas na Região Centro-Oeste devido aos investimentos em infraestrutura (vias de transportes, energia

e comunicações) iniciados pelo Plano de Metas, que foram complementados com incentivos fiscais, crédito subsidiado e apoio de órgãos oficiais dos governos que seguiram. (GUIMARÃES e LEME, 1997).

Este novo cenário foi possível devido às políticas de atuação direta do Estado na economia, adotadas pelos governos militares, que se beneficiaram das medidas implantadas desde o Estado Novo. Sendo assim, para incentivar a modernização agrícola, o governo militar atuou por meio de vários planos e programas, como nos casos dos PND's, além de estar munido de um aparato institucional, criado ainda em um momento anterior, para sua implantação, como SUDENE (1959), SUDAM (1966), SUDECO (1967), EMBRAPA (1973), dentre outros.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), conforme Silva (s.d., p. 3): “[...] entre outros objetivos, visava interligar o CO aos centros consumidores e fornecedores de produtos industrializados”. Ainda dentro deste plano foi elaborado o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (I PLADESCO), que propiciou a ampliação de atividades econômicas como soja e milho.

Ainda de acordo com Silva (s. d.) o I PLADESCO realizou estudos que vieram a nortear as ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). O II PND englobou vários programas de desenvolvimento visando à integração da região, como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento da Região do Pantanal (PRODEPAN), Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrado (POLOCENTRO) e Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN). Esses programas abarcavam áreas do atual estado de Mato Grosso do Sul.

Em linhas gerais, o PRODEPAN visava propiciar a infraestrutura para o desenvolvimento, em especial da pecuária. Já o POLOCENTRO atuou principalmente na concessão de crédito rural, pesquisa e extensão agrícola, investimento em estradas, titulação de terra, dentre outros. O PRODEGRAN surgiu com intuito de modernizar a agricultura da região (estes programas serão detalhados adiante).

Com intuito de sanar os desequilíbrios regionais presentes, o Estado passou a atuar como agente condutor e planejador do desenvolvimento regional. Para tanto, dentre várias medidas adotadas, o governo brasileiro passou a criar autarquias de desenvolvimento regional. Para atuar no Centro-Oeste, foi criada a SUDECO no ano de 1967, a partir da Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste (CODECO), criada em 1961, incorporando ainda a Fundação Brasil Central (FCB), criada em 1943.

A SUDECO contribuiu significativamente para que as atividades agrícolas se modernizassem no SMT, principalmente em Dourados. Segundo Abreu (2001), esse período caracterizou-se pela política de financiamento e pela criação de estímulos para a criação de cursos de Agronomia e Medicina Veterinária. Na Universidade Estadual de Mato Grosso (que a partir da divisão do estado de MT foi federalizada passando a ser denominada Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) o curso de Agronomia localizado em Dourados recebeu patrocínio desta Superintendência para compra de equipamentos e móveis para laboratórios.

Do ponto de vista nacional, o governo militar valeu-se de um forte aparato institucional para que os objetivos traçados fossem alcançados, dentre eles têm-se os Institutos de Pesquisa e Experimentação, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e (Empresas Estaduais de Assistência Técnica Rural (EMATER). Segundo Soares (2013), a criação da EMBRAPA foi um marco para a política agrícola brasileira, pois, a partir de então, “[...] o governo decidiu organizar maciçamente e em escala nacional o sistema de pesquisa agropecuária”. (2013, p. 95).

A criação da EMBRAPA foi autorizada por meio da Lei nº 5.851, de 07 de dezembro de 1972, em seu art. 2º identifica-se quais eram as finalidades da empresa:

- I – promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País;
- II - dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola.

A EMBRAPA também poderia exercer suas funções por meio de convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais. Deste modo, a empresa atuou de forma decisiva para modernização agrícola.

Com relação ao SMT, Terra (2006) aponta que, dentre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura moderna a partir da década de 1970, tem-se: i) atração de produtores rurais, em geral oriundos da Região Sul do país, atraídos por fatores favoráveis como predominância de terrenos de reduzida declividade (o que favorecia a utilização da mecanização agrícola) e terras com baixo custo; e ii) elevação do preço da soja no mercado internacional, já que “A cotação de soja, que até fins de 1973 estava de cerca de 110 dólares a tonelada, na bolsa de Chicago, disparou alcançando mais de 300 dólares em agosto daquele ano, chegando a ultrapassar 500 dólares no mercado negro” (BRUM, 1998 apud TERRA,

2006, p. 4). No anexo deste trabalho consta um exemplo da aplicação da Revolução Verde no antigo sul de Mato Grosso.

5.4.3 Inovações tecnológicas na agricultura no SMT

Já foi mencionado que as inovações tecnológicas implantadas na agricultura foram classificadas em três elementos cuja finalidade era o aumento da produtividade. Deste modo, a Tabela 14 a seguir indica a evolução da penetração dessa modernização no antigo sul de Mato Grosso.

Tabela 14: Indicadores da Modernização da Agropecuária no SMT, entre 1970 e 1985

Indicadores	1970	1975	1980	1985	%70/85
Número de tratores	3.732	12.291	23.162	31.076	732,69
Área Trabalhada por Tratores (ha) ⁽¹⁾	1.039	1.795	992	762	-26,66
Uso de Arados de Tração Animal	25.314	25.812	18.890	18.250	-27,90
Uso de Arados de Tração Mecânica	3.334	12.007	24.717	28.068	741,87
Uso da Força Animal por estabelecimentos	18.540	17.709	14.842	13.738	-25,90
Uso da Força Mecânica por estabelecimentos	4.192	15.709	24.711	28.253	573,97
Maquinas para Plantio e Colheita	1.037	2.235	14.992	19.178	1.749,37
Consumo de Óleo Diesel por Mil Litros	10.780	95.096	184.677	225.071	1.987,85
Consumo de Energia Elétrica por Mil KWH	3.412	10.529	22.730	103.850	2.943,66
Uso de Fertilizantes por Estabelecimentos	1.189	5.482	11.326	15.227	1.180,65
Uso de Defensivos por Estabelecimentos	39.777	40.555	45.450	14,26 ⁽²⁾
Práticas de Conservação por Estabelecimentos	1.737	5.636	8.227	373,63 ⁽²⁾

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 – MS apud TERRA, 2006, p. 9.

Nota 1: (1) A área trabalhada corresponde à somatória das áreas de lavouras permanentes e temporárias e de pastagens naturais e plantadas.

....: Informação não disponível.

Nota 2: (2) O cálculo foi realizado utilizando dados iniciais de 1975.

O primeiro elemento apontado foi a mecanização, cuja característica é o aumento da produtividade do trabalho. Graziano Neto (1985 apud TERRA, 2006) aponta que o indicador que melhor expressa o grau de mecanização dentro do campo é a utilização de tratores, uma vez que ele possibilita a utilização de implementos como arados, grades, pulverizadores etc. Verifica-se que o número de tratores utilizados na agropecuária do antigo sul de Mato Grosso passou de 3.732, em 1970, para um total de 31.076, no ano de 1985, implicando um crescimento de aproximadamente 732,69% (Tabela 14). Segundo Terra (2006), enquanto mais de 50% dos 3.732 tratores situavam-se na faixa de menor potência (menos de 50 cv), no ano

de 1985, houve uma alteração nesse perfil, quando se constatou que cerca de 86,61% dos tratores estavam na faixa ou de 50cv ou superior a ela.

A utilização de máquinas para plantio e colheita segue a mesma tendência de majoração, com números bastante expressivos (aumento em torno de 1.749,37%). Contudo, apesar do uso de arados de tração animal ter apresentado uma queda no período apontado, verifica-se que ele ainda é relativamente significativo, representando aproximadamente 39,40% do arado total. Segundo Terra (2010, p. 10), “[...] tais dados nos levam a admitir que o processo de modernização/mecanização do campo em Mato Grosso do Sul não se deu de forma homogênea no tempo e no espaço”.

O segundo elemento refere-se às inovações físico-químicas, relacionadas ao estímulo da produtividade do trabalho, sendo possível verificar o crescimento do uso de fertilizantes e defensivos por estabelecimentos. O uso de fertilizantes, que em 1970 eram utilizados por 1.189 estabelecimentos, passou a ser usado por 15.227 estabelecimentos no ano de 1985 (Tabela 14). Os dados corroboram a política adotada de incorporação das áreas do cerrado (caracterizadas com a presença de solos ácidos e com menor fertilização natural) ao sistema produtivo.

O terceiro elemento trata-se das inovações biológicas e aborda o desenvolvimento e manipulação genética das plantas e animais. A esse respeito, Silva (1981 apud TERRA, 2006, p. 11) afirma que:

Uma variedade melhorada não é apenas uma planta ou um animal capaz de gerar um maior volume de produção num menor espaço de tempo ou numa época distinta daquela outra encontrada na natureza. É muito mais do que isso: trata-se de seres ‘fabricados’ pelo capital, que reproduz artificialmente aí a própria Natureza, à sua imagem e semelhança e de acordo com seus interesses.

Segundo Terra (2006), no SMT, as primeiras variedades de sementes de soja introduzidas eram importadas (Hardee, Bosseier e Bragg) contando ainda com as espécies desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas. Na época, de acordo com o autor, a produtividade era de 20 sacas por hectares. Todavia, com o passar dos anos, além da variedade, a produtividade da soja se elevou significativamente (em média passou a ser de 50 sacos por hectares, podendo chegar em alguns casos a 70 sacos por hectares). A seguir (Tabela 15), demonstra-se a evolução da área colhida das principais culturas no antigo sul de Mato Grosso.

Tabela 15: Evolução da área colhida das principais culturas, no antigo sul de Mato Grosso entre 1970 e 1985 (em hectare)

Produtos	1970	1975	1980	1985
Algodão	45.507	26.028	33.882	59.427
Arroz	172.519	595.454	347.561	219.533
Café	5.524	16.862	22.716	9.557
Feijão	23.491	17.501	37.325	42.841
Milho	116.243	104.163	115.175	160.700
Soja	15.181	121.829	606.998	958.568
Trigo	2.554	11.118	76.978	153.661

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 – MS apud TERRA, 2006, p. 12.

De acordo com Pavão (2005) a agricultura desenvolvida no antigo Mato Grosso estava voltada para produção de arroz, feijão, milho, dentre outros, consistindo em fonte de abastecimento ao mercado local. Contudo, nota-se que, a partir da década de 1980, o cultivo da soja passa a predominar em Mato Grosso do Sul, sendo que, em 1985, as áreas colhidas das culturas de soja, milho e trigo (as quais são voltadas à indústria e/ou ao mercado externo) representam quase 80% do total, enquanto que culturas voltadas ao mercado interno, como o arroz e feijão, equivalem a 16% do total.

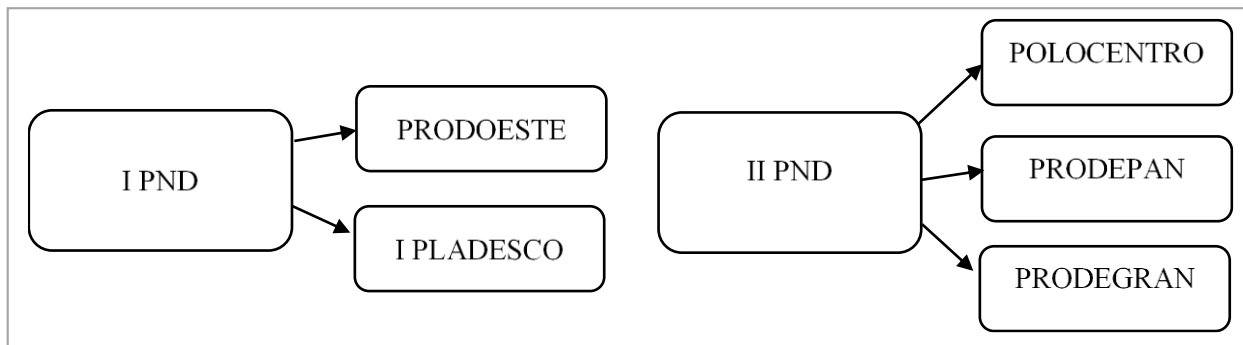
E se por um lado essas “inovações” tiveram impactos positivos como o aumento da produtividade, é importante mencionar que do ponto de vista ambiental e social as consequências nem sempre se deram nesta mesma direção, é o caso do estímulo à concentração fundiária e êxodo rural, bem como a degradação do bioma cerrado.

6. PLANOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO APLICADOS AO SMT

Este capítulo tem por objetivo apresentar os principais Planos e Programas que abrangeram o antigo sul de Mato Grosso entre as décadas de 1970 e 1980. Tal abordagem é apropriada pelo fato de que tais planos e programas tiveram impactos significativos na região, sobretudo, em consolidar o SMT como celeiro agrícola.

Deste modo, o ponto de partida é análise dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, e, na sequência, é feito um resgate dos principais programas derivados destes que foram aplicados no antigo sul de Mato Grosso. A figura abaixo demonstra os programas abordados neste capítulo.

Figura 3: Principais Planos e Programas aplicados ao SMT



Fonte: Elaborado pela autora.

6.1 O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento foi instituído por meio da Lei nº 5.727, de 04 de novembro de 1971, com período de execução programado para o período de 1972 a 1974.

O I PND foi criado durante o governo militar, sob o mandato do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), fazendo parte do período denominado “Milagre Econômico”. Constam, neste Plano, três grandes objetivos nacionais para o desenvolvimento brasileiro: i) inserir o Brasil entre as nações desenvolvidas; ii) duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (comparação realizada com o ano de 1969); e iii) elevar o crescimento do PIB entre 8% e 10% em 1974. Para tal foram estabelecidas como meta 10 realizações que pautariam as estratégias a serem adotadas, dentre as quais destacam-se: a eficiência da

atuação do Estado, a implementação de política tecnológica, o aproveitamento dos recursos humanos, investimentos em infraestrutura (expansão da siderurgia, implantação dos corredores de transportes, energia elétrica e etc.), a realização de Estratégia Regional para efetivar a **Integração Nacional**, dentre outros. No que se refere à Integração Nacional consta:

Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até com a criação de regiões metropolitanas, controle da poluição e construção da estrutura integrada de indústria e Tecnologia, implantar-se-ão novos pólos regionais, notadamente o agroindustrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia. (I PND, 1971, p. 9).

Aparece assim, de certa forma, a ideia de desconcentração industrial, cuja centralização até então estava localizada na Região Sudeste do Brasil. Portanto, pretendia-se expandir a industrialização a outras regiões como para o Sul e Nordeste, contudo, observa-se que essa expansão não incluiu o Centro-Oeste como destino, pois esta região foi definida para constituir-se num polo agropecuário.

O Plano traçou uma série de estratégias, com fortes repercussões na economia nacional e sul-mato-grossense. Nesse último caso, associado à modernização agrícola, as estratégias lançadas foram:

- 4) **Criação de estruturas mais eficientes para comercializar e distribuir produtos agrícolas**, construindo o sistema nacional de Centrais de Abastecimento.
- 5) **Desenvolvimento da empresa agrícola**, para criar agricultura organizada à base de métodos modernos de produção e comercialização. (I PND, 1971, p. 22).

As estratégias traçadas à industrialização indiretamente afetaram a Região Centro-Oeste, pois ela coube a atribuição de garantir os insumos básicos à indústria, ou seja, foi adotada uma “Política de insumos básicos para a indústria, notadamente nos setores selecionados para expansão do mercado interno e para exportação.” (I PND, 1971, p. 23).

O foco da estratégia de integração regional era o econômico-social, onde, pelo lado da demanda, buscava-se ampliar o mercado interno, com a finalidade de manter o crescimento acelerado, enquanto que, pela ótica da produção, o objetivo era estabelecer uma progressiva descentralização econômica. Tais medidas seriam possíveis através do estabelecimento de polos regionais no Sul e também no Nordeste “[...] de sentido integrado agrícola-industrial, assim como no Planalto Central e na Amazônia, notadamente agrícola-mineral, complementando-se dessa forma o grande pólo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte.” (I PND, 1971, p. 25).

A execução do I PND foi balizada inicialmente por dois Programas: 1) o Programa de Integração Nacional (PIN)⁵⁶, e 2) o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA)⁵⁷. Em linhas gerais, o PIN objetivava realizar obras de infraestrutura e social nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (ABREU, A., s. d. p. 1). Portanto, executou a abertura e pavimentação de rodovias (como a Transamazônica e Cuiabá-Santarém), propiciando ainda distribuição de terras e incentivos fiscais a quem estivesse disposto a efetuar investimentos produtivos (DINIZ, 2006).

6.1.1 O Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE)

De acordo com Abreu (2001, p. 65), o estado de Mato Grosso se constituiu e se consolidou, na visão da SUDECO, como uma “Fronteira Agrícola”⁵⁸, apresentando um grande potencial a ser explorado. Diante desta potencialidade, o Governo Federal atuou neste estado por meio da SUDAM (que atuava mais ao norte de MT) e SUDECO, sendo que com relação a esta última, suas diretrizes centravam-se nas metas estabelecidas pelo I PND (sobretudo no que se refere à Integração Nacional). Nesta conjuntura foi criado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE).

O PRODOESTE foi criado por meio do Decreto-Lei nº 1.192, de 08 de novembro de 1971 e, de acordo com o artigo 1º, tinha como finalidade “[...] incrementar o desenvolvimento econômico do Sul dos Estados de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal”, sendo que para tal planejou-se a construção de uma rede rodoviária, de um sistema de estradas vicinais, de uma infraestrutura básica (rede de silos, armazéns, frigoríficos etc.) bem como investimento em obras de saneamento. Segundo Abreu (2001), o Programa visava ainda propiciar a circulação tanto de mercadorias e do capital quanto de pessoas.

Por meio deste Programa, o Estado destinou recursos principalmente para a construção de rodovias⁵⁹, sendo que mais de 70% do recurso estabelecido ao PRODOESTE foi designado à implantação e pavimentação de uma rede rodoviária básica, ou seja,

⁵⁶ Este Programa foi criado por meio do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 para maiores detalhes vide: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11106.htm#art1.

⁵⁷ O PROTERRA foi criado por meio do Decreto Lei nº 1.179, de 06 de julho de 1971.

⁵⁸ Abreu (2001) critica o conceito de Fronteira Agrícola da SUDECO e propõe Fronteira Econômica.

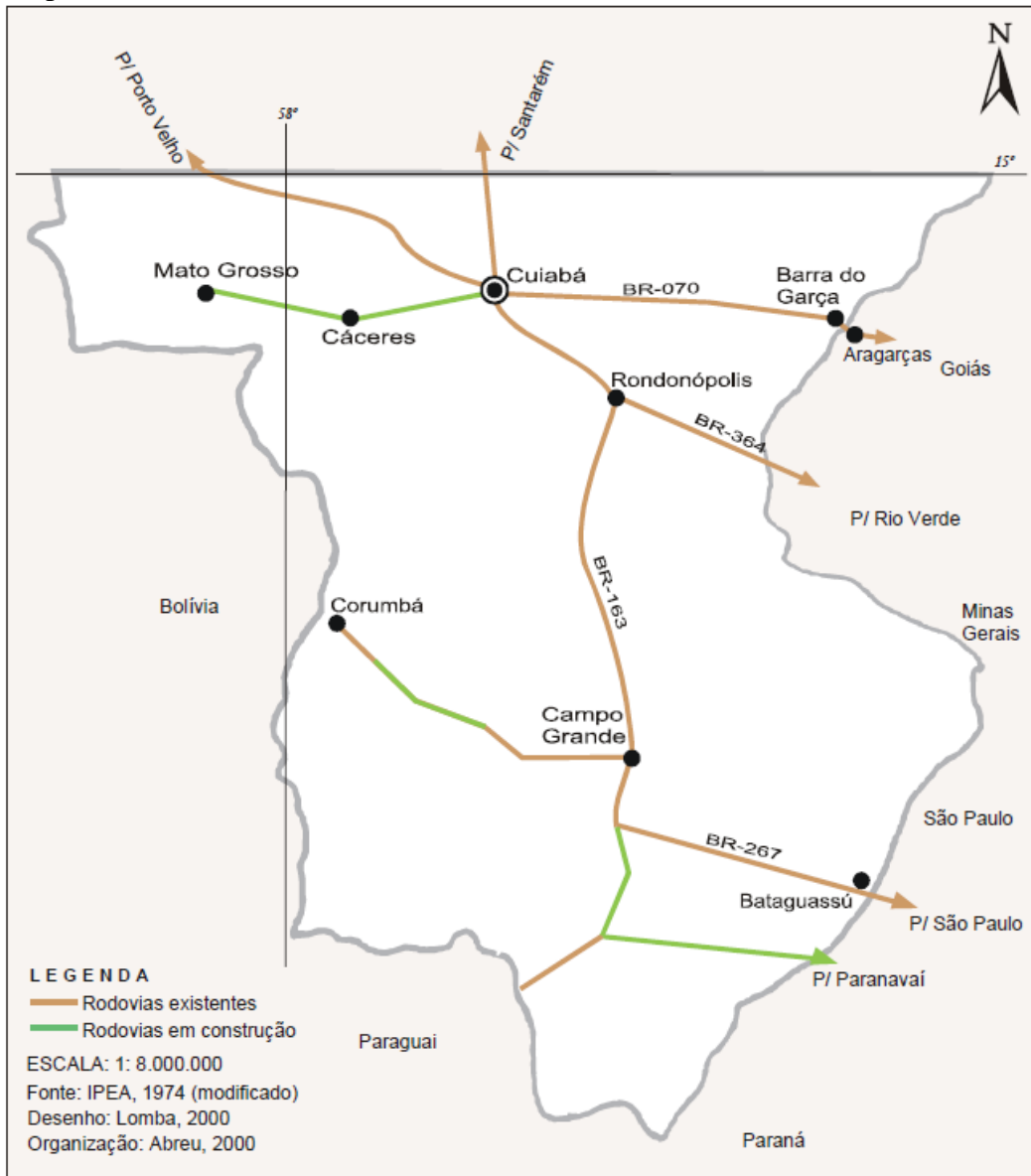
⁵⁹ O Programa contemplou setores de transportes, armazenamento, frigoríficos, saneamento e energia elétrica.

quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros em que, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.192 de 1971, foram consideradas inicialmente prioritárias as seguintes ligações:

BR 060 – Trecho Goiânia – Rio Verde – Jataí; BR 452 – Trecho Itumbiara – Rio Verde; BR 050 – Trecho Cristalina – Catalão; BR 364 – Trecho Cuiabá – Rondonópolis – Jataí; BR 163 – Trecho Rondonópolis – Campo Grande – Dourados; BR 262 – Trecho Campo Grande – Aquidauana – Corumbá; BR 070/416 – Trecho Brasília – Cuiabá – Cáceres – Mato Grosso; e BR 376 – Trecho Dourados – Paranavaí.. (BRASIL, 1971, Art. 2º, § 1º).

Apesar dos números serem controversos em diferentes documentos, foi possível pavimentar cerca de 1.988 km de rodovias novas e 2.849 km de implantação ou melhorias de vias (ABREU, 2001, p. 66). Ademais, “Para termos idéia desse Programa, no início dos anos 70, pela primeira vez, o asfalto ligava Mato Grosso a São Paulo” (ABREU, 2001, p. 69). Ainda segundo a autora, o programa possibilitou também a ligação pavimentada entre Cuiabá-MT e todas as capitais do país (Mapa 11).

Mapa 12: PRODOESTE – Rede rodoviária básica de Mato Grosso



Fonte: Abreu (2001, p. 68).

Portanto, por meio de investimentos estruturais realizados através do PRODOESTE, foi possível conectar efetivamente o Centro-Oeste ao mercado nacional, propiciando a expansão de núcleos urbanos, sobretudo, em razão de sua ligação com São Paulo. É importante frisar que a região continuou com dificuldades em suas conexões inter-regionais. (ABREU, 2001).

6.1.2 O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO)

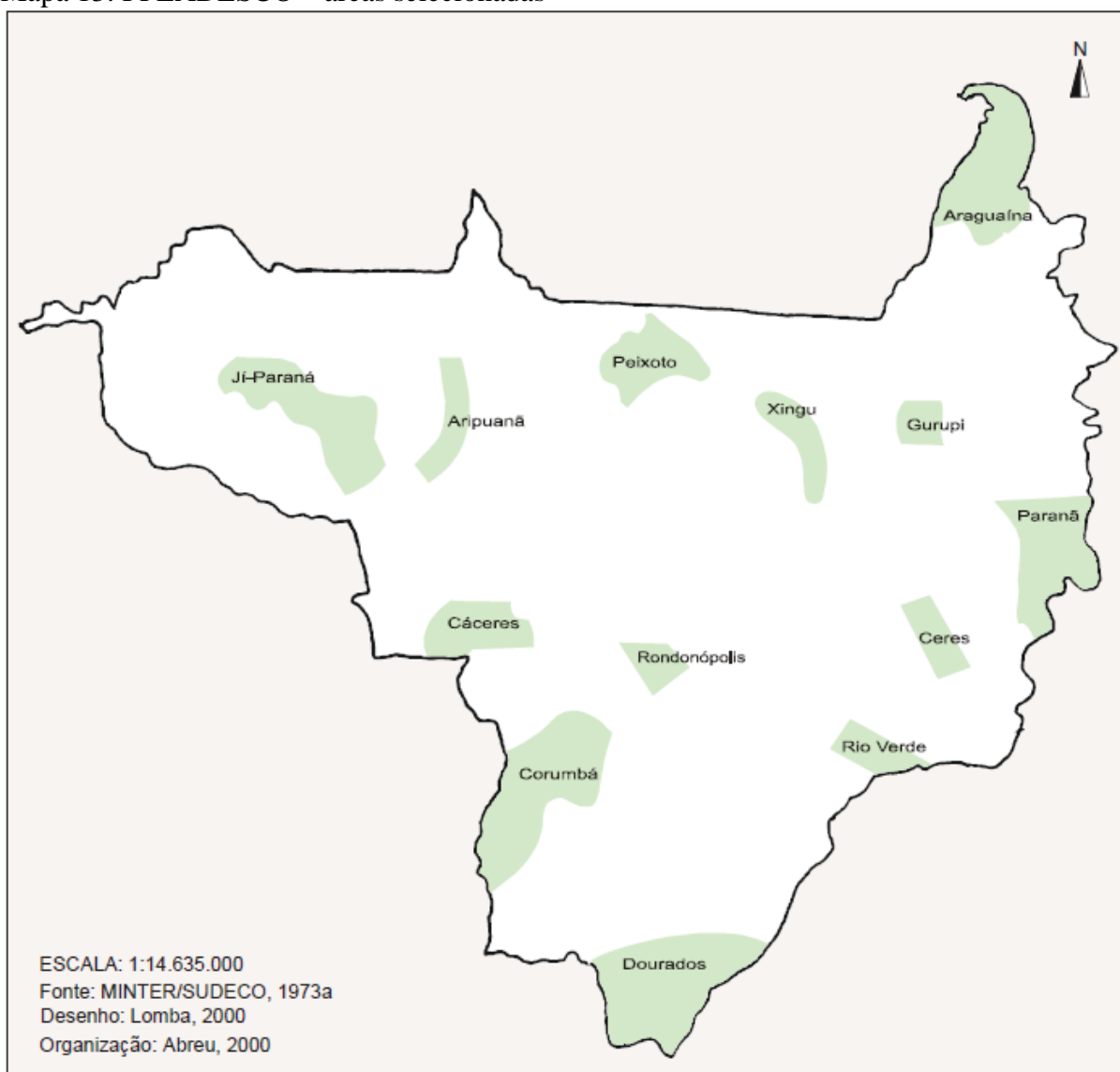
O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO) foi elaborado no ano de 1972, sendo o primeiro Plano elaborado pela SUDECO valendo-se ainda do diagnóstico e prognóstico realizados pela Superintendência que embasaram as ações traçadas (ABREU, 2001). Dentro do PLADESCO, foram traçadas diretrizes com intuito de alcançar o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, sendo o Plano o condutor da execução de ações em áreas prioritárias, cujas potencialidades já haviam sido definidas (HADDAD, 2013).

Segundo Haddad (2013), a implantação do PLADESCO reforçou a abertura de vias, buscou a melhoria de condições ligadas à habitação urbana, bem como a elevação do PIB regional comparado ao PIB nacional, além de melhorias em termos da elevação e da distribuição da renda. Para Abreu (2001) as ações foram pensadas para o médio e longo prazo, incluindo metas como o aumento da produção de produtos até então não tradicionais, como minérios e soja, voltados à exportação.

De acordo com Abreu (2001), houve uma compatibilização entre as prioridades nacionais e a programação regional contida no Plano, ou seja, : i) a Integração nacional, realizar-se-ia no campo regional por meio da incorporação de novas áreas de produção, atuando assim em áreas de incentivo; ii) as Migrações internas dar-se-iam por meio da fixação da população e desenvolvimento urbano, atuando nas áreas de fixação; e iii) o Corredor de exportação, seria implantado buscando-se tecnificar a agropecuária (aumentando a produtividade) e industrialização da produção, realizadas na área de exportação. Deste modo, dentro do PLADESCO foram definidas e delimitadas treze áreas-programas (Mapa 12), as quais, segundo a SUDECO, poderiam desempenhar o papel de polos de desenvolvimento (ABREU, 2001).

Essas áreas-programas estavam abarcadas em prioridades pré-definidas, sendo classificadas como: i) Área de incentivo, que abrangia Rondônia (Ji-Paraná); Mato Grosso (Aripuanã, Peixoto, Xingu e Cáceres); Goiás (Gurupi e Araguaína); ii) Área de fixação, incluía todo o Centro-Oeste, em especial Paranã (GO); e iii) Área de exportação, a qual atingia Mato Grosso (Cuiabá-Rondonópolis, Corumbá e Campo Grande/Dourados); Goiás (Ceres-Anápolis e Rio Verde-Itumbiara (ABREU, 2001).

Mapa 13: I PLADESCO – áreas selecionadas



Fonte: Abreu (2001, p. 88).

Salienta-se que, com relação à área de incentivo, a incorporação das novas terras baseou-se na política de colonização voltada à produção agrícola, contando ainda com fortes incentivos fiscais (por meio da SUDAM) voltados às empresas de capital nacional e internacional a fim de estas ocupassem e se instalassem sobretudo nas terras do Norte (ABREU, 2001). Ainda segundo a autora, no que se refere à área de exportação, esta se integrava aos denominados Corredores de Exportação, incorporando os eixos de transporte que ligariam Mato Grosso aos principais centros consumidores.

6.2 O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento foi criado por meio da Lei nº 6.151, de 04 de dezembro de 1974 e, ao contrário do I PND que foi implementado numa conjuntura econômica favorável, este foi instituído dentro de um contexto bastante conturbado como taxas de inflação elevadas, ambiente externo desfavorável em virtude dos choques do petróleo, da redução da capacidade de financiamento por parte do setor público, dentre outros.

Segundo Fonseca e Monteiro (2007), este plano foi alvo de polêmicas, é o caso por exemplo, de priorizar a elevação da capacidade energética e a produção de insumos básicos e de capital, o que por sua vez implicava em uma mudança relevante em relação ao modelo adotado anteriormente, cuja prioridade estava centrada na produção de bens de consumo duráveis. Além disso, as propostas contidas no II PND necessitariam de uma forte atuação do Estado, indo de encontro ao que muitos países estavam fazendo para sair da recessão, ou seja, os demais países procuravam fazer políticas de ajustamento tendendo a reduzir a intervenção estatal.

Constata-se, também, que pesava sobre o Plano o caráter autoritário, pois os opositores do regime alegavam que o mesmo fora elaborado por “tecnocratas” do IPEA, sem debate algum, pautado apenas em suas “razões”, ou seja, “[...] o plano materializaria a intenção de manter a ideologia do ‘Brasil potência’, símbolo do ufanismo militarista” (FONSECA E MONTEIRO, 2007, p. 29).

O II PND foi instituído durante o governo de Ernesto Geisel (de 1974 a 1979), e segundo Matos (2002, p. 50), “[...] constituiu a mais ampla e articulada experiência de planejamento no Brasil após o Plano de Metas”, ou ainda “o II PND mudou a ênfase do desenvolvimento para a indústria de bens de capital, mas foi considerado um fracasso, pois coincidiu com a fase de retração cíclica da economia” (2002, p. 50).

Este Plano foi elaborado para vigorar durante o período de 1975 a 1979, procurando aliar o crescimento econômico e a estabilidade inflacionária com a ocupação de novas áreas, e buscando “efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados” (BERTHOLI, 2006, p. 216). Sua aplicação em Mato Grosso pode ser visualizada a seguir (Mapa 13), onde são identificadas as áreas de atuação do programas criados a partir deste novo Plano.

estado de Mato Grosso do Sul; iv) estratégia de desenvolvimento social; e v) integração com a economia mundial.

Foram traçadas estratégias voltadas à indústria, enfatizando-se aquelas relacionadas à produção de bens de capital, eletrônica de base e insumos básicos. Já com relação às estratégias traçadas para a agropecuária, tem-se, dentre outras: i) a implantação de uma política de uso da terra para fins agropecuários; ii) esforço de modernizar e de dotar de bases empresariais o setor agropecuário, principalmente no Centro-Sul, fomentando a expansão da utilização de insumos modernos, expansão da agroindústria, concessão de crédito nas diferentes modalidades, utilização do mecanismo de preços mínimos etc.

Nota-se ainda que a temática ligada à integração nacional também esteve presente neste Plano, sendo considerados como estratégia de integração nacional o Nordeste, a Amazônia e o Centro Oeste, onde foram criados os seguintes programas que dariam sustentação a essa estratégia:

[...] o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), O Programa de Áreas Integradas do Nordeste, o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal e o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília. (II PND, 1974, p. 61).

Dentre os mencionados, foram executados no antigo Mato Grosso o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), acrescido ainda do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO); e mais voltado especificamente à área localizada no SMT, o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), todos controlados e administrados pela SUDECO⁶⁰ na parte sul de Mato Grosso.

6.2.1 O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) foi criado por meio do Decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975 e tinha como finalidade fomentar o desenvolvimento bem como modernizar as atividades agropecuárias no Centro-Oeste e também no Oeste do Estado de Minas Gerais. De acordo com Abreu (2001), este Programa previa a incorporação de 3,7 milhões de hectares para o desenvolvimento da agropecuária (1,8 milhões de hectares para lavoura comercial, e 1,2 milhões hectares para pecuária) e atividades

⁶⁰ Além destes, ainda outros programas foram executados na Região Centro-Oeste como o PERGEB, POLAMAZÔNIA, PROMAT, PROSUL, etc.

florestais (700 mil hectares), nos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. O Decreto nº 75.320 destinava ainda dois bilhões de cruzeiros para o desenvolvimento do Programa.

Por meio do POLOCENTRO, houve significativo estímulo voltado à pesquisa e experiências na agropecuária (HADDAD, 2013). Segundo Diniz (2006), com bases na concepção de polos de crescimento, foram selecionadas 12 áreas⁶¹ de cerrados que possuísem potencial agrícola para que fossem efetuados investimentos de melhoria de infraestrutura⁶², ao mesmo tempo houve um grande incentivo, por meio de crédito subsidiado, aos fazendeiros destas áreas.

Tratava-se de linhas de crédito fundiário, de investimento e de custeio a taxas de juros fixadas em níveis muito reduzidos e sem correção monetária. Com alta taxa inflacionária, e com os longos períodos de carência e prazos de pagamentos, o crédito do POLOCENTRO tornou-se uma virtual doação aos seus mutuários. (DINIZ, 2006, 116).

A atuação do programa deu-se, em especial, por meio da associação entre crédito rural e pesquisa voltada à agropecuária, sendo que, por meio deste crédito, era possível custear todas as etapas envolvidas na produção agrícola.

[...] Até 1981, o POLOCENTRO dispunha de linhas especiais de crédito rural que cobriam todas as etapas da produção, desde a elaboração do projeto para a propriedade rural, compra dos implementos agrícolas, plantio, colheita e, até mesmo, a construção de armazéns e silos. (ABREU, 2001, p. 151).

Deste modo, este programa foi seletivo, uma vez que a maior parte beneficiada tratava-se de médias e grandes propriedades (Tabela 16). Observa-se que as áreas com mais de 500 hectares ficaram com a maior fatia do crédito liberado, isto é, 76,45%.

Tabela 16: POLOCENTRO: percentagem de crédito liberado e de projetos em relação ao tamanho da propriedade

Área (ha)	Projetos (%)	Crédito (%)
-100	2,2	0,38
100-200	7,1	1,78
201-500	69,3	21,39
+500	60	76,45

Fonte: Fundação João Pinheiro (1984 apud ABREU, 2001, p. 191).

⁶¹ No Estado de Minas Gerais: 1) Triângulo Mineiro, 2) Alto-Médio São Francisco, 3) Vão do Paracatu. No Estado de Mato Grosso: 4) Campo Grande-Três Lagoas, 5) Bodoquena, 6) Xavantina, 7) Parecis. No Estado de Goiás: 8) Gurupi, 9) Paraná, 10) Pirineus, 11) Piranhas, e 12) Rio Verde.

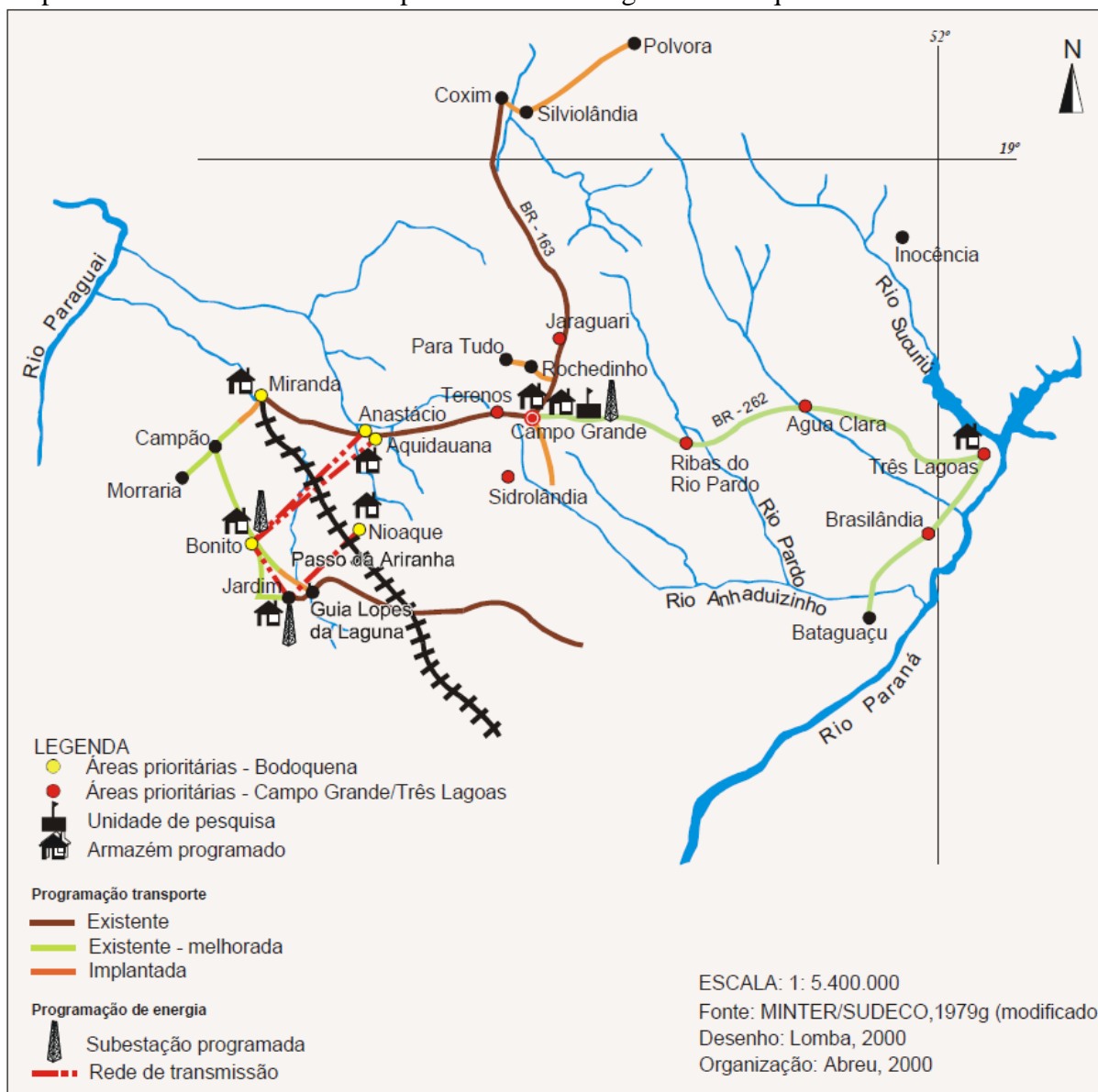
⁶² Abreu (2001) afirma que inicialmente o POLOCENTRO não previa investimento em infraestrutura, mas sim tinha o objetivo aumentar a produção e estimular a produção de alimentos, todavia, com a definição das áreas prioritárias, o investimento em infraestrutura entrou em pauta e permaneceu junto com os demais objetivos.

Diniz (2006) também aponta que uma das características deste programa era estar direcionado à média e grande propriedade, sendo que o programa havia estabelecido que em 60% da área explorada pelos fazendeiros deveriam cultivar lavouras, e as demais deveriam voltar-se às pastagens. Entretanto, na prática, ocorreu o contrário. Nas palavras do autor, “[...] foi uma dupla inversão no destino que se queria dar à terra: a área reservada à lavoura foi suplantada por aquela destinada a pastagens, e a lavoura foi predominantemente tomada pela soja” (2006, p. 116). Em Mato Grosso do Sul, segundo Abreu (2001), da área incorporada, um total de 6,6% foi ocupada com lavoura nas áreas-programas e cerca de 93% pelas pastagens.

Destaca-se ainda que, em Mato Grosso, as áreas-programas selecionadas ocorreram em Campo Grande/Três Lagoas; Bodoquena; Xavantina, Parecis, e Cuiabá-Rondonópolis (em 1979). As duas primeiras localizavam-se em terras pertencentes ao atual Mato Grosso do Sul e ambas tinham como principal atividade econômica a pecuária de corte e a criação extensiva. A área prioritária para investimentos de infraestrutura e crédito por parte do Governo na área-programa de Campo Grande/Três Lagoas abrangia os municípios de Água Clara, Brasilândia, Campo Grande, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Terenos e Três Lagoas, já referente à área-programa de Bodoquena, estavam inseridos os municípios de Aquidauana, Anastácio, Miranda, Nioaque e Bonito (ABREU, 2001).

Em geral, Abreu (2001) aponta que, a área-programa de Campo Grande/Três Lagoas possibilitou investimentos na melhoria e instalação de estradas vicinais, construção de uma subestação em Campo Grande e 10 km de linha de transmissão, construção de dois armazéns (um em Campo Grande e outro em Três Lagoas), dentre outros. Já a área-programa de Bodoquena beneficiou-se com o melhoramento e implantação de rodovias (313 km); instalação de três linhas de transmissão: Anastácio/Bonito (115 km), Bonito/Jardim (57 km), e Jardim/Nioaque (55m); construção de 5 armazéns (em Aquidauana, Miranda, Bonito, Jardim e Nioaque) (Mapa 14).

Mapa 15: POLOCENTRO – Campo Grande/Três Lagoas e Bodoquena



Fonte: Abreu (2001, p.158).

Em geral, tornou-se cada vez mais presente a utilização de insumos modernos (calcário, fertilizantes, agrotóxicos e maquinários) para a correção do solo⁶³ bem como realização de pesquisas que propiciassem o aumento de produtividade nas plantações, tendo grande participação da EMBRAPA, EMBRATER e das EMATER estaduais. Enfim, como resultado do Programa, houve uma colonização intensiva em capital (beneficiando o latifúndio), transformação nas lavouras (em direção à monocultura) e mecanização da agropecuária.

⁶³ Haddad (2013) afirma que, durante o programa, foi constatado que os solos do Cerrado apresentavam baixa fertilidade, sendo necessário o emprego de alta tecnologia.

6.2.2 O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN)

O PRODEPAN foi planejado para ser implementado entre os anos de 1974 e 1976, mas foi executado somente a partir de 1975, estendendo-se até o ano de 1978⁶⁴. Este programa tinha como objetivo contemplar o “[...] Pantanal Mato-Grossense de condições para melhor utilização de seus amplos recursos, visando a sua definitiva integração ao desenvolvimento nacional” (MINTER, 1978 apud ABREU, 2001, p. 107).

De acordo com Haddad (2013), este programa estava inserido dentro dos programas de desenvolvimento regional e visava estabelecer um polo de desenvolvimento na região do pantanal mato-grossense e suas áreas adjacentes. Para isso objetivou a ampliação da pecuária (como melhorias de pastagens e manejo pecuário), melhoramento de infraestrutura (meios de transportes), saneamento, eletricidade e industrialização. Em relação a esta última, Abreu (2001) destaca que se pretendia estimular a utilização das matérias-primas como ferro, manganês, calcário, madeira etc., bem como a instalação de frigoríficos e distritos industriais.

O PRODEPAN foi fruto de reivindicações do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal (CIDEPAN), o qual demandava o estabelecimento de políticas específicas para o Pantanal Mato-Grossense, pois os componentes deste Consórcio alegavam que a região pantaneira pouco estava inserida no PRODOESTE (ABREU, 2001). A seguir, demonstra-se um resumo do desempenho, em termos financeiros, relativo ao programa (Tabela 17).

Tabela 17: Desempenho do PRODEPAN - 1975-1978

Subprogramas	Idealizado	Programado	Executado
	CR\$	CR\$	CR\$
Transportes	240.000	109.514	165.793
Saneamento Ambiental	115.000	72.870	63.230
Energia	180.000	42.600	27.900
Desenvolvimento da Pecuária	70.000	44.973	31.083
Industrialização	55.000	26.100	20.570
Total	660.000	296.057	312.156

Fonte: Abreu (2001, p. 125).

Verifica-se que grande parte dos recursos previstos sofreu cortes significativos, em parte dada a conjuntura econômica do período marcada pela instabilidade. Contudo, segundo

⁶⁴ Abreu (2001) destaca que, diferente de outros programas que eram elaborados para um período de 5 anos, o PRODEPAN foi elaborado para ser executado em 3 anos, entretanto, assim como os demais, o mesmo não cumpriu o prazo inicial, tendo de contar com a prorrogação de prazos.

Abreu (2001) o valor executado ficou um pouco acima do programado, e, dentre os motivos, tem-se os reparos (não previstos) que tiveram de ser realizadas em algumas obras.

Com relação aos resultados extrai-se de Abreu (2001):

- a) No que se refere ao subprograma Transportes, verificou-se que foram melhoradas e construídas rodovias, embora nem todas que estavam previstas foram executadas ou foram executadas em parte e, com relação à programação fluvial, foi possível realizar melhorias nos portos e vias de navegação.
- b) No subprograma Saneamento ambiental, foi possível a construção de poços nas fazendas e no campo experimental da EMBRAPA, construção do Dique-Estrada e de 17 plataformas de embarque entre os rios Paraguai e Cuiabá.
- c) Já o subprograma Desenvolvimento da Pecuária, que tinha como finalidade a melhoria do rebanho por meio da introdução das pastagens plantadas bem como assistência técnica, encontrou grande dificuldade com relação ao “Programa de Assistência Técnica”. Isso porque as propriedades tinham como característica grandes extensões, o que dificultava a introdução de novas tecnologias como vacinação, vermifugação e mineralização do rebanho. Ressalta-se que a introdução dessas melhorias não atraíram estes fazendeiros que, em geral, criavam seus rebanhos extensivamente, técnica esta que demanda pouco investimento.
- d) Com relação à industrialização, depreende-se que, na área constituída pelo atual Mato Grosso do Sul, centrou-se nos estudos de viabilidade para sua implantação.

Em síntese, o Programa encontrou várias dificuldades para ser executado como aquelas relacionadas a questões climáticas, uma vez que a região passou por sucessivas enchentes (a partir de 1974); alteração/supressão de recursos financeiros previstos para andamento do Programa; falta de competência técnica e falta de “capacidade de ‘cooptação’ da fração dominante regional, acostumada a um ritmo lucrativo com a pecuária extensiva, sem grandes investimentos” (ABREU, 2001, p. 127).

6.2.3 O Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados

O Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN) marcou um período de integração dessa região a um novo padrão produtivo nacional, o qual “[...] direcionou os produtores para as modernas lavouras de grãos, principalmente de soja” (SILVA, 2011b, p. 1). Verificou-se, portanto, a crescente subordinação do capital agrícola

frente ao capital industrial, traduzindo-se na industrialização da agricultura e/ou sua agroindustrialização.

O Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados foi criado no ano de 1976 e tinha como objetivo potencializar a “vocação” agrícola da região sul do Estado de Mato Grosso e assim estimular a exporta o destes produtos, sendo que para tal foram englobados 22 munic pios⁶⁵ abrangendo uma área de 84.661 km². A cidade de Dourados foi indicada para ser o polo propulsor de desenvolvimento (ABREU, 2001), e o Programa tinha ainda como meta a incorpora o de 700 hectares ao sistema produtivo nacional entre 1976-1978.

Na justificativa da SUDECO, tratava-se de uma área com elevada produtividade e que se encontrava sob o impacto direto da influência do Estado de São Paulo, em virtude das inter-rela es comerciais com as áreas de mercado do Centro-Sul. (ABREU, 2001, p. 172).

Embora a região apresentasse uma significativa parcela com solos férteis, Abreu (2001) informa que foi verificado que 15,3% da área estavam voltados   atividade agrícola, por sua vez, cerca de 80% destinavam-se   pecuária extensiva. Deste modo, as a es elencadas neste Plano visavam fortalecer e expandir a atividade agrícola.

De acordo com Abreu (2001), o PRODEGRAN foi subdividido em subprogramas para que pudesse ser executado, sendo eles assim organizados:

- i) Armazenamento: voltado   constru o de armazéns que abrigariam os cereais e grãos produzidos, uma vez que se tinha a proje o de eleva o da produ o agrícola. Foram destinados recursos para a constru o de silos aos municípios de Dourados, Ponta Porã, Maracaju, Sidrolândia e Rio Brilhantes, sendo que, quando o PRODEGRAN foi extinto, em 1978, apenas o silo met lico de Rio Brilhante estava concluido, os demais foram concluidos fora do prazo estipulado;
- ii) Energia Elétrica: foi conduzido como prioritário, principalmente ao do meio rural, dada a proposta de tecnifica o no campo. Foram executados 855,6 km de rede transmissão, instalados 7.445 postes para rede de distribui o, e transforma o de 21.000 kwhha, disponibilizando ao final uma capacidade de 78 MVA, dos 123 MVA previstos.

⁶⁵ 1-Amambai, 2- Anaurilândia, 3-Ant nio João; 4-Bataguassu, 5-Bataiporã, 6-Bela Vista, 7-Caarapó, 8-Dourados, 9-Fátima do Sul, 10-Glória de Dourados, 11-Guia Lopes da Laguna, 12-Iguatemi, 13-Itaporã, 14-Ivinhema, 15-Jardim, 16-Jate , 17-Maracaj , 18-Naviraí, 19-Nova Andradina, 20-Ponta Porã, 21-Rio Brilhante e 22-Sidrolândia. (ABREU, 2001, p. 172).

- iii) Transportes: a escassez de estradas, assim como a energia elétrica, era um dos principais gargalos para o escoamento da produção, deste modo, o programa previa a construção de estradas, sendo executados 295 km (estradas, vias rurais, dentre outros);
- iv) Controle de erosão: foram identificadas áreas de erosão em alguns municípios abrangidos pelo programa, o Departamento de Coordenação Regional e Articulação com o Municípios elaborou um estudo, onde dos 12 municípios que sofreram processos erosivos, 7 foram apontados em situação de alerta (Amambaí, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã), segundo Silva (2011b) destas sete apenas cinco receberam recursos do governo: Glória de Dourados, Ivinhema, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã;
- v) Pesquisas Agropecuárias: foi instalada uma unidade de pesquisa da EMBRAPA em Dourados, com intuito de desenvolver pesquisas que aumentassem a produtividade e ampliação das áreas de plantio na região, essas pesquisas estavam voltadas principalmente às culturas de trigo, soja, milho, algodão; para tal, entre 1976-1977, foi adquirida uma área de 137,50 hectares onde se pudesse instalar essa unidade e assim desenvolver os projetos previstos;
- vi) Assistência Técnica ao produtor rural: coube à EMBRATER, com colaboração da EMATER (MT), prestar assistência aos produtores desta área-programa, introduzindo também novas culturas como o trigo, cuja produção se revezava com a soja, configurando assim no chamado binômio soja-trigo que consolidou esta região como “celeiro agrícola”;
- vii) Promoção da suinocultura: durante a execução do programa, somente o projeto técnico foi concluído, vindo a ser executado anos mais tarde; e
- viii) Instalação da Bolsa de Cereais de Dourados: previu-se a instalação desta Bolsa com intuito de garantir as informações aos produtores no que se refere às cotações das *commodities*, entretanto, ao que parece, houve a implantação, entretanto, a mesma não entrou em operação.

Do total de Cr\$ 928.000 previstos para implantação do PRODEGRAN, foi executado o montante de Cr\$ 650.783, sendo que a maior parte dos recursos estiveram voltados aos subprogramas de transporte, energia e armazenamento (ABREU, 2001, p. 182).

O PRODEGRAN atuou de forma seletiva tanto em termos da localidade a ser integrada quanto do produto que levaria a essa integração. Tal situação encontra respaldo pelo fato de o Governo ter direcionado os recursos a serem aplicados para produtos e produtores específicos. Apesar da região da Grande Dourados contar com 22 municípios na época, Silva (2011b) afirma que 14 municípios se inseriram nesta nova lógica produtiva de integração à economia nacional. Estes foram os que mais produziram soja e trigo e secundariamente o trigo, culturas priorizadas dentro das ações do Governo.

Esse binômio repercutiu no crescimento produtivo dessas culturas, os 14 municípios da região da Grande Dourados que mais produziram soja também foram os que mais produziram trigo, por ordem decrescente: Dourados, Ponta Porã, Maracaju, Sidrolândia, Rio Brillhante, Aral Moreira, Itaporã, Caarapó, Laguna Carapã, Amambaí, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Naviraí e Douradina. Comparando esses dados com os 14 municípios que mais produziram milho, foi possível observar que apenas o município de Fátima do Sul, presente no grupo dos maiores produtores de soja e trigo, não estava no grupo dos maiores produtores de milho; no lugar desse município passou a fazer parte o município de Itaquiraí. (SILVA, 2011b, p. 10).

Ressalta-se que, com a valorização das terras nas áreas que receberam incentivos governamentais, aqueles produtores que dispunham de capital ou acesso aos financiamentos públicos efetuaram a aquisição de mais terras, algumas vezes próximas às que eles tinham posse, o que propiciou a formação de “[...] verdadeiras elites regionais que se concentraram em determinados municípios, contribuindo para o aumento do êxodo rural.” (SILVA, 2011b, p. 7). Inclusive Tetila, Myashiro & Costa (1986 apud ABREU, 2001) apontam que, embora a área antes destinada à CAND ainda permaneça com muitos lotes em seu formato original, existem proprietários que possuem vários lotes (não necessariamente contínuos).

Silva (2011b) afirma que não se pode dizer que a pequena propriedade não se integrou às modernas lavouras de grãos, uma vez que existiam pequenas propriedades que desenvolveram a produção de soja, ao mesmo tempo não se pode certificar que todas as pequenas propriedades se integraram, uma vez que estas também desenvolveram a policultura como arroz, feijão, café, etc.

Isso conferiu à região uma dinâmica muito mais complexa do que uma simples afirmação de que os pequenos se dedicaram puramente às atividades da policultura, pois muitos deles canalizaram sua produção para a soja e a pecuária bovina, enquanto outros diversificaram sua produção. (SILVA, 2011b, p. 7).

Deste modo, verificou-se uma significativa inserção da modernização agrícola naquele território, onde consta que, nos anos de 1970, o percentual de estabelecimentos rurais da região produtiva de Dourados que utilizavam fertilizantes representava 1,6%, no ano de 1980; esse percentual passou para 38,5% e, em 1985, chegou a 48,4% (SILVA, 2011b). Além disso, neste período, houve também uma majoração das áreas de pastagens, demonstrando que a modernização afetou também a atividade da pecuária bovina, a qual pode modernizar e diversificar sua produção.

Portanto, as ações realizadas durante essa fase de modernização agrícola consolidaram o estado de Mato Grosso do Sul como agroexportador de *commodities*, bem como um grande consumidor de produtos industriais para manter e se manter dentro dos objetivos propostos por essa modernização.

7. O PROCESSO HISTÓRICO DA DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO⁶⁶

Este capítulo tem por objetivo apresentar de forma sucinta o debate acerca da formação da elite política e econômica do antigo sul de Mato Grosso bem como sua atuação em prol da divisão do estado de Mato Grosso. Deste modo, é possível verificar como foram os primeiros passos para que essa elite se fortalecesse e passasse a reivindicar um governo próprio. Posteriormente, demonstra-se ainda toda articulação envolvida principalmente sua vinculação com as elites paulistas.

Na sequência, apresenta-se o processo da divisão do estado de Mato Grosso, suas implicações políticas e econômicas para a região, e o quanto seu caráter histórico e econômico pesaram para embasar a demanda da elite do SMT quanto à divisão do estado.

7.1 Aspectos do movimento divisionista

A divisão ou “desmembramento” do antigo estado de Mato Grosso em duas unidades federativas brasileiras, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ocorreu no ano de 1977⁶⁷, por meio da sanção do então presidente Ernesto Geisel da Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro, que criou Mato Grosso do Sul. Embora o desmembramento tenha ocorrido ao final do século XX, a demanda para esse acontecimento tem origem em período bastante anterior, isto é, ainda ao final do século XIX. Bittar (2009a) chama atenção para o fato de que até a década de 1920 não havia um movimento separatista organizado e sim manifestações e ideias que começavam a aflorar em torno desta causa (não havia um projeto divisionista). Contudo, a partir da década de 1930, surge de fato um movimento divisionista.

Conforme já apontado em capítulo anterior, ao final do século XIX e início do século XX, a exploração da erva-mate era a atividade econômica mais rentável em Mato Grosso, sendo que os ervais estavam situados no SMT, em sua maioria sob o monopólio da Companhia Mate Laranjeira. Ainda neste período, o antigo sul de Mato Grosso passou a ser ocupado por uma corrente migratória advinda do Rio Grande do Sul, movimento este que não era visto com bons olhos pelos representantes da Companhia, e que inclusive implicou em vários episódios de conflitos violentos, cuja disputa central era a posse da terra.

⁶⁶ Baseado em Bittar (2009a; 2009b).

⁶⁷ Destaca-se que o aparato político-administrativo foi instalado em janeiro de 1979.

Quando a família Murtinho (oligarquia de grande prestígio) entrou em cena, aliada à Companhia Mate Laranjeira, sobrepondo seus interesses particulares, as disputas entre esses migrantes rio-grandenses-do-sul e a Mate Laranjeira passaram a ter “[...] conotação de confrontos políticos [...]” (BITTAR, 2009a, p. 71). Deste modo, de acordo com a autora, esses gaúchos, além da disputa pela posse da terra, também passaram a manifestar-se contra o aspecto político predominante, em grande parte porque detinham uma experiência política (devido à Revolução Federalista). Nesse contexto, diante da dificuldade de obtenção de terras por este grupo, foram surgindo ideias de separar a parte sul de Mato Grosso. Dentre as lideranças gaúchas, tem-se Bento Xavier, João Ferreira Mascarenhas, João Caetano Teixeira Muzzi e João Barros Cassal, todos grandes proprietários de terra.

Entretanto, mesmo com esse descontentamento, não houve, por parte dos chefes políticos do SMT, a deflagração de algum movimento em prol do interesse divisionista, o que havia era a disputa pela terra e pelo poder. Inclusive neste período o cenário político foi marcado pela predominância do denominado “coronelismo”. A patente de coronel gradativamente foi mudando de perfil, isto é, passou a ser concedida, em sua grande maioria, a grandes proprietários de terra, garantindo assim a estes “coronéis” grande prestígio e regalias. Destaca-se que, neste período, muitas vezes as divergências (políticas, de disputa de terra e de poder) eram resolvidas por meio da lei “do 44” (BITTAR, 2009a; CORREA, 2006).

Ainda relativo à estrutura coronelística, aponta-se que sua formação se dava em torno de uma grande parentela (domínios familiares), que, além de formar um grupo econômico, também era um grupo político. Segundo Bittar (2009a, p. 79-80), “[...] grupos assim constituídos dominaram por muito tempo o poder político do estado”. A autora cita ainda como exemplo, extraído de Maria Isaura P. de Queiroz, um depoimento do coronel Antonio Francisco Azeredo (senador e uma das figuras políticas mais importantes do estado na Primeira República), que relata a um chefe de outro estado, Euclides Malta, que este havia acertado em eleger somente seus parentes, pois, segundo Azeredo, cada um que ele colocava no governo de Mato Grosso acabava traindo-o.

Bittar (2009a) afirma também que, pelo fato do poder político se concentrar em Cuiabá até o início do século XX, o único envolvimento do SMT se dava em apoiar determinado grupo político, não apresentando participação direta nos confrontos armados que ocorriam “[...] entre as famílias tradicionais pelo controle do poder de Cuiabá.” (2009a, p. 89). Contudo, salienta-se que, no território do antigo sul de Mato Grosso, os confrontos tiveram

três conotações: “[...] a de posse pela terra; a de oposição aos grupos dirigentes nortistas e a de separação dessa parte do território do restante do estado.” (2009a, p. 89).

Embora conste na literatura que em 1892 houve a presença de um movimento que expressasse ideias separatistas⁶⁸, foi somente com a Revolução Constitucionalista de 1932 que se criou de fato um movimento organizado que defendesse e atuasse em prol da divisão do estado, isto é, a denominada Liga Sul-Mato-Grossense, instituída em outubro de 1932. A demanda pela divisão apresentou como embasamento o fato de que a prosperidade econômica que se desenvolvia no antigo sul de Mato Grosso (representada na exploração da erva-mate, pecuária, indústria do charque) não era revertida à região na mesma proporção, pois apesar do SMT gerar a maior parte dos recursos arrecadados por meio de impostos ao Governo de MT, os investimentos destes recursos ficavam restritos à Cuiabá e adjacências.

7.2 A Revolução Constitucionalista e seus efeitos no antigo sul de Mato Grosso

As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por vários movimentos que, em geral, eram contrários à estrutura política instalada no Brasil. São exemplos o tenentismo (contra a política do café-com-leite) e a Revolução Constitucionalista, sendo que ambos os movimentos contaram de certa forma com o envolvimento de grupos pertencentes ao antigo sul de Mato Grosso.

Com o golpe militar no Brasil, em 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder, constituindo o denominado “Governo Provisório”, onde instalou o regime ditatorial, que dentre as implicações destacam-se a suspensão da constituição de 1891 e a nomeação de interventores em todos os estados da federação. Descontentes com as ações de Vargas, as oligarquias paulistas se uniram contra seu governo no ano de 1932, recebendo apoio de parte das oligarquias de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Contavam ainda com o apoio de Mato Grosso que, por meio do general Bertoldo Klinger (que chefiaria a revolução), prometeu que enviaria combatentes para a batalha instalada, entretanto, o mesmo não enviou a quantidade de combatentes que havia prometido, isto é, cinco mil homens. Mesmo assim, destaca-se que partiram de Campo Grande para o confronto vários batalhões, dentre eles o denominado “Gato Preto”, que era comandado por Henrique Barbosa Martins (pai de Wilson Barbosa Martins). Ainda em julho, Bertoldo Klinger também partiria para São Paulo para chefiar a

⁶⁸ Momento em que foi solicitada a separação de todo o estado de Mato Grosso do Brasil para ser inserido às Repúblicas do Prata.

Revolução, sendo que, antes de viajar, nomeou, em Campo Grande, Vespasiano Barbosa Martins como chefe do governo revolucionário de Mato Grosso⁶⁹.

Apesar da reivindicação em dividir Mato Grosso ser preponderante entre os revolucionários do SMT (defensores de ideias separatistas), os mesmos admitiam outra possibilidade para atender às suas demandas, ou seja, a transferência da capital de Cuiabá para Campo Grande. Tal alternativa demonstra que o epicentro das reivindicações na realidade era a disputa pelo poder, o qual até então estava centrado em Cuiabá. Destaca-se ainda que tais cenários poderiam ser concretizados somente se a Revolução encabeçada pelos paulistas fosse vencedora (BITTAR, 2009a).

Diante das adversidades encontradas, o levante foi derrotado no início de outubro de 1932, o que, por sua vez, acabou (naquele momento) com a esperança das elites políticas do SMT em dividir o estado ou transferir a capital.

Bittar (2009a) discorda da opinião de alguns autores quando eles apontam que a participação do SMT nesta revolução não acarretou benefício algum à região, pois, para a autora, tal movimento trouxe uma alteração na lógica política até então existente, ou seja, a partir de então, o antigo sul de Mato Grosso passou a ser influenciado mais por elementos políticos advindos dos grandes centros, em especial, São Paulo, do que por Cuiabá. Além disso, o regionalismo passou a predominar no palco da disputa política, acentuando a rivalidade entre o “norte” e “sul” de Mato Grosso. Deste modo, o ideal separatista foi se fortalecendo, o que possibilitou inclusive a consolidação da liderança de Campo Grande como centro político e econômico do SMT. Em outras palavras, enquanto que até o ano de 1932 havia apenas ideias divisionistas, após a derrota da Revolução Constitucionalista, boa parte da elite do antigo sul de Mato Grosso passou a defender efetivamente a bandeira da causa divisionista.

Como já mencionado, no limiar do século XX, o município de Campo Grande foi ganhando força, destacando-se progressivamente como centro econômico e político do SMT. Parte deste “avanço” se deve à instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, do Comando Militar do Oeste (que até então estava estabelecido em Corumbá), e da estreita relação que foi se materializando com São Paulo. Dada essa nova dinâmica, o município

⁶⁹ Segundo Bittar (2009), embora alguns autores como Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães afirmarem que neste momento houve a primeira divisão do estado de Mato Grosso com a criação do estado de Maracaju, a autora e outros estudiosos discordam desta afirmativa, pois, segundo ela, o que houve foi uma forma paralela de poder, e não um primeiro governo do SMT como um estado dividido. Sendo assim, acredita-se que houve dois governos, um legal e alinhado com Getúlio Vargas, em Cuiabá, e outro paralelo contra Vargas, em Campo Grande, porém sem haver a divisão do estado propriamente dito.

passou a atrair pessoas das cidades vizinhas, em especial de Nioaque (que até aquele momento era o centro político do antigo sul de Mato Grosso). De acordo com Bittar (2009a, p. 188), Campo Grande “[...] transitou rapidamente, em menos de um século, de uma vila ‘pobre e caipira’ para capital de um novo estado.”. Portanto, a elites campo-grandenses passaram a ser referência de liderança do antigo sul de Mato Grosso.

Essa liderança foi desempenhada sobretudo por aqueles que zelavam pelo “progresso” da cidade como Eduardo Olímpio Machado, Vespasiano Barbosa Martins, Eduardo Santos Pereira, Nicolau Fragelli, Laudelino Barcellos, Arlindo de Andrade, Arnaldo de Figueiredo, Demóstenes Martins, Laucídio Coelho e Fernando Corrêa da Costa. Essa elite política, em sua maioria, estava atrelada à posse de grandes propriedades (tendo a pecuária como a principal atividade econômica), além disso, eram detentores de uma formação intelectual vinculada às tradicionais e conceituadas Faculdades de Direito ou Medicina na época.

7.2.1 A Liga Sul-Mato-Grossense

Após a derrota dos paulistas que comandaram a Revolução Constitucionalista (contando com o apoio de combatentes do SMT), concretizou-se a criação de um movimento divisionista no antigo sul de Mato Grosso, isto é, foi criada, em outubro de 1932, no Rio de Janeiro, a entidade denominada Liga Sul-Mato-Grossense, cuja composição foi formada por universitários de origem das elites agrárias do SMT (BITTAR, 2009a).

A partir de então, fizeram-se cada vez mais presentes embates entre as elites políticas do “norte” e do “sul” de Mato Grosso. Foi nesta conjuntura que, no ano de 1933, os integrantes da Liga Sul-Mato-Grossense apresentaram um manifesto em que ressaltavam suas expectativas em trabalhar pelo desenvolvimento de sua terra, que, segundo eles, até então estava esquecida pelas autoridades políticas de Cuiabá. Em outras palavras, eles pleiteavam a autonomia política e jurídica do SMT. Na sequência, não tardou para que a resposta a esse manifesto intitulada “Por Matto Grosso unido” viesse à tona, sendo que tal documento tinha como respaldo a assinatura de uma diversificada classe social (farmacêutico, fazendeiro, comerciante, tabelião, professor, major, jornalista, capitalista).

Os defensores da permanência de Mato Grosso como estado uno contaram ainda com o apoio do general Cândido Mariano da Silva Rondon, que também contestava a reivindicação da Liga Sul-Mato-Grossense. Conforme consta no documento “A divisão de

Mato Grosso: resposta ao General Rondon” (1934), os elementos apresentados pelo general na tratativa de desconstruir os argumentos da Liga foram: i) o fato do movimento separatista ser liderado por “filhos de outros estados”; ii) o “norte” de Mato Grosso seria, segundo Rondon, mais próspero que o sul; iii) o SMT não possuía elementos e recursos financeiros suficientes que amparassem sua constituição (inclusive encontrava-se em fase pastoril); e iv) os integrantes da Liga não eram possuidores de razões de ordem moral nem material.

Ainda por meio do documento “A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon” (1934)⁷⁰, depreende-se que não tardou para que a resposta a Rondon viesse ao público, sendo rebatidos cada um dos quatro elementos apontados pelo general. E, ao que tudo indica, neste documento é possível visualizar também um primeiro esboço da identidade da elite sul-mato-grossense.

Em síntese, a resposta dada ao general Rondon foi assim apresentada: i) se o antigo sul de Mato Grosso era constituído por “filhos de outros estados”, o centro-norte também o era e, portanto, esse argumento seria incoerente para desconstruir a reivindicação da divisão do estado. Ademais, alegavam que foram esses “filhos de outros estados” quem desenvolveram a região do SMT; ii) destacou-se o descaso da classe política de Cuiabá com as demais regiões do estado, e que, mesmo diante dessa adversidade, o antigo sul de Mato Grosso conseguia se sobressair economicamente, como exemplo é citado que, em 1934, o centro de Mato Grosso detinha um rebanho de 500 mil rezes, enquanto que o do sul era possuidor de 3 milhões (sem contar Corumbá); iii) os responsáveis pelo documento procuraram demonstrar que o sul era quem praticamente sustentava o estado de Mato Grosso, uma vez que a receita de MT se dava em torno da venda de terras e da exportação, ou seja, alegavam que a maioria da exportação realizada pelo estado partia do SMT (gado e produtos pecuários), e portanto, estes eram responsáveis por mais de dois terços da receita gerada; v) diante das características apontadas no documento, os responsáveis pela sua elaboração asseguram que o SMT possuía recursos suficientes, elementos morais e materiais para se constituir num estado.

Destaca-se ainda que é apresentado no documento que Mato Grosso não possuía regiões tão distintas que poderia ser dividido em três povos: o Norte, o Centro e o Sul. Ademais, alegavam que a elite do antigo sul de Mato Grosso eram pessoas desinteressadas em cargos públicos, formados nos maiores centros educacionais do país, e ao contrário do centro-

⁷⁰ Destaca-se que, embora Marisa Bittar atribua a autoria da resposta ao general Rondon à Liga Sul-Mato-Grossense, mesmo contando com algumas assinaturas de pessoas ligadas ao movimento, ao que parece não fica explícito que se trata de um documento emitido por essa entidade.

norte de Mato Grosso (onde o regionalismo era demasiado), no SMT, “se” esse regionalismo existia, era um regionalismo sadio. Por fim, esses divisionistas clamavam pela divisão, pois “[...] Cuiabá não nos pode dirigir mais.” (1934, p. 30).

Bittar (2009a) afirma que a Liga passou a defender três formas possíveis para que o governo federal resolvesse a situação do regionalismo: 1) transferência da capital para Campo Grande; 2) divisão do estado; ou a 3) criação de um território federal na parte meridional de Mato Grosso, sendo esta última uma solução extrema, dado que os divisionistas ficariam diretamente ligados a Vargas, contra quem lutaram em 1932. Ainda segundo a autora, a preponderância econômica do sul era tão significativa, que sua elite já se sentia muito à vontade para destituir a histórica Cuiabá de sua condição de sede política.

Outros manifestos partiram da Liga Sul-Mato-Grossense e, em geral, continham os argumentos da preponderância econômica do sul do estado, o relato do descaso do governo de Cuiabá com o SMT, bem como a pouca representatividade política do sul na legislatura, pois neste período, dos 24 cargos para deputados estaduais, eram reservadas entre 3 a 4 vagas para os deputados do SMT. Ainda assim, em sua maioria, os deputados do antigo sul de Mato Grosso eram alinhados à classe política de Cuiabá. Já em âmbito federal não havia sequer consulta aos diretórios do antigo sul de Mato Grosso para indicação de algum candidato (BITTAR, 2009a).

Segundo Bittar (2009a), quando foi instalada a Assembleia Constituinte, a Liga Sul-Mato-Grossense encaminhou a ela uma petição sobre a divisão do estado. O documento contava com treze mil assinaturas, em geral com nomes vinculados às famílias tradicionais da elite do antigo sul de Mato Grosso. Havia uma grande expectativa por parte da Liga para que houvesse a aceitação dessa petição, entretanto Vargas não tinha intenção de estimular o regionalismo muito menos dividir o estado (era justamente o contrário), inclusive ordenou ao interventor de Mato Grosso que censurasse as ações da Liga a partir de então.

No ano de 1934, foi elaborado outro manifesto contrário à Liga Sul-Mato-Grossense, o qual contou com o apoio de Felinto Muller, cuja influência política era tão significativa, que, segundo Bittar (2009a), a assinatura de Felinto representou “maior peso” do que as treze mil que constavam na petição. Por fim, a constituinte de 1934 não acolheu o documento encaminhado pela Liga, pois Vargas defendia a unidade nacional. Ademais, parece sensato admitir que ele não iria querer atuar contrariamente à elite do centro-norte de Mato Grosso, já que foi essa elite que havia agido em defesa de seu governo no ano de 1932. Outra proposta

elaborada pela Grande Comissão Nacional também em 1934 igualmente foi rejeitada. Neste mesmo ano, a Liga foi desativada.

Destaca-se ainda que, mesmo quando Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã, em 1943, a demanda da elite sulista não foi atendida, e sim frustrada, pois este território não englobava Campo Grande, a quem a maioria da elite do SMT acreditava que deveria ser dado o título de capital do estado. Deste modo, a criação do território se deu em função do enfraquecimento da Empresa Mate Laranjeira e seguiu a lógica estabelecida pela geopolítica adotada pelo governo de Getúlio. Por fim, ressalta-se que, apesar da divisão do estado de Mato Grosso ser mencionada como uma reivindicação do SMT, presume-se que, na realidade, essa era uma demanda da elite do antigo sul de Mato Grosso, e, mais especificamente, da elite campo-grandense (que detinha a hegemonia).

Estudos ligados à geopolítica tenderam a se intensificar a partir da década de 1950, sobretudo, sob influência de Golbery do Couto e Silva⁷¹, que assim como Ernesto Geisel, Juarez Távora, dentre outros, passaram a compor a Escola Superior de Guerra (criada em 1949), cujas diretrizes centraram-se em dois elementos: segurança e desenvolvimento. Apesar disso, até o ano de 1964, a Escola Superior de Guerra pouco influenciou nas decisões do governo, mas situação oposta ocorre a partir do Golpe de 1964.

7.3 A criação do estado de Mato Grosso do Sul

A proposta da Liga Sul-Mato-Grossense foi rejeitada pela Constituinte. Tampouco o cenário mudou. Os investimentos continuaram a ser voltados em sua maioria à Cuiabá, além de que a rivalidade entre as elites do “norte” e do “sul” permaneceu. Todavia, a representação política do antigo sul de Mato Grosso, que era de certa forma irrisória no início da década de 1930, passou a ganhar força e inclusive ultrapassou o centro-norte de MT. Manuela Renha de Novis Neves (1988 apud BITTAR, 2009a) aponta que, entre 1947 e 1962, ocorreu a consolidação da superioridade da representação política do antigo sul de Mato Grosso. A tabela a seguir mostra a composição da bancada estadual e federal para o período

⁷¹ Dentre os componentes da Escola Superior de Guerra, Golbery era um dos nomes mais destacados, inclusive duas ideias, além de orientar estudos da referida Escola, também se tornaram diretrizes para o governo ditatorial após 1964.

mencionado, sendo que os políticos eleitos pertencentes à cidade de Corumbá⁷² não foram inclusos para o SMT.

Tabela 18: Representação Federal – Estadual por Região (1947-1962)

Ano	Norte		Sul		Corumbá		Total	
	Est.	Fed.	Est.	Fed.	Est.	Fed.	Est.	Fed.
1945	3	2	5
1947	10	1	16	4	1	30	2
1950	11	4	16	2	3	1	30	7
1954	10	2	18	5	2	30	7
1958	12	2	17	4	1	1	30	7
1962	12	3	16	3	2	2	30	8
Total	55	15	83	16	12	5	150	36

Fonte: Novis Neves (1988 apud BITTAR, 2009a, p. 292).

Mesmo com maior representatividade política, isso não significou que a elite do SMT tivesse abandonado a ideia da divisão do estado, ou pelo o menos a transferência da capital de Cuiabá para Campo Grande, ou seja, “[...] não bastaria apenas que a classe dominante do sul fosse dirigente: ela teria de ser dirigente no sul, na região à qual pertencia e se sentia pertencente” (BITTAR, 2009a, p. 310).

Bittar (2009a) destaca, porém, que não havia unanimidade entre a elite política do SMT com relação à divisão do estado, pois uns apoiavam a causa e outros eram contrários (constando ainda que nenhum dos partidos de maior expressão incorporou a causa). Quanto à população, a maioria sequer esteve envolvida neste processo, uma vez que essa era uma reivindicação da elite política “hegemônica” do antigo sul de Mato Grosso. Mesmo quando Jânio Quadros foi eleito presidente, tal reivindicação não foi levada à frente, ficando cada vez mais evidente que a divisão não ocorreria por meios democráticos.

O fato é que, durante os governos militares que se seguiram entre o período de 1964 a 1974, não houve nenhuma tratativa da causa divisionista. Foi somente no governo de Ernesto Geisel que ocorreu a divisão do estado de Mato Grosso. É consensual que esse ato só foi possível porque o país estava submetido a uma ditadura (o que facilitava as imposições do governo à população, inclusive no que se refere à divisão de MT não houve nenhuma consulta – plebiscito com a população das duas regiões envolvidas), e, por possuir um embasamento histórico sobre a questão do regionalismo entre o “norte” e o “sul”.

A proposta de divisão do estado de Mato Grosso passou por levantamentos e estudos sigilosos (contando com decisões de alto escalão e arranjos políticos) antes de ser colocada

⁷² Como as elites políticas de Corumbá não faziam parte diretamente desta rivalidade, a representação parlamentar do município foi contabilizada à parte, sendo que inclusive, no documento de resposta ao General Candido Rondon, por várias passagens no texto, o referido município não é incluído como pertencente ao SMT.

em votação no Congresso Nacional, em 14 de setembro de 1977. Inclusive, quando ocorreu a sanção da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, que criou o estado de Mato Grosso do Sul, a maioria da população e alguns dirigentes do estado foram pegos de surpresa com a notícia, o que reforça a tese de Bittar (2009a, p. 305) de que esta era uma “[...] demanda que esteve sempre vinculada às elites políticas e econômicas do sul de Mato Grosso”.

Houve assim toda uma articulação política para que a divisão do estado de Mato Grosso ocorresse, até mesmo a escolha do governador do estado na época, José Garcia Neto – pertencente ao partido político ARENA-Norte, se deu em função da divisão, pois tomou-se o cuidado para que não estivesse no poder um dirigente que se beneficiaria com divisão do estado, o que poderia trazer maior resistência por parte da elite política e econômica pertencente ao norte, que de fato não se conformou com a divisão. Por fim, Bittar (2009a) aponta que, dentre as razões que reforçaram a causa divisionista, tem-se, além da questão estratégica da geopolítica, o atendimento aos interesses da elite agrária do SMT, bem como o aumento da base de sustentação política.

O estado de Mato Grosso do Sul foi constituído com 55 municípios e uma área total de aproximadamente 350 mil quilômetros quadrados, com população estimada em aproximadamente um milhão de pessoas. Por outro lado, o estado de Mato Grosso passou a contar com 38 municípios, uma área total de 881 mil quilômetros quadrados e aproximadamente 600 mil habitantes.

Durante a década de 1930, as elites do SMT se diziam desprendidas de cargos públicos e contrários à corrupção, argumentavam que o que objetivavam era o desenvolvimento do estado. Seguindo essa linha, quando o estado de MS foi criado, tinha-se como objetivo implantar em Mato Grosso do Sul um “estado-modelo”, isto é, haveria predominância de uma gestão “técnica”, sem a menor vinculação aos interesses puramente políticos. Contudo, quando a divisão se concretizou, o que ocorreu foi justamente o contrário, ou seja, permaneceu a mesma forma de política exercida em Cuiabá, pautada na disputa pelo poder, inclusive dada esta disputa interna, não se chegava a um consenso quanto à indicação do nome do futuro governador. Diante da falta de consenso e da instabilidade na disputa política interna⁷³, Geisel nomeou, no ano de 1979, como governador, Harry Amorim Costa,

⁷³ Segundo Bittar (2009b), o fato de estar vigente na época o regime militar e suas imposições como a ausência de eleições para governadores bem como a instalação de um sistema bipartidário (um contrário e outro favorável à ditadura) fez com que correntes políticas rivais (UDN e PSB) fizessem parte da mesma sigla (no caso a ARENA), no caso de Mato Grosso do Sul, dentro da ARENA havia dois grupos fortes e rivais, um intitulado de independente, que era liderado por Pedro Pedrossian, e outro denominado ortodoxo, cuja liderança se dava por

cuja administração se pautaria no planejamento democrático por meio do desenvolvimento de novos métodos de gestão, valendo-se ainda de uma equipe bastante técnica para compor o primeiro escalão de seu governo.

De imediato as elites locais passaram a demonstrar seu descontentamento, alegando que este novo governo não conhecia a realidade da região. Nas palavras de Bittar (2009a, p. 358): “O fato é que a equipe parecia um tanto otimista, talvez desconhecendo ou minimizando o poder dos caciques políticos mato-grossenses”. Não tardou, e com apenas seis meses de mandato, Harry Amorin foi destituído de seu governo. Na sequência, quem assumiu o governo foi Marcelo Miranda Soares (junho de 1979 a setembro de 1980), que inicialmente tinha o apoio de Pedro Pedrossian, entretanto, do decorrer dos acontecimentos, ambos passaram a ter uma relação cada vez mais distante, e novamente a articulação política conseguiu a sua saída. Em 1980, Pedro Pedrossian assumiu de fato o governo do estado e, a partir de então, ocorreu uma alternância de poder entre políticos, em sua maioria ligados ao partido “PMDB”. Em geral, esses dirigentes voltaram-se para defender os interesses dos grandes proprietários rurais. Essa concentração de poder somente foi quebrada com a eleição de José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT) no ano de 1998.

[...] A partir de 1982, elegeram-se: Wilson Barbosa Martins (PMDB, 1982), Marcelo Miranda Soares (PMDB, 1986), Pedro Pedrossian (PTB, 1990); Wilson Barbosa Martins (PMDB, 1994). Em 1998 chegou ao fim a hegemonia desses dirigentes, ocasião em que foi eleito José Orcírio dos Santos (Zeca do PT), reeleito em 2002; e finalmente, em 2006, André Puccinelli (PMDB). (BITTAR, 2009b, p. 107).

Em 2006, novamente o governador eleito em Mato Grosso do Sul passou a ser ligado ao PMDB, isto é, foi eleito e reeleito, em 2010, como governador André Puccinelli. A hegemonia do PMDB foi novamente quebrada nas eleições de 2014, quando foi eleito o governador Reinaldo Azambuja, o que não significou a priori uma ruptura com os interesses dos grandes proprietários rurais, tendo em vista que este dirigente também é pertencente à classe agropecuarista do estado.

Portanto, o modo como ocorreu a ocupação do antigo sul de Mato Grosso, por meio da formação de grandes latifúndios (capítulo 5), acabou por gerar uma elite de proprietários de terras que tem se perpetuado no poder e que não necessariamente tem criado condições para mudar a estrutura produtiva do estado, dado que esta elite tem voltado seus esforços para

José Fragelli. Por sua vez, dada essa heterogeneidade, não havia consenso na indicação a governador do estado recém-criado, pois, a princípio, o mais cotado para assumir o cargo era Pedro Pedrossian, porém havia grande resistência interna na ARENA, tendo sido adotada por Geisel a opção de nomear Harry.

o desenvolvimento de atividades que exploram os recursos naturais, sem contrapartida de investimentos estruturantes, como é o caso da pecuária. E mesmo nas atividades que contaram com certo grau de modernização, como as lavouras agrícolas, essa produção é direcionada ao mercado externo. Reforça-se, assim, que, além dos condicionantes externos, e internos, a elite que se formou no estado também contribuiu (voluntária ou involuntariamente) para que a economia no antigo sul de Mato Grosso desempenhasse o papel de periferia.

8. O MATO GROSSO DO SUL PÓS 1990

Neste capítulo, analisam-se brevemente as características econômicas que se desenvolveram em Mato Grosso do Sul a partir da década de 1990, ou seja, procura-se demonstrar que a lógica produtiva do MS não se alterou significativamente. Se antes a relação comercial se dava sobretudo com São Paulo, atualmente o mercado externo ganhou destaque, sobressaindo-se o comércio com o mercado chinês.

Destaca-se ainda que a principal pauta comercial do estado gira em torno da pecuária e agricultura, setores fortemente estimulados nas décadas anteriores por meio dos planos e programas governamentais.

8.1 As bases econômicas de MS a partir de 1990

Ao longo de sua história econômica, o Mato Grosso do Sul apresentou como principal base econômica o desenvolvimento da pecuária bovina, cuja produção foi se aprimorando.

A pecuária em Mato Grosso do Sul, principal base da formação da estrutura econômica do Estado, cujo êxito, com o crescimento desde a implantação no século XVIII, passa por mudanças de criação, da forma tradicional e extensiva para a produção com incorporação de tecnologia, principalmente com a seleção de embriões, inseminação artificial, incorporação à sistema de rastreamento genético, visando garantir a qualidade e procedência da carne para expandir as exportações. (PAVÃO, 2005, p. 185)

Ainda em relação a esta atividade econômica, segundo dados divulgados pelo IBGE, em 1990, o Centro-Oeste foi responsável pela produção de 45.945.934 cabeças de gado, o que representava 31% da produção nacional. Do total produzido na região, 41,7% eram oriundos de Mato Grosso do Sul. No ano de 2002, o gado produzido no CO passou a representar cerca de 40% da produção nacional, sendo que o MS tinha 35% de participação na região. Já no ano de 2012, o MS participava com 29,7% do total produzido no Centro-Oeste. Destaca-se ainda que, a partir do ano de 2004, o estado de Mato Grosso do Sul perdeu o posto de maior produtor de bovinos do CO para o estado de Mato Grosso (Tabela 19).

Tabela 19: Efetivo dos rebanhos bovinos - 1990 a 2012

Ano	DF	GO	MS	MT	CO	BRASIL
1990	105.550	17.635.390	19.163.736	9.041.258	45.945.934	147.102.314
1991	101.651	18.574.234	19.542.644	9.890.510	48.109.039	152.135.505
1992	107.099	18.147.923	20.394.609	10.138.376	48.788.007	154.229.303
1993	123.569	18.580.908	21.800.445	11.681.559	52.186.481	155.134.073
1994	124.419	18.397.064	22.244.427	12.653.943	53.419.853	158.243.229
1995	123.110	18.492.318	22.292.330	14.153.541	55.061.299	161.227.938
1996	115.000	16.954.667	20.755.727	15.573.094	53.398.488	158.288.540
1997	123.306	17.182.332	20.982.933	16.337.986	54.626.557	161.416.157
1998	110.058	18.118.412	21.421.567	16.751.508	56.401.545	163.154.357
1999	110.157	18.297.357	21.576.384	17.242.935	57.226.833	164.621.038
2000	112.139	18.339.222	22.205.408	18.924.532	59.641.301	169.875.524
2001	113.362	19.132.372	22.619.950	19.921.615	61.787.299	176.388.726
2002	113.400	20.101.893	23.168.235	22.183.695	65.567.223	185.348.838
2003	112.580	20.178.516	24.983.821	24.613.718	69.888.635	195.551.576
2004	114.680	20.419.803	24.715.372	25.918.998	71.168.853	204.512.737
2005	102.320	20.726.586	24.504.098	26.651.500	71.984.504	207.156.696
2006	98.740	20.646.560	23.726.290	26.064.332	70.535.922	205.886.244
2007	101.590	20.471.490	21.832.001	25.683.031	68.088.112	199.752.014
2008	80.000	20.466.360	22.365.219	26.018.216	68.929.795	202.306.731
2009	102.000	20.874.943	22.325.663	27.357.089	70.659.695	205.307.954
2010	100.600	21.347.881	22.354.077	28.757.438	72.559.996	209.541.109
2011	98.000	21.744.650	21.553.851	29.265.718	72.662.219	212.815.311
2012	100.069	22.045.776	21.498.382	28.740.802	72.385.029	211.279.082

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal.

Pavão (2005) destaca ainda que, em 2003, 6 dos 10 maiores municípios produtores de gado bovino estavam localizados em Mato Grosso do Sul (Corumbá, Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, Água Clara, Camapuã e Aquidauana).

Foram instalados vários frigoríficos no estado (Avipal, Friboi, Frango Vit, dentre outros) cujas sedes localizavam-se na Região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro). A partir da década de 1970, intensificou-se a produção de *commodities* agrícolas como a soja, atraindo também instalação de empresas como a Agroeliane, Bunge etc. Deste modo, a “[...] estratégia destas empresas foi a de se instalar próximo à produção (grãos e carnes), visando o aproveitamento das vantagens locais, bem como pelo baixo preço das terras, que significam menores custos de aquisição e de produção.” (PAVÃO, 2005, p. 214).

Deste modo, durante os últimos anos, Mato Grosso do Sul tem se destacado na produção de gado bovino, soja e minérios, produtos que em sua maioria apresentam menor valor agregado e são destinados ao mercado externo, o que, por sua vez, sujeita o estado a uma situação de maior vulnerabilidade econômica, dadas as flutuações que o comércio internacional tende a apresentar. Ademais, o desempenho do estado pode ser afetado “[...] por políticas protecionistas dos países consumidores, dos caminhos adotados pelas autoridades

para a política Econômica, por questões de câmbio e das intempéries climáticas” (Pavão, 2005, p. 214).

8.2 A retomada do modelo agroexportador

A década de 1990 mudou a economia mundial, pois, iniciou-se um novo processo dentro da lógica econômica, social, cultural e política. No Brasil, verificou-se uma mudança na dinâmica econômica, ou seja, a economia, que até então estava pautada na industrialização “voltada para dentro”, por meio de substituição de importações, retornou ao modelo antigo denominado “agroexportador”⁷⁴, especialmente voltado à exportação de *commodities* agrícolas. A economia tinha passado por um período bastante conturbado, denominado de década perdida (década de 1980), e o país precisava gerar divisas para pagar os encargos na dívida externa e também para reestabelecer o crescimento econômico.

A intensificação voltada à produção agropecuária que se desenvolveu na Região Centro-Oeste se deve a uma série de processos históricos ocorridos ao longo de sua formação, e que, no caso específico de Mato Grosso do Sul, consagrou-se principalmente a partir da segunda metade do século XX. Sangalli e Lamoso (2014, p. 3) acrescentam ainda:

Com o final da Guerra Fria, nas décadas de oitenta e noventa e, conseqüentemente, o fim da bipolaridade (EUA e URSS) do Sistema Internacional, ocorreram claras transformações no núcleo de poder mundial. Os Estados Unidos passaram a assistir à ascensão do país mais beneficiado com a globalização - principal produto do período pós Guerra Fria - a China.

Seguindo a lógica nacional, o Mato Grosso do Sul se especializou na produção e exportação de *commodities* agrícolas, em especial, soja e milho. Contudo, por se tratar de um produto de baixo valor agregado, mesmo com o crescimento significativo das exportações agrícolas, a geração de renda interna não seguiu o mesmo ritmo. Mesquita (2010) exemplifica que, enquanto na década de 1990 o Centro-Oeste apresentou uma área colhida total 13,8% maior do que a de São Paulo, este último apresentou um valor de produção agrícola 67,4% maior. No ano de 2008, o Centro-Oeste teve uma área colhida 114,9% maior que o estado de São Paulo e o seu valor de produção agrícola foi 32% maior que o paulista. Ou seja, mesmo com a inserção do progresso tecnológico no CO, a produtividade paulista ainda é maior, principalmente pelo fato de que a agricultura desenvolvida no estado de São Paulo, além de

⁷⁴ Lamoso (2011) destaca que no Brasil a prioridade dada ao comércio externo é histórica e atual.

contar com maior diversificação de produção, mantém a cana-de-açúcar como principal lavoura, já a Região Centro-Oeste se destaca na produção agrícola de soja e milho, cuja produtividade tende a ser menor do que as geradas em São Paulo.

Ainda de acordo com o autor, com a globalização, observou-se a intensificação da dinâmica produtiva que já estava consolidada, ou seja, ao passo que já se observava, nas décadas anteriores, a dinâmica de especialização na produção de matérias-primas e alimentos por parte das regiões periféricas, que tinham como finalidade impulsionar a industrialização da Região Sudeste bem como fomentar o mercado interno, neste novo contexto, essa especialização voltada à produção agrícola permanece embora esteja direcionada agora ao mercado externo, “[...] o processo de internacionalização garante uma complexidade maior ao esquema centro-periferia, pois a comunicação regional se insere em um conjunto, onde múltiplas escalas assumem interferência” (MESQUITA, 2010, p. 12). Essa interferência se deu, por exemplo, na determinação do tipo de produção que essas regiões deveriam realizar a fim de atender ao mercado externo.

Desta maneira, depreende-se que, num primeiro momento, a economia da Região Centro-Oeste desempenhou como papel principal, o de ser produtor de bens complementares, em especial, ao estado de São Paulo. Evidentemente, a simples relação de trocas comerciais não é suficiente para explicar esse atraso econômico da região, “[...] pois, assim como grande parte da periferia nacional, essa região apresenta uma baixa capacidade de alavancar processos endógenos de desenvolvimento e de diversificar seu parque industrial” (MESQUITA, 2010, p. 19).

Diante da nova dinâmica que se desenvolveu a partir da década de 1990, a economia sul-mato-grossense tendeu a intensificar sua especialização nas cadeias de carne e grãos, contudo, sua condição periférica não foi alterada, uma vez que sua produção continua sendo de bens primários e industriais que apresentam baixo valor agregado.

8.3 O processo produtivo de MS voltado à exportação

De acordo com Lamoso (2011a), as dinâmicas produtivas que se desenvolveram dentro da economia de exportação de Mato Grosso do Sul se constituem em uma “rede de commodities” como a soja; o minério de ferro; a carne bovina e subprodutos da pecuária; a agroindústria de aves e suínos; e produção de celulose e etanol (tendência mais recente). Por sua vez, essa economia de exportação sofre forte influência do mercado internacional,

desdobrando-se no território sul-mato-grossense. Além disso, a autora afirma que a base agroexportadora que se desenvolveu no estado demonstra que o agronegócio tinha como finalidade sanar o déficit da balança comercial decorrente das políticas neoliberais adotadas durante a década de 1990. Essas dinâmicas produtivas da economia de exportação se balizam por dois mercados: i) por meio da influência da economia nacional, e ii) através da demanda externa.

Na tabela a seguir, é possível visualizar, a fim de exemplificação, os principais produtos que foram exportados por Mato Grosso do Sul no ano de 2010.

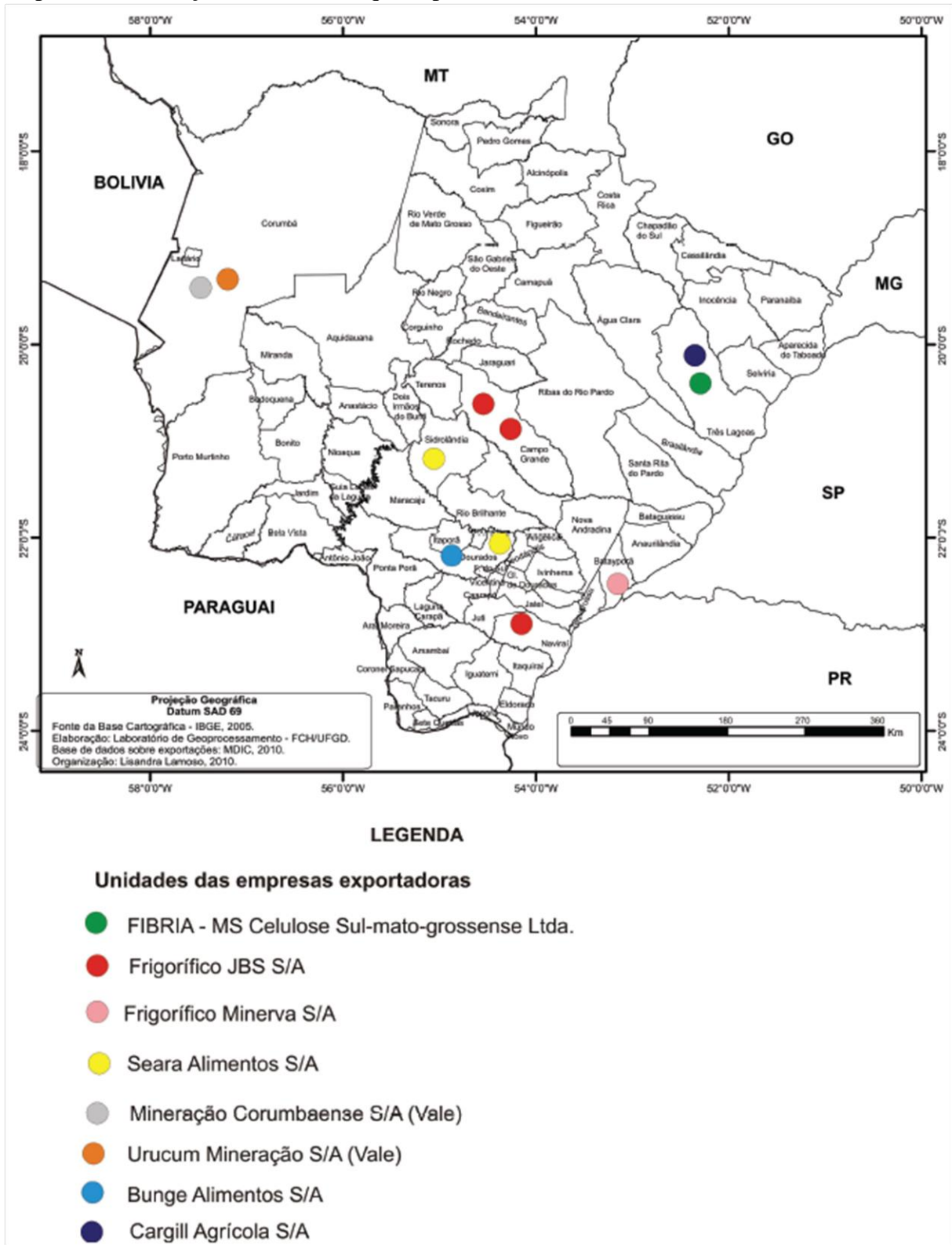
Tabela 20: Mato Grosso do Sul - Principais Produtos exportados (em porcentagem do valor total)

Ordem	Produtos	% do valor total
1	Carne desossada de bovino, congelada	18,31
2	Outros grãos de soja, mesmo triturados	17,43
3	Bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo	10,31
4	Pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas congelados	9,47
5	Açúcar de cana, em bruto	8,66
6	Minérios de ferro não aglomerados	5,54
7	Pasta química de madeira	4,20
8	Carnes de galos e galinhas não cortadas em pedaços	2,66
9	Milho em grão, exceto para semeadura	2,37
10	Carnes desossadas de bovino frescas ou refrigeradas	2,16

Fonte: SECEX/MDIC (2010 apud LAMOSO, 2011a, p. 41).

Em geral, o desenvolvimento da cadeia do agronegócio no MS tem se pautado na instalação de empresas transnacionais de capital estrangeiro, uma vez que, ao que parece, o capital regional não tem conseguido se estabelecer frente ao capital privado nacional e/ou estrangeiro. Além do mais, dentre as empresas que apresentam maiores níveis de exportação, a maioria tem sua sede instalada em São Paulo. Ou seja, parcela significativa da renda gerada por este setor em Mato Grosso do Sul tende a migrar para outras localidades, tanto em âmbito internacional quanto nacional (outros estados). O Mapa a seguir revela onde estão localizadas as principais unidades exportadoras em Mato Grosso do Sul, no ano de 2010.

Mapa 16: Localização das unidades que exportaram acima de US\$ 50 milhões em 2010



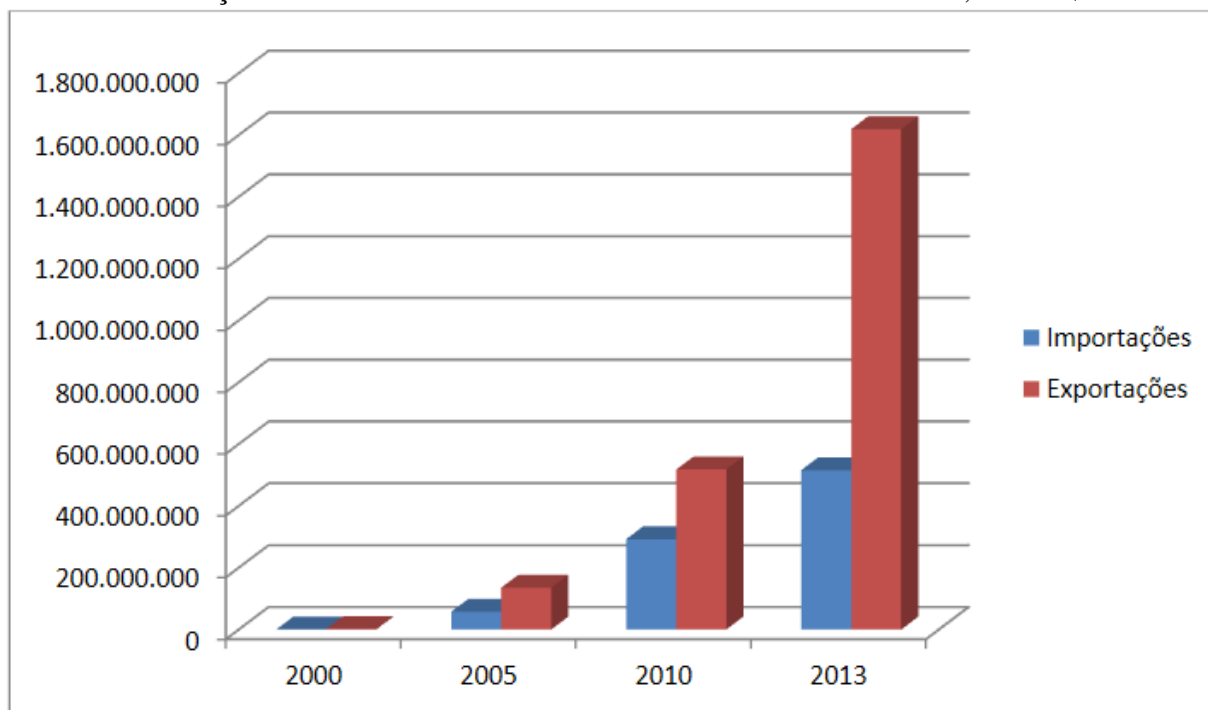
Fonte: Lamoso (2011, p. 44).

No que se refere ao mercado consumidor da produção de Mato Grosso do Sul, destaca-se a China, com a importação de soja, aves e suínos. No ano de 2009 por exemplo,

Lamoso (2011b) aponta que o mercado chinês foi o destino de US\$ FOB 289.476.956 (milhões) das exportações de Mato Grosso do Sul, correspondendo à absorção de 16,20% do que foi exportado (em termos de valores) pelo MS. Neste mesmo período, destacam-se ainda a Federação da Rússia, para onde o MS exportou carne bovina congelada, Hong Kong, que importou aves e suínos, a Argentina, que demandou minerais metálicos e a França, para onde o estado exportou grãos de soja e carne bovina. No total, esses cinco países foram o destino de 43,70% das exportações de Mato Grosso do Sul.

Observa-se assim que a estreita relação comercial existente entre o Brasil e a China se estende a Mato Grosso do Sul. Essa situação implica em certa vulnerabilidade ao comércio exterior de MS, pois há uma significativa dependência do estado em relação a este país. De acordo com Sangalli e Lamoso (2014), essa relação elevou-se significativamente do ano de 2000 a 2013, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 1: Balança Comercial China – Mato Grosso do Sul de 2000 a 2013, em US\$ FOB



Fonte: Sangalli e Lamoso (2014, p. 11).

Acrescenta-se ainda que, segundo as autoras, no ano de 2013, em termos percentuais do valor exportado e importado, a relação comercial com a China representou 30,81% das exportações sul-mato-grossense e 9,12% das importações.

9. CONCLUSÃO

O principal objetivo dessa dissertação consistiu em verificar as principais características que moldaram o processo de formação histórica, política e econômica do estado de Mato Grosso do Sul. Mais especificamente, procurou-se delinear o modo como a dinâmica econômica do estado se constituiu ao longo da história, identificando os processos que contribuíram para a sua formação. Atualmente, as bases de desenvolvimento do estado tem se pautado, sobretudo, na pecuária e agricultura, tendo como destino de seus produtos tanto o mercado nacional quanto o internacional. A predominância de tais atividades econômicas, ao longo da história de MS, consolidou seu papel periférico dentro da Divisão Internacional do Trabalho.

Por essa razão, a tese de Caio Prado Júnior (capítulo 2) foi o ponto de partida para a análise empreendida, pois se entende que o caráter periférico instalado na região do antigo sul de Mato Grosso (voluntária ou involuntariamente) foi e ainda é o sentido pelo qual o estado se desenvolveu. Deste modo, admitindo o marco teórico proposto, mostrou-se, ao longo desta dissertação, que a tese de inserção periférica do estado pode ser identificada em três grandes momentos, isto é, i) durante o período colonial; ii) no auge da industrialização brasileira; e iii) na retomada do modelo agroexportador, sobretudo, por volta da década de 1990. Em geral, nestes três momentos ainda que de forma distinta, o que se verifica é a condição subordinada de Mato Grosso do Sul em atender aos interesses de grupos econômicos e/ou políticos ligados tanto ao mercado nacional quanto internacional.

Com a finalidade de reforçar a hipótese adotada, o trabalho pautou-se ainda na aplicação de três teorias regionais ao antigo sul de Mato Grosso, por entender que a mesma lógica se reproduziu na região. É o caso da teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado, por deixar nítida a relação centro-periferia existente entre São Paulo (centro) e o antigo sul de Mato Grosso (periferia). Ainda, por meio da Teoria dos Polos, é ratificada a ideia de que a Região Centro-Oeste (e assim o SMT) nada mais era do que uma extensão da economia do Sudeste, dado que, na definição desses polos de crescimento, verificou-se que, no antigo sul de Mato Grosso, os espaços estavam pautados aos interesses das elites paulistas, o que levava ao estímulo do desenvolvimento da agropecuária, que, por sua vez, não desencadeava o efeito propulsor esperado destes polos. E, por fim, a teoria de Artur Lewis demonstrou que a insuficiência de mão de obra e um setor capitalista dinâmico não possibilitou a geração de

capital, e, portanto, um investimento produtivo tal como postula Lewis. A consequência desta dinâmica é a impossibilidade ou deficiência do desenvolvimento endógeno.

Além do aporte teórico apontado, o antigo sul de Mato Grosso possui especificidades que contribuíram e/ou reforçaram sua característica periférica, é o que foi denominado neste trabalho de tipificações, seguindo o modelo utilizado por Florestan Fernandes. Deste modo, para dar suporte a essa interpretação mais geral, buscou-se analisar algumas tipificações elencadas como fundamentais ao entendimento da formação histórica e econômica do estado, pois se acredita que, além dos elementos externos, as características internas foram essenciais para os moldes de sua constituição.

A primeira das tipificações tratou-se das bandeiras, onde verificou-se que sua presença em Mato Grosso não teve o objetivo de desenvolver esse território, pois o que os bandeirantes queriam era aprisionar os indígenas e utilizá-los como mão de obra escrava nas lavouras de trigo em São Vicente, e, mesmo quando ocorreu a descoberta do ouro às margens do rio Coxipó, o produto extraído seguia para a Europa. Deste modo, embora o período da mineração tenha conduzido a um povoamento bem como despertado o interesse da Coroa Portuguesa em dominar este território, sua dinamicidade não foi o suficiente para que o estado se desenvolvesse plenamente, pois estava voltado a atender ao mercado externo. Além disso, o ouro encontrado era de aluvião, conseqüentemente menos tecnologia era aplicada para sua extração. Ademais, o desenrolar desta atividade se deu mais especificamente em Cuiabá, não envolvendo diretamente o SMT, que se tornou uma área de passagem.

Com a queda de ciclo da mineração, ao contrário de outras regiões como Minas Gerais, que conseguiram se manter, principalmente pela proximidade ao estado de São Paulo e Rio de Janeiro, o Mato Grosso não se valeu da mesma prerrogativa, passando então a estimular o desenvolvimento de uma pequena produção mercantil.

Esta economia voltada a pequena produção mercantil pautou-se, sobretudo, no desenvolvimento da pecuária, que, no início do século XX, passou a ser uma das mais importantes atividades econômicas do antigo sul de Mato Grosso. Contudo, dado o formato com que a mesma se estabeleceu, de forma extensiva, sem grandes investimentos, não foi possível romper com as barreiras do subdesenvolvimento. Isso porque, valendo-se das ideias de Celso Furtado, as elites (possuidora de rendas) não tinha como prioridade efetuar investimentos estruturantes, mas sim valer-se de um padrão de consumo desfrutado pelos países desenvolvidos.

Ao longo do desenvolvimento desta atividade, o que se viu foi a constituição de um forte grupo econômico, o qual seguia o “rastros” do gado, se apossando e incorporando as novas terras ao seu patrimônio, as quais foram sendo “legalizadas” junto as autoridades do estado, contribuindo para a formação dos grandes latifúndios. Além do mais, a elite pecuarista passou a desempenhar significativa atuação no meio político, em especial a partir do século XX, passando a desempenhar fortes influências nas decisões que afetassem o estado, seja em âmbito político, econômico ou social. Deve-se salientar ainda que foi esta atividade que propiciou a integração de Mato Grosso uno ao mercado nacional, mesmo que de forma periférica.

Considerando as tipificações estudadas, é relevante registrar ainda que a guerra contra o Paraguai, apesar de ter causado uma devastação no antigo sul de Mato Grosso, em especial Corumbá, trouxe uma nova dinâmica para o SMT. Esse território passou a ter maior atenção do governo imperial e a retomada da navegação propiciou avanços nas relações comerciais, inclusive com barateamento das mercadorias (dada a redução do custo do transporte). Ademais, a região passou a contar com investimentos estrangeiros, o que, por sua vez, propiciou que o título de principal polo comercial de Mato Grosso passasse a ser Corumbá.

Destaca-se, também, que mesmo que involuntariamente após a Guerra, dois processos importantes se concretizam na região, ou seja, a exploração da erva-mate e a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB). A exploração da erva-mate no SMT foi uma das mais relevantes atividades desenvolvidas, dada a sua influência tanto em âmbito econômico quanto político no antigo Mato Grosso, pois, no formato em que se desenvolveu (por meio de monopólio), propiciou que a Empresa detentora da exclusividade de exploração (Mate Laranjeira) tivesse uma rentabilidade considerável a ponto de chegar a financiar o estado de Mato Grosso. Aliás, é relevante dizer que essa característica monopolística se manteve, sobretudo, devido as alianças entre o proprietário da Empresa e políticos influentes da época.

O prestígio político e econômico da Empresa Mate Laranjeira era tão significativo, que sua história foi construída em torno de um “mito político”, inclusive atribuindo a ela o papel de civilizadora das áreas onde estavam localizadas os ervais, sobrepondo sempre, em meio às relações de poder, os interesses dos grupos beneficiados pela/da empresa frente aos demais estratos sociais, é caso por exemplo, das obstruções comandadas pela Mate Laranjeira para tentar impedir a ocupação do SMT pelos gaúchos, por volta de 1895.

Além de ser explorada sob a forma de monopólio, a erva-mate que havia no SMT era nativa, e portanto, sua utilização se dava de modo inteiramente extrativista, isto é, sem a menor preocupação em repor o produto extraído. Ademais, no que se refere a comercialização do produto, a erva exportada era a cancheada, isto é, sofria apenas um primeiro beneficiamento, adquirindo valor agregado somente no país importador, que neste caso era a Argentina. Esse processo foi o oposto do que ocorreu nos estados localizados na Região Sul do Brasil, onde a exploração ocorreu por meio de pequenos proprietários, os quais vendiam a produção aos denominados “moinhos”, e estes exportavam a erva-mate já pronta para o consumo, agregando valor a sua produção. Uma outra questão, é que a mão de obra utilizada era em sua maioria a paraguaia, e as relações de trabalho eram degradantes, uma vez que não estava estabelecido o trabalho assalariado em sua forma plena, na realidade o regime de trabalho era de semiescravidão.

Considerando sua característica de concorrência monopolística, o fato do capital ser de origem estrangeira (argentino) e o emprego de um considerável número de trabalhadores paraguaios, medidas enérgicas foram adotadas durante o regime denominado Estado Novo para enfraquecer a referida empresa e assim realizar os projetos almejados dentro do Programa Marcha para o Oeste, como, por exemplo, a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que tinha como objetivo desenvolver uma agricultura diversificada.

Acontecimentos como a construção da ferrovia impulsionaram a prosperidade do ramo pecuário, contribuindo ainda com importantes mudanças tanto em âmbito político quanto econômico. Dentre eles pode ser citada a alteração do polo comercial de Corumbá para Campo Grande, bem como a migração dessa elite política, até então centrada em sua maioria em Nioaque, para Campo Grande. Destaca-se ainda que esta elite do antigo sul de Mato Grosso, ou mais especificamente esta elite campo-grandense, passou a se articular para obter o poder e assim governar o estado logo quando ocorreu o desmembramento do antigo território mato-grossense.

A NOB, além de seu papel político-estratégico, propiciou e impulsionou o desenvolvimento de atividades como o charque. Na esfera social, era o símbolo da modernidade, inclusive sendo um elemento que alimentou o regionalismo entre a elite do “norte” e “sul” de Mato Grosso, e que mais tarde contaria a favor da elite sulista no processo de reivindicação da divisão do estado de Mato Grosso.

Ressalta-se, ainda, que o pacto entre as elites locais, nacionais e internacionais possibilitaram a instalação de uma modernização conservadora no SMT, onde se verificou a

penetração do capitalismo na região atrelado a uma forte concentração fundiária. Deste modo, não é constatado, a priori, um engajamento dessas elites locais com um processo de desenvolvimento endógeno para o estado, em outras palavras, o não engajamento dessas elites para diversificar a estrutura produtiva ajuda explicar o baixo grau de industrialização do estado, bem como a baixa densidade de tecnologia incorporada na produção local. Essa ideia fica bastante evidente quando se analisa a implantação do Programa Marcha para o Oeste na região, o qual contribuiu significativamente para os moldes de desenvolvimento que se implantou no SMT nos anos posteriores e que ainda tem vigorado, ou seja, um estado cuja economia tem se voltado ao agronegócio, com forte concentração latifundiária e de renda, pautado especialmente nas *commodities* agrícolas: soja e milho, e atividades ligadas à pecuária.

Dentre as particularidades do Programa Marcha para o Oeste apurou-se o estímulo para ocupação de pequenas propriedades, bem como a diversificação da produção nacional (a Colônia Agrícola Nacional de Dourados é um exemplo dessa ação). Todavia, em um curto espaço de tempo (entre as décadas de 1970-1980), essas características tornaram-se secundárias, pois a concentração fundiária e a produção voltada às *commodities* agrícolas passaram a predominar nessa área.

O fortalecimento da atividade agropecuária valeu-se também dos planos e programas implantados no SMT, em especial a partir da década de 1970, e que se pautavam na Teoria dos Polos de Perroux. Embora não tenham apresentado o impacto propulsor tal como prega a referida teoria, dado que seus efeitos praticamente ficaram restritos aos polos selecionados, é importante mencionar que estes planos e programas contribuíram significativamente para o desenvolvimento da infraestrutura daquela localidade, como exemplo, a construção de rodovias e fornecimento de energia elétrica.

Os “avanços” tecnológicos não alcançaram todos os produtores e/ou propriedades, ou seja, a maioria beneficiada foi a classe de grandes proprietários e de segmentos que atendessem aos interesses da indústria. Deste modo, todo o aparato institucional, legal e de estrutura física, propiciados por essa política, colaboraram para que o modelo agroexportador brasileiro novamente tivesse predominância econômica, e conseqüentemente preponderância frente aos interesses socioambientais, é caso da devastação do bioma cerrado que vem ocorrendo ao longo dos anos, o êxodo rural, a expropriação de indígenas de suas terras, dentre outros.

Por fim, procurou-se demonstrar, neste trabalho, um pouco das características econômicas do estado de Mato Grosso do Sul, onde se ratificou o desenvolvimento da agropecuária como principal atividade econômica. No que se refere ao comércio com a Região Sudeste, verificou-se que ele não somente prevaleceu, mas até se intensificou ao longo dos anos, contudo, sendo retomado nessa relação comercial o mercado internacional, que, a partir da década de 1990, passou a manter uma estreita relação com o mercado chinês, sem contudo, alterar sua estrutura centro-periferia. Portanto, a dependência econômica de MS passou a se dar tanto em termos nacionais quanto internacionais, reforçando assim, a ideia de inserção periférica deste estado.

Dentre as limitações do estudo destaca-se a dificuldade de uma representação mais completa da realidade histórica, embora haja um esforço em dar condições mínimas para um debate acerca do assunto. E se por um lado o privilégio de alguns aspectos, em detrimento de outros, tenha sido uma das limitações, por outro lado isso pode ser objeto para estudos futuros, ou seja, é possível explorar um pouco mais as tipificações elencadas, e/ou ainda acrescentar outras que possam agregar na análise.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A DIVISÃO de Mato Grosso: resposta ao General Rondon. Campo Grande, 1934, 35 p.

ABREU, Alzira Alves. *Programa de Integração Nacional (PIN)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>>. Acesso em: 15 de ago. de 2016.

ABREU, Silvana de. *Ocupação, racionalização e consolidação do Centro-Oeste brasileiro: o espaço mato-grossense e a integração nacional*. In: MARIN, J.R.; VASCONCELOS, C. A. de. *História, Região e Identidades*. Campo Grande: UFMS, p. 263-290, 2003.

_____. *Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço Mato-Grossense – Contexto, propósitos e contradições*. 2001. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2001.

ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso e a história – 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2.sem. 1984.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nassr. *Revolução Verde e apropriação capitalista*. Juiz de Fora/MG: CES Revista, v. 21, 2007, ISSN 0102-1109.

BELLÉ, Maria de Fátima Lessa. *Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001-2010*. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade Anhanguera UNIDERP, Campo Grande – MS, 2011.

BERTHOLI, Anderson. *O lugar da pecuária na formação sócio-espacial sul-mato-grossense*. 2006. 227 f.. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2006.

BETHELL, Leslie. *O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai*. In: A GUERRA do Paraguai: 130 anos depois. Org. por Maria Eduarda C. M. Marques. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 131-150, 1995.

BRASIL. Decreto nº 5.349, de 18 de outubro de 1904. *Autoriza a revisão das concessões das Estradas de Ferro Uberaba a Coxim e de Catalão a Palmas*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5349-18-outubro-1904-527501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 12 de abr. de 2016.

_____. Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. *Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)*. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203996>>. Acesso em: 08 de out. de 2015.

_____. Decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975. *Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75320-29-janeiro-1975-423871-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 de out. de 2015.

_____. Decreto nº 862, de 16 de outubro de 1890. *Concede privilegio, garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de um systema de viação geral ligando diversos Estados da união á Capital Federal*. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-862-16-outubro-1890-523759-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 12 de abr. de 2016.

_____. Decreto-Lei nº 1.192, de 08 de novembro de 1971. *Cria o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1192.htm>. Acesso em 07 de out. de 2015.

_____. Decreto-Lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938. *Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e do Conselho Brasileiro de Geografia*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-218-26-janeiro-1938-350934-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 de jan. de 2016.

_____. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. *Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm>. Acesso em 14 de abr. de 2016.

_____. Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. *Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 de mai. de 2016.

_____. Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944. *Retifica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaraporé, de Ponta Porã, e do Iguassú*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6550.htm>. Acesso em 15 de mai. de 2016.

_____. Decreto-Lei nº 9.380, de 18 de junho de 1946. *Modifica a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de Maio de 1944*. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/123812-modifica-a-redacao-do-art-4-do-decreto-lei-n-6-550-de-31-de-maio-de-1944.html>>. Acesso em 15 de mai. de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *População de demografia*. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>>. Acesso em: 27 de ago. de 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Pecuária Municipal*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=73&z=p&o=28&i=P>>. Acesso em: 21 de mai. de 2016.

_____. IPEADATA. *População residente – total*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 15 de abr. de 2016.

_____. Lei nº 2.163, de 05 de janeiro de 1954. *Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências*. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2163-5-janeiro-1954-361499-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 15 de out. de 2015.

_____. Lei nº 5.851, de 07 de dezembro de 1972. *Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5851.htm>. Acesso em: 22 de abr. de 2016.

_____. *SPI. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1972/74*. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/322>>. Acesso em: 07 de out. de 2015.

_____. *SPI. II Plano de Desenvolvimento Nacional (1974-1979)*. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/492?show=full>>. Acesso em: 07 de out. de 2015.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul a construção de um estado: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. [2009a].

_____. *Mato Grosso do Sul a construção de um estado: Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. [2009b].

BLANKENBURG, Stephanie; PALMA, José Gabriel; TREGENNA, Fiona. (2010). *Structuralism*. The New Palgrave Dictionary of Economics. Second Edition. Eds. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume. Palgrave Macmillan, 2008. The New Palgrave Dictionary of Economics Online.

BORGES, Fernando Tadeu Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. 2. Ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

BRAZIL, Maria do Carmo. *O rio Paraguai e a guerra: contribuição para o ensino de história*. In: ANPUH – Simpósio Nacional de História, XXVI, 2011, São Paulo – SP, p. 1-44. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313075762_ARQUIVO_MARIADOCA RMOBRASIL_TEXTO_COMPLETO_ST_76_Versao_Agosto_2011.pdf>. Acesso em: 11 de mar. de 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio. (org). *A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: 34, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. (1969) *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. In: BIELCHOWSKY, R. (org) *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*, Rio de Janeiro: Record, 2000, vol. 2.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *A Colônia Agrícola Municipal de Dourados: Povoamento e Colonização (1946-1953)*. In: ANPUH - Simpósio Nacional de História, XXIII, 2005, Londrina – PR. p. 1-13. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0687.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2016.

CEOLIN, Adriano. *O símbolo troca de mãos: Sem-terra vão assumir metade da fazenda de Olacyr de Moraes recordista de produção de soja, algodão e milho*. [Editorial]. Revista Veja

online, São Paulo, Ed. 1.706, 27 de jun. de 2001. Disponível em:<http://veja.abril.com.br/270601/p_108.html>. Acesso em: 31 de out. de 2014.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Á sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso, 1870-1920*. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. 2. Ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. *O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia*. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2006.

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina; BOSCHI, Rodrigo Fortini. *O desenvolvimento econômico e humano diferenciado das regiões do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas Gerais*. In: Seminário sobre Economia Mineira, X, 2002, Minas Gerais. Anais. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/h/cdp/diam02/200234.html>>. Acesso em: 07 de out. de 2015.

DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília - DF: FUNAG, 2012.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. 2010. 222 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2010.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia é mais embaixo. A consagrada tese do Pacto Colonial de Caio Prado Júnior merece revisão. A sociedade brasileira era muito mais complexa do que se supunha*. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/a-colonia-e-mais-embaixo>>. Acesso em: 09 de nov. de 2015.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; Brand, Antonio. *Os Guarani e a erva mate*. Fronteiras, Dourados - MS, v. 11, n. 19, p. 107-126, jan./jun. 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. *O Estado e suas razões: o II PND*. Revista de Economia Política, vol. 28, nº 1(109), p. 28-46, jan./mar. De 2007.

FURTADO, Celso (1961) *Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org) Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000, vol. 1.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. 32. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GUILLEN, Isabel C. Martins. *O lugar da história: confronto e poder em Mato Grosso do Sul*. Revista Científica, Campo Grande: UFMS, v. 3, n. 2, p. 37-44, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; Leme, Heládio José de Campos. *Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro-Oeste*. In: NEPO/UNICAMP. Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste, 1. Campinas, 1997. p. 25-65. (Textos Nepo, 33).

HADDAD, Marcos Bittar. *O Planejamento Federal para o Desenvolvimento Regional do Centro Oeste*. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, VI, 2013, Santa Cruz do Sul. Anais. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/245.pdf>>. Acesso em: 07 de out. de 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-Mate: o outro lado – A presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970*. 2004. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados – MS, 2004.

LAMOSO, Lisandra Pereira. *Dinâmicas Produtivas da Economia de Exportação do Mato Grosso do Sul – Brasil*. Revista Mercator, Ceará, v. 10, nº 21, p. 33-47, jan./abr. [2011a].

_____. *Comércio exterior e estruturas produtivas no Mato Grosso do Sul*. Geosul, Florianópolis, v. 26, nº 51, p. 129-144, jan./abr. [2011b].

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração*. Cuiabá: UFMT, 1982.

LEWIS, William Arthur. (1954) *O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra*. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). *A economia do subdesenvolvimento*. [S.l.]: Forense, 1969.

LIMA, Ana Carolina da Cruz.; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. *Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil* (texto para discussão). Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

MARTINS, José de Souza. *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 8, n. 1, p. 25-70, São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141/88825>>. Acesso em: 29 de jun. 2015.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, [1859] 1977.

MATOS, Patrícia de Oliveira. *Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. 2002. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, São Paulo – SP, 2002.

MENDES, Claudinei Magno Magre. *O ensaísmo na historiografia brasileira*. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá - PR, v. 34, n. 1, p. 91-100, Jan.-June, 2012. Disponível em:
<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/14186/pdf>>. Acesso em: 09 de novembro de 2015.

MESQUITA, Fernando Campos. *A condição periférica da produção agropecuária e industrial na região Centro-Oeste frente às transformações da economia brasileira pós 1990*. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), VII, 2010, Juiz de Fora. ENABER, 2010.

MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. *Ordenamento territorial e infraestrutura de transportes: uma correlação entre o planejamento econômico e a expansão da malha rodoviária no Brasil*. In: VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agrária no Paraná, 2014. Disponível em:
<<http://www3.uepg.br/seet/wp-content/uploads/sites/5/2014/08/ORDENAMENTO-TERRITORIAL-E-INFRAESTRUTURA-DE-TRANSPORTES-UMA-CORRELA%C3%87%C3%83O-ENTRE-O-PLANEJAMENTO-ECON%C3%94MICO-E-A-EXPANS%C3%83O-DA-MALHA-RODOVI%C3%81RIA-NO-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. de 2016.

MISSIO, Fabrício José; JAYME JR., Frederico G.; Oreiro, José Luís. *The structuralist tradition in economics: methodological and macroeconomics aspects*. Revista de Economia Política (Impresso), v. 34, p. 247-266, 2015.

MORENO, Gislaene. O Processo Histórico de Acesso à Terra em Mato Grosso. Geosul, Florianópolis – SC, v. 14, n. 27, p. 67-90, jan./jun. 1999.

MONTEIRO, Alexandre Borella. *A Guerra Grande: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]*. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS, 2010.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)*. Dourados-MS: UFGD, 2014.

_____. *A difícil conquista da terra para viver: as experiências dos colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados*. In: MARIN, J. O. B, e NEVES, D. P. (Org.) *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 504 p, 2013.

OLIVEIRA, Benícia Couto. *Colônia Agrícola Nacional de Dourados: a marca de Vargas na Marcha para Oeste*, In: MARIN, J. O. B, e NEVES, D. P. (Org.) *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 504 p, 2013. [2013a].

_____. *Desdobramento da Marcha para Oeste na fronteira Brasil-Paraguai: Colonizar era preciso*, In: OLIVEIRA, B. C. de (Org.) *Histórias que (re)contam história: análise do*

povoamento, colonização e reforma agrária do sul de mato grosso do sul. Dourados: Ed. Da UFGD, 142 p, 2013. [2013b].

PACHECO JÚNIOR, Israel. *Caio Prado Júnior: Do Sentido da Colonização ao Sentido da Revolução*. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2013.

PAULA, João Antonio de. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. *História Econômica e História de Empresas*, São Paulo – SP, v. 5, n. 1, p. 7-39, 2002.

PAVÃO, Eugênio da Silva. *Formação, estrutura e dinâmica da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira*. 2005. 250 f. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2005.

PELLEGRINO, Anderson César Gomes Teixeira. *O Nordeste de Celso Furtado: Sombras do Subdesenvolvimento Brasileiro*. 2003. 188f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2003.

PERROUX, F. *A Economia do Século XX*. Porto: Herder, 1967.

PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-português*. São Paulo, 1979.

PIRES, Mauro Oliveira. *Programas Agrícolas na ocupação do Cerrado*. Sociedade e Cultura, Goiânia – GO, v. 3, n. 1 e 2, p. 111-131, jan/dez. 2000.

PIRES, Murilo José de Souza. *As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás*. 2008. 146 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2008.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia/Caio Prado Jr.; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Eduardo Pessoa de. *A formação Histórica da região do Distrito Federal e Entorno: dos Municípios-Gênese à presente configuração territorial*. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2007.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Caminhos e fronteiras”: vias de transporte no extremo oeste do Brasil., In: Goulart Filho, A., Queiroz, P. R. C. (Orgs.) *Transportes e Formação Regional : Contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Editora da UFGD, 462p, [2011a].

_____. *A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso*. Territórios e Fronteiras, Cuiabá - MT, v. 8, n. 1, p. 204-228, jan./jun. 2015.

_____. *Articulações Econômicas de Comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*, In: LAMOSO, L. P. (Org.) *Transportes e Políticas Públicas em Mato Grosso do Sul*. 1. Ed. Dourados: Editora da UFGD, v. 1. 196p, [2008a].

_____. *Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902)*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 23(45), p. 125-146, 2010.

_____. *O desafio do espaço platino às tendências de integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional brasileiro: um hiato em dois tempos*. Revista eletrônica História em reflexão, vol. 3, nº 6 (jul/dez 2009). Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewArticle/476>>. Acesso em: 05 de fev. de 2016.

_____. *O desafio do espaço platino às tendências de integração do antigo sul de mato grosso ao mercado nacional brasileiro: um hiato em dois tempos**. História Econômica & História de Empresa, v. 11, nº 1, p. 119-154, 2008. Disponível em:
<<http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=105&path%5B%5D=70>>. Acesso em: 08 de mar. de 2016. [2008c].

_____. *Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul*. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande - MS, v. 14, n. 27, p. 128-156, jan./jun. [2008b].

_____. *Vias de transporte em regiões de fronteira: Possibilidades técnicas, interesses econômicos e imperativos políticos*. In: Jornadas Uruguayas de Historia Económica, 5ª, Montevideu, 2011, p. 1-19. Disponível em:
<<http://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/paulo%20cim%20queiroz%20-%205.%20jornadas.pdf>>. Acesso em: 05 de fev. de 2016. [2011b].

REIS Jr., Reinaldo de Lima. *Cidade, trabalho e Memória: Os trabalhadores da Construção de Brasília (1956-1960)*. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2006.

REYNALDO, Ney Iared. *Comércio e navegação no rio Paraguai (1870-1940)*. In: Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia, XI, 2007, San Miguel de Tucumán. Anais. p. 1-42. Disponível em:< <http://cdsa.aacademica.org/000-108/81.pdf>>. Acesso em: 08 de mar. de 2015.

_____. *Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852 a 1864)*. In: Encontro Internacional da Anphlac, 9º, 2010, Universidade Federal de Goiás – Faculdade de História, p. 1-16. Disponível em:
<http://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos_congresso_goiania_2010/06_08_2010_Reynaldo%20NI.pdf>. Acesso em: 08 de mar. de 2016.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *O Brasil Colonial: o ciclo do ouro*. In: BETHEL, Leslie. História da América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999.

SANGALLI, Larissa; LAMOSO, Lisandra Pereira. *O papel da China no comércio exterior da região Centro Oeste*. In: ENEPEX (8º ENEPE UFGD – 5º EPEX UEMS), Dourados, 2014. Disponível em:<<http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/307.pdf>>. Acesso em: 17 de mai. de 2016.

SANTANA JUNIOR, Jaime Ribeiro de. *Formação territorial da região da Região da Grande Dourados: Colonização e Dinâmica Produtiva*. Geografia (Londrina), Londrina – PR, v. 18, n. 2, jan./jun. 2009.

SANTOS, Camila Comerlato. *Território Federal de Ponta Porã: O Brasil de Vargas e a “Marcha para Oeste”*. 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2016.

SANTOS, Cleyton Rodrigues dos. *Da escravidão a imigração: A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil*. Intertem@s, Toledo - PR, v. 6, p. 1-45, 2003. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/view/121/124>>. Acesso em: 20 de out. de 2015.

SENA, Divino Marcos. *CAMARADAS: Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados, p. 129.

SILVA, Jovam Vilela da. *Um Truste encravado no sul de Mato Grosso (1882-1950)*. Revista: Coletâneas do nosso tempo, Cuiabá-MT, v. 1, p. 26-44, 1997.

SILVA, Walter Guedes da. *A industrialização do Estado de São Paulo e sua relação com a especialização na produção de matéria-prima do Centro-Oeste brasileiro: Uma análise do período de 1930 a 1970*. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, XIX, São Paulo, 2009, p. 1-27.

_____. *A integração do mercado brasileiro na Era Vargas e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados*. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011 – Costa Rica, p. 1-17, ano 2011. ISSN-2115-2563. [2011a].

_____. *A integração produtiva da região da Grande Dourados à Economia Nacional: Uma análise a partir da criação do Prodegran em 1976*. CODE 2011 – Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, ipea 47 anos. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo48.pdf>> Acesso em: 26 de abr. de 2016. [2011b].

_____. *A região Centro-Oeste no contexto da Integração Regional: Uma análise a partir da criação da SUDECO*. S. d. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/a-regiao-centro-oeste-no-contexto-da-integracao-regional-uma-analise-a-partir-da-criacao-da-sudeco-walter-guedes-da-silva.html>>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

SOARES, Herick Vazquez. *A incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro: uma interpretação histórica*. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOUZA, Carolina Barbosa Marques de. S. *A Bovinocultura de Corte do Estado de Mato Grosso do Sul: Evolução e Competitividade*. 2010. 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2010.

TAVARES, Jeferson Cristiano. *A Teoria dos Polos de Crescimento e o Diálogo entre o Planejamento Urbano e Regional: Permanências e Ausências na urbanização do Estado de São Paulo*. In: ENANPUR, XVI, 2015, Belo Horizonte – MG. Espaço, Planejamento e Insurgências, Anais. p. 1-17. Disponível em: <http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=614>. Acesso em: 20 de ago. de 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. *O Processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina/ o caso do Brasil*. In: CORRÊA, V. P. e SIMIONI, M. (Org.) Desenvolvimento e igualdade/Maria da Conceição Tavares. Ed. Esp. Rio de Janeiro: IPEA, 226 p, 2011.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. *A inserção do Estado de Mato Grosso do Sul na modernização da agricultura brasileira*. IV simpósio Internacional de Geografia Agrária; V Simpósio nacional de Geografia Agrária. Tema: A questão (da reforma) agrária na América Latina: Balanço e perspectivas, Niterói-RJ, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/JODENIR%20CALIXTO%20TEIXEIRA.pdf>>. Acesso em: 25 de abr. de 2016.

TERRA, Ademir. *A modernização agropecuária de Mato Grosso do Sul: 1970-1985*. In: Encontro de Grupos de Pesquisa Universidade Federal de Uberlândia, II, Uberlândia-MG, 2006.

_____. *O assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense*. Campo-território: revista de geografia agrária, Uberlândia – MG, v. 5, n. 9, p. 166-202, 2010.

THÉRY, H.; MELLO-THÉRY, N. A. de. *Disparidades e dinâmicas territoriais no Brasil*. Revista do Departamento de Geografia – USP, São Paulo - SP, v. especial 30 anos, p. 68-91, 2012.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; SEISDEDOS, Paul Cooney; OLIVEIRA, Wesley de. *O Aumento da Participação das Commodities Brasileira no Mercado Mundial: um novo processo de especialização primária?*. In: V Encuentro Internacional de Economía Política y Derechos Humanos, 2011, Buenos Aires. Anais do V Encuentro Internacional de Economía Política y Derechos Humanos. Buenos Aires: Editora da Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, 2011.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. *Algumas considerações sobre a Ferrovia Noroeste do Brasil: migração e ocupação de Campo Grande MT/MS (1905-1940)*. MÉTIS: história & cultura, Caxias do Sul – RS, v. 13, n. 27, p. 233-251, jan./jun. 2015.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. *No rastro da boiada: Pecuária e ocupação do sul de Mato Grosso (1870-1920)*. Revista Crítica Histórica, Alagoas – AL, ano V, n. 9, julho/2014 ISSN 2177–9961.

VERSIANI, Flávio R.; SUZIGAN, Wilson. *O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Economia, 1990. (Série Textos Didáticos, 10).

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza 1719-1819*. São Paulo: Hucitec, 1987.

ANEXO

Revolução Verde: Um caso concreto – A Fazenda Itamarati

A economia do antigo sul de Mato Grosso que, até a década de 1960, se baseava na policultura familiar e fornecimento de gado magro às invernadas paulistas, passou por intensas transformações com a expansão das lavouras mecanizadas de trigo e soja, que de acordo com Terra (2010, p. 179) estavam: “[...] fortemente integradas aos interesses agroindustriais.”.

Nesse período migrantes em especial, os gaúchos se viram muito atraídos por estas terras devido a vários fatores: i) como esgotamento do setor agrícola em sua região, onde as terras já estavam insuficientes, supervalorizadas e tendendo a um intenso processo de concentração fundiária; ii) a característica dos terrenos, em sua maioria planos ou baixa declividade; iii) baixo custo para aquisição da terra; e iv) devido à certa semelhança climática entre o cone sul do SMT e a região norte do Rio Grande do Sul, além da oferta de crédito rural subsidiado destinado, em especial, às atividades agropecuárias modernas.

Foi diante deste cenário favorável (condições políticas e econômicas externas e internas) que no ano de 1973 o empresário Olacyr Francisco de Moraes estabeleceu a Fazenda Itamarati na cidade de Ponta Porã, nas terras anteriormente pertencentes à Empresa Mate Laranjeira. Com o baixo custo para aquisição da terra, o empresário adquiriu inicialmente 25.000 hectares de terras, e posteriormente mais 25.000 hectares para desenvolver com sucesso sua atividade ligada à agricultura moderna, de acordo Teixeira (1989 apud TERRA, 2010, p. 181):

Com apoio da SUDECO, estimulado pelo atraente preço da soja no mercado internacional e ainda, no meu entender pelo baixo preço da terra (Cr\$ 200,00 o hectare em 1973), é que o empresário toma a decisão de implantar um ambicioso projeto agrícola. Em 1976 amplia a área com aquisição de mais 25.000 ha.

A Fazenda Itamarati ficou conhecida como a maior fazenda de soja do mundo, um megaempreendimento voltado a exportação de *commodities*, nela ainda era destinada uma porção das terras para realização de estudos com intuito de aumentar a produtividade da plantação da soja, algodão e milho. De acordo com VEJA (27/06/2001): “A Itamarati montou um dos primeiros laboratórios agrícolas do país. Os estudos científicos ali realizados resultaram na criação de mais de 100 variedades de soja, algumas entre as mais produtivas do

mundo”. Na década de 1980, Olacyr era denominado como o “Rei da Soja”, pelo fato de ser o maior produtor individual de soja do mundo. No trecho abaixo é possível ter uma ideia da estrutura tecnológica que a fazenda dispunha:

Operam hoje 143 colhedoras, 165 plantadeiras, 269 tratores, 6 aviões agrícolas, 118 caminhões, além de vários veículos de apoio, como utilitários e automóveis pequenos. A manutenção é realizada na própria fazenda, em oficinas próprias. Toda a frota é controlada por um sistema interno de comunicação. Tal frota é alimentada por uma micro-destilaria de álcool, cuja produção é da ordem de 1.000 litros por hora. O sistema produtivo possui 64 conjuntos de irrigação tipo pivot central, cobrindo uma área de 7.552 ha (120 ha por pivot), onde é plantada a maior área de trigo irrigada do país (TEIXEIRA, 1989 apud TERRA, 2010, p. 184).

Por meio da figura a seguir é possível visualizar a preparação do solo na referida fazenda para o plantio de soja por meio da utilização de um sistema de irrigação por pivô central.

Figura 4: Área de Agricultura irrigada por pivô central



Fonte: Isaias Medeiros/AE (Revista VEJA, 2001 apud BELLÉ, 2011, p. 39).

De acordo com Terra (2010) valendo-se de tecnologia de ponta e técnicas inovadoras de administração a fazenda Itamarati passou a bater vários recordes, na década de 1980 ficou conhecida como a maior plantação de soja do mundo, na década de 1990 ficou em segundo lugar na maior produção de algodão⁷⁵, bem como foi o maior produtor de milho. Além da

⁷⁵ De acordo com Terra (2010, p. 184): “A Fazenda Itamarati “[...], fez mais de 10 mil pesquisas e cruzamentos genéticos até chegar ao algodão ITA-90. Graças a essa semente, o Brasil deixou de ser importador para se tornar exportador do produto” (Isto é Dinheiro, 01/09/2004).”.

inserção da tecnologia no desenvolvimento da agricultura, essa fazenda recebeu destaque no que se refere a inserção de mão-de-obra assalariada qualificada e setorizada.

No que toca à estrutura de pessoal, vale dizer que vivem na Fazenda perto de 5.000 pessoas. Possui uma Diretoria Administrativa e uma Diretoria Técnica. Além de: 7 agrônomos, 1 engenheiro mecânico, 1 engenheiro civil, 3 arquitetos, 1 médico e uma enfermeira, 1 nutricionista. Os agrônomos, em número de 7, são especializados na produção (2), em pesquisa (3), em armazenamento (1) e em recepção da colheita (1). Operam na Fazenda próximo de 20 técnicos agrícolas, os quais atuam em todos os setores da produção. Há uma categoria denominada Fiscais de Campo, em número de aproximadamente 90, sendo que cada um controla 10 máquinas e respectivos operadores e uma colheitadeira. O setor de manutenção é composto de aproximadamente 50 profissionais. Para a tarefa de capina e outras que não exigem especialização, a Fazenda se utiliza de mão de obra paraguaia, através de empreitadas (TEIXEIRA, 1989 apud TERRA, 2010, p. 185).

A Fazenda Itamarati constituiu-se num modelo voltado a produção agrícola em larga escala, “constitui-se numa verdadeira vitrine (em nível nacional e internacional) para o que hoje denominamos de agronegócio” (TERRA, 2010, p. 187). Entretanto, como já visto para que esse empreendimento prosperasse contou com vários condicionantes favoráveis, Terra (2010, p. 189) destaca que dentre estes “a relação/aliança entre os homens de negócios e as oligarquias políticas das diferentes escalas de poder” com certeza foi a de maior influência. Denota-se assim a ideia apontada por Cardoso e Faletto (1969/2000) onde constata-se que a estrutura social e política, e aqui sendo possível inserir a econômica, se transformam ao passo que diferentes classes e grupos sociais vão impondo seus interesses.

A figura abaixo demonstra-se a infraestrutura disponível para armazenagem e secagem dos grãos, segundo Bellé (2011), dispor deste tipo de infraestrutura era bastante ousado para o período, pois naquele momento o estado de Mato Grosso do Sul detinha poucos silos.

Figura 5: Silos e armazéns da antiga Fazenda Itamarati



Fonte: Sommer Andrey (Revista VEJA, 2001).

Apesar de todo o poderio da Fazenda Itamarati, o mesmo começou a ruir a partir de 1995, devido a vários fatores, conforme destaca Terra (2010, p. 190):

Problemas econômicos ligados à agricultura – fim dos subsídios, baixos preços dos produtos agrícolas e queda da produtividade -, o custo trazido pelo Plano Real, a ciranda financeira, perspectivas de investimento em outros setores produtivos (ferroviário, bancário e industrial), a forma de gestão familiar dos negócios – incluindo as crises da família Moraes -, todos esses, entre outros aspectos constituem uma série de fatores que, isolados e/ou conjugados, resultaram numa crise estrutural, com o crescimento das dívidas, que levou à venda da Fazenda Itamarati.

Após todos estes episódios, em 2001, a fazenda foi repassada ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), momento em que iniciou-se o processo para implantação do Assentamento Itamarati.